

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

GLÁUKS - Revista de Letras e Artes

Nilda de Fátima Ferreira Soares
REITOR

Maria das Graças Soares Floresta
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES

Demetrius David da Silva
VICE-REITOR

Hilda Simone Henriques Coelho
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Mônica Santos de Souza Melo
COORDENADORA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Editoras

Mônica Santos de Souza Melo
Cristiane Cataldi dos Santos Paes

Programação Visual e Formatação

Raphael Baía
Nicolato

Conselho Editorial

Ana Maria F. Barcelos
Elisa Cristina Lopes
Joelma Santana Siqueira
Mônica Santos de Souza Melo

Conselho Consultivo

Adécio de Sousa Cruz (UFV)
Carlos Ferrer Plaza (UFV)
Edson Ferreira Martins (UFV)
Eliana Lourenço de Lima Reis (UFMG)
Fernanda Teixeira de Medeiros (UERJ)
Gisele Giandoni Wolkoff (UTFPR)
Gracia Regina Gonçalves (UFV)
Joelma Santana Siqueira (UFV)
John Milton (USP)
Sônia Aparecida Vido Pascoalati (UEL)

Consultores *ad-hoc* para esse número:

Mariana Ramalho Procópio
Xavier (UFV)
Rony Petterson Gomes do
Vale (UFV)

Publicação indexada em LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal)

Índices para Catálogo Sistemático

Linguística: Periódicos 80(05)
Literatura: Periódicos 82/89(05)
Periódicos: Linguística (05)80
Periódicos: Literatura (05) 82/89

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e Classificação da Biblioteca Central da UFV

Gláuks – Revista de letras e artes / Universidade
Federal de Viçosa ; Programa de Pós-Graduação em Letras – Vol. 1, n. 1 (1996)- . – Viçosa :
UFV ; DLA, 1996-
v. : il. ; 23cm.

Semestral.

Suspensa de 1998-1999 ; de jul. de 2000 a dez. de 2003.

Pequenas alterações na designação numérica, passando, a partir de 2004, de “ano” para
“volume” com seu respectivo fascículo.

Texto em português, inglês, francês e espanhol.

ISSN: 1415-9015. 1. Literatura - Periódicos. 2. Linguística - Periódicos. I. Universidade Federal
de Viçosa. Departamento de Letras.

CDD. 20.ed. 805

Função E Legitimação Do Autor: Uma Correlação Entre Aforizador E Auctor

Fonction Et Légitimation De L'Auteur: Une Corrélation Entre L'Aphorisateur Et L'Auctor

*André William Alves de Assis¹
Lucas Piter Alves Costa²*

Resumo: Nos dias atuais, a vasta produção de discursos pretensamente autorais impõe diferentes questionamentos a respeito de quem pode ser considerado ou não um Autor. Neste trabalho, propomos uma discussão em torno desse conceito, problematizando-o como função. Para isso, agrupamos pressupostos teóricos à luz da Análise do Discurso, especificamente os trabalhos de Dominique Maingueneau e Foucault sobre autoria. Nosso *corpus* compreende dois diferentes gêneros: um verbete, retirado do “Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras”, e uma notícia publicada na “Folha Online”, que agrupa frases de Machado de Assis. Na análise, observamos duas acepções de autor: uma social, que possibilita a emergência de um “autor *de...*” e de um “autor-ator”; e outra avaliativa, singularizada por um “auctor”. Esses resultados nos permitem aproximar os conceitos de “autor” e “auctor” ao de “aforizador”, correlação que faz emergir a instância “auctor-aforizador”, legitimada por terceiros e reconhecida por um Opus.

PALAVRAS-CHAVE: Autor. Aforizador. Legitimação.

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista FAPEMIG. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integra o Núcleo de Análise do Discurso (NAD) e o Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI).

² Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista FAPEMIG. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

1 Considerações iniciais

A análise do discurso *ortodoxa*³ dedicou-se profundamente às discussões em torno da problemática do sujeito. O enfoque em torno desse conceito permitiu, de certa forma, uma demarcação própria para a disciplina da Análise de Discurso francesa. As respostas acerca do sujeito, observadas em *corpora* variados, não resultaram em uma noção estanque. A questão do sujeito continua sendo uma questão problemática e aberta. Em Benveniste (1995), por exemplo, podemos observar diferentes sentidos para a acepção de *sujeito*.

Das muitas acepções utilizadas, destacamos aquelas advindas do texto *Da subjetividade da linguagem*, em que Benveniste (1995, p. 286, grifo nosso) afirma ser “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*”. Diremos sobre isso que toda relação de existência e alteridade entre os sujeitos só é possível a partir do uso da linguagem. Temos ainda o “sujeito da enunciação” de Greimas, o “sujeito clivado” de Authier-Revuz, o “sujeito empírico” de Ducrot. Enfim, trata-se de um conceito que vem, ao longo do tempo, sendo afetado pelas teorias dos autores que o cercam.

Todas essas abordagens a que fizemos breve alusão reforçam o pressuposto de que, no quadro geral da Análise do Discurso, há um sujeito X diferente de um sujeito Y. Ou seja, de que há um desdobramento do sujeito mais próximo daquilo que genericamente chamamos de “mundo pragmático” e outro mais próximo do “mundo das palavras”. É este último tipo de desdobramento do sujeito que nos interessa para a reflexão sobre a *autoria*. Sem querer nos aprofundar nas muitas definições em torno do sujeito, uma noção importante parece ser a que traz à tona a concepção de sujeito falante, problematizado por sua produção linguageira. Essa concepção nos permite lançar um olhar para o *sujeito autor*, entidade abstrata construída coletivamente pelos discursos.

Em Foucault, ao longo da totalidade de sua obra, o sujeito é visto por meio de três relações: com o *saber* (fase arqueológica), com o *poder* (fase genealógica) e *consigo* mesmo (fase ética). O sujeito em Foucault desloca sua subjetividade constantemente, ou seja, a subjetividade é histórica, sofre das mutações históricas. A noção de autor em Foucault, por sua vez, recebe o mesmo tratamento que a noção de sujeito: ambas passam por um processo

³ Referimo-nos à Análise do discurso francesa, construída em torno dos pressupostos de Pêcheux.

de inscrição – de “nascimento” – no discurso e pelo discurso, e depois por um processo de dispersão.

Diferentemente do que se observa em torno da noção de sujeito, a noção de autor teve pouco espaço em análise do discurso (AD, de agora em diante). Esse distanciamento nos parece ser problemático, uma vez que a AD se esforça para pensar a noção de texto com as práticas e lugares sociais dos sujeitos envolvidos nessa produção. Para Maingueneau (2010) esse distanciamento da AD pode ser compreendido se forem consideradas as condições a que esse campo de pesquisa se desenvolveu. Para o autor:

[...] uma explicação possível seria que a análise do discurso, na medida em que investiu em corpora desprezados pelas faculdades de letras tradicionais, evitou abordar de maneira significativa discursos (literário, religioso, filosófico...) em que a figura do autor é incontornável (MAINGUENEAU, 2010, p. 26).

Contraditoriamente, a AD dá grande importância para *corpora* escritos, o que deveria inserir a noção de autor no centro das discussões sobre o sujeito. No entanto, algumas discussões no interior dessa disciplina podem ter afastado o foco sobre esse conceito. Ao pensar a relação entre sujeito e língua, o conceito de heterogeneidade de Authier-Revuz pode ter sido um obstáculo para reflexões sobre autoria. Para Maltby (2003, p. 73-74):

O procedimento de Jacqueline Authier colocava em evidência as rupturas enunciativas no ‘fio do discurso’, o surgimento de um discurso outro no próprio discurso. [...] A questão do discurso é, a partir de então, posta sob o signo da heterogeneidade. O primado do outro sob o mesmo se impôs, eu poderia dizer parodiando Michel Pêcheux. O que, nos anos precedentes procurava-se através da contradição marxista ou as falhas da interpelação ideológica, se inscreve agora no termo heterogeneidade.

Ao problematizar a pluralidade das fontes enunciativas, em um espaço linguístico, essa noção de heterogeneidade (constitutiva ou mostrada), que evidencia a presença de um Outro constituindo o dizer do Eu, desafia a noção de autoria aparentemente homogênea. A noção de autor suscita, portanto, muitos desdobramentos e problemas. Como todo texto, bem ou mal, tem um sujeito que se responsabiliza por ele, essa deveria ser uma questão central em AD. Nosso percurso neste artigo privilegia alguns trabalhos em torno dessa complexa noção de autoria.

2 A função-autor em Foucault

No clássico “O que é um autor”, Foucault (1992) expõe suas inquietações a respeito da noção de autor, a que “constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosófica, e das ciências” (FOUCAULT, 1992, p. 268), explorando sua relação com a escrita e o discurso literário. De acordo com o Foucault (1992), em nossa sociedade mercantilista não é possível conceber literatura sem autor (embora ele reconheça que isso ocorreu durante muito tempo). Pela importância da função-autor na literatura, e no sentido de tentar responder algumas inquietações sobre o tema a respeito de textos que possuam ou não essa função autor, Foucault (1992) apresenta e problematiza quatro traços característicos do que ele classifica como função.

Em primeiro lugar, a atenção de Foucault (1992) é voltada para a emergência da função-autor. Ele destaca a importância dada ao “autor” a partir do momento em que os discursos se tornaram transgressores, e sua origem passou a ser responsabilizada.

Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos, diferentes das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores (FOUCAULT, 1992, p. 275-276).

Após a instauração de um regime de “propriedade” para os textos, com regras sobre os direitos de autoria, sobre os direitos de reprodução (entre os séculos XVIII e XIX), os textos transgressores passaram a ser captados pela apropriação de um nome, sendo, portanto, passíveis de punição, uma vez que desestabilizavam as balizas capitalistas impostas pela sociedade. Nesse sentido, os discursos “literários” passaram a ser representados pelo que Foucault (1992) denomina “função-autor”. O seu *status* e o seu sentido será maior ou menor a depender das respostas dadas a essas questões, o anonimato de autoria é logo preenchido pela necessidade de busca ao autor. A função-autor está, portanto, nesse viés, relacionada ao sistema jurídico e institucional, passando a integrar um sistema de propriedade.

Como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o status que ele recebia, reencontrando assim o velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o perigo de uma escrita na qual, por outro lado, garantir-se-iam os benefícios da propriedade (FOUCAULT, 1992, p. 276).

No segundo traço, Foucault (1992) comenta que na antiguidade os textos ditos “literários” eram colocados em circulação e possuíam valor, mesmo sem estarem ligados a questões de autoria, a um nome. O “anonimato não constituía dificuldade, sua antiguidade, verdadeira ou suposta, era para eles garantia suficiente” (FOUCAULT, 1992, p. 276). No entanto, o valor dado à antiguidade se perdeu. Atualmente, os discursos literários não são mais aceitos sem que a eles possam ser atribuídos uma função autor: “a qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntará de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto” (FOUCAULT, 1992, p. 277). Isso evidencia que a função-autor não pode ser exercida da mesma maneira em todas as épocas e em diferentes civilizações.

No terceiro traço, Foucault (1992) afirma que a função-autor não pode ser atribuída espontaneamente de um texto a um indivíduo. Trata-se de uma atividade complexa que constrói um ser de razão, uma instância denominada autor. A construção dessa instância autor também varia conforme a época e o tipo dos discursos, “não se constrói um ‘autor filosófico’ como um ‘poeta’; e não se constrói o autor de uma obra romanesca no século XVIII como atualmente” (FOUCAULT, 1992, p. 278).

O quarto e último traço diz respeito à relação do autor com o indivíduo real. Para Foucault (1992) a função autor não remete pura e simplesmente a um indivíduo real. Ela pode dar lugar a vários egos, várias posições. “Na verdade, todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de ego” (FOUCAULT, 1992, p. 280). Contudo, a função autor não está relacionada a eles; pelo contrário, ela atua de forma a dar lugar a esses egos na sua dispersão. Seria, como dissemos, aquele desdobramento ligado ao “mundo das palavras”.

Consideramos que essas especificações sobre a função-autor representam uma “unidade coesa”, que possibilitam a demarcação de um campo de ideias, especificações que podem ser atribuídas ao autor, como função. Sem designar a existência daquele que escreve, a função-autor delimita uma teia de discursos em torno de um nome, o nome do autor. A *persona* sem importância, de carne e osso, abre espaço para uma entidade enunciativa, capaz de pôr em prática um discurso singular. Na verdade, esse enunciativador, inscrito no discurso tal como a obra (autoral), é, ele mesmo, um produto discursivo: sua existência se insere no

universo da linguagem e deve a esta a sua razão de ser. Digo, logo existo. Existo, logo digo. Antes do verbo, o sujeito não é senão uma ausência.

3 As três dimensões do autor em Maingueneau

A noção de autor também tem levantado o interesse de Maingueneau (2010, 2012). Suas reflexões ancoram-se, sobretudo, nos trabalhos de Foucault. Para Maingueneau (2010), o analista do discurso deve se questionar “em que condições um enunciado é suscetível de ter um ‘autor’” (MAINGUENEAU, 2010, p. 28). Na literatura, por exemplo, autor pode ser considerado aquele que produz romances, peças de teatro, etc. A concepção privilegia, portanto, os produtores de literatura. Em outro ponto, o termo autor também pode ser empregado como complemento de nome, atribuindo esse estatuto ao *autor de* um filme ou *autor de* uma fotografia. Trata-se, portanto, de uma nova forma de abordar a noção de autoria.

O problema, assevera Maingueneau (2010), está em determinar o ponto de encontro desses funcionamentos, ou seja, determinar quando um sujeito passa do estatuto de “autor *de*”, que revela um estatuto social ou político, para se trinar “*um* autor”, que implica uma avaliação coletiva, não relacionada necessariamente ao estatuto social, ao “mundo empírico”. Esse questionamento resulta uma classificação da noção de autor que compreende três grandes dimensões.

A primeira dimensão diz respeito à instância sócio-historicamente variável responsável por um texto. Esse “autor responsável”, segundo Maingueneau (2010, p. 30), “não é nem o enunciador, correlato do texto, nem o produtor em carne e osso, dotado de um estado civil”. Autor, nessa dimensão, não está relacionado à instância literária, uma vez que a todo gênero discursivo pode ser atribuído um responsável, um autor.

A segunda dimensão aborda a instância “autor-ator”. Sem ter a produção de textos como uma profissão, esse sujeito autor-ator pode ser observado pela gestão de uma trajetória, de forma a organizar sua existência em torno de sua produção intelectual. “Assim, a própria palavra ‘autor’, segundo as conjunturas históricas, entra em concorrência com outras: ‘escritor’, ‘homem de letras’, ‘literato’, ‘artista’, ‘intelectual’ [...]” (MAINGUENEAU, 2010, p. 30).

A terceira dimensão é aquela dedicada à instância “auctor”, sujeito reconhecido enquanto correlato de uma obra. Para ser legitimado como auctor⁴, o sujeito depende do reconhecimento de terceiros, que atribuem certa unidade às suas produções, a uma visão de mundo ou um ponto de vista singular, o que não é percebido nas instâncias de “autor responsável” e “autor-ator”. Para Maingueneau (2010, p. 30), “apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de ‘auctor’, pois poucos são os que podemos associar a um *Opus*.”. É essa dimensão que mais comumente tem sido importante para as análises discursivas em cuja função-autor deva ser considerada, sobretudo em textos literários.

As dimensões propostas por Maingueneau (2010) nos possibilitam, assim, pensar autoria em níveis bastantes diversificados, como ele o faz problematizando a questão da *internet*. Ainda, permite-nos discutir sobre a questão da validação dessa autoria, em termos de reconhecimento de uma obra ou de um conjunto de obras, o que, de fato, problematiza ainda mais a concepção dessas dimensões. Por se tratar de um novo olhar para a questão da autoria, possibilitando sua expansão para diferentes tipos de textos, os conceitos propostos por Maingueneau (2010, 2012) serão por nós observados em um movimento de análise. Antes, queremos ainda aproximar outra noção a essa problemática da autoria: a noção de aforização.

4 A legitimação do aforizador

A questão da autoria impõe diferentes questionamentos. Entre eles, abordaremos a relação entre a produção intelectual de um autor e sua apresentação/retomada na sociedade. Atualmente, a circulação de enunciados atribuídos a autores diversos é muito grande. “O desenvolvimento recente de uma configuração que associa estreitamente mídia impressa, rádio, televisão, internet e telefonia móvel permitiu levar a um nível sem igual o destaque e a circulação das aforizações.” (MAINGUENEAU, 2012, p. 88, tradução nossa⁵).

Frequentemente agrupadas, essas aforizações são normalmente pequenas frases, que podem ser encontradas em diferentes gêneros, suportes e plataformas. Exemplo disso são os

⁴ O étimo latino “auctor” é tomado por Maingueneau (2012) como instância que responde por um *Opus*, diferenciando-o das demais dimensões. Fora da necessidade de distinção das três dimensões aqui apresentadas, a noção de “auctor” pode facilmente ser tomada pela de “autor”.

⁵ “Le développement récent d’une configuration qui associe étroitement presse imprimée, radio, télévision, Internet et téléphonie mobile a permis de porter à un niveau inégalé le détachement et la mise en circulation des aforisations.”.

sites da internet, como o *Pensador UOL* e o *KD frases*; material impresso, sob rubricas diferenciadas, por exemplo as páginas *Veja essa!* da revista *Veja* e *Frases* da *Revista Língua Portuguesa*; em dicionários de citações, como o *Dicionário Lula*, dentre outros. Em todos esses casos, encontramos frases agrupadas que problematizam e trazem, discursivamente, à tona a noção de autoria. Para Maingueneau (2012), esse fenômeno diz respeito a um estatuto específico: o da *enunciação aforizante*. Ao abordar essa noção, Maingueneau (2010, 2012) agrupa, em um único plano enunciativo, o que ele denomina de “aforizações primárias” e “aforizações secundárias”.

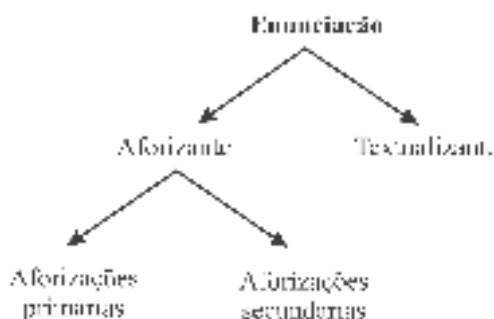


Figura 1 - Enunciações Aforizante e Textualizante.

Adaptado de Maingueneau (2010; 2012).

Aforizações secundárias são enunciados destacados⁶ provenientes de um destacamento de texto. Aforizações primárias, por sua vez, são aforizações que não perpassam um processo extração de um texto (slogans, fórmulas, provérbios, adágios, e etc.), embora sempre estejam inseridos em um gênero. Ambas compreendem “[...] o já-dito de uma série aberta de enunciações anteriores ou virtuais” (MAINGUENEAU, 2012, p. 29, tradução nossa⁷).

Essa distinção entre aforizações primárias e secundárias não é histórica, mas contextual. Para Maingueneau (2012), um provérbio (aforização secundária) pode ter compreendido um texto em algum momento (aforização primária). Portanto, é o contexto de acolhida de uma aforização que define se se trata de uma aforização primária ou secundária, e esse contexto varia também de acordo com os leitores que podem ou não resgatar a sua fonte.

⁶ Embora não seja nosso interesse nos aprofundar nessa definição, retomamos Assis e Mareco (2012) para quem “a noção de enunciados destacados em geral refere-se àqueles enunciados que normalmente são curtos, formulados por uma única frase, que funcionam de forma autônoma e veiculam posicionamentos discursivos específicos de determinados grupos sociais.”.

⁷ “[...] le déjà-dit d’une série ouverte d’énonciations antérieures ou virtuelles”.

De acordo com Maingueneau (2012, p. 161, tradução nossa⁸), são características essenciais de uma enunciação aforizante secundária que ela:

- não esteja assujeitada ao gênero do discurso;
- se dirija não a um alocutário específico, mas a um ouvinte que está situado num outro plano;
- reapresente uma enunciação anterior, pela intervenção de um terceiro que converte o locutor original em uma instância – o aforizador – que é o produto da operação de destacamento.

O aforizador, portanto, só existe, empiricamente, porque há interferência de outro sujeito que o retoma em forma de texto. Esse terceiro (um jornalista, um blogueiro, um professor, etc.) pode ser o responsável pela “destextualização” de um excerto de texto, ou seja, responsável por extrair um enunciado de sua origem (um gênero de discurso) para utilizá-lo em outros contextos. Contudo, esse terceiro, que coloca um recorte de texto em circulação no interior de um gênero, pode não ser o responsável por sua destextualização. A maioria deles só tem acesso ao enunciado destacado já destextualizado, objeto de retomadas anteriores. Independentemente de ser ou não o responsável pela saída do texto de sua fonte, esse terceiro é de suma importância, uma vez que é ele quem dá existência à instância aforizador.

Esses sujeitos, responsáveis pela retomada de textos, evidenciam, cada um a seu modo, um problema: o distanciamento entre o enunciado citado e sua fonte. Para abordar essa questão, Maingueneau (2012) julga necessário distinguir entre: a) um *destacamento fraco*, em que o enunciado destacado está contíguo à fonte; b) um *destacamento forte*, para o qual o excerto em destaque não compreende o plano textual. Partindo do princípio de que “quando há destacamento ‘forte’, de modo geral, o texto fonte é inacessível para o leitor ou para o auditório” (MAINGUENEAU, 2012, p. 16, tradução nossa⁹), acreditamos ser possível aproximar esse conceito à noção de autoria. Nossa tentativa de aproximação das noções de aforizador e autor advém da hipótese suscitada a partir da constatação de que autor e o aforizador são instâncias legitimadas por um terceiro.

⁸ “Elle n’est pas assujettie au genre de discours.

Elle s’adresse non à un allocutaire spécifié, mais à un auditoire qui est placé sur un autre plan.

Elle représente une énonciation antérieure, par l’intervention d’un tiers qui convertit le locuteur originel en une instance – l’aphoriseur - qui est le produit de l’opération de détachement.”.

⁹ “Quand il y a détachement « fort », en règle générale le texte-source est inaccessible pour le lecteur ou l’auditeur.”.

5 O autor em análise

Para que possamos perpassar as principais noções aqui levantadas, agrupamos nesta seção dois *corpora* distintos: a) um verbete retirado do *Dicionário Lula: um presidente exposto por sua própria obra*; b) uma notícia publicada na *Folha Online*, que agrupa frases de *Machado de Assis*. Em ambos os casos, somos levados à observar as retomadas de textos como aforizações. No entanto, essas retomadas revelam sujeitos empíricos diferenciados, por isso acreditamos que sejam exemplos interessantes para problematizar a noção de autoria.

O *Dicionário Lula* compreende um interessante e complexo trabalho assinado por *Ali Kamel*. Nele, o jornalista organizou (auxiliado por profissionais diversos) um dicionário a partir de frases pronunciadas por *Luís Inácio Lula da Silva* (Lula, de agora em diante). Essas frases são recortes de falas que compreendem momentos diversos de Lula durante sua trajetória política até o ano de 2009. O compêndio de Kamel compreende 347 verbetes, seguidos por subverbetes, que intentam especificar cada uma das acepções ali levantadas. Na introdução do dicionário, há uma grande aproximação, aparentemente caótica, entre a fala de Kamel e de Lula. No entanto, interessamo-nos especificamente nas retomadas aforizantes dos verbetes e subverbetes, como o que segue:

Feliza Brasília – são milhares e milhares mil famílias atendidas em 2007!
... não se cansando com o pagamento de dívidas históricas. Um erro que a questão da coca é uma coisa extremamente importante, não estamos fazendo nenhum favor, estamos apenas pagando, também, uma dívida, controlada durante quarenta anos de história. (p.303, Brasília – DF, Sessão do ProLula, Programa Universidade para Todos)

Felicidade

(van desgraça; sorriso)

Como nós estamos em época de Natal, eu queria dizer para vocês felicidade, ou a gente reparta ou a gente pensa, porque não é justo a gente ser feliz sozinho. (p.303, Brasília – DF, Lançamento do Programa de Modernização da Direção de Comércio – Modernarj)

... para o povo, é poder consumir. A expansão do emprego ocorreu em todo o território nacional, tendo um pequeno desaquecimento nas regiões Sudeste e Nordeste brasileiras. E é isso que quer que continue acontecendo no Brasil: crescimento econômico, aumento da geração de empregos, aumento da massa salarial, aumento do poder de compra do povo, porque é isso que o povo brasileiro precisa para ser feliz. (p.303, Rádio Nacional, Programa de rádio Café com o Presidente)

... é poder sorrir com todos os dias. Às vezes você vai num ato político e pergunta: Aquela pessoa não sorri? Aquela pessoa não abraça? Aquela pessoa não fala? É porque a pessoa tem vergonha de mostrar a face. Aquilo que é muito mesmo, criança de seis anos de idade, quando está tirando os dentes, fica todo num adolescente ou num adulto. Então, as pessoas não sorriem. E quem não sorri

não pode ser feliz, gente. (p.303, Caracas – VZ, Lançamento do Clôno dos Bravos, do programa Brasil Sorridente)

... é algo que só se tem quando você autoestima. Se você não acredita em você, se você não tem esperança, você já levanta de manhã mal-humorado, você já cumprimenta as pessoas mal-humorado, você vai dormir mal-humorado. Eu acho muito difícil alguém ser feliz se não acreditar em si mesmo, se não tiver autoestima, se não acreditar que também ele poderá fazer melhor do que fez hoje. (p.303, São Paulo – SP, Lançamento da campanha O Brasil do Brasil é do brasileiro)

... é algo que só se tem quando você autoestima, e Lula tem demais. Primeiro, eu penso que nós terminamos o mandato em uma situação altamente privilegiada. Poucos presidentes tiveram a felicidade e a alegria de terminar um mandato numa situação tão boa como nós estamos tendo no primeiro mandato, do ponto de vista político, do ponto de vista econômico, do ponto de vista das políticas sociais. (p.303, Brasília – DF, Entrevista após abertura da exposição fotográfica São Milhões de Lulas)

... da Lula é ver o povo feliz. Eu quero que o povo brasileiro seja feliz. A minha felicidade é exatamente saber que o meu povo está feliz. (p.303, Rádio Nacional, Programa de rádio Café com o Presidente)

Fernando Henrique Cardoso

Eu tenho relato de amizade com o presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele não era sequer eleito senador, de um suplente de senador, eu tenho amizade com ele. Então, eu tenho que trabalhar de forma civilizada, e ele também. No momento em que a gente tiver

Figura 2 – Verbete do “Dicionário Lula”.¹⁰

No verbete “Felicidade” (fig. 2) podemos observar como Kamel constrói as retomadas das falas de Lula. O termo é associado à “desgraça; sorriso” e sua definição, logo abaixo do verbete, é apresentado ao leitor em forma de aforização, uma retomada da fala de Lula a que o leitor só tem acesso ao contexto pelas informações do jornalista, apresentadas ao final do verbete e dos subverbetes, entre parênteses. Ao final de cada uma das aforizações que definem os verbetes, são apresentados os subverbetes em destaque na cor vermelha, antecidos por reticências. Eles são particularmente interessantes porque, embora oriundos

¹⁰ O verbete “Felicidade” (KAMEL, 2009, p. 324) foi escolhido aleatoriamente, uma vez que todo o dicionário segue um mesmo padrão.

da fala de Lula, sofrem uma interferência significativa¹¹, pois sintetiza o enunciado que segue o subverbo atribuído ao político.

Esse tipo de destaque que sintetiza um enunciado maior já foi observado por Assis (2013, p. 71) em falas de atores políticos retomadas em notícias *online*. Para o autor, trata-se de uma manobra discursiva, que “não consiste em trazer a fala do outro para o discurso por meio do discurso direto; pelo contrário, opera-se uma interpretação indireta que assume uma tomada de posição”. Para Maingueneau (2012), essas manobras são paráfrases que tentam restituir o sentido aparente da fala: “Essas paráfrases se dão, de modo geral, como a interpretação certa, mesmo se esta é inevitavelmente relativa às finalidades da coletânea.” (MAINGUENEAU, 2012, p. 27, tradução nossa¹²). A imagem de seriedade que se atribui a um dicionário, acompanhado de um destacamento forte, o acesso à fonte, afasta ilusoriamente a possibilidade de o jornalista operar interferências nesses subverbetes. O enunciado em destaque é apresentado como única interpretação possível da aforização que o acompanha.

Essa alternância e aproximação aparente entre a fala de Kamel e a fala de Lula nos permite problematizar a noção de autoria que vimos abordando. Kamel é um escritor que compreende diferentes trabalhos (como jornalista, escritor e diretor de jornalismo). Responsável pelo agrupamento das falas de Lula no dicionário em tela, acreditamos ser possível aproximá-lo ao conceito de “autor-ator”, nos termos de Maingueneau (2010, 2012). Nesse sentido, Ali Kamel pode ser observado como uma instância que, durante sua vida, organizou sua existência em torno de uma atividade de produção e textos. No dicionário, ele não é o aforizador, uma vez que os verbetes são atribuídos a outro. Kamel é, nessa linha de raciocínio, o sujeito terceiro a que Maingueneau (2012) se refere como o responsável por extrair um recorte de texto de sua fonte e inseri-lo em outro contexto, legitimando o aforizador Lula. A diversidade da produção de Kamel, chamada de “dispersa” por Maingueneau (2010, p. 31), talvez seja o motivo que não o permita ser reconhecido como um autor singular, correlato de uma obra (um auctor).

¹¹ Além da interferência de síntese, a que nos referimos, cumpre observar que Kamel (2009, p. 21) afirma ter executado “poucas alterações” nos textos para a elaboração dos verbetes e subverbetes. O autor também assevera ter provido interferências na pontuação das transcrições analisadas. Para ele, essas interferências foram necessárias para garantir “o bom entendimento do leitor”. Por fim, ressaltamos que os textos analisados já são resultados de transcrições, ou seja, retextualizações que podem trazer consigo interferências dos agentes envolvidos nesse processo. As transcrições analisadas no dicionário foram, de acordo com Kamel, aquelas disponibilizadas pela Presidência da República, em sua página na internet.

¹² “Ces paraphrases se donnent en règle générale comme *la* bonne interprétation, même si celle-ci est inévitablement relative aux finalités du recueil.”

No *Dicionário Lula*, vemos emergir outra instância enunciativa passível de observação: Lula. Ele é responsabilizado pelos excertos que correspondem aos verbetes, agrupados por Kamel. Não podemos atribuir a essa dimensão um estatuto literário, e sim a de responsabilidade do dizer. Lula compreende a instância de “autor responsável”¹³, a quem é atribuído o estatuto de aforizador. Embora a produção de textos não seja o foco principal de sua atividade política, é ele quem responde (juridicamente e moralmente) pelos enunciados retomados e destacados, mesmo aqueles parafraseados por Kamel. Essa falas não compreendem um *Opus*, são oriundas de gêneros e contextos específicos a que Lula participou e tomou a palavra (reuniões, entrevistas, pronunciamentos, etc.), responsabilizando-se por elas. “Autor *de*”, ele é convertido, involuntariamente ou não, por Kamel, em uma “instância de estatuto historicamente variável que responde por um texto” (MAINGUENEAU, 2010, p. 30). Trata-se, portanto, de uma confluência entre aforizador e “autor *de*”, ambos legitimados por Ali Kamel, que se refere a um estatuto social da aceção de autor: o de político e o de responsável por um texto.

Os dois estatutos “autor-ator” e “autor responsável” observados no exemplo do *Dicionário Lula*, não esgotam as possibilidades de definição de autoria propostos por Maingueneau (2010, 2012). Vimos que a aceção de autor empregada a Kamel e a Lula é social, logo a definição de “autor” para ambos dificilmente virá sem um complemento de nome (autor *de*...). No entanto, outra aceção de autor pode surgir, desvinculada desse estatuto social. Para que possamos expandir nossa análise, vejamos o exemplo que compreende nosso segundo *corpus*:

¹³ Neste trabalho, o termo “autor responsável” é utilizado como sinônimo de “autor *de*”.



Figura 3 - Frases de Machado de Assis.¹⁴

A figura acima foi retirado do jornal *Folha de S. Paulo* em sua versão *online*. Trata-se de uma publicação que agrupa frases de Machado de Assis, a quem o jornal atribui um “humor irônico”. Além das frases “célebres” do “escritor”, Folha traz a fotografia do autor que parece observar diretamente o seu leitor. Para Maingueneau, esse é um recurso bastante utilizado pelas mídias, “as fotos de rosto centram-se no olhar, dirigido a um auditório indeterminado do qual cada leitor participa” (MAINGUENEAU, 2012, p. 40, tradução nossa¹⁵). Produto de um destacamento, a foto tenta eliminar ao máximo as características do contexto. A legenda traz um resumo avaliativo sobre Machado: “Escritor Machado de Assis é dono de frases marcantes e que expressam um arguto ponto de vista sobre diversos temas”. A figura do rosto funciona também como uma assinatura (assim como a designação do nome na legenda), que legitima dois estatutos distintos: um Machado de Assis locutor da vida real (o da foto) e outro Machado de Assis aforizador (autor de textos).

Ao tratar o autor como função, uma vez que todo enunciado requer um autor, Maingueneau (2012), que empresta essa noção de Foucault, centra sua análise na acepção de

¹⁴ A imagem representa apenas um recorte dos excertos publicados no site da Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u449635.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

¹⁵ “Les photos des visages se focalisent sur leur regard, dirigé vers un auditoire indéterminé dont chaque lecteur participe.”.

autor reconhecido por sua obra, por um agrupamento de textos relacionados a uma unidade consciência. Nos índices da notícia em tela (título, subtítulo, foto e legenda), é latente uma relação que envolve autor e obra, reconhecida e propagada por Folha nas avaliações que apresenta aos seus leitores. Os enunciados destacados validam esses índices, são fragmentos retirados do *Opus* do autor. Compreendem, dessa forma, o *Thesaurus* da comunidade brasileira.

Expomos anteriormente que o autor, correlato de uma obra, pode ser designado como *auctor*, para distingui-lo do *autor* que responde a um único texto ou por uma trajetória difusa (como vimos na análise sobre o Dicionário Lula). Assim como o aforizador, esse auctor não pode se instituir como tal. É necessário a interferência de terceiros, que operam um *desligamento* de seus enunciados em relação aos gêneros (MAINGUENEAU, 2012). A distinção entre o terceiro que legitima um aforizador e um auctor está na pluralidade desse último, não necessária para o primeiro. Para ser reconhecido como auctor, não basta que apenas um sujeito o reconheça como tal, e sim que o seu reconhecimento seja objeto de um concordância entre sujeitos que possam legitimá-los. Os critérios, como vimos em Foucault (1992), são históricos e institucionais, e podem ser a grande fronteira que separa um “autor *de*” do estatuto de “auctor”.

Não sabemos se o terceiro, representado pelo jornalista da Folha no recorte acima, teve contato com a obra ou se os destaques são retomadas de enunciados já destacados. De qualquer forma, trata-se de um destacamento forte, uma vez que esses enunciados atribuídos a Machado provêm de outros textos, inseridos aqui em um gênero (que se confunde como uma notícia e uma lista de aforismas) que categoriza alguns verbetes Machadianos, sintetizados assim pelo jornalista da Folha. A acepção de “auctor” (autor maior, o grande autor) não provém de um reconhecimento do estatuto social de Machado, mas de suas criações originais, singulares, sua maneira de dizer, da qualidade desses textos.

A força do destacamento pode parecer quebrada pela aparente contextualização da sua fonte, ao final de cada um dos trechos em destaque. Entretanto, a plataforma que dá suporte à notícia não é suficiente para exaurir dúvidas em relação à validade desses enunciados. Embora o retorno à fonte seja um movimento que poderia trazer outros problemas¹⁶, para o leitor esse retorno não é necessário, pois o reconhecimento de Machado como auctor é

¹⁶ Em Assis (2013) e Mareco (2013), por exemplo, foram observados enunciados destacados de falas de atores políticos que foram colocados em circulação e foram alterados, por vezes criados pela mídia no processo de destacabilidade. Como a discussão aqui foca autoria e aforização, não nos aprofundaremos nesse assunto.

bastante dissipado na cultura brasileira, e o *ethos* da Folha afasta a possibilidade de o jornal, reconhecido nacionalmente, interferir na obra. “Na verdade, se se fala com tanto prazer e sem maiores questionamentos sobre a "obra" de um autor, é porque a supomos definida por uma certa função de expressão” (FOUCAULT, 2008, p. 27), que garante, a um número bastante restrito de escritores, o estatuto de autoridade, de grande autor, como Machado de Assis.

O verdadeiro autor (o auctor) “é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 1999, p. 28), nesse sentido o gênero do discurso é relegado a segundo plano, dando espaço a um agrupamento de textos integrantes de uma consciência: a obra. O aforizador e o auctor libertam-se, portanto, das leis que limitam o espaço do texto e o gênero e, desta forma, balizam a relatividade entre a fala e o momento em que foi proferida. Para Maingueneau (2012) essa liberdade se dá em planos distintos:

O auctor se liberta disso, de uma certa forma, por cima, convertendo os textos em fragmentos de uma unidade superior, uma Obra, expressão de um Sujeito em majestade. O aforizador, por sua vez, se liberta por baixo: o texto se desfaz em aforizações (MAINGUENEAU, 2012, p. 164, tradução nossa¹⁷).

Essa liberdade do Auctor resulta um paradoxo: a obra de um autor se desfaz em pequenos enunciados, que circulam em diferentes suportes e gêneros; esses retalhos, por sua vez, são enunciados que se remetem à singularidade do autor que compreende um todo: a obra do autor. Dessa forma, só há obra se o enunciado destacado, que ecoa em repetições que atestam uma singularidade, vir reconhecido como uma unidade maior. Nesse sentido, concordamos com Maingueneau (2012, p. 165, tradução nossa¹⁸) para quem “[...] os papeis do aforizador e do auctor podem convergir”. No exemplo de Machado de Assis, esses recortes são aforizações atribuídas a uma instância superior, o Autor Machado de Assis. Essas aforizações compreendem uma memória coletiva, reconhecida e registrada em um *Thesaurus*. Involuntariamente ou não, “todo grande autor está fadado a ser um grande aforizador, do qual se recolhem as palavras memoráveis” (MAINGUENEAU, 2012, p. 165, tradução nossa¹⁹). Auctor ou aforizador, o enunciator das enunciações desatadas assombram os gêneros do

¹⁷ “L’auctor s’en affranchit en quelque sorte par le haut, convertissant les textes en fragments d’une unité supérieure, une Œuvre, expression d’un Sujet en majesté. L’aphoriseur, quant à lui, s’en affranchit par le bas : le texte se défait en aphorisations.”

¹⁸ “[...] les rôles d’aphoriseur et d’auctor puissent converger”.

¹⁹ “[...] le grand auteur est voué à être un grand aphoriseur dont on rassemble pieusement les dits mémorables”.

discurso, sem habitá-los. Isso porque a Obra se integra em uma unidade acima dos gêneros discursivos, e as aforizações se inscrevem em textos, mas marcam uma tensão constante entre ela e o fundo textual, que o projeta para fora, legitimando aforizador e Autor.

6 Conclusão

Diante dos muitos níveis de apreensão do conceito de autor, vê-se que é preciso distinguir o autor formado no plano material, jurídico, empírico, do autor formado no plano dos discursos. Neste último, ainda é possível observar duas acepções distintas, uma focada no reconhecimento social, e outra na singularidade de uma obra. Nos textos cuja função-autor é importante, o nome de autor, produto de diferentes práticas discursivas, compreende, desse modo, um índice, uma síntese, uma compilação de enunciados organizados, retomados, aforizados.

As questões em torno da autoria, a nosso ver, estão intimamente ligadas à noção de Obra como um produto constitutivamente perene. Indo além de meras questões de singularidade e estilo, é preciso se perguntar o que faz de um texto ou de um conjunto de textos uma Obra. Nesse sentido, percebemos a possibilidade de problematizar autoria em Análise do Discurso, à medida que o texto que exige a presença de um autor sempre se associa a um nome, um responsável. Como aludimos, há uma forte distinção entre auctor e autor: autor pode ser o nome atribuído à entidade responsável por um texto, ou um agrupamento difuso; auctor corresponde ao nome correlato de uma obra, uma consciência profunda que ecoa uma singularidade reconhecia e constantemente retomada.

Da mesma forma, observamos ser possível pensar que nem todo texto possa relegar para si o estatuto de Obra, o mesmo pode ocorrer com a Autoria: nem todo nome pode ser um autor maior, como o é Machado de Assis. No Dicionário Lula, observamos essa distinção. Ali Kamel, ainda que seja um escritor e assine o dicionário, não pode ser considerado um auctor; tampouco Lula, a quem os enunciados desse dicionário são atribuídos, e quem parece estar ainda mais longe dessa definição. Observamos na análise o surgimento de duas entidades distintas: Ali Kamel, uma instância organizada em torno de uma atividade de produção de textos, um “autor-ator”; e Lula, “autor responsável” pelos enunciados ali destacados. Lula é

legitimado como Aforizador por um terceiro (Kamel) e responde (jurídica e moralmente) por suas palavras.

Na análise de notícia veiculada pela Folha Online, observamos mais profundamente a acepção de “auctor”. Machado de Assis é relegado a essa categoria por índices diversos que compreendem a singularidade de sua obra. Mesmo que se apresente em gêneros diversos e distantes de suas fontes, os exemplos aforizantes se mostram com um paradoxo: uma parte se mostra como um todo, validada pela singularidade do conjunto a que se reflete. Nesse sentido o gênero do discurso é aparentemente relegado a segundo plano, dando espaço a um agrupamento de textos integrantes de uma consciência: a obra. Machado de Assis é apresentado na notícia em tela como aforizador. Somos logo levados a pensar além da diversidade dos textos para algo memorável. Machado de Assis é convertido em uma instância livre das leis que limitam o espaço do texto e do gênero no momento em que tem sua singularidade reconhecida por terceiros.

Postos Autor e Obra como correlatos, observamos que a instância social do enunciador não deixa de existir, mesmo que o nome do autor tenha se tornando um nome de auctor. E vimos que o nome de auctor pode ser convertido em Aforizador-auctor, pois os enunciados de Machado, retomados em aforizações, remetem a sua obra. Longe de esgotarmos a discussão dada à pluralidade de pressupostos sobre autoria, este trabalho pretendeu suscitar algumas reflexões à respeito da pluralidade de acepções em torno do conceito, pressupostos que nos permitiram apresentar uma abordagem diferenciada de análise para a noção de autor.

Rerefências

ASSIS, A. W. A. **Citações e sobreasseverações**: o funcionamento da retomada de falas em notícias online. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Maringá – PR. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ASSIS, A. W. A.; MARECO, R. T. M. Enunciados em Destaque: Caminhos para uma abordagem em análise do discurso. **Linguasagem**, São Paulo, n. 19, p. 1-8, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao19/artigos/artigo_005.pdf. Acesso em: 10 out 2013.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

FOLHA *online*. **Leia Frases do escritor Machado de Assis por temas**. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u449635.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Trad. Antonio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. Vega: Passagens, 1992.

_____. **A Ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KAMEL, A. **Dicionário Lula**: um presidente exposto por suas próprias palavras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Les Phrases Sans Texte**. Paris: Armand Colin, 2012.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso** – (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Pontes: Campinas, 2003.

MARECO, R. T. M. **Do debate televisivo ao jornal impresso**: aforizações na mídia nacional. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Maringá – PR. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

RÉSUMÉ: Actuellement, la grande production de discours d’auteur impose différentes questions concernant à qui peut être considéré ou non un Auteur. Dans ce papier, nous proposons une discussion de ce concept comme une fonction. Pour ça, nous avons regroupé sous la lumière de l'Analyse du Discours théorique, en particulier le travail de Maingueneau et Foucault avec les hypothèses concernant le droit d'auteur. Notre corpus se compose de deux genres différents: une entrée de «Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras» et un rapport publié dans le «Folha Online», qui rassemble les phrases de Machado de Assis. Dans l'analyse, nous avons observé deux sens du droit d'auteur: un social, en permettant l'émergence d'un «auteur de... » et un « auteur-acteur » ; et d'autres évaluative, singularisée pour «auctor». Ces résultats nous permettent approcher les notions de «auteur» et «auctor» avec la notion de «aphoriseur». Ça, c'est un approche qui fait émerger le concept de «auctor-aphoriseur », légitimé et reconnu par les autres en raison d'un Opus.

MOTS-CLÉS: Auteur. Aphoriseur. Légitimation.

Retórica Das Imagens Na Construção Do Discurso Anti-homofóbico

Rhetoric Of Images In Construction Of Anti-homophobic Speech

Daniel Mazzaro Vilar de Almeida¹
Emilia Mendes²

Resumo: Este trabalho consiste em analisar como o imaginário da tolerância é construído em imagens contidas em propagandas de prevenção à homofobia no Brasil e em outros países latino-americanos na contemporaneidade. O *corpus* é formado por propagandas veiculadas em redes sociais e o foco de nossa análise é o papel dos efeitos patêmicos na construção dos *ethé* de vítima. Para tanto, nos valem das contribuições de Mendes (2010, 2012, 2013) sobre a análise integrada de imagens e de Wieviorka (2005) sobre a compreensão moderna da "vítima". Recorremos também a Butler (2010), segundo a qual a linguagem projeta feixes de realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente com base em um esquema heterossexual. Observamos, no *corpus*, a ocorrência de efeitos patêmicos ligados à empatia e ao medo [da violência], em uma escala que vai da repugnância ao terror. A finalidade de tais efeitos visados é justamente tentar sensibilizar os cidadãos para a causa do combate à homofobia. No que tange ao *ethos*, percebemos a projeção de uma imagem de si, inicialmente, como vítima, mas que se transforma em uma imagem de ator social capaz de lutar pelos seus direitos pelo fato de estar em uma propaganda de combate à homofobia.

PALAVRAS-CHAVE: imagem; discurso anti-homofóbico; imaginário.

¹ Professor Assistente de Língua Espanhola da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutorando em Análise do Discurso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Análise do Discurso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com período sanduíche na Université de Paris XIII sob a orientação de Patrick Charaudeau.

Considerações iniciais

As campanhas de prevenção e educação relativas a questões sociais e de defesa das minorias têm se tornado cada vez mais frequentes na sociedade latino-americana em que vivemos. Se de um lado elas possuem um objetivo didático de ensinar a tolerância [portadores de necessidades especiais, homossexuais], a não-violência [em relação a crianças, mulheres e homossexuais] ou mesmo a prevenção [para o caso de acidentes - de trânsito, de trabalho; campanhas de vacinação e formas de se evitar doenças]; de outro, a forma de comunicar e tocar um público amplo para que se sensibilize sobre o assunto se torna um desafio. Assim como Chabrol & Diligeart (2010) e em Figueiredo (2012), observamos que as imagens no caso latino-americano também desempenham um papel essencial na construção desse discurso das campanhas sobre prevenção e educação, já que a imagem, em relação ao texto, tem um poder maior de alcance e uma instantaneidade. Dito de outra forma: leva mais tempo lermos a descrição de uma pessoa agredida do que vermos a imagem de uma pessoa agredida.

Assim sendo, o objetivo de nosso estudo consiste em analisar de que maneira são construídas estratégias patêmicas em imagens contidas em propagandas de prevenção à homofobia no Brasil e em outros países latino-americanos na contemporaneidade. O *corpus* analisado é formado por imagens veiculadas em redes sociais e coletadas nos anos de 2011 e 2012. Nessa perspectiva, o presente artigo tem a seguinte organização: (a) num primeiro momento trataremos de questões relativas à retórica e à análise de imagens; (b) num segundo momento, serão abordadas questões relativas ao surgimento e ao reconhecimento da figura da "vítima" num breve histórico do séc. XIX aos dias atuais; (c) em seguida, trataremos das questões relativas a gênero, corpo e homofobia; para, enfim, (d) procedermos às análises do material coletado.

As propagandas serão apresentadas apenas na seção "Análise do *corpus*". No entanto, em seções anteriores vamos nos referir a elas. Sugerimos, portanto, que se dirija sempre à seção supracitada para visualizá-las.

Por uma análise integrada das imagens

A partir de uma junção de perspectivas dos estudos retóricos contemporâneos e de elementos da análise de discurso ligados à Semiologia, buscou-se, em Mendes (2010), fazer uma proposta teórico-metodológica de abordagem tanto do material icônico quanto do material verbal contido em gêneros do discurso. É desta junção que surge o termo "análise

integrada" que permite a união dialógica de dois campos disciplinares e também o tratamento de todos os elementos de um dado gênero, pois, até pouco tempo, o estrato verbal detinha a primazia, relegando a imagem a um segundo ou terceiro plano, quando não era sumariamente descartada das análises. Esta abordagem nos permite ver que vários gêneros são compósitos de várias linguagens: um estrato verbal, um estrato icônico e um estrato sonoro [voz, efeitos e música], sendo que cada estrato possui as suas idiossincrasias e suas formas de manifestação, sem contar o uso estratégico que o produtor do discurso pode fazer deles.

Assim sendo, apresentamos a nossa proposta desenvolvida em Mendes (2010 e revista em 2012³) e, a seguir, teceremos algumas explicações do funcionamento da grade. É importante dizer que estamos tratando aqui somente da imagem fixa, já que a imagem móvel, ou cinética, necessitaria de outros elementos na dimensão técnica.

GRADE DE ANÁLISE DE IMAGENS – [elaborada por Emília Mendes] [versão 2012]

Tab. 1	DIMENSÃO SITUACIONAL DA IMAGEM E DO TEXTO			MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS TÉCNICOS								DADOS DE APOIO PARA IMAGÉTICOS
				ELEMENTOS TÉCNICOS DA IMAGEM FIXA				DIMENSÃO DISCURSIVA E DE EFEITOS				
	ARTES DO DISCURSO (CIN, LIT, FOT, etc.)	OBJETO E SUJEITO (Pessoa, animal, etc.)	OBJETO DE FOCO E DE CONTRASTE	ENQUADRAMENTO	PLANO DE FOCALIZAÇÃO	PLANO DE VISTA	PLANO DE ÂNGULO	MODO DE CÂMBIO (360°, 180°, 90°, etc.)	PARÂMETROS DE CÂMBIO (VELOCIDADE)	EFETOS VISUAIS (LIT, etc.)	EFETOS SONOROS (MÚSICA, etc.)	
GÊNERO												
Tab. 2	DIMENSÃO SITUACIONAL DA IMAGEM E DO TEXTO			MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS VERBAIS								DADOS DE APOIO PARATEXTUAIS
				LINGUAGENS DE LINGUAGEM (Linguagem verbal)			DIMENSÃO DISCURSIVA E DE EFEITOS					
	ARTES DO DISCURSO (CIN, LIT, FOT, etc.)	GÊNERO E EFETOS VISUAIS/ SONOROS	OBJETO DE FOCO E DE CONTRASTE	LOCALIZAÇÃO (L, C, etc.)	PLANO DE FOCALIZAÇÃO (L, C, etc.)	PLANO DE VISTA (L, C, etc.)	PLANO DE ÂNGULO (L, C, etc.)	MODO DE CÂMBIO (360°, 180°, 90°, etc.)	PARÂMETROS DE CÂMBIO (VELOCIDADE)	EFETOS VISUAIS (LIT, etc.)	EFETOS SONOROS (MÚSICA, etc.)	
GÊNERO												

FIG. 1 - Grade de análise de imagens – [elaborada por MENDES] [versão 2012]

Explicando de forma sintética, trata-se de estudar os gêneros de discurso em duas dimensões: uma situacional, relativa à situação de comunicação na qual o gênero de discurso é produzido e outra, num nível macro, num âmbito retórico-discursivo que compreende as marcas languageiras e os efeitos visados. Os dados de apoio são informações julgadas

³ A reformulação da grade de análise se deu no curso de graduação "Discurso da imagem", ministrado no segundo semestre de 2012, por Emília Mendes, na FALE/UFGM.

relevantes para a análise do *corpus* escolhido. É importante ressaltar que cada gênero de discurso demanda uma ênfase diferente, cabe ao pesquisador adaptar a presente grade aos seus objetivos e/ou aos dados que são mais abundantes no *corpus*.

Na dimensão situacional, temos os sujeitos da linguagem conforme os descreve Charaudeau (2008). No caso da propaganda, o sujeito comunicante, de existência física, é uma instância compósita, já que o gênero em questão é uma enunciação feita por uma instituição, seja ela governamental ou não-governamental, e por uma agência de publicidade, que por sua vez possui uma equipe de produção com membros de vários seguimentos do processo de produção. Nesse caso, o gênero propaganda constitui por si mesmo o Eu enunciador (Eue), instância de linguagem, que traz a materialização do dito. O Tu destinatário (Tud) é o público alvo ideal para quem a propaganda é direcionada. Já o Tu interpretante (Tui) é composto por sujeitos físicos que podem ou não compreender as estratégias discursivas que o Tud representa, em outros termos, o Tui é qualquer um que leia a propaganda.

Todo gênero é perpassado por efeitos de real, de ficção ou de gênero. Em Mendes (2008), com base na teoria semiolinguística, há a proposta de que estes efeitos sejam compreendidos a partir da situação de comunicação na qual são gerados, não sendo possível determinar de antemão o que caracterizaria um ou outro de forma exata. Em propagandas, em geral, temos recursos a efeitos de ficção na configuração do gênero, por exemplo, a simulação de uma vítima de acidente de trânsito para dizer que é preciso ter cautela ao dirigir e, como é o caso do que tratamos aqui, a exposição de uma pessoa que sofre violência física explícita, como na prevenção à homofobia e também na prevenção à violência contra a mulher, como mostra Figueiredo (2012). São realidades muito duras para que vejamos casos reais, até mesmo porque a exibição da vítima somente aumentaria o seu martírio⁴. Em todos os casos estudados, pressupomos que são vítimas-personagens, cuja imagem colabora para a concepção do discurso de combate à homofobia.

Em relação aos elementos técnicos⁵ da imagem fixa, entendidos aqui como cor, textura, composição, planos e ângulos, dentre outros, cada imagem terá a sua organização discursiva e precisa de uma análise em particular. No entanto, algumas generalizações podem ser feitas nos casos das propagandas aqui mencionadas: o uso do vermelho (conforme Figueiredo (2008)) como forma de expor a violência e como forma de alerta, o papel dos

⁴ Um dos raros casos que vemos de exposição da própria vítima é o autorretrato da fotógrafa estadunidense Nan Goldin, feito em 1984, após ter apanhado de seu companheiro. Segundo a fotógrafa, a foto seria uma forma de nunca esquecer um evento tão doloroso e impedir que ele se repetisse. [<http://phototrend.fr/2012/05/zoom-photographe-9-nan-goldin/>]

⁵ Com base em Aumont (1993) e Guimarães (2000)

planos, necessário para dar uma ideia de proximidade (quanto mais um tema está em evidência, mais proximidade é criada com o sujeito interpretante e mais impacto a imagem pode ter).

Nas imagens brasileiras, observamos o uso de cores quentes, o vermelho ou seus derivados aparecem em todas as imagens. Já nas propagandas de língua espanhola, não observamos tanto a presença do vermelho como uma construção de sentido da violência, mas tons escuros, próximos do preto e também tons pastéis, que juntos podem construir um discurso de luto, do sofrimento consequente da violência, seja ela física ou verbal.

Na dimensão discursiva e dos efeitos, temos os modos de organização, que na concepção de Charaudeau (2008), se subdivide em descritivo (identificar e qualificar seres de maneira objetiva/subjetiva), narrativo (construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato) e argumentativo (expor e provar casualidades em uma visada racionalizante para influenciar o interlocutor). Estes modos podem perpassar tanto o estrato icônico quanto o estrato verbal, conforme a finalidade comunicativa de cada gênero. Muitas vezes, é possível observar também o que Amossy (2006) denomina dimensão argumentativa, ou seja, o descritivo e o argumentativo podem ser usados com um objetivo de argumentar indiretamente. Assim, uma propaganda pode trazer a narrativa de uma situação e não possuir marcas explícitas de argumentação, mas pode ter uma dimensão argumentativa porque podemos inferir algo do tipo "se A, então B".

Os imaginários sociodiscursivos, conforme Charaudeau (2007 e 2011), são apreensões, representações efêmeras ou cristalizadas, do real e perpassam várias comunidades discursivas, não sendo necessariamente os mesmos para todas as pessoas. Para Mendes (2013), os imaginários são verbo-icônicos, pois construímos representações também com as imagens. Assim, para Charaudeau (2007), os saberes partilhados se mostram como saberes de conhecimento (que objetivam estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo por meio de representações classificatórias da "realidade") e como saberes de crença (que objetivam sustentar um julgamento sobre o mundo por meio do tratamento axiológico de juízos relativos aos seres que habitam o mundo, seu pensamento e seu conhecimento). Tais saberes funcionam por vezes como lugares de geração dos *ethé*, ou seja, das imagens de si, que são passíveis de serem construídas, como defende Amossy (2005), por meio do estilo, das competências linguísticas e enciclopédicas e das crenças implícitas, que se efetuam, com frequência, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais cotidianas. Além disso, os imaginários são importantes na compreensão dos efeitos patêmicos visados, isto é, direcionados para a

instância (real ou imaginária) de recepção, para o auditório, a fim de levá-la a experimentar determinados efeitos emotivos (GALINARI, 2007).

Em propagandas como as que nos propomos analisar, os imaginários da dor e do sofrimento da vítima têm como um dos efeitos patêmicos visados a provocação do impacto e a tentativa de nos fazer ter empatia: é preciso se colocar no lugar do outro, perceber a dor que ele sente e aderir à causa propagada. Em geral, a exposição da vítima é descritiva, ou seja, não há uma narração, mas o resultado de uma violência. São nomeações e qualificações que estão em evidência, conforme as determinações de Charaudeau (2008) para o modo descritivo. Esta imagem vai gerar um ethos, dentre outros, de vítima e vai tentar criar efeitos patêmicos os mais diversos, como solidariedade, compaixão, empatia... ou até mesmo efeitos como aversão, repugnância pelo choque da imagem.

O ethos de vítima nos leva a uma outra questão: como esta imagem de si é construída?

A vítima: uma compreensão moderna

A violência em nossas sociedades nunca deixou de existir, apesar de haver expectativas de que o aumento do grau de civilidade pudesse combater este mal. Algumas violências desaparecem, para dar lugar a outras, em concomitância com o progresso e a modernidade. Assim, a questão ainda persiste: qual a razão da violência, sobretudo quando ela simplesmente é justificada pelo gênero, idade [infância ou velhice] ou modo de ser de uma pessoa? Não pretendemos dar respostas a estas questões, mas tentar compreender um pouco mais o processo.

Obviamente, as guerras e conflitos são uma grande violência, mas no caso em questão, nos interessa a violência contra o indivíduo. De acordo com Wieviorka (2005), a desinstitucionalização dos estados contemporâneos é um dos fatores que contribuem para o surgimento da violência, ou o estado não é mais um estado-providência que tudo controla e tudo provê. Com esta transformação, segundo o autor, há o efeito da individualização muito forte na nossa sociedade. Talvez seja possível afirmar que este abandono do coletivo, de um pensamento comum a todos, é que gere a intolerância sobre o outro, sobre o mais fraco. Nesta sociedade plural na qual vivemos, onde várias identidades tentam encontrar seu lugar ao sol, a violência acaba sendo a negação do sujeito, uma forma de negar uma cidadania e a igualdade de direitos. Este processo de impotência do estado diante da violência cria um outro fenômeno: de acordo com Wieviorka (2005), os cidadãos tendem cada vez mais a se amparar no direito e não mais no estado:

Quanto menos o poder público se mostra capaz de dar um tratamento político, policial e jurídico à violência, mais as vítimas se manifestam. Quanto mais as vítimas se manifestam, menos o estado parece capaz de assegurar suas funções de garantidor da ordem e da coesão social. (WIEVIORKA, 2005, p. 98) [tradução nossa]

Nessa perspectiva, o apelo ao direito seria a única forma de se garantir uma punição à violência. No caso da homofobia vemos bem a aplicação desta percepção. É preciso que movimentos sociais se organizassem e fizessem apelo à legalidade de tal violência para que o estado brasileiro começasse a ver a importância da questão. Assim, a exposição da vítima-personagem em campanhas mostra a necessidade de um engajamento cidadão na demanda de uma atitude por parte do estado.

Um outro ponto importante tocado por Wieviorka (2005) é o reconhecimento institucionalizado da figura da vítima, que segundo o autor só começa a acontecer no século XIX. Este processo se dá através do surgimento dos seguros, da assistência social:

[...]A emergência da vítima como objeto específico de políticas públicas se esboça, no fim do século XIX, como um dos aspectos do estado-providência sob uma forma de uma "asseguração" crescente do risco: quando o poder político encoraja ou se responsabiliza pelos sistemas de proteção ou de seguridade social, quando uma lei é votada sobre acidentes de trabalho, o estado reconhece que danos devem ser previstos socialmente e compensados ou reparados eventualmente: ele introduz uma lógica de reconhecimento da vítima. (WIEVIORKA, 2005, p. 84) [tradução nossa]

Mesmo falando da realidade francesa, observamos que esta percepção também se aplica ao caso latino-americano, pois o que conta são as formas de se institucionalizar e reconhecer a vítima. Ainda de acordo com o autor acima citado:

[...]A emergência da vítima significa também o reconhecimento público do sofrimento vivido por uma pessoa singular ou por um grupo, a experiência vivida da violência sofrida, o traumatismo é levado em consideração e também seu impacto ulterior. Ela marca a existência de um sujeito pessoal na consciência coletiva, na política, na vida intelectual; ela testemunha o aumento da sensibilidade aos problemas, não só mais do funcionamento social e da socialização, mas também da subjetivação, mas também da desubjetivação. [...] a emergência da vítima introduz massivamente, com força, a temática do sujeito à vida política que certamente não está pronta para isso, como o está o direito ou a vida intelectual, notadamente as ciências sociais e a filosofia. Ou seja, ela nos convida a pensar melhor a violência, pois, do ponto de vista das vítimas, desencadeia-se necessariamente uma perda, um atentado à integridade física, mas também pode-se desencadear uma subjetividade negada, prejudicada, a destruição das relações subjetivas, quadros nos quais de aniquila a pessoa, ela mesma sendo então atingida por um sentimento de despersonalização, de desintegração da personalidade, de ruptura ou de descontinuidade em sua trajetória pessoal. Ter sido vítima é experimentar muito frequentemente um sentimento de vergonha, de culpabilidade e toda uma sorte de distúrbios que podem invadir a existência por um tempo considerável. (WIEVIORKA, 2005, p. 100-101) [tradução nossa]

No caso das propagandas de combate à homofobia, observamos no caso brasileiro uma exposição maior da violência física, em contraposição às do caso de língua espanhola, onde

vemos a violência psicológica mais em evidência seja pelas bocas amordaçadas ou pelo corpo marcado por xingamentos. Trata-se da violência verbal que se inscreve no corpo e o deforma, que o de-subjetiva e cria efeitos pernósticos.

O gênero, o corpo e a homofobia

São várias as teorias contemporâneas que tentam dar conta do gênero, do sexo e da sexualidade, mas, talvez, a Teoria *Queer* seja uma das mais conhecidas e citadas. Nomes como Michel Foucault, Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick, Guacira Lopes Louro e Beatriz Preciado, que estão associados à teoria, não pertencem necessariamente à mesma área acadêmica. De fato, os empreendimentos estão dispersos principalmente pelos Estudos Culturais, Sociologia da Sexualidade, Antropologia e Psicologia Social, Educação, Filosofia e Artes.

A Teoria *Queer* parte do princípio de que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um construto social e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana, mas sim formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. A origem do próprio termo que dá nome à teoria já remonta a essa ideia de construto social. *Queer*, em inglês, significa, literalmente, *estranho*, *esquisito*, *excêntrico*, e, usado para insultar, significa *bicha*. Atualmente, a palavra aparece no nome da teoria de forma reapropriada e, se olharmos as origens dos estudos *queer*, percebemos que suas raízes não são necessariamente o que hoje chamamos homossexuais, mas sim os estudos do feminismo e a tentativa de ir além das teorias baseadas na oposição homens X mulheres.

Nessa esteira, os estudos da “teórica feminista, teórica *queer* e teórica gay-lésbica”⁶ estadunidense Judith Butler, é hoje uma das maiores referências da atualidade. Sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (em inglês, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*), de 1990, é uma das mais conhecidas publicações da teoria feminista na qual se indaga sobre a construção dos gêneros e das identidades, uma vez que estão centradas em duas instâncias cruciais: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória.

Para a autora, tanto o gênero como a identidade de gênero são construções discursivas e são essas construções que interessam ao pesquisar sobre o feminismo. Para Butler ([1990]

⁶ É dessa forma, e nessa ordem, que Judith Butler se define em uma entrevista dada a Peter Osborne e Lynne Segal em Londres, em 1994, conforme registra Femenías (2003, p. 16).

2010, p. 206), “o sujeito culturalmente enredado negocia suas construções, mesmo quando estas constituem os próprios atributos de sua própria identidade”. Com isso, o sujeito continua a encontrar seu ambiente discursivamente constituído numa estrutura epistemológica de oposição, pois, como lembra a autora, esse cogito nunca é completamente do mundo cultural que esse sujeito negocia, seja qual for a estreiteza da distância ontológica que o separa de seus atributos culturais.

Butler relaciona o gênero à identidade e afirma que, nesse caso, a linguagem não é um meio ou instrumento externo no qual se despeja um “eu” e onde se vislumbra um reflexo desse eu. Para ela, as condições que possibilitam a afirmação do “eu” são providas “pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular” (BUTLER, [1990] 2010, p. 207). Qualificar-se como uma identidade substantiva (o “eu” deixa de ser pronome e passa a ser substantivo) é, obviamente, uma tarefa muito difícil, pois há uma prática significativa que busca ocultar seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos.

O gênero enquanto identidade e, por consequência, seu questionamento, é, na obra de Butler, o mesmo que a análise das aparências que são geradas por regras e que se fiam na invocação sistemática e repetida de regras que condicionam e restringem as práticas culturalmente inteligíveis da identidade. Aliás,

compreender a identidade como uma prática, e uma *prática* significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. (BUTLER, [1990] 2010, p. 208) [grifo da autora]

Logo, o discurso se faz pelo e no sujeito e o sujeito se faz pelo e no discurso.

O gênero do ser humano, da mesma forma que outras facetas do sujeito, é consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. Assim, o gênero (e, por extensão, o sujeito) não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de “efeitos substancializantes”, nas palavras de Butler ([1990]-2010, p. 209). De fato, ser um gênero é, sobretudo, estar comprometido com uma interpretação cultural no uso dos corpos, posicionado dinamicamente em um campo de possibilidades culturais. Dessa forma, não é possível “agregar” aos homens e mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados, pois nada na natureza determina

uma ordem certa social, e tampouco é possível referir-se significativamente aos comportamentos genéricos como “naturais” ou “antinaturais”. Logo, o gênero é um aspecto fundamental da identidade que se adquire gradual e voluntariamente. “Ser mulher” ou “ser homem”, por exemplo, implica um ato da vontade, uma construção que designa a variedade de modos nos quais se pode adquirir significado cultural ou reconhecer inteligibilidade ao processo de autoconstrução do gênero que “pode vir a ser”.

Butler, como analisa Femenías (2003, p. 35), reforça que “para incorporarem-se ao mundo cultural, os indivíduos realizam um projeto ativo de gênero no qual atuam constantemente e que parece um fato natural”. Assim, a natureza do corpo é apenas a superfície de uma invenção cultural. Mais que isso: a pesquisadora estadunidense assume em sua obra que sexo e gênero são intercambiáveis, pois ambos dão conta da “incardinação”, da corporificação das marcas culturais. Como aponta Femenías (2003),

a demarcação das diferenças anatômicas não precede as interpretações culturais da diferença, e sim, pelo contrário, que a diferença já é em si mesma uma interpretação cultural que descansa sobre supostos normativos naturalizados. O entrelaçamento do mundo cultural com o corpo é uma tarefa intensa que cada indivíduo realiza ativamente. Enquanto projeto que atua constantemente, parece, no entanto, um fato natural. (FEMENÍAS, 2003, p. 38) [tradução nossa]

Seguindo esse raciocínio, a existência do gênero significa que tacitamente se aceitam ou retrabalham as normas culturais que governam a interpretação do próprio corpo. E, se isso é assim, então o gênero também pode ser o lugar da subversão do sistema binário que o restringe. Como as oposições binárias perdem clareza e força enquanto termos descritivos, ao mesmo tempo perdem também utilidade funcional. Inclusive, como a ambiguidade de gênero pode adotar múltiplas formas, o gênero mesmo promete proliferar como fenômeno múltiplo para o qual se deverão encontrar novas palavras “classificadoras”. Para Butler, o sistema de gêneros binários não é ontológica e necessariamente “dado”, porque homem e mulher são formas já modeladas de existência corporal; na verdade, emergem como entidades substantivas desde uma perspectiva mitificada, subsidiária da metafísica da substância e, mais que isso, não há nada significativo no dimorfismo, exceto o interesse cultural de mantê-lo.

Butler esclarece que boa parte das explicações habituais a respeito de homem/mulher ou masculino/feminino sugere certo determinismo dos mecanismos de significado inscritos em corpos anatomicamente diferenciados. Desse modo, os corpos acabam se considerando meros recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Além disso, quando a cultura hegemônica constrói o gênero, parece fazê-lo em termos de um conjunto de leis que se

parecem muito à formulação “a biologia é destino” resignificada em termos de “a cultura institui destino”.

Como, no entanto, “incorporamos” as ideias de masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual? Butler acredita que a identidade é performativamente constituída, isto é, como na teoria dos atos de fala de Austin, a identidade (no caso, a identidade de gênero), quando é dita, não é meramente registrada como um estado de coisas, como uma informação, uma descrição, mas, na verdade, é uma ação, um “fazer”. O gênero, dessa forma, é uma série de “atos”, por assim dizer, que estão abertos a cisões, sujeitos a paródias de si mesmos, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantástico. Em outras palavras, o gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos, é uma sequência de atos. Mais que isso, o gênero é construído e constituído pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem.

Salih (2012) propõe uma metáfora interessante para explicar esse pensamento. Segundo a leitora de Butler, “vestimos” um gênero, que é limitado pelas estruturas de poder no interior das quais está situado e, além disso, há possibilidades de proliferação e subversão que se abrem a partir dessas limitações. Dessa forma,

uma vez que estamos vivendo dentro da lei ou no interior de uma dada cultura, não há possibilidade de nossa escolha ser inteiramente “livre”, e é bem provável que a “escolha” de nossas roupas metafóricas se ajuste às expectativas ou talvez às demandas de nossos amigos ou colegas de trabalho, mesmo sem nos darmos conta de que estamos fazendo isso. Além disso, o conjunto de roupas disponíveis será determinado por fatores tais como a nossa cultura, o nosso trabalho, o nosso rendimento ou o nosso status e origem social. (SALIH, 2012, p. 72-73)

Segundo essa metáfora do armário, o gênero é performativamente constituído, do mesmo modo que a escolha de roupas de alguém é delimitada, talvez até predeterminada, pela sociedade, pela economia, pelo contexto no qual esse alguém está situado. Nossas escolhas não são livres, mas limitadas; existe certa restrição à escolha de gênero.

Se fugimos dessas predeterminações, constantemente somos alvo de preconceito. Aronson et al (2002) apontam para três elementos que compõem uma atitude preconceituosa:

- a) o *componente afetivo*, relativo às emoções;
- b) o *componente cognitivo*, relativo às crenças e aos pensamentos;
- c) o *componente comportamental*, relativo às ações.

O que queremos destacar neste trabalho é o componente comportamental, que se define por ser uma ação negativa, injustificada ou prejudicial contra membros de um grupo, simplesmente pelo fato de pertencerem a esse grupo. A *homofobia* é um exemplo, pois se trata

de atitudes contra os representantes da classe homossexual que variam desde a violência manifestada até a discriminação mais ou menos sutil. Fundamentalmente, a homofobia é uma reação extrema de ira e temor pelos homossexuais, e esse temor, explica Fone ([2000] 2008, p. 20) [tradução nossa], “é a percepção de que a homossexualidade e os homossexuais perturbam a ordem sexual e dos gêneros que supostamente criou o que se costuma chamar de lei natural” ou que perturbam “a ordem social, legal, política, ética e moral da sociedade” (*idem*). Em ambos os casos, as reações partem de estigmas e não se limitam aos heterossexuais: a homofobia é recorrente entre homossexuais e entre gays e lésbicas, o que reforça a ideia dos preconceitos contra as diferentes performatividades de gênero que os sujeitos podem possuir.

Quanto às propagandas de combate à homofobia, observamos que não existe nenhum traço corporal explícito para demarcar a orientação sexual das personagens-vítimas que as ilustram. Por outro lado, a preferência por modelos do sexo masculino talvez se deva ao fato de a homofobia, enquanto agressão física na sociedade latino-americana, estar mais relacionada a ele. Parece que o representante prototípico da classe dos homossexuais é o homem, principalmente o afeminado. Entretanto, é importante comentar que a feminização masculina é uma das marcas mais estigmatizadas para referir-se aos gays, embora não existam limites certos do que é masculino e feminino, já que esses conceitos sociais são variáveis.

O que podemos considerar ao olhar todas as propagandas é que a sexualidade das personagens-vítimas que as ilustram só é revelada por meio da linguagem verbal, e em quase todos os casos pela palavra *homofobia*. Mais que isso: não existe um padrão corporal que defina que um seja sim homossexual e outro não. Além disso, parece que houve uma preocupação em ilustrar as propagandas de forma a evitar referência a subgrupos homossexuais mais marcados pela “inversão” de comportamentos esperados pelos padrões sociais atuais, como são as travestis e transexuais. Inclusive, essa opção por usar homens e mulheres das quais não se distingue imediatamente a orientação sexual parece ser uma das estratégias de alcance das propagandas. De imediato, sem recorrer ao texto escrito, os leitores poderiam se perguntar por que essas pessoas aparecem machucados para, posteriormente, construir a identidade de gênero “completa” proposta pelas propagandas.

Dizemos “completa” porque, de imediato, recorremos a nossa memória e reconhecemos um padrão de sexo binário nas propagandas, evitamos nos confundir (e as fotos escolhidas parecem também querer evitar esse tipo de confusão) quanto a serem homens ou mulheres ali ilustrando a propaganda e, posteriormente, construímos outra imagem sobre aqueles sujeitos: são homossexuais que sofreram violência devido a essa identidade.

Análise do corpus

Grande parte das propagandas de prevenção à homofobia que analisaremos a seguir foi retirada por nós da rede social Facebook nos anos de 2011 e 2012 e outras foram sugestões de amigos virtuais. Como se pode ver, algumas não possuem referência de autoria própria ou da empresa divulgadora, mas a maioria se refere ao dia internacional contra a homofobia (17 de maio) e, pela arte final, muitas parecem ter sido feitas de forma amadora como maneira de contribuir pessoalmente com a causa em questão.

Reunimos vinte e uma propagandas anti-homofóbicas que possuíam seres humanos como recurso imagético, mas selecionamos sete devido ao recorte que queremos dar ao trabalho.

Observemos estas quatro propagandas em língua portuguesa:



FIG. 2 – facebook.com

A primeira propaganda divulga um encontro na Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia, que tem o apoio da própria universidade, de alguns de seus departamentos e de grupos de defesa e apoio da diversidade. Com a bandeira do arco-íris ao fundo, símbolo do movimento LGBTTTT, a propaganda já capta o interlocutor por essa representação social. No entanto, outra imagem se destaca: um homem aparentemente sangrando com um X vermelho em seu peito. Revendo, inclusive, a bandeira do arco-íris ao fundo, notamos que existem marcas nela, ao que parece de furo, tiro ou de sangue. Essa composição parece remeter à violência provocada contra o grupo dos homossexuais e que seria um possível tópico a ser debatido no encontro da UESC.

A imagem desse homem também aparece em outra propaganda, dessa vez com um texto de impacto, que descreve um estado de coisa baseando-se na

relação entre o conhecimento sobre crimes de forma geral e a homofobia, de forma específica:



FIG. 3 – facebook.com

O que queremos destacar são as escolhas feitas para a ilustração da propaganda. Um homem com o dorso nu com uma mancha vermelha não é uma opção aleatória; pelo contrário, recorre a representações sobre um padrão de beleza em forma (magra com algumas definições musculares), mas com uma expressão que remete à exaustão vivida pela violência, reforçada pelo sangue e pela corda apertada em seus braços. Aliás, essa corda, de alguma maneira, remete a uma crucificação e poderíamos dizer que sua crucificação, portanto, é a própria violência provocada pela homofobia.

As outras propagandas recorrem a algo parecido, como se pode ver a seguir:



FIG 4 – facebook.com

A homofobia se vê representada pelo hematoma no olho esquerdo da personagem-vítima. Este modelo também representa um ideal de beleza masculina de pele branca e olhos claros, embora haja características que relacionamos ao imaginário feminino, como os brincos em ambas as orelhas, os traços finos e delicados da pele, além da boca avermelhada. A construção da sexualidade e do motivo pelo qual o hematoma deste rapaz se apresenta se faz

pela palavra “homofobia” em destaque na parte superior da propaganda. Mas existe um diferencial: o apelo à religião.

Muitas representações sociais são acionadas quando se relacionam sexualidades e religiões (principalmente as cristãs) como, por exemplo, a condenação das performatividades gays. Entretanto, os discursos que frequentemente ouvimos são contraditórios, já que essas religiões pregam o respeito ao livre-arbítrio. É nesse argumento que a propaganda se respalda quando diz que “somos irmãos em Cristo” e tenta criar um efeito patêmico de acolhimento, respeito e união.

Nesse mesmo caminho, observamos o texto no canto inferior: “bater em gays não te faz mais hétero, só te faz menos homem!”. Pode-se entender que o que se prega com o cristianismo não é a violência física, mas sim a construção do homem. Aqui, a distinção homem X mulher e homem X animal ou homem X objeto/coisa é necessária.

Em um primeiro momento, temos a distinção gay X hétero e a assimilação entre quem bate (hétero) e quem apanha (gay). Essa simplificação exclui a violência física que acontece entre os gays, e que não deixa de ser homofobia, como é o caso da *plumofobia*⁷, que seria um preconceito contra uma categoria de gays “que dão pinta”, são “afeminados” em seus traços. Em um segundo momento, temos o uso da palavra *homem* que, embora pareça ser a finalidade do locutor usá-la como sinônimo de *ser humano*, deixa transparecer certa ambiguidade em que *homem* aqui foi usado como antônimo de *mulher* ou de *afeminado* para manter alguma distinção.

Vejamos: o que distingue um hétero de um gay seria, no imaginário comum, a relação afetiva entre pessoas de sexos diferentes no primeiro caso e entre pessoas do mesmo sexo no segundo. Também no imaginário social, distinguimos dois sexos: masculino e feminino, que se relacionam “naturalmente” a homem e mulher, respectivamente. Um dos maiores insultos para um homem hétero é mudá-lo de sexo ou mudá-lo de sexualidade. Dessa forma, a propaganda joga com o duplo sentido de *homem* afirmando que o agressor heterossexual deixa de ser humano (nas expectativas cristãs) e de masculino (neste caso, para que o interlocutor entenda sutilmente certo insulto). Vemos, portanto, uma manutenção dos padrões binários e o imaginário que os ronda quando existe uma fuga deles.

⁷ Refere-se ao termo *pluma*, usado por Villaamil (2003). Trata-se da reutilização dos códigos de todo tipo que significam, em seu contexto habitual, normalidade (linguísticos, estilísticos, gestuais, verbais e de vestimentas, assim como em geral os códigos que prescrevem um comportamento adequado em determinadas situações, especialmente com relação à correspondência entre os papéis de gênero e a orientação sexual). O autor (2003, p. 157) complementa que “a ‘pluma’ é performativa, seus efeitos sobre os implícitos do senso comum em torno ao sexo e ao gênero não são fruto de uma intencionalidade política, nem de uma reflexão, mas sim de uma atuação”. Dessa forma, a *pluma* pode ser vista como forma de resistência e desativa o estigma ao expressar performativamente a artificialidade da norma(lidade), permitindo ao sujeito reapropriar-se dos sentidos que lhe definem. No entanto, por ser pura negatividade, resulta politicamente impotente, reproduz estereótipos. Se torna uma prática que articula relações de poder e exclusão no seio do coletivo gay.

As seguintes propagandas usam, em parte, a mesma imagem como ilustração:



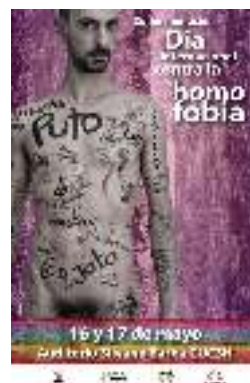
FIG. 5 – facebook.com



FIG. 6 – facebook.com

Enquanto a propaganda da esquerda (FIG. 5) enfatiza que a homofobia é uma violência física, o que é reforçado pelas gotas de sangue, a propaganda da direita (FIG. 6) usa um recurso parecido com a propaganda 4: a valorização do gay e o rechaço pela violência. No entanto, neste caso o contraste gay X hétero não é o foco, mas sim gay X homofobia no quesito *estranheza*. A tentativa de normalização da homossexualidade se faz como contraponto da violência que esse grupo sofre mostrando, iconicamente, o gay-não-estranhado e o gay-estranhado-violentado-homofobizado. Aliás, a própria palavra *estranho*, pelo menos em inglês, possui um histórico relevante para a situação. A expressão “*queer*” do nome da teoria proposta por Judith Butler e outros pesquisadores é a apropriação e subversão de um termo que significa, literalmente, *estranho*, *esquisito*, *excêntrico*, e, usado para insultar, significa *bicha*, o que já deixa transparecer o radicalismo, pelo menos em parte, de sua resistência às definições fáceis e simplificadas, como é o caso da definição dos termos empregados para identidade sexual e genérica. Salih (2012) cita a teórica *queer* Eve Sedgwick que, entre 1990 e 1994, escreveu importantes obras nas quais caracteriza o termo como indistinguível, indefinível e instável, além de ser um movimento contínuo e perturbador. Mais do que propor definições e estabelecer fixidez ou estabilidade ao assunto, o *queer* é “transitivo, múltiplo e avesso à assimilação” (SALIH, 2012, p. 19). Isso justifica o fato de a teoria investigar essa “normalidade” sexual que se encontra atrelada à heterossexualidade, e o faz até mesmo no nome, assumindo-se diferente/estranho do ponto de vista da norma, causando uma perturbação/confusão de gênero. Essa mesma estratégia é usada na propaganda da esquerda, quando desloca o poder de nomear de *estranho* o gay, poder este exercido em um contexto heteronormativo, para o contexto de objeto de insulto, que o usa a favor da não-violência.

Analisemos agora as três propagandas de língua espanhola:



Essas três propagandas recorrem a estratégias bastante parecidas às de língua portuguesa, como a violência física nas figuras 7 e 9. No entanto, podemos perceber algumas diferenças.

Como dito anteriormente, não se faz uso da cor vermelha, mas sim de cores pastéis escuras. Inclusive, nas propagandas 8 e 9 as fotografias estão em escala de cinza e o que mais se destaca na personagem-vítima da propaganda 7 é o *rimel* negro borrado referindo-se às lágrimas.

Outro detalhe é a presença de uma mulher na propaganda 7, o que abrange a ideia de homofobia à violência não apenas a homens. Outro aspecto marcante nessa mesma propaganda é o uso de venda e mordaça nas vítimas e, nesses objetos que tapam os olhos e a boca, uma marca de tiro. Dessa proibição da visão e da fala, sentidos vitais de qualquer ser humano saudável, poderíamos inferir uma primeira violência de negação dos direitos, além da própria violência de tirar a vida, já que o tiro se encontra nesses mesmos locais anteriormente embargados e tão próximos da área vital do cérebro.

Conjugados às imagens, os textos verbais remetem ora a um discurso médico, quando tira do homossexual-vítima característica de doença e a passa para o homofóbico-agressor (estratégia similar à da propaganda 5 e a palavra *estranho*), ora a um discurso social, quando se fala da diferença, da igualdade e da discriminação. Inclusive, esse discurso da igualdade pode ser visto desde a primeira frase localizada acima da imagem da mulher: a discriminação

ainda existe quando se “meio aceita” as homossexualidades. “Meio aceitar” poderia ser entendido, nesse contexto, como negar alguns direitos àqueles que são diferentes da norma heterossexual. O uso da segunda pessoa do plural (*nosotros*) é também estratégico: inclui não apenas a voz dos oprimidos, mas também, e principalmente, a dos opressores que tomam consciência da necessidade de reconhecer o direito de todos.

A propaganda 9 também ilustra uma violência física, mas recorre a um discurso referido em forma direta (citação) referido atribuído à personagem-vítima para dar certo efeito de verdade. A partir dessa frase entre aspas, o leitor constrói a ocasião (e a causa) da agressão, o que é uma estratégia de criar um efeito patêmico de solidariedade e de compaixão.

A propaganda 8 é a que mais se diferencia das outras, já que a violência ilustrada não é a física, mas a verbal. No entanto, mesmo nesse caso, existe uma marcação física, já que todos os insultos estão escritos e desenhados no próprio corpo da personagem-vítima, que se encontra nua. Esses xingamentos inscritos no corpo lembram a teoria proposta por Butler sobre a construção do gênero e do próprio corpo como discursos performativos.

Aliás, como vimos também nas outras propagandas, a própria homofobia é um discurso performativo que imprime no corpo das vítimas o preço que se paga por seguir esse caminho tão desviante do padrão heteronormativo.

Considerações finais

Foi possível observar, a partir do acima exposto, que a construção de uma imagem de vítima é uma estratégia patêmica que pode produzir muitos feitos, embora não tenhamos feito um experimento na área de recepção. Parece-nos que nos dois casos, tanto o corpus de língua brasileira quanto o corpus de língua espanhola buscam um efeito de empatia e, como consequência, um efeito de solidariedade. Em todos os casos, há uma descrição da violência sofrida, seja pela mostração de hematomas e/ou feridas, o corpo mutilado, seja por uma insinuação de que a violência verbal é tão potente na destruição do sujeito como a violência física.

Assim, há uma dimensão argumentativa presente tanto no estrato verbal quanto no estrato icônico, ou seja, através da descrição dos efeitos da violência contra os homossexuais, o sujeito interpretante é levado a aderir a uma tese ou formular um posicionamento. Percebemos, nestas propagandas, um discurso emocionado e que visa desencadear efeitos neste sentido.

Os *ethé* de vítima, nos dois casos, projetam imagens de sujeitos destruídos, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, criando também, *ethé* de vítimas que exercem sua cidadania se expondo - mesmo que se trate de personagens - e cobrando das instituições e da população em geral um posicionamento sobre este tipo de violência. Assim, *ethos* e *pathos* estão intimamente relacionados, criando efeitos em conjunto para tentar persuadir o sujeito interpretante sobre seus propósitos.

As propagandas também têm outro efeito patêmico: o medo da violência. Pessoas que se inserem nos grupos agredidos podem se sentir tão ameaçadas quanto a vítima-personagem exposta e podem também tentar fazer com que o estado tome as providências cabíveis, mas como o diz Wieviorka (2005), a partir não de ações do estado, mas a partir de procedimentos legais.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 9-28.

----- . *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2006. 2ª ed.

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. Preconceito: Causas e curas. In: *Psicologia Social*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002. p.291 – 322.

AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1993.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2010. 3ª edição.

CHABROL, Claude & DILIGEART, Gaëlle. Prevenção e riscos de acidentes nas estradas: administrar o medo e/ou ameaça? In: MACHADO, Ida Lucia & MELLO, Renato (orgs). *Análises do discurso hoje, vol 3*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2010, p. 37-55.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes : fonctionnements ordinaires et mises en scène. Langue(s), discours*. Vol. 4. Paris, Harmattan, 2007.p 49-63

----- . *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

----- . *Discurso Político*. São Paulo : Contexto, 2011.

FEMENÍAS, María Luisa. *Judith Butler: Introducción a su lectura*. Buenos Aires: Catálogos, 2003.

FIGUEIREDO, Ivan V. A violência contra a mulher: análise dos imaginários sociodiscursivos de uma campanha da ONU. *RevLet: Revista Virtual de Letras*, v. 4, p. 158-173, 2012. <http://www.revlet.com.br/artigos/132.pdf> (Acesso em 18/01/2013)

FONE, Byrne. *Homofobia: una historia*. Trad. Daniel Rey. México D.F.: Oceano, [2000] 2008.

GALINARI, Meliandro M. As emoções no processo argumentativo. In.: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. *As emoções no discurso – v. 1*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 221-239.

GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2000.

MENDES, Emília. Análise do discurso e iconicidade: uma proposta teórico-metodológica In: _____; MACHADO, Ida; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia (orgs). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte; FALE/UFGM, 2013.

MENDES, Emília. Publicidade e imagem: uma proposta de estudo. In: GOUVÊA, Lucia H. M. & GOMES, Regina S. (orgs) *Anais do II Fórum internacional de análise do discurso: discurso, texto e enunciação*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010. p. 92-101. [link: <http://www.lettras.ufrj.br/projetociad/>]

------. Por um remodelamento das abordagens dos efeitos de real, efeitos de ficção e feitos de gênero. In: LARA, Gláucia P. et alii. *Análises do discurso hoje. Vol II*. Rio de Janeiro: Lucerna/ Nova Fronteira, 2008, p. 199-220

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

VILLAAMIL, Fernando. "Llevar los tacones por dentro": identidad, ironía y resistencia. In.: *Arxius de Ciències Socials*, Valencia, n. 9, p. 155-173, dez. 2003.

WIEVIORKA, Michel. *La violence*. Paris: Hachette, 2005.

RESUMEN: Este trabajo se propone a analizar cómo el imaginario de la tolerancia se construye en imágenes contenidas en propagandas de prevención a la homofobia en Brasil y otros países de América Latina en la contemporaneidad. El *corpus* se compone de propagandas vehiculadas en redes sociales y el enfoque de nuestro análisis es el papel de los efectos patémicos en la construcción de los *ethé* de víctima. Para ello, nos basamos en las contribuciones de Mendes (2010, 2012, 2013) sobre el análisis integrado de imágenes y de Wieviorka (2005) sobre la comprensión moderna de la "víctima". Recurrimos también a Butler (2010), según la cual el lenguaje proyecta haces de realidad sobre el cuerpo social, marcándolo y moldeándolo violentamente con base en un esquema heterosexual. Observamos en el *corpus* la aparición de efectos patémicos vinculados a la empatía y al miedo [de la violencia], en una escala que va desde la repugnancia hasta el terror. La finalidad de tales efectos es intentar sensibilizar a los ciudadanos para la causa de la lucha contra la homofobia. En cuanto al *ethos*, percibimos la proyección de una imagen de sí inicialmente como víctima, pero que se transforma en una imagen de actor social capaz de luchar por sus derechos, por el hecho de estar en una propaganda de combate a la homofobia.

PALABRAS-CLAVE: imagen; discurso anti-homofóbico; imaginario.

Os *Vlogs* e a Emergência da (ex)Intimidade na *Web*

The *Vlogs* and the Emergence of the (ex)Intimacy on the *Web*

Francisco Vieira da Silva¹

Ederson Luís Silveira²

Resumo: Nesse texto, discutiremos a produção dos discursos sobre si, principalmente os que recobrem o fenômeno da (ex)intimidade, a partir dos *vlogs* – vídeos, os quais constituem uma espécie de desdobramento do *blog*, postados em *sites* como o *Youtube* – para pensarmos como essa produção discursiva encontra-se atrelada à visibilidade. Tomamos como aparato teórico as reflexões de autores como Foucault (1995; 1999; 2001; 2012), Sibilia e Bruno (2004). Nossas análises indicam que o discurso sobre si na rede digital liga-se às condições de possibilidade atuais, ou seja, o que permite a emergência de determinados discursos sobre a (ex)intimidade do sujeito, as quais priorizam uma visibilidade maior para os sujeitos comuns e os transformam em célebres anônimos ávidos em expor nas telas o que outrora se ocultava.

Palavras-chave: Discurso. Intimidade. *Vlog*.

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Ead pela UFPB e graduado em Letras pela UFPB. E-mail: franciscovieirariacho@hotmail.com.

² Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, pós-graduando em Ontologia e Epistemologia, graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG (RS), Membro do FORMATE/GESTAR- Grupo de Estudos em Territorialidades da Infância e Formação Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: ediliteratus@gmail.com.

1.Introduzindo o percurso

“Determinadas coisas não seriam nunca dadas a ver, partilham-se em segredos segundo um tipo de troca diferente do que passa em relação ao visível.” (Jean Baudrillard)

Broadcast yourself (“transmita-se” em inglês), é o subtítulo de um dos principais *sites* de compartilhamento de vídeos da *web* – o *Youtube*. Com efeito, esse *site* não apenas se constitui enquanto uma plataforma conveniente e funcional para o compartilhamento de vídeos *online* (BURGESS, 2009), como também estimula a produção de conteúdo audiovisual. Nesse ínterim, com o advento da *Web 2.0*³, os sujeitos usuários das tecnologias digitais passam a ter um papel mais ativo no sentido de (des)construírem imagens de si e para si e divulgá-las na rede. Esses novos recursos, conforme pondera Sibilia (2008), abrem uma infinidade de possibilidades que eram impensáveis até pouco tempo e que agora se mostram extremamente prodigiosas, tanto para a invenção de si, para uma criação fictícia do eu, quanto para os contatos e as relações de trocas sociais de interação.

Nos estudos foucaultianos, cabe ao sujeito autodisciplinar-se para ser (considerado) “bem sucedido”. Para acrescentar ao contexto de discussões acerca da sociedade do espetáculo, podemos nortear-nos a partir de reflexões sobre o poder disciplinar e também nas abordagens em torno da (ex)intimidade, seguindo aqui o trocadilho proposto por Sibilia (2008)⁴, sem deixar de considerar as relações de poder enquanto um emaranhado de feixes que perpassam as relações humanas (FOUCAULT, 1995) e as práticas de cuidado de si. Por isso, uma das noções norteadoras das reflexões que se seguem no presente trabalho remete aos estudos de Foucault quando este recorre a duas escolhas de significados para o termo sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento.” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Os *vlogs*⁵ seriam, nesse sentido, uma forma de poder que “aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo,

³ Expressão cunhada em 2004 por executivos e representantes do Vale do Silício. A Web 2.0 é a segunda geração de comunidades e serviços baseados na plataforma *Web*, na qual perpassa a ideia de um ambiente digital mais dinâmico, em que os usuários podem colaborar na produção e organização do conteúdo (cf. MOREIRA & DIAS, 2009).

⁴ Essa autora empreende um jogo semântico com o prefixo *ex* (*para fora*), no intuito de explicar o fenômeno da exibição da intimidade na mídia.

marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele" (FOUCAULT 1995, p. 235).

Uma das principais implicações das tecnologias digitais na constituição do sujeito que as utilizam diz respeito à contínua exposição de aspectos concernentes à vida íntima que outrora estavam restritos à esfera privada. Nesse sentido, esses sujeitos põem em relevo nas telas digitais uma espécie de **(ex)intimidade**, tendo em vista a relação umbilical que eles estabelecem com a visibilidade. Com isso, as fronteiras que separavam o que deveria ser publicizado daquilo que precisaria ser silenciado parecem cada vez mais obscuras. No afã de encontrar um lugar no paradigma da visibilidade, os sujeitos internautas destituem-se de toda uma aura que atrelava a intimidade ao recolhimento, a espaços apartados e isolados. Para Bruno (2004), o foro íntimo deixa de ser experimentado como o refúgio mais autêntico e secreto para se tornar algo produzido sob o olhar do outro.

Nesse texto, discutiremos a uma análise das manifestações da escrita de si na *web*, principalmente as que recobrem o fenômeno da (ex)intimidade, a partir dos *vlogs* – vídeos, os quais constituem uma espécie de desdobramento do *blog*, postados em *sites* como o *Youtube* – para pensarmos como essa produção discursiva encontra-se atrelada à visibilidade. Analisaremos, pois, a transcrição de um vídeo e comentários de leitores provenientes de um *vlog* de expressivo sucesso na *web*, a fim de ilustrarmos as considerações teóricas posteriormente arroladas. Em síntese, trata-se de empreender um exame que busca “extrair na espessura do discurso as condições de sua história” (FOUCAULT, 2001, p.13).

Dessa forma, constituir-se enquanto uma subjetividade visível tem sido a meta pretendida por muitos que se esgueiram nos caminhos sinuosos da *web*. Por esse motivo, é necessário fazer uma conexão com a questão da visibilidade, a partir da qual poderemos vislumbrar a produção de subjetividades, tendo em vista as condições históricas que definem o visível e o enunciável.

⁵ A definição que norteará o presente trabalho é de que *Vlog* é o diminutivo de videoblog. Trata-se de um vídeo de curta duração postado em plataformas da *web*, como o *Youtube*. Dessa forma, o sujeito que publica tais vídeos pode dissertar sobre diferentes assuntos: política, esporte, vida pessoal, dentre outros. Conforme informação disponível em: http://www.portais.ws/?page=art_det&ida=2627. Acesso em 24 de julho de 2014.

2. Um olhar sobre a visibilidade

Dentre as formas de ver e de fazer ver os sujeitos em determinados momentos históricos, destacamos alguns exemplos, a partir das teorizações de Foucault (1999; 2002). Sintetizando esses modos de visibilidade, Deleuze (2005) argumenta que na Idade Clássica, o asilo se apresenta como uma nova maneira de ver o louco, distinta da maneira da Idade Média e do Renascimento. Noutro momento histórico, este modo de olhar para o outro se especifica a partir de algumas instituições como a prisão, a fábrica, a escola concebidas como tecnologias por meio das quais os sujeitos nelas inseridos passam a ser percebidos de uma forma particularmente diferente.

Nesse sentido, Foucault (2002) cita o modelo do *Panopticon*, de Jeremy Bentham, como uma das formas de ver e de fazer ver o sujeito criminoso, o sujeito operário, o sujeito aluno, dentre outros. Em linhas gerais, tratava-se de um edifício em formato de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas e na torre principal havia um vigilante que observava, sem ser visto, o prisioneiro na cela, o operário labutando, a criança na escola. De acordo com Foucault (2002, p.87): “Tudo o que o fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semicerrados de modo a ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo.”

Ergue-se, pois, toda uma tecnologia de poder na sociedade disciplinar que implica uma coerção constante e ininterrupta, que incide sobre os processos de atividade, esquadrinha de modo minucioso o tempo, o espaço, os movimentos (FOUCAULT, 1999), com vistas a docilizar os corpos, tornando-os produtivos. De acordo com o autor, o sucesso do aparelho disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é intrínseco, o exame.

No funcionamento dessa mecânica de poder, vemos emergir o papel fundante que se atribui à visibilidade, porquanto os meios de coerção, de produção de corpos e de subjetividades tornam visíveis aqueles sobre os quais se aplicam. Assim, o exame, por

exemplo, põe no campo do visível o sujeito criminoso, o sujeito aluno, o sujeito paciente, de maneira a recair sobre eles determinados efeitos de poder.

Esse cenário desenhado por Foucault, que perdurou do século XVIII até meados do século XX, sofreu modificações cruciais, as quais foram responsáveis pela reconfiguração da sociedade contemporânea. No intuito de radiografar tal panorama sócio-histórico, Deleuze (2006) assinala que a sociedade disciplinar estudada por Foucault foi sucedida por outro modelo, o qual ele denomina de **sociedade de controle**. Nessa forma de organização societária, **a empresa** substitui a fábrica, o capitalismo industrial dá lugar a um modelo em que o consumo, os serviços, o *marketing*, a criatividade, a formação contínua, a publicidade e o fluxo de informações e de pessoas constituem o aspecto preponderante.

Por outro lado, não devemos pensar, com isso, que há uma ruptura total com o paradigma disciplinar, pois subsiste uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade, “mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes” (HARDT & NEGRI, 2002, p.42-43). Essa flexibilidade se contrapõe ao *Panopticon*, tendo em vista que nos tempos hodiernos o olhar vigilante não provém de um único lugar, mas de vários. Prova disso são as inúmeras câmeras, circuitos internos de TV, *chips*, bancos de dados, programas computacionais responsáveis pela coleta de informações pessoais, registro de ligações telefônicas, dentre outras maneiras de vigiar, dando-nos a sensação de que estamos continuamente sendo espreitados por diversos olhares.

Se pensarmos, portanto, nas formas como o sujeito se constitui nesses dois modelos anteriormente expressos, poderemos observar diferenças substanciais. Assim, se na sociedade disciplinar, a subjetividade estava atrelada a uma interioridade, que preconizava uma relação de si para consigo, na sociedade de controle é possível vislumbrar a (des)construção de subjetividades que se dá a partir de uma exterioridade, de um olhar do outro. Trata-se de assinalar a existência daquilo que Foucault (2012, p. 28-29) chamou de função-autor:

Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que- ao menos desde certa época- o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte

do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que diz todos os dias, a todo o momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra.

A partir da singularidade que se mostra na diferenciação do outro ao mesmo tempo em que aponta para o momento em que os sujeitos enquanto função-autor estão inseridos. Dessa forma, nos gêneros confessionais da *web*, a exterioridade se evidencia de uma maneira específica e encontra respaldo na tônica que rege as tecnologias digitais. De acordo com Fernanda Bruno (2004, p.119): “Nos *weblogs* pessoais, *webcams* e *reality shows*, a verdade é o que se mostra, pois não reside numa interioridade prévia e autêntica, mas é produzida no ato mesmo de se mostrar.”

Como Bruno (2004) parte das considerações de Foucault e Deleuze para apresentar os regimes de visibilidade contemporâneos, cabe aqui aprofundarmos o tema. Roger Pol-Droit (2006), no mesmo ano em que a autora, resume parte das preocupações de Deleuze na elaboração da bibliografia de Foucault. De acordo com Pol-Droit, o pensamento de Foucault pode ser apresentado a partir de três eixos: o saber, o poder e o si, sendo que o saber não pode ser entendido nem como ciência nem como conjunto de conhecimentos neste contexto. Sob este ponto de vista em Deleuze Foucault “designa um ‘novo conceito’: o agenciamento daquilo que uma época pode dizer (seus enunciados) e ver (suas evidências).” (POL-DROIT, 2006, p. 29). Desse modo,

Os enunciados não são frases, as visibilidades não são objetos. Não são as ‘palavras’ e as ‘coisas’. [...] Porém, Deleuze logo esclarece que essas condições são sempre históricas, nunca são aquelas ‘de toda experiência possível’. Do mesmo modo, essas condições não dizem respeito a um sujeito ‘universal’. Ao contrário, elas determinam seu lugar ‘o sujeito que vê é ele próprio um lugar de visibilidade (assim o lugar do rei na representação clássica ou o lugar de um observador qualquer num regime de prisões)’ [...] O hospital e a prisão são lugares de distribuição do visível antes de serem dispositivos de enclausuramento. (POL-DROIT, 2006, p. 29-30)

Sobre a visibilidade e sua relação com as práticas disciplinares podemos então mencionar com Silveira (2014, p. 04) que “os comportamentos e saberes referentes aos

sujeitos advêm de um poder disciplinar. Por isso, na perspectiva foucaultiana os sujeitos podem ser dóceis ao poder, assim como servir de instrumento.” Assim, para Foucault (2004) se a disciplina pode sancionar atos, ao fazê-lo ela avalia os indivíduos com a ‘verdade’. O conhecimento que possibilita exposição dos indivíduos é que faz com que se tornem fiscais de si mesmos (SILVEIRA, 2014). E porque será que às vezes parece difícil perceber o poder disciplinar a partir da cada vez mais incidente exposição de corpos, já que o fato parece apontar para o encontro com a liberdade de si no encontro com a (ex)intimidade? É porque

os comportamentos e saberes referentes aos corpos, neste sentido, advêm dessa produção do poder disciplinar. Algumas vezes, o poder disciplinar está tão atrelado à vida social que se torna difícil conhecer sua ordem de aparecimento, porém, ele passa a ser percebido a partir de seus efeitos nos corpos disciplinados. (SILVEIRA, 2014, p. 05)

Práticas que se repetem, corpos que engendram comportamentos de forma similar também apontam para a disciplinarização. Quando atitudes passam a ser “adotadas” e repercutem em vários espaços temos o exterior atuando na produção de subjetividades. Desse modo, no presente artigo, debatemos sobre os efeitos de aparecimento destes modos de agir na *web* através da (ex)intimidade.

Nesse sentido, é imperioso constatar as modificações a que os *blogs* foram submetidos, ganhando novas feições, a partir da incursão no seio da imagem, consubstanciando-se através dos *vlogs*. A inserção de vídeos diários na rede, tal como as postagens dos *blogs*, tangenciam-se com o espetáculo da cultura visual dos tempos atuais. Ao propormos uma breve genealogia da escrita de foro íntimo, entendemos que há uma consolidação dessa escrita de si expressa de modos muito diferenciados, sob a forma de memórias, diários, *livres de raison*⁶ no final do século XVII e durante o século XVIII (FOISIL, 2010), a despeito de a escrita de si remontar aos primeiros tempos da era cristã (FOUCAULT, 1992).

De lá para cá, os diários se sedimentam como vertiginosos registros da vida íntima. Mas, diferentemente dos *blogs*, subsistia toda uma aura de segredo em que esses

⁶ Para Foisil (2010), o termo *livre de raison* se aplica a um conjunto de textos que relatam de forma minuciosa a vida privada. Contribui com uma riqueza de detalhes, maiores ou menores, que reconstitui retratos de momentos de ordem íntima.

textos estavam envoltos. Mesmo que os autores desses diários tivessem em mente um leitor imaginário, em qual confiavam suas confissões, o conteúdo daqueles ficavam restritos ao âmbito do privado. Na égide das novas configurações têm-se o aparecimento de novos outros comportamentos que vão se multiplicando como réplicas infundáveis assentadas sobre o desejo de mostrar-se, de expor a si. Desse modo, “os modos de subjetivação produzem sujeitos singulares e, portanto, mostram, por meio da análise dos discursos, os procedimentos mobilizados para a produção dos sujeitos.” (FERNANDES, 2012, p. 86). Neste contexto, para Fernandes

uma história crítica da subjetividade a partir dos textos de Foucault aponta para subjetividades que são determinadas pela exterioridade assinalando assim transformações históricas, sociais e culturais. Neste sentido, para o autor, o discurso passa a ser percebido enquanto prática, já que provoca, incita deslocamentos e nas materializações discursivas ocorre a mostra do outro enquanto exterior na produção da subjetividade. (SILVEIRA, 2014, p. 06)

Levando em consideração a exterioridade na produção de subjetividades, cabe aqui destacar um deslocamento sobre os modos de perceber a intimidade, sobre o qual se assentam as discussões do presente artigo em relação à contemporaneidade aqui apresentada. Quando do desenvolvimento da cultura de massa e do advento das tecnologias digitais, as linhas divisoras historicamente erigidas entre a esfera pública e a privada começam a se esfacelar.

Nessa lógica, concebemos intimidade como um tipo de formação que, em um dado momento histórico, teve como função primordial responder a uma urgência histórica (FOUCAULT, [1979] 2008a). Assim, encontrando eco em autores que comungam desse pensamento, a exemplo de Agamben (2005) e Tucherman (2007), acreditamos que a intimidade sofre um processo de constante (re)configuração, pois a partir da evasão desta nos dias atuais, é possível antever mudanças substantivas, comparando-se com a intimidade gestada em meados do século XIX.

3.A (ex)intimidade nos *vlogs*

Dentre os inúmeros *vlogs* existentes no site do *Youtube*, selecionamos o *vlog* de *Taciele Alcolea*⁷, em função do número de visualizações dos vídeos postados (cerca de cem mil por vídeo), o que denota certa popularidade. Além disso, tomamos os discursos desse *vlog* como objeto de análise, pelo fato de ele dialogar com outros *vlogs*, de modo a tecer toda uma rede em que os sentidos sobre si são costurados sob a égide da visibilidade. Outro fator preponderante para a escolha foi devido ao fato de que este *vlog* trazia, no bojo das postagens, alguns enunciados sobre os quais pudéssemos lançar luzes a partir dos autores e dos aportes teórico-metodológicos que aqui utilizamos justificando-se assim a pertinência da escolha.

Podemos, dessa forma, levar em consideração o fato de que desejo pela visibilidade implica uma contínua exposição de si, o que reitera a atualização de mecanismos como a confissão, no qual aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala (FOUCAULT, 2000). Paralelamente a essa confissão midiaticizada, o *vlog* se constitui enquanto um mecanismo a partir do qual se vislumbra a intimidade do sujeito comum sendo continuamente espetacularizada. Nessa perspectiva, os títulos dos vídeos postados por *Taciele* elucidam o que estamos afirmando. No conjunto de vídeos existentes no canal da *vlogueira*, observamos títulos como: “Tour pelo meu quarto improvisado”, “Venham passar a semana comigo – *vlog@tacielealcolea*”, “Arrume-se comigo: jantar especial”, “A escolha do vestido e sapato de noiva”, “Comprinhas para o apê – Parte I”, “Micos da minha vida – com participação de Mamis e marido”, “Como eu arrumo minha mala – SP-RJ”, dentre outros.

Emergem na tessitura discursiva desses títulos efeitos de sentido relativos a uma espetacularização da intimidade. Nesse sentido, ações habituais da rotina como a escolha do vestido de noiva ou a decoração do apartamento são transformados num *show*. A tentativa de tornar popular essa rotina consubstancia-se no desejo atual de exhibir-se nas telas da *web*, de modo a empreender um *marketing* de si mesmo. Dessa maneira, os títulos constituem um convite para serem vistos (“venham passar a semana

⁷ Normalmente os usuários dos *vlogs*, criam um canal no *Youtube*, em que postam e compartilham os vídeos. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/barbiepahetaci>. Acesso em 10. jan. 2014.

comigo...”), proporcionando um ensejo para a existência de platéias virtuais, as quais dão sustentação ao fenômeno da (ex)intimidade na mídia digital. Com efeito, esses sujeitos anunciam a necessidade de ser vistos para existirem enquanto tal.

De homens *in-fames* a celebridades instantâneas, eis o percurso de muitos vlogueiros/blogueiros. A notoriedade que esses sujeitos conquistam emerge noutras vitrines da mídia, inclusive alguns são contratados para publicar livros impressos ou colunas em jornais e revistas (SIBILIA, 2008), tornando-se conhecidos do grande público, mesmo que pouco tempo, tendo em vista que essa é a lógica a partir da qual a cultura do espetáculo se constitui – celebridades que desaparecem com a mesma intensidade que despontam do anonimato. Esse parece ser o desejo nutrido por aqueles que mantêm *vlogs*, como podemos constatar nos comentários feitos pelos internautas no canal de Taciele.



Karol Nunes Há 3 mês

OI GENTE ! vcs devem ignorar esses comentários, mas se vc está lendo, continue POR FAVOR... Meu nome é Karol e estou no começo com meu canal e queria muito pedir a sua ajuda para me ajudar, é só visitar meu canal, e olhar meus vídeos, e se precisar de uma ajuda com seu canal tbm, é só comentar lá. O unico meio que tenho para divulgar é através de comentários, e no facebook , então por favor, me ajudem . Fico muita grata só em vc ter lido até aqui. Um grande beijo e que Deus nos abençoe. :)



Julia Alves Há 2 mês

Oi Taci, eu sei q eh meio chato ficar pedindo essas coisas mais eu amo seu canal ! E acho q meu canal nunca vai ficar famoso sabe ? eu queria pedir p vc so uma coisinha se increve no meu canal ? bjs linda ! Ah e eu tbm tenho um blog chamado juliaalvesmoda

Nos dizeres expressos nos comentários acima, é possível observar, por parte do sujeito que comenta, o desejo de ser visto, de ter o canal popularizado na internet acaba atravessando a constituição discursiva do sujeito *vlogueiro*. Nesse interim, cabe reiterar o sentido de súplica presente no primeiro comentário e se evidencia basicamente a partir da utilização de termos e construções como “por favor”, “queria muito pedir”, “me ajudem”, de maneira a sublinhar certa ânsia desse sujeito em alcançar um espaço de prestígio na *web*. No segundo comentário, por sua vez, depreende-se um discurso de

lamento, tendo em vista o fato de a internauta decretar “acho que meu canal nunca vai ficar famoso”.

Dessa forma, utilizando esse discurso como uma estratégia para angariar visitantes em seu *vlog*, a internauta solicita a inscrição de Taciele em seu canal, a despeito de considerar tal convite inoportuno. Importante frisar a familiaridade com que a autora do segundo comentário trata a *vlogueira*, o que denota uma espécie de proximidade imaginária, alargando aqui um conceito proposto por Sarlo (2004) ao tratar da mídia televisiva, existente, nesse caso, entre o sujeito *vlogueiro* e os que o acompanham.

No turbilhão de relatos autobiográficos que eclodem diariamente no *ciberpespaço*, o sujeito que narra é a um só tempo autor, narrador e protagonista de sua própria história. Para tanto, os sujeitos *vlogueiros* exibem uma relação de intimidade com a câmera, pois esta é de importância fundamental na transformação da rotina num *show*. Nos excertos a seguir explicitados, retirados dos vídeos de Taciele, analisamos de modo mais específico essa constatação:

Excerto 1: Oi, meninas ((ri)) vai começar mais um vlog. Como eu sei que vocês adoram acompanhar *vlog* quando ta todo mundo reunido: eu, a Lu, a Nina, a Fabi, todo mundo, a galera reunida. Eu vou gravar essa semana [...] Estou aqui no shopping, porque eu vou ter uma reunião de trabalho agora e o Fé ta dirigindo. Dá um oi, Fer! E hoje a noite nós vamos nos encontrar novamente. Ontem nós fomos no Hopi Hari, mas vocês já podem conferir esse vídeo aí no canal, porque eu já liberei [...] Eu vou gravar um pouquinho da nossa semana, da nossa bagunça, pra vocês acompanharem e vamos lá! Se vocês gostam desse tipo de vídeo mais pessoal é só continuar assistindo, vem comigo! (“Venham passar a semana comigo”).

Excerto 2: [...] o *Youtube*, que é uma coisa que eu jamais pensei que fosse acontecer na minha vida. Eu adoro falar, eu adoro pessoas ao meu lado. No *Youtube*, eu conquistei muitas amigas que me ajudaram a passar por fases difíceis na minha vida, me trazem alegria todos os dias (“I draw my life”).

No primeiro excerto, oriundo de um vídeo intitulado “Venham passar a semana comigo”, Taciele faz um convite para aqueles que a seguem ou pretendem acompanhá-la. Em todo esse vídeo, a *vlogueira* mostra de forma detalhada seu cotidiano no decorrer de uma semana. Atividades triviais como sair com os amigos, fazer as refeições, escovar os dentes e deitar-se para dormir são exibidas despidoradamente na tela. No excerto supracitado, vemos que Taciele reconhece que o vídeo é “um pouco

mais pessoal”, inclusive ela utiliza esse argumento no intuito de persuadir os internautas a assistirem a trajetória espetacular de si.

Já no segundo excerto, é possível apreender as tecnologias digitais como o sustentáculo a partir do qual se inscreve a subjetividade do *vlogueiro*. A relação com a cultura digital possibilita ao internauta constituir-se como sujeito de sua própria existência (REVEL, 2005). Assim, as “amizades” erigidas através dos contatos virtuais são propícias para dirimir eventuais problemas de ordem pessoal. Quando Taciele reconhece que as amizades advindas da sua inserção no *Youtube* foram essenciais na superação de problemas, ela tacitamente demonstra que foi necessário tornar público esses problemas, o que atesta a emergência do fenômeno da (ex)intimidade na *web*.

Para conseguir o apoio dos amigos virtuais, é preciso se despir de toda uma interioridade a que a noção de intimidade historicamente se atrelou, pois urge contar na tela o que aflige o sujeito internauta. Sobre essa questão, centremos nosso olhar analítico sobre o excerto abaixo transcrito:

Excerto 3: [...] Eu pago muito mico mesmo. Eu dou muito bola fora por aí. E esses dias eu tava conversando com o Fer e com o Rodolfo e a gente tava dando muita risada porque eu comecei a contar para eles alguns micos que eu nunca tinha contado pra ninguém porque eu tinha muita vergonha. E eu falei: “por que não compartilhar com as meninas? Já to compartilhando com vocês mesmo então vou compartilhar com todo mundo. Então eu separei pra vocês dez micos que eu já paguei na minha vida. [...] O primeiro que eu vou contar pra vocês é um mico que eu guardei segredo por oito anos. Sério! Eu tinha muita vergonha desse mico! (“Micos da minha vida – com participação de Mamis e marido”).

Concebendo o relato de Taciele enquanto uma confissão na qual se assenta “o dizer-verdadeiro sobre si mesmo” (FOUCAULT, 2006, p.437) podemos entrever os efeitos de sentidos que emergem dessa confidência, pois se antes a *vlogueira* tinha certo pudor, esse acaba por dissipar-se sob a égide da visibilidade. Compartilhar “com todo mundo” as agruras, os prazeres e os saberes sobre si é a tônica que rege os modos de ser e de estar no *ciberespaço*. Nesse sentido, o discurso de Taciele encontra-se ligado de modo fulcral às condições de possibilidade atuais, as quais priorizam uma visibilidade maior para os sujeitos comuns e os transformam em célebres anônimos ávidos em expor nas telas o que outrora se ocultava.

Não podemos deixar de reconhecer as formas através dos quais os sujeitos internautas se constituem como tais, tendo em vista esse incessante retorno à intimidade, à trajetória pessoal de cada um. Levando em conta que “o que somos ou, melhor ainda, o sentido de que somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a alguém” (LARROSA, 1999, p.48), parece-nos sintomático a necessidade premente de o sujeito *vlogueiro* narrar momentos importantes de suas vidas.

Finalmente, torna-se importante destacarmos que não se trata de histórias curiosas ou fantásticas, mas sim de fatos do cotidiano, absolutamente triviais, habituais. Esse é o ponto nodal do espetáculo digital – transformar a rotina num *show*, num filme caseiro, provavelmente acentuado pelo sucesso dos *realities shows*, em que os sujeitos do cotidiano são lançados no evanescente mundo das celebridades, sem terem realizado um feito que justificasse tal inserção.

4.Considerações Finais

*“Se vacilar... cair na rede
Vão criticar... quer que tem?
Vida de celebridade é um vai e vem
Vem cá, meu bem, ajusta o foco!
Põe nessa foto
e revela para o mundo inteiro!”
(Samba-enredo da Acadêmicos do Salgueiro,
para o carnaval de 2013)*

Entendendo que o discurso está relacionado de modo intrínseco à historicidade, às condições que permitem a sua emergência enquanto um acontecimento, mais precisamente compartilhando da construção metafórica de Veyne (2008), que concebe o discurso como os óculos através dos quais, em cada época, os homens tiveram a percepção de todas as coisas, pensaram e agiram, propomos nesse texto uma análise das manifestações da escrita de si na *web*, com ênfase nos *vlogs*. Nesse intento, tomamos como objeto de análise algumas sequências discursivas provenientes de um *vlog* de expressiva popularidade no meio digital, com vistas a entrever a constituição subjetiva

do sujeito *vlogueiro* e a situar esse discurso no âmbito das condições de possibilidade que permitem a sua aparição nesse canal midiático no momento histórico atual.

A breve discussão empreendida nesse texto objetivou estabelecer a relação entre a emergência dos discursos nos *vlogs* e a questão da visibilidade, conforme discutida por autores como Foucault e Deleuze. O sujeito que produz discursos sobre si no *vlog* encontra-se atrelado a um paradigma da visibilidade, na qual ser visto é condição *sine qua non* para a existência desse sujeito. Nessa medida, determinados aspectos da chamada vida íntima são paulatinamente postos em circulação, de maneira a compor todo um cenário em que a noção de “privacidade” necessita ser rediscutida.

Levando em consideração a ânsia contemporânea em mostrar-se nas telas, desnudando-se do pudor e recato de outrora, transformando a vida cotidiana num *show* ininterrupto, convém problematizar a afirmação de Baudrillard (2001) expressa na epígrafe desse texto: será que determinadas coisas nunca serão dadas a ver? Tomando os discursos produzidos a partir de enunciados veiculados na mídia digital como os óculos de que fala Veyne (2008) para compreendermos a história do presente, acreditamos que o campo de visibilidade atual se expandiu a ponto de recobrir uma miríade de fatos, histórias e imagens antes ocultas ou silenciadas, de maneira que ser visto tornou-se o essencial, e conforme sentencia Guy Debord (1997), o que não aparece não existe.

5. Referências

AGAMBEN, G. O que um dispositivo? In: **Outra Travessia**, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576> Acesso em: 20. fev. 2014.

BAUDRILLARD, J. **Senhas**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação, **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 24, jul.2004.

BURGUESS, J. **Youtube e revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. Trad. Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Péter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2006.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Claudia S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FERNANDES, C.A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOISIL, M. A escritura do foro íntimo. In: CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- _____. **A Hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca & Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto C. de Melo Machado e Eduardo J. Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- _____. A vida dos homens infames. In: _____. **O que um autor?** Trad. António Fernando Cascais & Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 2000. p. 80-128.
- _____. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- _____. O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus & P. Ravinow. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARDT, M.; NEGRI, H. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MOREIRA, D. R.; DIAS, M. S. Web 2.0 – a Web social. In: **Revista CEPPG**, Catalão, n. 20, 2009, p.196-208. Disponível em: http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/5b8d871edec20a2cea22e4a06c772a66.pdf Acesso em 03. jan. 2014.
- MOTTA, M. *et al.* **Samba-enredo 2013 do Salgueiro: Fama**. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/salgueiro/samba-enredo-2013.html> Acesso em 10. jan. 2014.
- POL-DROIT, R. **Michel Foucault: Entrevistas**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006.
- REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. 3 ed. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVEIRA, E.L. Entre *selfies*, curtidas e subjetividades: sobre os sujeitos contemporâneos e o cuidado de si. In: **O corpo é discurso**. Ed. nº 32, Vitória da Conquista, maio de 2014. p. 04-10. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/labeledisco/wp-content/uploads/2014/06/Jornal-n%C2%BA-32.pdf> Acesso em: 23. jul. 2014.

TUCHERMAN, I. Michel Foucault, hoje ou ainda: Do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. In: QUEIROZ, A.; CRUZ, N. V. (Orgs.). **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

VEYNE, P. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Trad. Luís Lima. Lisboa: Albin Michel, 2008.

Abstract: In this text, we will discuss the production of speeches about themselves, especially those who cover the phenomenon of (ex) intimacy, from the vlogs-videos, which constitute a kind of offshoot of blog, posted on sites like Youtube – to think like this discursive production is tied to visibility. We take as theoretical apparatus the reflections of authors such as Foucault (1995; 1999; 2001; 2012), Sibilia and Bruno (2004). Our analyses indicate that the speech about you in digital network ties in with current conditions of possibility, i.e. allowing the emergence of certain discourses on the (ex) intimacy of the subject, which prioritize a greater visibility to the common subjects and turn them into famous anonymous eager to expose on the screens what once hid.

Keywords: Speech. Intimacy. *Vlog*.

Mulheres das Letras, Mulheres das Lutas

Women of Letters, Women of Struggles

Gerlice Rosa¹

Resumo: Este artigo² refere-se a uma proposta de abordagem e apresentação do jornal mineiro *O Sexo Feminino* como espaço de discussão das vozes femininas colocadas em destaque no século XIX. O direcionamento do periódico para as mulheres, a intencionalidade do projeto de fala da jornalista e as estratégias discursivas lançadas em busca da representação feminina são pontos abordados neste artigo, que traz reflexões pautadas nos postulados de Charaudeau a respeito de estratégias e visadas discursivas³. As estratégias são usadas no jornal para aproximar as leitoras do diálogo midiático que se estabelece e, por conseguinte, deixá-las envolvidas pela proposta de emancipação defendida pela jornalista Senhorinha Diniz.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, *O Sexo Feminino*, Senhorinha Diniz.

¹1Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) pela UFMG. Bolsista CNPQ.

²Este trabalho faz parte das reflexões surgidas a partir da dissertação de mestrado intitulada “Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em *O Sexo Feminino*”. A dissertação foi desenvolvida sob a orientação do professor Doutor Renato de Mello, a quem dedico agradecimento pelo apoio e pelo compartilhamento de saberes.

Introdução

A descoberta da escrita feminina representa, para muitos, o encontro com o desconhecido e inesperado. Mas o fato é que as mulheres escreveram, registraram sua história e se manifestaram publicamente, especialmente através dos jornais, meio de comunicação que se firmava na sociedade do século XIX.

O estilo panfletário e idealista dos periódicos desse século permitiu a proliferação dos jornais com ideais políticos e também de cunho social, como é o caso dos que lutavam por igualdade de direitos, por justiça e por representação. O jornal *O Sexo Feminino*, analisado neste artigo, se encaixa neste perfil exatamente por traçar esse discurso de cunho reivindicador e de luta em prol dos direitos da mulher.

Apresentamos neste artigo o jornal *O Sexo Feminino*, uma breve biografia de sua redatora principal – e proprietária –, mas nosso foco principal é a construção discursiva proposta pela jornalista e as estratégias usadas por ela para defender suas ideias de emancipação e de luta feminina. Para tal, foi necessário apresentar um breve apanhado do jornalismo neste período, suas implicações e peculiaridades nos anos oitocentos.

1. Características do Jornalismo no século XIX

O jornalismo do século XIX tangenciava, em muitos aspectos, a literatura. De acordo com Morel e Barros (2006b, p.63), “... levou bastante tempo para que as características do fazer jornalístico fossem sistematizadas, para que o jornalismo deixasse de se confundir com a literatura e adquirisse elementos próprios, tornando-se um campo de saber singular”. A confluência entre jornalismo e literatura era visível no século XIX, uma vez que o espaço dos escritores era também o jornal, lugar das críticas, escrita de artigos e publicação dos folhetins.

A fase de debate político na imprensa, iniciada com mais ênfase a partir de 1821, era caracterizada pelo tom das leituras coletivas, fato que confirma e propicia o caráter panfletário e idealista dos jornais. Ainda de acordo com Morel & Barros (2006 a, p.45):

As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política. Pontos de venda dos impressos, leituras coletivas, cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporavam-se ao cotidiano da população. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.

A ampliação do alcance dos jornais, por meio da leitura coletiva, criava outro espaço discursivo entre produtor e destinatário, uma vez que o produto desse discurso jornalístico era capaz de abarcar outros grupos e espaços não pensados para tal projeto de fala.

A natureza do trabalho do redator estava, portanto, vinculada às suas próprias escolhas editoriais, às suas propostas argumentativas para alcançar o público destinatário e às reflexões elaboradas diante da realidade experienciada por ele. Dessa maneira, o olhar e o foco dado aos fatos são fundamentais para reconhecermos as ideias veiculadas nos jornais desse período. Conforme Buitoni (2009, p.32):

O formato panfleto dominava o ambiente jornalístico, fruto do clima de transformações da época. Era comum surgirem novos jornais todas as semanas, que não passavam de dois ou três números. O jornalismo era a voz das correntes políticas que se defrontavam em polêmicas impressas, muitas vezes fundadas em boatos e difamações.

A imprensa oitocentista foi marcada também pela intensa comunicação entre os periódicos e seus redatores. Através deles, as pessoas manifestavam publicamente suas opiniões, encontravam aliados, conheciam as propostas de outros jornalistas e, assim, contribuíam para a formação e a difusão de ideias nesse novo espaço público.

1.1 A imprensa feminina no Brasil do século XIX

O século XIX é marcado pela pequena atuação feminina no universo das letras. Nos anos oitocentos, a presença da mulher não era muito comum no ambiente escolar:

... apenas na segunda metade do século XIX um número razoável de mulheres são tidas como alfabetizadas, que se interessavam pela poesia e os romances-folhetins, muitas vezes saboreados em conjunto, lidos pelas pessoas de maior talento teatral e voz mais harmoniosa, enquanto a família, ao redor, escutava avidamente... (MOREL & BARROS, 2006b, p.60)

A participação restrita da mulher no ambiente escolar não impedia totalmente o envolvimento dela com a leitura e a escrita, que aos poucos começava a fazer parte de sua realidade, mesmo que de maneira indireta, com as leituras coletivas. Em sua pesquisa sobre

imagens de mulheres públicas, Perrot ressalta as palavras e os lugares que eram comuns às mulheres no século XIX, especialmente no contexto da imprensa europeia.

Inicialmente a imprensa é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade. Os cafês, círculos e clubes, as salas de leitura, onde se lêem principalmente os jornais, são reservados aos homens. Todavia, as mulheres insinuavam-se no jornal pelos rodapés – a parte de baixo das páginas dos jornais – que lhes era progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mundanas e sobretudo de romances-folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral. Mesmo assim, esse prazer da leitura continuava sendo um prazer escondido... (PERROT, 1998, p.77)

Como nos mostra Perrot, por terem tido espaço restrito na participação da sociedade, as mulheres se integraram lentamente à vida intelectual brasileira. O fato de poucas delas terem acesso aos estudos e à leitura dificultava (mas não impedia) sua inserção no ambiente jornalístico. Algumas dessas mulheres alfabetizadas arriscavam e expunham seus trabalhos literários e suas reflexões no novo meio de comunicação que se firmava no Império. Para Martins (2008, p.67) “... coube às mulheres produzir significativos títulos daquela imprensa periódica, dando visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino”.

Em função desse aprendizado contido e tardio das mulheres, sua presença nos jornais enquanto escritora no Brasil pode ser observada apenas a partir de 1823, no *Sentinella da Liberdade*, de Cipriano Barata. Nesse jornal, elas assinam os primeiros manifestos reivindicando direitos de cidadania e participação na vida pública. Buitoni (2009:32) afirma que o primeiro periódico dirigido por mulheres no Brasil foi *O Espelho Diamantino*, publicado em 1827, com o subtítulo: “Periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras”.

Mas há outras experiências de mulheres na imprensa brasileira que se consolidaram ao longo do século XIX. Como relata Bernardes (1989:103), o *Jornal das Senhoras*, fundado em 1852 por Joana Paula Manso de Noronha, “... convidava todas as senhoras dotadas de inteligência a apresentar suas produções literárias sob o anonimato...” e trazia o subtítulo de “Modas, literatura, belas artes, teatros e crítica”. Buitoni (2009), em seu trabalho sobre a representação da mulher na imprensa brasileira, lista 38 periódicos escritos por mulheres e, sobretudo, para as mulheres, veiculados no Rio de Janeiro de 1850 até o final do século XIX. Segundo a autora, outros estados tais como Pernambuco, Piauí e São Paulo testemunharam a atuação feminina na imprensa. Destacamos, aqui, alguns títulos de jornais enumerados por

Buitoni (2009) e que foram publicados no mesmo período de veiculação de *O Sexo Feminino: O Jornal das Famílias* (1863-1878), que foi impresso em Paris e abordava assuntos de moda, receitas e conselhos de beleza; *O Domingo* (1873-1875), que versava sobre literatura e moda, sob a direção de D. Violante A. X. de Bivar e Velasco; *O echo das Damas* (1885-1889), de propriedade de Amélia Carolina da Silva e Cia; *A Família* (1888-1889), de propriedade de Josephina Alvares de Azevedo, dedicado à educação da mãe de família, além de *A Pérola* (1889), folha literária bissemanal “... dedicada ao belo sexo”.

As publicações de mulheres assumiam, portanto, seu caráter particular, de contestação, de exposição do seu pensamento sobre sua condição na sociedade, dirigidas, sobretudo, a um público também composto de mulheres, um público que se formava timidamente e muitas vezes no anonimato. A instrução e a formação de uma sociedade letrada masculina faziam parte do projeto de transformação da sociedade, especialmente a fluminense. A prática da leitura era vista como um ponto essencial para o saber erudito, para a formação de uma elite intelectual. E as mulheres da época, ainda que uma minoria, tiraram proveito disso.

A relação entre leitura, mulher e sua representação no século XIX pode ser percebida nos registros históricos dos periódicos, uma vez que estes podem ser vistos como relatos de uma época, de uma sociedade. Sobre esse ponto, Nascimento (2004, p.3) afirma que: “É importante destacar que a imprensa teve um papel muito importante na formação do pensamento feminino e acompanhou todo o processo de emancipação da mulher, ora apoiando, ora contestando”.

Em mais um exemplo de como as mulheres escreviam e se valiam dos jornais, Buitoni (2009, p.47) esclarece que, dentre os vários objetivos, havia a exposição e a defesa de suas ideias, na busca de conscientizá-las de sua condição, de sua situação política e social:

No século XIX, encontramos duas direções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades “femininas”; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação (BUITONI, 2009, p.47).

O jornal analisado neste artigo insere-se neste modelo de imprensa, feita por mulheres e, sobretudo, para mulheres. Uma imprensa progressista que, como veremos na proposta da jornalista Senhorinha Diniz, é a de uma emancipação racional da mulher, passando, necessariamente pela educação. Em razão dessa postura, Senhorinha é vista por alguns como uma pré-feminista, por apresentar em seu discurso esses elementos de liberdade, mas, ao

mesmo tempo, ainda ligada a questões tradicionais da época, como o papel da mulher no lar como esposa, mãe e educadora. Apresentamos, na sequência, fragmentos da biografia de Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

2. Senhorinha das letras e das lutas

O levantamento dos dados biográficos de Senhorinha Diniz foi de grande importância para a compreensão e para o entendimento do discurso por ela sustentado nas páginas do jornal.

Senhorinha Diniz é apresentada por Nunes (2008, p.6) como uma mulher de “... reconhecida cultura e ousadia, amiga de D. Pedro II, professora primária e empreendedora”. A jornalista nasceu em São João Del Rey, Minas Gerais. Porém, não obtivemos o registro da data exata de seu nascimento. Soubemos, entretanto, que Senhorinha foi filha de Eduardo Gonçalves da Motta e Gertrudes Alves de Mello Ramos. Casou-se com José Joaquim da Silva, professor da Escola Normal de Campanha, advogado e proprietário do jornal *O Monarchista* e tiveram três filhas: Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado. Várias informações sobre a família da jornalista são reveladas nos textos de *O Sexo Feminino*, que a jornalista assina conjuntamente com suas filhas.

Segundo Andrade (2006, p.21), “... suas primeiras experiências no magistério são de 1854, quando trabalhava, provavelmente como professora na Vila de Uberaba, Minas Gerais”. A fundação da Escola Normal em Campanha, por exemplo, foi exaltada por Senhorinha em *O Sexo Feminino* logo na primeira edição, o que parece demonstrar seu interesse, seu engajamento e sua dedicação à educação das mulheres:

A Campanha tem de gravar em letras de ouro nas paginas de sua historia o dia 7 de Janeiro de 1873, dia memoravel que veio proporcionar ás jovens campanhenses o importante e feliz ensejo de se instruirem, ornando os seus nomes com o honroso qualificativo de *normalistas*. (DINIZ, 1874, p.1)⁴

Na seção *Collaboração*, da primeira edição de *O Sexo Feminino* (7 de setembro de 1873), a jornalista lista os nomes de todas as “... jovens mineiras *normalistas e ouvintes* que frequentão o 1º *anno* da escola normal”. Dentre os nomes, estão duas das filhas de Senhorinha: Amélia Augusta Diniz, como normalista e Albertina Augusta Diniz, como

⁴Optamos por manter a grafia original dos jornais, conforme escrito no século XIX, no Brasil.

ouvinte. Nessa mesma edição, a jornalista revela que seu marido, José Joaquim da Silva Diniz, “... ocupava a regência da primeira cadeira de professor do 2º ano da escola normal”. Francisca Diniz também foi uma das professoras convidadas para lecionar na Escola Normal:

... é também logo nomeada, para reger a cadeira de aula prática, a ilustre escritora D. Senhorinha da Motta Diniz e a quem iria caber a glória de fundar ali, na própria Campanha da Princeza a imprensa defensora dos direitos da mulher no Brasil [...] (VALADÃO, *apud* ANDRADE, 2006, p.25)

Em mais um exemplo de seu envolvimento com a educação, Senhorinha fundou, juntamente com Maria Constança de Sá, o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, no Rio de Janeiro. O anúncio foi divulgado no jornal *O Sexo Feminino* (29 de julho de 1875):

Sobre o modelo dos úteis estabelecimentos conhecidos na Inglaterra como *Infant Schools*, abre-se esta nova instituição na casa acima a datar do dia primeiro de agosto próximo. Recebem-se meninos de 4 até 10 annos, aos quaes, conforme a sua idade, será conferida pelos melhores methodos, a conveniente instrucção; correspondendo ao quadro de ensino elementar do 1º e 2º grão. A grande experiência e pratica de ensino que tem as Directoras, é mais uma garantia de rápido aproveitamento, conciliando-se ao mesmo tempo, os desvellos todos maternas, próprios ao período de vida em que se acham nos alunnos. (DINIZ, 1875, p.4)

Além do magistério, Senhorinha Diniz dedicou-se à imprensa. Fundou, em 1873, o periódico *O Sexo Feminino* e manteve suas edições até 1889. Em 1880, redigiu os semanários *A Primavera* e *a Voz da Verdade*, no Rio de Janeiro. Colaborou ainda com a revista semanal de moda *Estação*, que foi publicada entre 1879 e 1904. Senhorinha também escreveu o livro *A judia Rachel*, com a colaboração de sua filha Albertina Diniz. A obra foi editada e publicada no Rio de Janeiro por José de Assis Climaco Reis, na tipografia Reis, em 1886.

O lançamento de *O Sexo Feminino*, em 1873, revela a ousadia da redatora, não só por veiculá-lo, mas também por propor a temática feminina em um periódico que carrega o nome desse grupo: *o sexo feminino*.

O exercício jornalístico de Senhorinha é oportuno para que ela dê mais um passo na construção de sua própria identidade. O jornal oferece espaço para que a redatora identifique-se, exponha sua opinião, coloque seu posicionamento acerca da sociedade e revele a imagem que possui dos brasileiros do século XIX, especialmente das mulheres, construindo, assim também, as imagens e representações das mulheres de sua época, além da própria imagem de si mesma. Vemos, assim, surgir uma imagem daquela que escreve para o jornal *O Sexo Feminino*, como uma projeção de Senhorinha Diniz para o impresso.

Desse modo, a representação da jornalista e da sociedade do século XIX pode ser percebida através dos *imaginários* que permeiam esse discurso jornalístico feminino oitocentista. Veremos que a imagem de Senhorinha aparece, quase sempre, vinculada aos relatos grafados no periódico. Entretanto, com o término das edições do jornal *O Sexo Feminino*, em 1890, as informações sobre a jornalista e escritora tornam-se escassas, não são facilmente encontradas, mesmo em arquivos e outras publicações periódicas. Os dados biográficos listados acima foram adquiridos ou a partir de referências lidas sobre o jornal e a jornalista ou inferidos por meio das próprias publicações da jornalista em *O Sexo Feminino*. Com o intuito de compreender melhor a chegada desse periódico nas Minas Gerais dos anos oitocentos, apresentamos, na próxima seção, um histórico do jornal de propriedade de Francisca Senhorinha Diniz.

3. O periódico *O Sexo Feminino*

O primeiro ano de edição do jornal (1873-1874) foi produzido na cidade de Campanha de Minas, no sul do estado. O jornal era impresso na tipografia do marido de Senhorinha Diniz, José Joaquim da Silva. Em 1875, Senhorinha Diniz mudou-se, juntamente com o marido e as filhas, para o Rio de Janeiro com uma proposta para lecionar na Corte. Desse modo, a partir de 22 de julho de 1875, o jornal passou a ser impresso na cidade do Rio de Janeiro. *O Sexo Feminino* reaparece em seu terceiro ano de edição, em junho de 1889 e dura alguns meses até sofrer alteração no nome, passando a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Todas essas informações encontram-se registradas no próprio jornal, que se tornou um grande meio de comunicação entre Senhorinha Diniz e seus leitores:

É este pois o ultimo numero do *Sexo Feminino* que com chave de ouro, em um dia de entusiasmo e de jubilo nacional, vem encerrar o seu primeiro anno. D'ora em diante será esta folha editada na corte, d'onde opportunamente me dirigirei aos leitores, e aos meos illustrados collegas com quem permuto este semanario. (DINIZ, 1874, p.1).

As redatoras do jornal eram principalmente da família de Senhorinha Diniz – ela, como redatora principal, e suas três filhas, como colaboradoras: Amélia, Albertina e Elisa Diniz. Essas informações são logo apresentadas na primeira página do periódico: “proprietária e redactora D. Francisca S. da M. Diniz – collaboradoras, diversas”.

3.1 A estrutura do jornal

O jornal seguia o padrão da época: quatro páginas, formatação simplificada, ainda sem gravuras, apenas com bordas e enfeites em alguma seção. A primeira página (ou capa) contava com cabeçalho, contendo o nome do jornal, o preço das assinaturas mensais e por semestre, a data de publicação, a cidade onde era impresso e o nome das colaboradoras do jornal.

Os textos estão dispostos em duas colunas, dessa forma a leitura fica direcionada sempre para um ou outro canto da página, algo diferente do que observamos atualmente nos jornais. Hoje, encontramos jornais divididos em mais colunas com a intenção de dinamizar a leitura e não cansar a vista dos leitores. Na sequência, fotocópia de um exemplar de *O Sexo Feminino*:



Figura 1 - Capa do jornal *O Sexo Feminino* - 7 de setembro de 1873.

Percebemos ainda que os anúncios eram apresentados na página final do periódico, divulgando festas, apresentações de teatro, produtos de beleza, revistas e serviços como as traduções oferecidas pela filha de Senhorinha, Elisa Diniz e o sistema de internato dos colégios para meninas.

A tiragem do jornal era de 800 exemplares, número significativo se levarmos em conta a baixa escolaridade da população nesse período e o grande número de analfabetos do país. Como afirma Nunes (2008, p.1) “Campanha, em 1872, conforme o recenseamento da época, possuía pouco mais de 20 mil habitantes, sendo que apenas 1458 mulheres sabiam ler e escrever, cerca de 7% da população total”. Cabe ressaltar que, ao iniciar a publicação no Rio de Janeiro, Senhorinha promove a reimpressão dos 10 primeiros exemplares, segundo ela,

para agraciar os moradores do Rio de Janeiro com o conhecimento do que já havia sido publicado em Campanha.

Como dissemos, o preço do jornal era identificado em sua primeira página. Na cidade de Campanha, o valor era de 2\$500 para assinaturas semestrais e 5\$000 para assinaturas anuais. Com a publicação no Rio de Janeiro, o preço sofre algumas alterações. A assinatura podia então ser feita por ano, no valor de 10\$000; por semestre, no valor de 5\$000 ou, ainda, por trimestre, com o preço de 3\$000.

Com relação ao conteúdo, é possível perceber uma variedade temática. São abordados temas como culinária (receitas), literatura (poesias), anatomia, normas gramaticais, cultura (divulgação de eventos e atividades), anúncios de produtos e divulgação de notícias de interesse daquela sociedade. Essas temáticas eram abordadas nas diferentes seções de *O Sexo Feminino*: editorial, folhetim, poesias, literatura, noticiário, variedade, anúncios, colaboração. Praticamente todos esses conteúdos e todas essas seções mantinham direta ou indiretamente uma estreita relação com o universo feminino.

3.2 Um jornal dedicado aos interesses da mulher

O nome do periódico é bastante sugestivo; tautológico, poderíamos dizer, pois nomeia este gênero e adianta aos leitores que tratará da temática feminina. Sustentar o nome do jornal de *O Sexo Feminino* significa trazer as mulheres para este espaço público de compartilhamento de ideias. O artigo definido *o* sugere que há uma especificidade, um detalhamento e até mesmo um delineamento sobre o que significa ser do sexo feminino, pertencer a esse gênero.

As publicações eram compatíveis com a linha editorial proposta por Senhorinha, fato este lembrado no exemplar número 13, de 29 de novembro de 1873, quando a redatora especifica que o jornal só aceitará para publicação, artigos que se enquadrem no programa editorial de *O Sexo Feminino*: “A redação desta folha só aceita artigos que se não directa ao menos indirectamente emplaquem com o seu programa que é instrucção, educação e illustração da mulher, e tudo mais que importe defesa de seus direitos até agora conculcados”. (DINIZ, 1873, p.3) Nesta fala, Senhorinha Diniz reafirma a proposta do periódico de rejeitar os demais posicionamentos que se opõem a defesa dos direitos femininos. Reafirma ainda que sua proposta é de mudança, diante da condição em que se encontram as mulheres. Para a

proprietária do jornal, é preciso defender os direitos das mulheres, direitos que foram até aquele momento “conculcados”, ou seja, negados às mulheres.

3.2.1 Os leitores do periódico

É perceptível o direcionamento que Senhorinha dava aos seus leitores, ao delimitar e esclarecer suas atenções para o público: “Ora, *O Sexo Feminino* é um periódico redigido por senhoras, e quase exclusivamente dedicado à leitura das mesmas”, ou ainda em: “Eis-nos chamando em nosso auxilio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intellectuais e com as assignaturas.” (DINIZ, 1876, p.2).

Essa especificação da linha editorial evidencia o cuidado e a atenção da jornalista com o público feminino. Porém, não podemos nos esquecer de que as decisões, especialmente as políticas, naquele período, eram tomadas pelos homens, que tinham representatividade e poder para implementá-las ou revogá-las. Portanto, ao propor as mudanças na educação e sugerir, por exemplo, um novo tratamento à educação da mulher, com investimentos em escolas, com uma nova postura dos maridos em relação a suas esposas, dos pais de família em relação a suas filhas, Senhorinha dirige-se também aos homens, aos legisladores e aos governantes, como no trecho seguinte:

Pois bem, legisladores, sabeis que da civilização do povo é que nasce todo o progresso de uma nação, mas deveis si quer por um momento esquecer-vos de que o missionário que mais vos convem é a mulher, sobre tudo no magistério, e na educação da mocidade; mas para isto é mister que ella seja educada e instruída como o deve ser e muitas vezes o havemos dedicado. Christo, que foi o principio Divino – humanidade da eterna justiça, e o mestre da mais sublime philosophia, não se esqueceu de tomar a mulher, não só por sua mãe, sinão para como que auxiliá-la em sua santa missão. A falta de instrução da mãe de família é o primeiro obstáculo que se oppõe á desejada regeneração dos costumes, da sociedade e do seu progresso, de qualquer dos modos por que se encarem as condições de perfectibilidade humana. (DINIZ, 1874, p.2)

Evidentemente, não podemos precisar o público leitor efetivo de *O Sexo Feminino*, pois além de não haver registros concretos das vendas, a recepção de um discurso depende do acompanhamento preciso das condições de veiculação e de acolhimento discursivos. Porém, no próprio periódico, Senhorinha Diniz relata a repercussão do jornal, tendo sido este levado aos Estados Unidos, assinado pela princesa Isabel e pelo imperador D. Pedro II, além de ter sido compartilhado com diversos jornalistas que trocavam seus periódicos entre si. No último exemplar publicado na cidade de Campanha, em 7 de setembro de 1874, a jornalista

faz uma retrospectiva da receptividade do jornal, descrevendo como foi o primeiro ano de publicação:

A tiragem deste hebdomadario era de 800 exemplares, e cousa singular, esta folha não contou 10 numeros devolvidos!

Parece incrivel que um humilde periodico de despresivel formato seja lido na velha capital da Hespanha na Europa e na soberba Nova - York dos Estados Unidos, o assombro da moderna civilisação, e o modelo invejado do aperfeiçoamento de progresso moral, intellectual e material. (...)

Desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul é esta folha conhecida, e ainda agora choviam os pedidos de numeros editados e novas assignaturas.

No gabinete aristocrata dos cidadãos mais altamente collocados no nosso paiz, quaes são os ministros; na humilde e modesta mesa de estudo do cidadão democrata; no lar domestico do simples camponez, em todos estes logares penetrou o pequeno semanario *Sexo Feminino*, e ninguém o repellio! Ainda concorreo poderosamente em prol desta folha o digno e illustrado redactor e proprietario do *monarchista* que fez desaparecer toda e qualquer dificuldade (DINIZ, 1874b, p.1).

O último exemplar publicado em Campanha adquire, como podemos observar, um caráter de gratidão aos colaboradores e exaltação da própria imagem do periódico. Na descrição de Senhorinha sobre o alcance do jornal e a abrangência internacional do mesmo, conseguimos vislumbrar o perfil esperado e talvez realmente alcançado por ela com as edições do semanário.

Charaudeau (2008, p.76) afirma, a respeito dos sujeitos envolvidos no discurso, que, através do direcionamento da fala, imagina-se o público destinatário para o qual esse locutor escreve:

... os protagonistas da enunciação são seres de fala, internos ao ato de linguagem e que são definidos por papéis linguageiros. Um desses protagonistas é o Enunciador que realiza esses papéis linguageiros intervindo ou apagando-se no discurso; o outro é o Destinatário a quem o locutor atribui um lugar determinado, no interior de seu discurso.

Através da leitura das edições do jornal é possível constatar que o auditório para o qual se direciona o jornal é, sobretudo, um público instruído, ou pelo menos é o que a redatora almeja, enquanto EU-enunciador que projeta para si um público específico para sua fala, seu discurso. A partir dos comentários feitos por Senhorinha, pela motivação de luta por direitos femininos e até pelas citações que faz, inferimos que Senhorinha escrevia para um público mais intelectualizado e instruído, capaz de acompanhar as propostas inovadoras a respeito da mulher na sociedade. Isso nos pareceu, em parte, um pouco contraditório: escrever prioritariamente para mulheres alfabetizadas, instruídas, intelectualizadas quando sabemos que eram poucas as mulheres nessas condições naquela época, conforme dissemos

anteriormente. Entretanto, isso explica, também em parte, a razão de *O Sexo Feminino* ser lido coletivamente e ser direcionado também aos homens.

3.2.2 A proposta do jornal e o emprego de estratégias discursivas

O periódico é o espaço no qual Senhorinha expõe muito mais do que suas ideias e projetos. Ele funciona como o lugar que permite à jornalista incentivar as mulheres à mudança de pensamento, convocar os homens a tomarem medidas emancipatórias e, especialmente, convencê-los disso.

O jornal busca integrar e reunir as mulheres ao redor de um mesmo propósito: a racional emancipação feminina. Discursivamente, isso é construído através de diversos efeitos de sentido. Valemo-nos dos conceitos cunhados por Mendes (2004) em seus estudos sobre os efeitos produzidos nos discursos reais e ficcionais. Segundo a autora, “de um polo a outro, temos os efeitos mais diversos, seja na construção de consenso no conflito, seja nos momentos de felicidade ou infelicidade na comunicação, que ela se dê de uma forma monologal ou dialogal” (MENDES, 2004, p.226). A partir desse pressuposto, podemos analisar os efeitos pretendidos e divulgados por Senhorinha Diniz em *O Sexo Feminino*.

Percebe-se no discurso da jornalista o efeito de proximidade, construído a partir da escrita íntima. Ao ler o jornal, parece-nos que Senhorinha Diniz trava um diálogo real com seus leitores (em especial as mulheres). Já na primeira edição, ela se dirige às leitoras como amigas, a quem aconselha e instrui.

Mães! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso titulo de educadora! Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros; é á felicidade que pretendemos conduzir-vos: são os nossos direitos postergados, que desejamos reaver; são as nossas forças e a vossa soberania que invocamos; é em fim, convidando-vos a percorrer a estrada afortunada da virtude e do amor que nos prôpuzemos a pedir que vos instruaes, para que possais educar vossos filhos nos sãoos princípios da moral. (DINIZ, 1873, p.1)

Essa proximidade pode ser compreendida como o que Charaudeau chamou de visada de incitação, ou seja, por meio dessa aproximação sensibilizada, a jornalista repassa aos leitores seus argumentos, sua visão de mundo e, principalmente, tenta os convencer das ideias que defende.

Vejamos, pois, boas mães, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura, e nossa colheita será na proporção do que semeiarmos; a principal idéa de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família. A marcha e o movimento do progresso de idéas novas é sempre lenta, porém não esta longe o dia em que a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela educação do homem, dada pela mulher. É a epocha da luz!... Foram se as trevas... Todos os povos se congregam em torno da sacrosanta idéa da igualdade e da fraternidade. Avante, pois, amáveis conterrâneas!... (DINIZ, 1889, p.1)

A construção desse discurso de aproximação, marcado pela adjetivação e descrição lamuriosa da situação feminina no século XIX (como visto cima) tende a sensibilizar as mulheres e convidá-las para a adesão às ideias propostas e discutidas no jornal. Senhorinha Diniz se comunica de forma pessoal e intimista com as leitoras, possíveis destinatárias de seu discurso. Como derivado do efeito de proximidade, vemos surgir, assim, no discurso o efeito de pertença e participação. Ao pedir contribuições (escritas) para o jornal, Senhorinha permite que as demais mulheres brasileiras façam parte do jornal, das propostas e da luta travada na sociedade oitocentista: “A redactora tudo espera das Senhoras, não só da corte como das províncias, para a coadjuvação e sustentação da folha e da idéa, offerecendo desde suas paginas e todas aquellas que as honrarem com seus bem elaborados escriptos, nos precinetos do programma”. (DINIZ, 1875, p.1).

Em outro momento, a jornalista constrói o efeito de participação também por meio do pedido de auxílio financeiro para a construção do Colégio Nossa Senhora da Penha, um projeto idealizado pela jornalista para oferecer estudos às meninas, de acordo com seus princípios educacionais e emancipatórios. Tal projeto se concretiza em agosto de 1875, no Rio de Janeiro. Na edição de julho do jornal, Senhorinha não só expõe a fragilidade financeira de seu projeto, como também a necessidade de as mulheres se libertarem, manifestarem seus direitos e investirem na luta de emancipação por meio da educação. Dessa forma, elabora-se, discursivamente o efeito de pertencimento.

Com as mãos na consciência até onde chegarem nossos fracos recursos de intelligencia, da imprensa, tribunal universal, bradaremos, implorando ao governo, aos nossos concidadãos às nossas amigas; assignantes desse jornal, todo o auxilio em favor da fundação de casas de educação destinadas ás meninas pobres. Não poderemos attingir o fim ai não empregando os meios para conseguil-o. Em outros anteriores artigos deste periodico já noticiamos ás nossas amigas que na Europa existem muitos estabelecimentos organizados por meio de associações de senhoras. Repitamol-o: Reunindo-se diversas mães de família, obtêm por meio de uma collecta de pequenas contribuições a fundação de um estabelecimentos onde collocam as meninas pobres de sua affeição e que melhores qualidades apresentam (DINIZ, 1889, p.1).

Desde a edição inaugural do periódico, a redatora manifesta a intenção de *O Sexo Feminino* e permanece com sua luta pela emancipação a cada nova publicação do jornal. A inauguração do Colégio Nossa Senhora da Penha coroa as intenções da jornalista e o ambiente escolar surge como mais um espaço onde Senhorinha podia desenvolver suas ideias e, mais de perto, convencer crianças e jovens meninas sobre a necessidade de sua racional emancipação. Como afirma Nunes (2008, p.1):

O ambiente da corte no Rio de Janeiro parecia ser propício para o surgimento de outros jornais, ainda que de vida efêmera, na linha reivindicatória dos direitos das mulheres. E foi justamente nesse cenário de lutas entre-século que se destacou o espírito de iniciativa de Francisca Senhorinha, que nos permite saber mais sobre as próprias mulheres e as estratégias que adotaram para se expressar publicamente – num tempo em que o acesso ao conhecimento e à ilustração era privilégio de uma elite sobretudo masculina.

A partir das leituras do periódico é possível perceber que a proposta de *O Sexo Feminino* esteve para além do direcionamento exclusivo para as mulheres da época. A jornalista trazia nas páginas de seu jornal uma sugestão de mudança de costumes, de pensamento e de atitudes para a sociedade do século XIX. A princípio, as ideias de Senhorinha voltavam-se apenas para a sociedade mineira de Campanha, depois para a capital do país e, com o tempo, para todo o Brasil e para outros países, como ela mesma relatou na edição de sete de setembro de 1874. O discurso da jornalista pretende se expandir, alcançar além do universo feminino, o campo do poder, da decisão e da mudança, por isso também é um discurso que busca ser ouvido pelos homens.

Sob outro aspecto, é possível notar o efeito de aconselhamento utilizado por Senhorinha. A jornalista assume o lugar de superioridade, cabível àquele que foi assim autorizado a falar pela sua credibilidade (neste caso, por ser letrada e jornalista) e dá conselhos às mulheres menos esclarecidas. A proposta salvífica e libertadora da jornalista pode ser verificável em seus escritos.

Temos procurado mostrar os inconvenientes que resultam da falta de estabelecimentos fundados pela iniciativa das mães de família, e auxiliadas pelo governo de nosso paiz, para este fim. Hemos feito vêr ás nossas conterraneas que nada no mundo é facil obter-se, sem sacrificio, e que tudo exige concurso do trabalho assiduo, para que possa ser alcançado. (DINIZ, 1876, p.1)

Os léxicos *mostrar* e *fazer ver* inserem o discurso de Senhorinha no âmbito do aconselhamento. A jornalista ensina as demais mulheres a se comportarem diante da realidade

de indiferença e desvalorização dos direitos a elas reservados. Dessa forma, o jornal funciona como o espaço que permite aproximação, dá ideia de pertencimento e ainda aconselha as mulheres daquele período.

Para compreender melhor os efeitos de sentido no discurso, apresentamos o conceito de visada discursiva, desenvolvido por Charaudeau. Segundo o pesquisador francês, “As visadas correspondem a uma intencionalidade psico-socio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte da própria troca linguageira” (CHARAUDEAU, 2004, p.23). De forma geral, o objetivo do projeto de fala desenvolvido pela jornalista Francisca Senhorinha Diniz é apresentar seu projeto de emancipação racional e convencer mulheres e legisladores da época de que o projeto é válido, justo e necessário. Discursivamente, esse objetivo pode ser compreendido por meio das visadas discursivas, entendidas aqui também como estratégias. Os efeitos de sentido vistos anteriormente aparecem como elementos do projeto de fala da jornalista que se constroem somente e por causa das visadas discursivas.

Percebemos no todo do jornal a visada de informação, pois há o interesse de informar, fazer saber às mulheres as notícias que ocorrem no mundo, especialmente nos países mais desenvolvidos, como faz Senhorinha na edição de 22 de julho de 1875 de *O Sexo Feminino*.

... em nossos artigos escritos o ano passado, (...) mostramos claramente quão alto fallão os fatos, provamos que a necessidade da educação da mulher é uma das mais palpitantes, e que para prehenchel-a não ha outro meio que não seja o adoptado pelas nações que hão volvido suas vistas para este assumpto; isto é, de seguir o exemplo da Suissa, onde 250 senhoras receberão o grão de doutoras em medicina; da Rússia, onde foi concedida a faculdade de poderem as senhoras de mais de 19 annos frequentar as academias; de Helsingfos, capital de Fielandia. (DINIZ, 1875, p.1)

Dentro dessa realidade informacional, a jornalista assume a função de transparência, especialmente com relação a seu ideal emancipatório. Para Charaudeau, “dizer a intenção significa que aquilo que é dito corresponde ao que é pensado. Supõe-se então que se instaure uma relação de transparência entre o que é enunciado e o que pensa o sujeito que fala” (CHARAUDEAU, 2007, p.89) Dessa maneira, Senhorinha Diniz conquista seus leitores por apresentar a eles de forma clara e objetiva os princípios que regem seus ideais de emancipação.

Mesclado a essa proposta racionalista, está um discurso que se rende à sensibilização. A visada patêmica justifica-se no jornal pela necessidade que os meios de comunicação têm de se apresentar como credíveis. Charaudeau define que “a instância midiática acha-se, então,

“condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida” (CHARAUDEAU, 2007, p.92). A visada de incitação aparece, pois, no discurso de Senhorinha de forma preponderante, uma vez que ela utiliza da sedução para fazer acreditar ao seu destinatário em suas teorias sobre as mulheres e seus direitos.

A jornalista pretende convencer seu destinatário a respeito da “verdade” e por isso o envolve, chama-o para perto de si, quer levá-lo a esse destino do bem e da justiça: “... é a felicidade que pretendemos conduzir-vos...” (DINIZ, 1874, p.1). Assim, há um *eu* que deve “... fazer acreditar (por persuasão ou por sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato; *tu* está então, em posição de “dever acreditar” que, se ele age, é para o seu bem” (CHARAUDEAU, 2004, p.23). É a partir desse relacionamento entre *eu* e *tu* que se constrói a imagem da jornalista, baseada na expectativa dela em fazer seus leitores acreditarem que o benefício da emancipação feminina será de toda a sociedade.

4. O que a senhorinha dobre si nos jornais

A jornalista assume, nos editoriais, o lugar de condutora das ações das mulheres de sua época, pois ela convida e propõe para a sociedade uma nova perspectiva para o tratamento das mulheres, como observamos no seguinte excerto:

Desde que subimos a tribuna universal da imprensa, redigindo este pequeno periodico, elevamos nossa voz em prol de nossos direitos, até hoje pouco prezados ou com revoltante injustiça postergados; tomamos sobre nossos fracos hombros a difficil tarefa de defendel-os em causa própria, e em que o sexo forte é juiz e parte!... (DINIZ, 1889, p.1)

A tarefa da jornalista de conduzir mulheres e homens de sua época através de suas palavras e da força da imprensa apresenta-se no enunciado. O idealismo que gira em torno da luta a favor do direito das mulheres é apresentado na fala de Senhorinha.

A imagem de lutadora e condutora aparece no editorial quando ela afirma: “... bradaremos, implorando ao nosso governo, aos nossos concidadãos, às nossas amigas; assignantes desse jornal, todo o auxilio em favor da fundação de casas de educação destinadas às meninas pobres” (DINIZ, 1889, p.1). O fiador que transparece nessa enunciação é um indivíduo capaz de levar os leitores a assumir determinado posicionamento e o faz de maneira consciente. Trata-se da imagem de alguém que tem determinação e sabe aonde quer chegar

com cada atitude, com cada enunciado marcado no discurso. Assim também se caracteriza o trecho: “Avante, pois, amáveis conterrâneas! [...] Ei-nos chamando em nosso auxilio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intellectuaes...” (DINIZ, 1889, p.1). Verificamos que essa imagem de mulher que conduz e motiva as demais mulheres aparece, de forma explícita ou não, em todos os editoriais analisados nos três diferentes momentos de veiculação dos periódicos, fato que evidencia a consolidação da jornalista como guia de seu próprio discurso, alguém que indica o caminho a ser seguido. O incentivo dado por ela a partir do chamamento às mulheres, “avante, pois, amáveis conterrâneas”, adquire caráter de imperativo, pois trata-se de um pedido e, ao mesmo tempo, um incentivo para impulsionar a caminhada das mulheres em direção à instrução e à liberdade.

Nos editoriais é construída também a imagem de uma mulher convicta de seus ideais, determinada naquilo que diz e que acredita e, acima de tudo, solidária, preocupada com a alteridade: “... o nosso fim, longe de ser egoístico, é mais grandioso ...” (DINIZ, 1876, p.1). A essa figura, associa-se a mulher justa: “... o que queremos é justo, recto e liberal. É, pois, elemento do progressista ...” (DINIZ, 1876, p. 1). O fato de a jornalista afirmar que almeja a justiça leva-nos a crer que essa característica faz parte do universo de desejos dela enquanto mulher/jornalista e, portanto, esses desejos passam a fazer parte do discurso de emancipação feminina.

A imagem de mulher atualizada surge a todo o momento no texto, evidenciando o lugar de fala da jornalista, uma mulher ciente dos acontecimentos a nível internacional: “Como hemos dito na Alemanha, na Suissa, e até mesmo na Russia, ha hoje muitas accademias fundadas e destinadas unicamente ás mulheres” (DINIZ, 1876, p.1). Essa visão de Senhorinha a respeito do comportamento de outros países sobre a mulher tende a despertar no leitor a imagem de que a jornalista, dotada de conhecimentos e de informações atuais a respeito da temática feminina, é a pessoa legitimada a assumir o lugar de incentivadora de novos pensamentos compatíveis com a modernidade do século XIX.

A esperança representa no discurso elemento constituinte da imagem de Senhorinha Diniz, uma vez que ela mesma declara: “... o entusiasmo que alimentam nossas esperanças”. (DINIZ, 1876, p.1). Isso também é percebido quando a jornalista afirma:

...esperamos ainda que alguma modificação será feita em seu orgulho. Semeêmos. Com effeito deve-se semêar para um dia poder colher-se. Com paciência e tempo a folha da amoreira se muda em setim. Esperamos que homens mais eminentes não desdenharão nossas idéas e imperfeições (DINIZ, 1875, p.1)

Não só o léxico verbal (*esperemos*) contribui para verificar a marca do discurso de esperança, como também o próprio conteúdo deste trecho, que recupera o sentido da transformação (*amoreira em cetim*) e do tempo investido neste processo. Essa construção discursiva cumpre o papel de despertar no destinatário o fiador que deposita esperança em seu projeto e aguarda a aceitação dos leitores. A fala da jornalista pretende assegurar ao leitor que mesmo que haja dificuldade em se aceitar a emancipação feminina, ela permanecerá firme em seu projeto, pois acredita nele e assume as demoras da aceitação, como é dito no seguinte fragmento: “A marcha e o movimento do progresso de idéas novas é sempre lenta, porém não esta longe o dia em que a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela educação do homem, dada pela mulher” (DINIZ, 1889, p.2). Nestes casos, a esperança motiva a ação da jornalista e funciona como um ponto definidor da continuidade do jornal. Senhorinha acredita e espera que aceitem suas ideias na sociedade e, conseqüentemente, que as mulheres invistam mais na educação e instrução para se chegar à liberdade.

O discurso da jornalista é construído de maneira a inseri-la no referencial religioso do mártir, aquele que sofre por suas crenças e opiniões. Sendo assim, todas as contrariedades e divergências enfrentadas pela jornalista são encaradas como sacrifícios de um mártir, alguém capaz de se doar inteiramente por acreditar em um ideal. Assim, Senhorinha fala da glória do jornal, apesar de sua morte: “*O Sexo Feminino* apparece, hade lutar, e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido”. (DINIZ, 1873, p.1). Em outro momento, ao relatar suas lutas, ela diz que encontrará o seu Gólgota, o calvário que é também sinal de provação e a associa diretamente à figura de Jesus Cristo.

A imagem desta mulher crente e confiante em Deus aparece também nos dizeres da jornalista em seu primeiro editorial: “... a sabedoria que Deus dá o diabo não a roubará” (DINIZ, 1873, p.1). Os ideais de justiça, bondade e a sensibilidade com a questão feminina também evidenciam essa vivência religiosa, uma vez que a própria enunciadora afirma que “... uma mãe inspirará somente virtude a seus filhos, não falará a seu coração inutilmente, mas penetrar-lhes-há n’alma sons sublimes que se erguerão até á Divindade” (DINIZ, 1874, p.1).

Referências

- ANDRADE, F. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BUITONI, D. H. Imprensa, substantivo feminino. In: *Mulher de papel – a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Campanha da Princeza: Typ. Do Monarchista, 1874.
- _____. *O Sexo Feminino*. Campanha da Princeza: Typ. Do Monarchista, 1873. (29 de novembro de 1873).
- _____. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1875. (29 de julho de 1875).
- _____. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1876. (7 de janeiro de 1876).
- _____. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1889. (27 de fevereiro de 1876).
- _____. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1889. (5 de julho de 1889).
- _____. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1889. (2 de junho de 1889).
- MARTINS, A. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, T. & MARTINS, A. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.45-80.
- MENDES, E. Algumas breves considerações sobre emoções, facticidade e ficcionalidade. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Glaucia M.P. (Org.). *Análises do discurso hoje*, vol 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2011, v. 4, p. 217-236
- MOREL, M. & BARROS, M. O raiar da imprensa no horizonte do Brasil. In: *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p.21-50.
- _____. Literatura cotidiana e imagens impressas. In: *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p.51-75.
- NASCIMENTO, K. As representações do feminino na imprensa mineira. In: *Memorial do ICHS*, 1, Ouro Preto, 2004. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h11_5.pdf.
- NUNES, M. A. Imprensa e Feminismo do século XIX no sul das Gerais. In: *Congresso Internacional da Abralic Tessituras, Interações, Convergências*, 11, 2008, São Paulo. [Anais eletrônicos] Disponível em: http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/046/APARECIDA_NUNES.pdf.
- PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- WOLFE, T. *El Nuevo Periodismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

Abstract: This article refers to a proposed approach and presentation of Minas Gerais newspaper, *O Sexo Feminino* as a space for discussion of women's voices highlighted in the 19th century. The direction of change and the discursive strategies launched in the search of

women representation are points discussed in this article that brings guided reflections from the master's dissertation entitled, "Ethos e Argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino" (Ethos and Argumentation of Senhorinha Diniz on the Female Sex).

KEY WORDS: Journalism, *O Sexo Feminino*, Senhorinha Diniz

Análise Polifônica do Discurso Jornalístico

Polyphonic Analysis of the Discourse Journalistic

*Gustavo Ximenes Cunha*¹

Resumo: Este artigo investiga as formas e as funções que os discursos representados exercem na construção dos discursos jornalísticos. No domínio jornalístico, é especialmente relevante o estudo da maneira como os jornalistas incorporam a seu discurso os discursos de suas fontes. Afinal, ao construir seu discurso, o jornalista se depara com uma questão delicada, que é a decisão de revelar ou não suas fontes e, se disposto a revelá-las, de como transformar o discurso produzido por suas fontes em discurso representado. Com base em contribuições teóricas e metodológicas de um modelo da Análise do Discurso, o Modelo de Análise Modular do Discurso, o estudo focalizou um trecho de uma reportagem bastante complexa do ponto de vista polifônico. Por meio da análise, foi possível constatar a complexidade das decisões que um jornalista precisa tomar, no momento de representar em seu discurso os discursos de outros agentes.

PALAVRAS-CHAVE: discurso jornalístico; polifonia; modularidade.

¹ Doutor em Linguística (Análise do Discurso) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor-Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), da mesma instituição. E-mail: ximenescunha@yahoo.com.br.

Introdução

Neste artigo, estudo o papel da polifonia no discurso jornalístico, a fim de investigar como os jornalistas incorporam em seu discurso as vozes de outras instâncias, bem como qual sua finalidade ao proceder a essa incorporação. Em outros termos, o objetivo é investigar as formas e as funções que os discursos representados exercem na construção de uma produção discursiva pertencente à esfera jornalística. Afinal, nessa esfera, é especialmente relevante o estudo da maneira como os jornalistas compõem seu discurso a partir dos discursos de suas fontes, tomando decisões relativas a como e por que mostrá-los ou ocultá-los.

Nesse estudo, busco contribuições teórico-metodológicas de um modelo da Análise do Discurso, o Modelo de Análise Modular do Discurso. Na perspectiva aberta por Bakhtin/Volochínov (1986[1929]) e Ducrot (1987), o modelo considera que a polifonia exerce papel fundamental na interação e, por isso mesmo, consegue ultrapassar a perspectiva redutora e formalista da gramática tradicional, que, de modo geral, se limita a uma descrição das formas do discurso direto, indireto e indireto livre.

O estudo da polifonia no discurso jornalístico será feito com base na análise deste trecho da reportagem “O passado ainda presente”, publicada na edição de 20/01/2010, da revista *IstoÉ*².

Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, que tinha 17 anos quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez. Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. Revidou. Foi espancado e não viveu para contar a história. Segundo testemunhas, cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. “Quebraram cabos de vassoura para furar o corpo dele, jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”, relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. “As testemunhas dizem que eles encheram sacos com cascas de coco vazio e bateram na cabeça do meu filho com eles.” O laudo do hospital para onde fora levado atestou “agressão física” e também o laudo da perícia apontou vários indícios de agressão. Apesar disso, ninguém foi punido até agora. Deize não se cansa de denunciar a tortura que matou seu filho e já foi ameaçada por isso. “Se me matarem, pelo menos vão saber que não desisti”, diz ela, que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.

²

A reportagem faz a denúncia de casos recentes de tortura. Para se compreender melhor o trecho, informo que ele é antecedido imediatamente deste outro trecho: “Como mostram as denúncias, os abusos são prática comum entre policiais, agentes penitenciários, militares das Forças Armadas e até a Força Nacional de Segurança Pública. (...) O resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres.” Essa reportagem integra o corpus da pesquisa apresentada em AUTOR.

Antes de realizar a análise das formas e funções dos discursos representados nesse trecho, o qual exhibe uma grande complexidade do ponto de vista polifônico, procedo a uma breve exposição do Modelo de Análise Modular do Discurso, que fornecerá os instrumentos teóricos e o percurso metodológico necessários a essa análise.

1 Modelo de Análise Modular do Discurso

O Modelo de Análise Modular do Discurso constitui um instrumento de descrição e explicação da complexidade discursiva. Em sua versão atual (FILLIETTAZ, 2004; FILLIETTAZ; ROULET, 2002; MARINHO, 2004; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), o modelo compõe um quadro teórico e metodológico que visa reunir, em uma mesma abordagem da complexidade da organização do discurso, as contribuições de pesquisadores que se centraram em aspectos isolados dessa organização.

O esforço pela criação de um modelo, ao mesmo tempo, amplo e preciso justifica-se pela seguinte constatação:

a construção e a interpretação do discurso são submetidas a três tipos de restrições: restrições que podemos chamar **situacionais**, ligadas ao universo de referência e à situação de interação; restrições **linguísticas**, ligadas à sintaxe e ao léxico da (ou das) variedade(s) de língua(s) utilizada(s), e restrições **textuais**, ligadas à estrutura hierárquica do texto (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 44).

Por isso, o modelo modular constitui um quadro de análise que permite integrar e articular, em uma perspectiva cognitivo-interacionista, as dimensões linguística, textual e situacional da organização do discurso.

Reconhecendo que o discurso é um objeto cuja organização e cujo funcionamento envolvem aspectos dessas diferentes dimensões, Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) encontra na modularidade um método satisfatório para dar conta da organização do discurso. Distanciando-se de abordagens cognitivistas, como a de Fodor, Roulet se vale das contribuições de estudiosos como Simon e Nølke, para os quais o estudo modular de sistemas complexos constitui uma abordagem metodológica, que visa descrever a organização do discurso e não o funcionamento da mente. Com base nesse método, a identificação e a combinação dos subsistemas

permitem a compreensão progressiva do objeto complexo que deu origem a esses subsistemas (FILLIETTAZ; ROULET, 2002).

Ao aplicar esse método ao estudo do discurso, o modelo modular considera ser possível descrever, por exemplo, o sistema da língua independentemente da situação de interação em que ela é utilizada, bem como descrever as estruturas sintáticas de uma produção discursiva sem fazer referência à estrutura conceitual que subjaz a ela. Descritas de modo independente as informações que participam da organização do discurso, o modelo postula ainda que essas informações podem ser combinadas, a fim de se descreverem os diferentes aspectos envolvidos na produção e na interpretação dessa organização complexa que é o discurso. Dessa forma, a abordagem modular implica uma dupla exigência:

a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas (ou módulos) reduzidos a informações simples e b) descrever de maneira tão precisa quanto possível a forma como essas informações simples podem ser combinadas para dar conta das diferentes formas de organização dos discursos analisados (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 42).

Conforme essa metodologia, identificam-se inicialmente os módulos que entram na composição do discurso. Um módulo é definido como um sistema de informações elementares, o qual deve fornecer a descrição de um domínio específico da organização discursiva. Nessa abordagem, considera-se que cada dimensão do discurso se constitui de módulos. Assim, a dimensão linguística se constitui dos módulos *lexical* e *sintático*; a dimensão textual se constitui do módulo *hierárquico*; e a dimensão situacional se constitui dos módulos *interacional* e *referencial*.

Definidos os módulos, é possível descrever e explicar, em seguida, como as informações modulares se combinam em formas de organização do discurso. Na produção e na interpretação de toda forma discursiva, as informações de origem modular se interrelacionam em unidades complexas de análise, que são as formas de organização. No modelo modular, distinguem-se dois tipos de formas de organização: as elementares e as complexas. As formas de organização elementares (*fono-prosódica*, *semântica*, *relacional*, *informacional*, *enunciativa*, *sequencial*, *operacional*) resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos. Já as formas de organização complexas (*periódica*, *tópica*, *polifônica*, *composicional*, *estratégica*)

resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos e das formas de organização elementares e/ou complexas.

No modelo, o estudo da polifonia se faz no interior de duas formas de organização: a enunciativa e a polifônica. Realiza-se o estudo da polifonia em duas formas de organização, a fim de dar conta de sua complexidade, que necessita da articulação de diversos planos da organização do discurso. Com o estudo sendo realizado em diferentes etapas, consegue-se controlar a análise, fazendo intervir em diferentes momentos e não de forma simultânea todas as informações implicadas nesse estudo.

Em consonância com esse método, proponho estudar o trecho de uma reportagem apresentado na introdução, primeiro, do ponto de vista da forma de organização enunciativa e, em seguida, do ponto de vista da forma de organização polifônica.

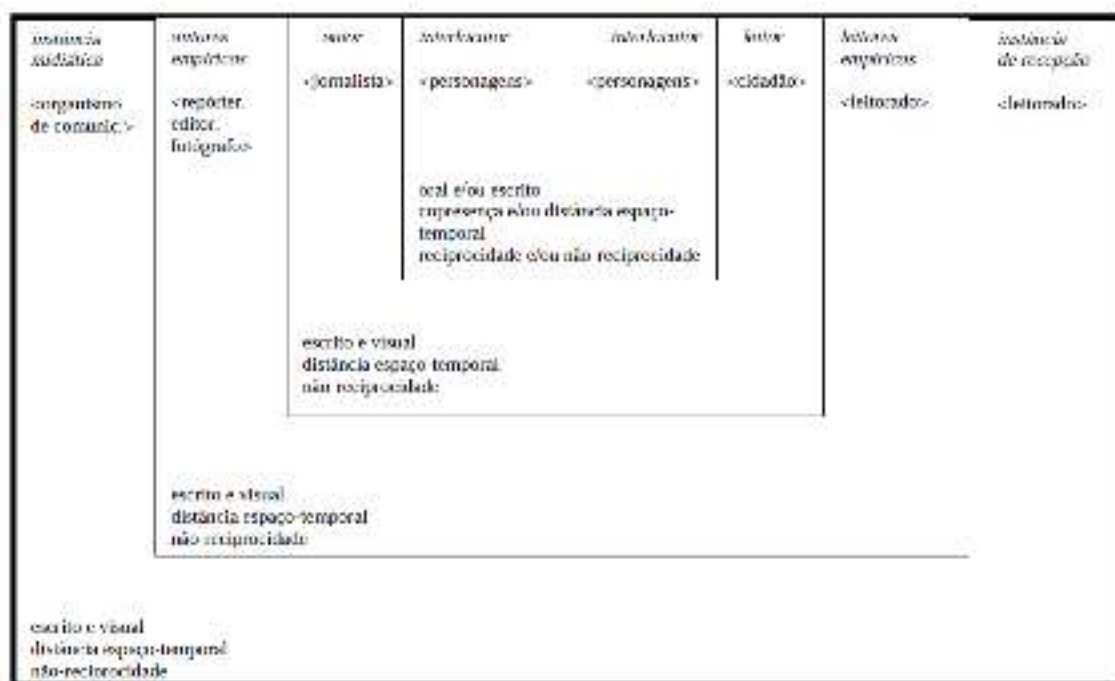
2 Forma de organização enunciativa

A forma de organização enunciativa resulta da combinação de informações provenientes dos módulos interacional, referencial, sintático e lexical. A combinação de informações desses módulos permite a essa forma de organização distinguir de maneira precisa as diferentes vozes que se ouvem em uma dada produção discursiva. Partindo em especial dos trabalhos de Bakhtin/Volochínov (1986[1929]) e Ducrot (1987) sobre a polifonia, essa forma de organização tem como finalidade distinguir os discursos produzidos dos discursos representados, bem como definir os tipos de discurso representado e as formas como os discursos representados se manifestam na superfície textual.

Para distinguir os discursos produzidos dos representados, levam-se em conta informações de ordem interacional³. No enquadre que resulta da análise desse módulo, verificam-se diferentes níveis de embotamento interacional. No caso da reportagem, gênero ao qual pertence o fragmento que será analisado, a interação entre personagens

³ Em linhas gerais, o módulo interacional trata das propriedades materiais da situação de interação do discurso e das situações de interação que ele representa. Nesse sentido, toda interação se estabelece através de um canal, dispõe seus interactantes uns em relação aos outros no tempo e no espaço e define suas possibilidades de agir e de retro-agir. Dessa forma, a materialidade de uma interação pode ser definida por meio de três parâmetros: o canal, o modo e o tipo de vínculo da interação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

se dá em um nível interno em relação à interação entre autor (jornalista) e leitor (cidadão), a qual, por sua vez, é interna em relação à interação entre os autores e os leitores empíricos. Da mesma forma, a interação entre os autores e os leitores empíricos é interna em relação à interação entre a instância midiática (organismo de comunicação) e a instância de recepção (o leitorado). Esses vários níveis de embotamento interacional podem ser representados por meio deste enquadre:



Constitui o discurso produzido o discurso cujos responsáveis são as instâncias que ocupam o nível interacional mais externo ou elevado: “Chamamos discurso produzido o discurso enunciado pelo locutor/escritor que ocupa o nível mais elevado (ou o mais exterior) no enquadre interacional, enquanto os discursos de locutor/escritores de níveis inferiores são discursos representados” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 282). Nas reportagens, são representados os discursos internos à interação entre a instância midiática e a instância de recepção. Isso porque o discurso produzido por uma testemunha torna-se discurso representado no discurso produzido pelo narrador. Da mesma forma, o discurso do narrador torna-se representado no discurso produzido pelo autor. Por fim, ao ser publicado por (e estar institucionalmente subordinado a) um organismo de comunicação, o discurso produzido pelo autor torna-se discurso representado.

Como se nota, a distinção entre discurso produzido e discurso representado é relativa. Ainda que o discurso enunciado pela instância que ocupa o nível mais externo

seja sempre produzido, os discursos podem ser produzidos ou representados, dependendo do nível de embotamento interacional considerado pelo analista. Como exemplifica Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), a análise pode considerar como produzidas as réplicas entre as personagens de um romance, a fim de estudar os discursos representados nessas réplicas.

As informações de ordem interacional permitem ainda definir, nessa forma de organização, os tipos de discurso representado: *diafônico*, *polifônico* e *autofônico*. É considerado *diafônico* o segmento de discurso em que o locutor representa o discurso de seu interlocutor direto, aquele com quem o locutor compartilha o mesmo nível interacional. Já o segmento em que o locutor representa o discurso de instâncias pertencentes a outros níveis interacionais, como, por exemplo, o discurso de personagens, é *polifônico*. Por fim, é *autofônico* o segmento de discurso em que o locutor representa seu próprio discurso (ROULET, 1997; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; RUFINO, 2011).

É importante mencionar que, por serem representados e não apenas relatados ou reportados, esses três tipos de discurso podem ser efetivos ou potenciais. No primeiro caso, as vozes que se ouvem em uma dada produção discursiva são a representação de um discurso que supostamente se produziu em outra situação. Nesse caso, o locutor faz crer que o discurso foi realmente produzido, ainda que não o tenha sido de fato, como ocorre, por exemplo, em discursos literários e mesmo em jornalísticos. Por isso, esse discurso é efetivo. No segundo caso, as vozes são a representação de um discurso apenas imaginado ou antecipado, como ocorre, por exemplo, quando se antecipa uma possível objeção do interlocutor. Por isso, trata-se de discurso potencial.

Feita a distinção dos tipos de discurso representado, a forma de organização enunciativa define, com base em informações lexicais, sintáticas e referenciais, as formas que esses tipos assumem na superfície textual. Conforme o modelo, os discursos representados, do ponto de vista formal, podem ser *designados*, *formulados* ou *implicitados*.

a) O discurso representado pode ser *designado* por um verbo (*suplicar*, *protestar*) ou por uma nominalização (*súplica*, *protesto*).

b) O discurso representado pode ser *formulado*, o que pode ser feito de maneira direta ou indireta. Tanto o discurso direto quanto o indireto possuem uma forma explícita e outra implícita (DOLABELLA, 1999; MAINGUENEAU, 2008). Explicita-se o discurso direto por meio de verbos de fala (*dicendi*), dois-pontos, travessão e/ou aspas, marcas lexicais e tipográficas cuja função é explicitar a fronteira entre duas enunciações, a produzida e a representada. O discurso direto implícito (ou discurso direto livre, na terminologia de Maingueneau (2008)) se caracteriza pela ausência dessas marcas e, conseqüentemente, da indicação da fonte do discurso representado.

Já o discurso indireto se torna explícito ao ser integrado sintaticamente como objeto direto de um verbo de fala e ao ter modificados os eventuais elementos dêiticos de lugar, tempo e pessoa da enunciação representada. Por sua vez, o discurso indireto implícito, tradicionalmente denominado discurso indireto livre, não se limita a prescindir das marcas tradicionais do discurso indireto. Nessa forma de discurso representado, ocorre “uma *mistura* perfeita de duas vozes: em um fragmento do DIL [discurso indireto livre], não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante” (MAINGUENEAU, 2008, p. 153). Por isso, observa Maingueneau que o discurso indireto livre não possui marcas próprias e, se retirado do contexto em que ocorre, não pode ser identificado como tal.

c) O discurso representado pode ser apenas *implicitado* por um conector. Nesse caso, o conector, geralmente em começo de réplica, articula o constituinte textual que introduz e uma informação com origem em discurso produzido por outra instância enunciativa. Em outros termos, no discurso implicitado, o conector liga o discurso produzido pelo locutor na retomada implícita de discurso produzido por outro, que pode ser o interlocutor ou uma instância pertencente a outro nível interacional (ROULET *et al*, 1985; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Como as produções discursivas costumam ser heterogêneas do ponto de vista enunciativo, os tipos de discurso representado, bem como as diferentes formas de

representá-los podem aparecer (e frequentemente aparecem) combinadas, o que tem como fim produzir diferentes efeitos de sentido.

Para a compreensão do modo como o jornalista compõe seu discurso a partir de outras vozes, passo a estudar a forma de organização enunciativa do fragmento de uma reportagem apresentado na introdução⁴. Esse trecho, que relata um caso recente de tortura, apresenta grande concentração de discursos representados⁵.

I[**Au**[**N**](01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **FI**[(05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.] **Te**[(07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar **A**[a história.]] (12) Segundo testemunhas, **Te**[(13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento.] **M**[(14) “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. **M**[(18) “As testemunhas dizem que **Te**[eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]] (20) O laudo do hospital para onde fora levado atestou **LH** [] “agressão física” (21) e também o laudo da perícia apontou **LP** [] vários indícios de agressão. (22) Apesar disso, ninguém foi punido até agora. (23) Deize não se cansa de denunciar **M**[a tortura que matou seu filho] (24) e já foi ameaçada **To** [] por isso. **M**[(25) “Se me matarem, (26) pelo menos vão saber que não desisti”,] (27) diz ela, (28) que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.]]]

A análise enunciativa desse trecho revela que, para o estudo do discurso jornalístico, a problemática enunciativa é especialmente relevante. Isso porque ela expõe uma questão crucial do jornalismo, que é a delicada relação entre o jornalista e suas fontes ou a decisão do jornalista de revelar ou não suas fontes e, se disposto a revelá-las, de como transformar o discurso produzido por suas fontes em discurso representado.

No trecho, do ponto de vista interacional, o discurso produzido pelo narrador⁶ (jornalista) é representado em relação ao discurso dos autores empíricos (repórteres e editores) e da instância midiática (organismo de comunicação). Esse embotamento de

⁴ Como convenções estabelecidas para a forma de organização enunciativa, os discursos designados são indicados por colchetes vazios colocados após os termos que os designam; os discursos formulados são indicados entre colchetes; os discursos implicitados são indicados por colchetes vazios colocados antes do conector. Em todas as indicações de discurso representado, antecede os colchetes a indicação sobre a origem da voz responsável pelo discurso. A numeração indica que o fragmento foi segmentado em atos. O ato constitui a menor unidade de análise do modelo modular.

⁵ I = instância midiática. Au = autor. N = narrador. Te = testemunhas. FI = fonte indefinida (testemunhas, mãe do garoto, policiais, etc). A = Andreu. M = mãe. LH = laudo do hospital. LP = laudo da perícia. To = torturadores. A numeração indica que o trecho foi segmentado em atos.

⁶ Passo a identificar a instância do terceiro nível interacional como narrador e não como autor porque, como veremos mais adiante, esse trecho diz respeito a uma sequência narrativa.

níveis interacionais explica, em grande medida, a seleção e a forma de apresentação das vozes constantes nessa sequência.

A reportagem de que faz parte o trecho em análise aborda a criação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e traz como subtítulo o segmento: “Enquanto se discute a punição a crimes do regime militar, a tortura continua uma prática comum no Brasil”. Observa-se que os autores da reportagem buscam produzir um discurso que focalize não as torturas cometidas durante o período da Ditadura Militar, mas as que são praticadas hoje⁷. Para isso, vão construir um texto em que se ouvem as vozes de vítimas recentes da tortura praticada no país e não as vozes de especialistas em direitos humanos, de autoridades governamentais ou de vítimas de torturas praticadas em outros períodos.

Assim, ao tratar de um caso específico de tortura, o narrador representa apenas o discurso de fontes primárias, que são aquelas que fornecem versões do acontecimento, abstendo-se de representar o discurso de fontes secundárias, que, nesse caso, poderiam ser, como exposto, especialistas em direitos humanos⁸.

Na representação do discurso dessas fontes, o narrador traz de forma indireta a voz das testemunhas (Te). Essa apresentação indireta se dá de maneira explícita nos segmentos em que há marcas linguísticas que fazem crer na ocorrência de uma outra enunciação, como ocorre em:

(12) Segundo testemunhas, Te[(13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento].

A apresentação indireta da voz de fontes primárias ocorre de forma implícita nos segmentos em que nenhuma marca linguística sinaliza que o narrador representa um discurso colhido em outra situação enunciativa. É o que ocorre em:

FI[(05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.]

A impossibilidade de haver narrador onisciente no jornalismo faz perceber que esse trecho constitui um segmento de discurso representado, cuja instância enunciativa responsável é uma fonte indefinida (FI). De fato, o narrador só pode saber o motivo da

⁷ É o que comprova o segmento que finaliza a reportagem: “E o governo federal deveria, além de impedir a tortura, tratar as vítimas de hoje com o mesmo apreço que trata as vítimas de um passado que insiste em se repetir no presente. Até agora, pelo menos, não é isso o que se tem visto no Brasil”.

⁸ Para mais detalhes sobre a distinção entre fontes primárias e secundárias, ver Lage (2009).

prisão do jovem torturado mediante o depoimento de alguém, que, nesse trecho, pode ser uma testemunha, a mãe do jovem ou um policial.

Na apresentação do discurso de suas fontes, o jornalista apresenta de forma direta e explícita apenas a voz da mãe do jovem torturado (M):

M[(14) “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos.

Ao representar de forma direta e explícita o discurso da mãe do jovem torturado, o jornalista torna o relato da tortura ainda mais dramático e mais de acordo com uma reportagem que busca chamar a atenção do leitor para a constância de práticas de tortura no país.

No discurso produzido pela mãe, há a representação do discurso de testemunhas (Te):

M[(18) “As testemunhas dizem que Te[eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]]

A representação de um discurso na fala dessa personagem aponta para a complexidade do enquadre interacional desse trecho da reportagem. Em relação ao nível interacional em que se situam narrador e narratário, a interação entre a mãe do jovem e o jornalista é interna. A representação do discurso de testemunhas no depoimento da mãe indica a existência de um nível interacional ainda mais interno, em que a mãe interage com as testemunhas da tortura sofrida por seu filho. No discurso produzido pela mãe, o discurso das testemunhas é representado de forma indireta e explícita (*As testemunhas dizem que*).

Além de representar o discurso formulado por testemunhas e familiares do jovem torturado, o jornalista representa o discurso de outras fontes, como os laudos da perícia e do hospital para onde o jovem foi levado. A representação desses discursos é feita de forma designada, por meio dos verbos *atestou* (ato 20) e *apontou* (ato 21). Sinalizando a influência dos níveis mais externos do enquadre interacional, esses discursos representados designados auxiliam na construção de um narrador/jornalista que, na busca por informar o leitor, não se limita apenas a ouvir a versão de testemunhas do acontecimento, mas busca informações técnicas em documentos, como laudos.

Na continuação deste trabalho, apresento a análise da forma de organização polifônica do trecho da reportagem, com o fim de aprofundar as análises realizadas nesta etapa.

3 Forma de organização polifônica

O estudo da forma de organização polifônica tem como finalidade investigar as funções dos discursos representados no discurso produzido. Desse modo, essa forma de organização aprofunda os resultados alcançados com a análise enunciativa, combinando-a com a análise de módulos e de outras formas de organização do discurso.

Neste artigo, combino a análise da forma de organização enunciativa com as análises de outras formas de organização, com o objetivo de mostrar como o estudo das interrelações entre diferentes planos do discurso contribui para a compreensão do fenômeno da polifonia no discurso jornalístico. Num primeiro momento, a análise enunciativa será combinada com a organização relacional. Em seguida, será combinada com a organização sequencial. E, por fim, será combinada com a organização informacional.

3.1 Combinando as formas de organização enunciativa e relacional

Uma das bases da forma de organização relacional é o módulo hierárquico. Nesse módulo, considera-se que toda interação verbal se caracteriza por um processo de negociação em que os interactantes iniciam proposições, reagem a elas e as ratificam. Cada uma dessas fases se textualiza em uma intervenção, que pode ser hierarquicamente complexa, tendo em vista as restrições de natureza dialogal e monologal.

Combinando informações hierárquicas, lexicais e referenciais, a forma de organização relacional tem como um de seus objetivos identificar as relações interativas genéricas, que refletem as manobras realizadas pelo locutor/autor para atender à

restrição de completude monologal. As relações interativas, que se dão no interior da intervenção, são argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, AUTOR, AUTOR, AUTOR).

A acoplagem das formas de organização enunciativa e relacional permite identificar a função que os discursos representados exercem no nível relacional. No trecho em análise, o jornalista narra a tortura sofrida por Andreu neste segmento de discurso representado:

Te[(07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar A[a história.]]

Do ponto de vista relacional, esse segmento corresponde a uma intervenção hierarquicamente principal (Ip) em relação ao constituinte em que o jornalista traz argumentos para evidenciar que a tortura foi bastante intensa (12-19)⁹.

I	Ip (07-11) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008...
	Is (12-13) Segundo testemunhas, cinco funcionários da instituição...
	Is prep
	arg Ip (14-19) “Quebraram cabos de vassoura para furar o corpo dele...

Como esclarece Charaudeau (2006, p. 147), “a instância midiática não pode, evidentemente, inventar as notícias”. É por essa razão que no jornalismo, ao contrário do que ocorre na literatura, os acontecimentos narrados não podem ser fictícios. É essa impossibilidade que permite identificar no segmento (07-11) a presença de uma outra voz e não apenas a do jornalista. Com esse segmento de discurso representado implícito indireto, o jornalista faz parecer que esteve presente no momento da tortura e que as informações expressas não foram colhidas junto a fontes. E, ao ancorar esse segmento em um constituinte principal, ele indica ao leitor a importância maior que deve ser atribuída a esse discurso representado.

Na intervenção (12-19), o jornalista traz três segmentos de discurso representado. Essas diferentes vozes, como evidencia a estrutura acima, funcionam como argumento (arg) para reforçar a gravidade da tortura sofrida por Andreu, tortura mencionada na Ip (07-11). Na Is (12-19), o primeiro dos três segmentos de discurso

representado traz a voz de testemunhas informando que a tortura foi praticada por cinco funcionários do Degase.

(12) Segundo testemunhas, **Te**[(13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento.]

Como mostrado na estrutura acima, esse segmento em discurso indireto explícito funciona como uma preparação (prep) para os dois outros discursos representados dessa intervenção, os quais são expressos nos atos (14-19). Nesses dois outros segmentos de discursos representados, o jornalista traz a mãe de Andreu denunciando a tortura sofrida pelo filho:

M[(14) “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. **M**[(18) “As testemunhas dizem que **Te**eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]]

Ao preparar esse trecho com um segmento em discurso indireto explícito (12-13), o jornalista consegue colocar em destaque o depoimento da mãe de Andreu. Esse destaque se obtém tanto no nível relacional, quanto no nível enunciativo. Do ponto de vista relacional, o estatuto principal do constituinte em que esse depoimento se ancora e a função preparatória do segmento em discurso indireto explícito colocam o depoimento da mãe em evidência.

Do ponto de vista enunciativo, também coloca esse depoimento em destaque o contraste que se opera entre o segmento de discurso indireto explícito (a fala de testemunhas) e os segmentos em discurso direto explícito (o depoimento da mãe). Isso porque, enquanto no discurso indireto explícito a enunciação representada é absorvida pela enunciação efetiva, no discurso direto explícito a enunciação representada mantém sua autonomia em relação à enunciação efetiva (MAINGUENEAU, 2008). Esse destaque dado ao depoimento da mãe contribui para torná-lo ainda mais dramático.

Na intervenção (14-19), o jornalista utiliza o segundo segmento em discurso direto explícito (atos 18-19) como argumento para reforçar a informação dada no primeiro segmento em discurso direto explícito (atos 14-15) acerca da brutalidade dos torturadores. A relação de argumento entre esses segmentos de discurso representado pode ser visualizada por meio desta estrutura, que resulta da acoplagem das análises enunciativa e relacional da Ip (14-19)¹⁰:

	As (14) M ["Quebraram cabos de vassoura
Is	arg

¹⁰ A = ato, suc = sucessão, com = comentário.

Ip suc Ap (15) para furar o corpo dele,

Ip Ap (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,]

Ip As (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos.
 com
 As (18) **M**["As testemunhas dizem que **Te**[eles encheram sacos com cascas...

Is suc
 arg Ap (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]]

Ao articular diferentes segmentos de discurso direto explícito por meio de uma relação de argumento, o jornalista cria o efeito de que o leitor tem acesso direto ao depoimento da mãe e de que foi mínima sua interferência na construção do trecho. Com efeito, o único segmento de discurso produzido nessa intervenção é o ato (17), que possui um estatuto de constituinte subordinado em relação ao primeiro segmento de discurso direto explícito (Ip 14-16).

Do ponto de vista macroestrutural, todos os segmentos de discurso representado analisados até o momento entram na composição de uma intervenção (Is 01-19) que é empregada pelo jornalista como argumento para comprovar o que vão atestar o laudo do hospital para onde Andreu foi levado, bem como o laudo da perícia:

Is (01-06) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho...
 prep
 Is Ip (07-11) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008...
 arg Ip
 Is (12-13) Segundo testemunhas, cinco funcionários da instituição...
 I Is prep
 arg Ip (14-19) “Quebraram cabos de vassoura para furar o corpo dele...
 Ap (20) O laudo do hospital para onde fora levado atestou **LH** [] “agressão física”
 Ip As (21) e também o laudo da perícia apontou **LP** [] vários indícios de agressão.
 arg

É interessante notar que a Ip (20-21) traz justamente os dois discursos representados de forma designada que auxiliam na construção de um jornalista que, na busca por informar o leitor, não se limita apenas a ouvir a versão de testemunhas do acontecimento, mas busca informações técnicas em documentos, como laudos.

Assim, o jornalista se vale das vozes de testemunhas, mas, na parte principal de seu texto, traz as vozes de discursos “autorizados”, com os quais ele pode se defender de eventuais ataques quanto à veracidade dos outros discursos representados e com os quais ele informa implicitamente ao leitor que seu intuito é fazer um jornalismo “sério”

e não sensacionalista, que apelasse apenas para a emoção do leitor. O estatuto de principal da intervenção em que ocorrem esses discursos designados é mais uma evidência do impacto que exerce sobre a produção do trecho em análise o nível mais externo do enquadre interacional, em que o organismo ou veículo de comunicação dialoga com o leitorado.

3.2 Combinando as formas de organização enunciativa e sequencial

Combinando informações hierárquicas e referenciais, a forma de organização sequencial tem como fim segmentar o discurso em sequências. Para isso, define uma tipologia discursiva a ser aplicada na análise de toda produção linguageira (tipos narrativo, descritivo e deliberativo). Com essa tipologia, é possível extrair as sequências discursivas em que os tipos de discurso se atualizam (sequências narrativas, descritivas e deliberativas) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, AUTOR, AUTOR).

A combinação das formas de organização enunciativa e sequencial permite identificar a função dos discursos representados na composição das sequências. Do ponto de vista sequencial, o trecho em análise constitui uma sequência narrativa, tendo em vista que esse trecho atualiza a representação praxeológica característica do tipo narrativo (AUTOR).

Sequência narrativa

<i>Estado inicial</i>	<i>Complicação</i>	<i>Reação 1</i>	<i>Resolução</i>	<i>Estado final</i>	<i>Reação 2</i>
(01-06)	(07-11)	(12-19)	(20-21)	(22)	(23-28)

Em sequências narrativas de reportagens, a *complicação* expressa os acontecimentos centrais que motivaram a própria escrita da reportagem e em relação aos quais os demais episódios indicam um antes e um depois, apresentam esclarecimentos e justificativas ou expressam uma postura avaliativa por parte de alguma instância enunciativa (AUTOR).

Na sequência em análise, a *complicação* é toda constituída por um segmento em discurso indireto implícito:

Te[(07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar A[a história.]]

O jornalista opta por trazer na parte mais importante da sequência narrativa não um discurso produzido, mas um discurso representado, uma vez que ele soube dos detalhes da tortura por meio de terceiros. Porém, o jornalista não identifica a fonte desse discurso representado.

Conforme Charaudeau (2006), não identificar uma fonte, como ocorre nos segmentos de discurso indireto implícito, pode ter como consequência criar um efeito de evidência, por meio do qual o jornalista faz parecer que os acontecimentos narrados se produziram de fato e não foram “filtrados” pelo ponto de vista de uma fonte. É esse o efeito que o jornalista parece querer produzir nesse segmento (07-11). Se identificasse a fonte, o leitor poderia se perguntar: “Será que o que essa testemunha disse aconteceu mesmo?” Questionamentos como esse, recaindo sobre a própria *complicação* da sequência narrativa, são perigosos, porque colocariam sob suspeita todas as informações expressas posteriormente. Com o segmento em discurso indireto implícito, o jornalista minimiza a possibilidade de questionamentos dessa natureza.

Vale notar também que as duas *reações* da sequência se constituem de segmentos em que o jornalista representa o discurso de personagens. Na primeira, ouvem-se as vozes de testemunhas e da mãe de Andreu.

(12) Segundo testemunhas, Te[(13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento.] M[(14) “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. M[(18) “As testemunhas dizem que Te[eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]]

Na segunda *reação*, que corresponde ao segmento que sinaliza a sequência, ouve-se em especial a voz da mãe:

(23) Deize não se cansa de denunciar M[a tortura que matou seu filho] (24) e já foi ameaçada To [] por isso. M[(25) “Se me matarem, (26) pelo menos vão saber que não desisti”,] (27) diz ela, (28) que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.]

No jornalismo, compor *reações* com avaliações feitas por terceiros é um recurso bastante engenhoso, ainda mais em uma sequência que trata de acontecimentos polêmicos. Esse recurso faz parecer que o jornalista se manteve imparcial ao longo de toda a sequência. Afinal, ele não se responsabiliza por nenhuma das avaliações de acontecimentos relativos à tortura. Assim, o jornalista consegue criar novamente o

efeito de que seu papel se limitou a representar fatos ocorridos em outra situação, bem como as opiniões de testemunhas sobre esses fatos.

Mas, ao mesmo tempo em que busca produzir esse efeito de imparcialidade, o jornalista compõe as *reações* com segmentos em que representa a voz da mãe de Andreu, o que contribui para imprimir maior dramaticidade à sequência.

3.3 Combinando as formas de organização enunciativa e informacional

O estudo da forma de organização informacional combina informações hierárquicas, referenciais, lexicais e sintáticas para descrever os encadeamentos de cada ato em informações da memória discursiva. Cada ato ativa uma informação, que se ancora em pelo menos uma informação ou ponto de ancoragem da memória discursiva. O ponto de ancoragem imediato é o *tópico*, que diz respeito à informação mais diretamente acessível da memória discursiva na qual o ato se encadeia. Os tópicos podem ser verbalizados por traços anafóricos, como pronomes ou expressões definidas. Esses traços são chamados de traços tópicos.

Essa forma de organização trata ainda dos tipos de progressões informacionais por meio dos quais os atos se ligam aos tópicos. Os tipos de progressões considerados pelo modelo modular são: *encadeamento ou progressão linear* (ocorre quando o tópico de um ato tem origem na informação ativada no ato imediatamente anterior); *encadeamento ou progressão com tópico constante* (ocorre quando uma sucessão de atos se ancora num mesmo tópico); *encadeamento à distância* (ocorre quando o tópico de um ato tem origem não no ato precedente, mas num ato mais distante) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, AUTOR).

A combinação das formas de organização enunciativa e informacional é importante por possibilitar a identificação dos tópicos dos segmentos de discursos representados. Em outros termos, com essa acoplagem, o analista pode identificar a informação da memória discursiva em que os segmentos de discursos representados se encadeiam.

Na sequência em análise, a maior parte dos atos se ancora no conceito *Andreu Luiz Silva de Carvalho*, ativado no primeiro ato da sequência: “Foi assim no caso de

Andreu Luiz Silva de Carvalho”. Essa característica da sequência se deve ao fato de que, como é comum ocorrer nas sequências narrativas (AUTOR), o personagem central costuma ser o tópico em que a maior parte dos atos se encadeia. É o que exemplifica este segmento de discurso indireto implícito:

(07)	(Andreu Luiz Silva de Carvalho) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008	Tópico constante
(08)	(Andreu Luiz Silva de Carvalho) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto.	Tópico constante
(09)	(Andreu Luiz Silva de Carvalho) Revidou.	Tópico constante
(10)	(Andreu Luiz Silva de Carvalho) Foi espancado	Tópico constante
(11)	(Andreu Luiz Silva de Carvalho) e não viveu para contar a história.	Tópico constante

Como esse segmento representa o discurso de testemunhas da tortura sofrida por Andreu, não surpreende que o tópico de todos os atos seja o jovem torturado. Além disso, por ser o personagem central uma informação bastante acessível na memória discursiva, o encadeamento do ato nessa informação não costuma ser explicitado por nenhum traço tópico. É o que ocorre no trecho acima.

Porém, nos segmentos em que o jornalista representa o discurso da mãe de Andreu, nenhum dos atos se encadeia neste personagem, contrariando a expectativa de que o tópico dos atos pronunciados pela mãe de um jovem torturado seria o próprio filho. Esta é a estrutura informacional do primeiro segmento em que o jornalista representa a fala da mãe de Andreu.

(14)	(torturadores) “Quebraram cabos de vassoura	Progressão linear
(15)	(torturadores) para furar o corpo dele,	Tópico constante
(16)	(torturadores) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,	Tópico constante
(17)	(“Quebraram cabos... em cima do garoto”) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos.	Progressão linear
(18)	“As testemunhas dizem que eles [torturadores] encheram	Encadeamento à

	sacos com cascas de coco vazio	distância
(19)	(torturadores) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”	Tópico constante

A maior parte dos atos se encadeia no tópico *torturadores*. Ainda que mencione Andreu, a mãe direciona seu discurso contra os torturadores do filho, fazendo deste um ponto de ancoragem de segundo plano. Assim, seu objetivo, conforme a representação que o jornalista faz de seu discurso, é mais denunciar e detalhar a ação dos torturadores do que lamentar a morte do filho. Com isso, o jornalista busca, além de sensibilizar o leitor, construir uma imagem positiva da mãe de Andreu.

O outro segmento em que o jornalista representa o discurso da mãe do jovem torturado é a parte final da sequência. Nesse segmento, o tópico não se constitui mais da informação *torturadores*. Nele ela passa a falar de si mesma e de sua perseverança em denunciar os torturadores de seu filho.

(23)	Deize não se cansa de denunciar a tortura que matou seu filho	Encadeamento à distância
(24)	(Deize) e já foi ameaçada por isso.	Tópico constante
(25)	(Deize) “Se me matarem,	Tópico constante
(26)	(Deize) pelo menos vão saber que não desisti”,	Tópico constante
(27)	(“Se me matarem, pelo menos vão saber que não desisti”) diz ela,	Progressão linear
(28)	que [Deize] tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.	Progressão linear

Representando um discurso em que a mãe fala de si, o jornalista contribui ainda mais para imprimir dramaticidade à sequência e valorizar a imagem da mãe de Andreu. A busca do jornalista por construir uma imagem favorável de Deize se evidencia pelo ato (23), que antecede o segmento de discurso representado direto explícito: “Deize não se cansa de denunciar a tortura que matou seu filho”.

Considerações finais

As diferentes etapas por meio das quais o Modelo de Análise Modular propõe estudar a polifonia mostram que esse plano da organização do discurso não deve ser encarado como uma problemática simples. Ao contrário, o estudo da polifonia se faz em duas etapas, que correspondem às formas de organização enunciativa e polifônica, porque sua compreensão aprofundada requer mais do que um simples estudo de suas formas.

É por isso que o estudo da forma de organização enunciativa, responsável pela identificação das formas de discurso produzido e representado, precisa se completar com um estudo que investigue as funções das formas de discurso representado na interação. Essa é, então, a finalidade da forma de organização polifônica. Por meio dela, é possível investigar por que e para que os interlocutores trazem outras vozes para dentro de seu discurso.

No estudo apresentado, vimos como os diferentes segmentos de discurso representado em um trecho de uma reportagem auxiliam o jornalista de diversas maneiras, exercendo diferentes funções. Por meio desses segmentos, ele busca imprimir dramaticidade ao texto, valorizar a imagem de personagens, chamar a atenção para determinadas informações, apresentar-se como profissional imparcial e merecedor de credibilidade, etc. Embora o estudo tenha focalizado apenas um curto fragmento de uma reportagem, ele permitiu mostrar a complexidade das decisões que um jornalista precisa tomar, no momento de representar em seu discurso os discursos produzidos por suas fontes.

Referências

BAKHTIN, M/VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986[1929].

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DOLABELLA, A. R. V. **O discurso relatado na imprensa brasileira**: jogo de estratégias de apropriação de vozes e de construção de efeitos. 1999. 378f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

FILLIETTAZ, L. Négociation, textualisation et action: le concept de négociation dans le modèle genevois de l'organisation du discours. In: GROSJEAN, M.; MONDADA, L. (Org.) **La négociation au travail**. Lyon: Presses universitaires de Lyon. 2004, p. 69-96.

FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. **Discourse Studies** 4(3), p. 369-392, 2002.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. **Revista da Anpoll**, v. 16. p. 75-100. 2004.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Org.) **Análise do discurso**: ensaios sobre a complexidade discursiva. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

ROULET, E. L'organisation polyphonique et l'organisation inférentielle d'un dialogue romanesque. **Cahiers de linguistique française**, v. 19, p. 149-179, 1997.

ROULET, E. *et al.* **L'Articulation du discours en français contemporain**. Berne: Lang, 1985.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.

RUFINO, J. **As minhas meninas**: análise de estratégias discursivas em canções buarqueanas produzidas no período da Ditadura Militar. 2011. 337f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Abstract: This article investigates the forms and the functions of discourses represented in the construction of discourses journalistic. In the journalistic field, is especially relevant the study of how journalists represents the discourse of your sources. When building your discourse, the journalist must decide if disclose or not your sources and, if he goes to reveal them, how to turn the discourse produced by your sources in discourse represented. Based on theoretical and methodological contributions of a model of discourse analysis, the Modular Approach to Discourse Analysis, the study focused on a discursive production quite complex. Through the analysis, it was possible to see the complexity of decisions that a journalist must take, when he represents in his discourse the discourses of other agents.

KEY WORDS: journalistic discourse; polyphony; modularity.

Imagens e Aulas de Leitura

Images and Reading Lessons

Joseli Ferreira Lira¹

Sônia Pimenta²

Resumo: A presença de muitas imagens nos livros didáticos traz para as aulas de Língua Portuguesa o desafio de desenvolver nos alunos a habilidade de leitura dos vários signos de que são compostos os textos. Muitas vezes não há orientação de leitura de imagens nas aulas. Sendo assim, não é oferecida aos alunos a oportunidade de desenvolver a habilidade da leitura crítica de imagens que fazem parte dos sistemas semióticos que compõem os textos multimodais. Este trabalho propõe uma análise da representação de gênero social em uma tirinha, baseada na teoria da Análise Crítica do Discurso como uma proposta de análise possível em aula de leitura para alunos de Ensino Médio. Para isso, usamos categorias propostas por Kress e van Leeuwen na Gramática do *Design Visual*.

Palavras chave: multimodalidade, leitura, ensino.

¹ Mestre e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e Professora de Língua Portuguesa no IFSUDESTE-MG Campus Barbacena.

² Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora na área de Análise Crítica do Discurso e autora de pesquisas/publicações nas áreas da Semiótica Social e da Multimodalidade.

Introdução

A leitura ainda é um grande desafio na educação do Brasil. Esse desafio se faz cada vez mais complexo atualmente, pois temos contato a todo instante com gêneros textuais compostos por variados sistemas semióticos. Uma grande presença de imagens passou a fazer parte da maioria dos gêneros textuais que circulam em diversas áreas, devido, principalmente, ao avanço das tecnologias de comunicação com seus múltiplos recursos. Assim, a leitura exige mais do que decodificar e compreender a linguagem verbal, exige interpretar as imagens que se imbricam com o verbal em textos multimodais³.

Sendo assim, o desafio de cada professor se amplia no sentido de dar conta da realização de aulas de leitura que contemplem um olhar mais apurado também para as imagens que, assim como a linguagem verbal, estão carregadas de ideologias. Portanto, a escola deve proporcionar aos alunos o letramento visual, para que eles deem conta da leitura desses textos nas práticas sociais contemporâneas.

Os atuais livros didáticos de língua portuguesa estão compostos por coletâneas de textos multimodais. E, muitas vezes, estes livros são escolhidos pelos professores porque trazem uma diversidade de textos com imagem, são coloridos e agradáveis aos alunos. A presença de imagem é determinante na hora da escolha, mas é deixada de lado nas aulas de leitura. No entanto elas estão lá expostas aos alunos.

Nos dezoito anos em que atuei, como professora de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio das escolas públicas estaduais de Minas Gerais, usei, como principal recurso em sala de aula, o livro didático de Português (LDP). Nesses anos, percebi como o livro ficou cada vez mais colorido. As tirinhas, por exemplo, ganharam uma presença marcante, tanto nos livros como nas avaliações em grande escala. Nas primeiras aulas com o LDP, enquanto eu tentava chamar a atenção para a perigrafia do livro, muitos alunos ficavam a folheá-lo em busca das tirinhas. Todas são lidas com antecedência por eles.

Esse interesse do aluno pela tirinha chamou minha atenção, me levando a questionar e debater com eles sobre as ideologias representadas nesse gênero através das imagens e da linguagem verbal. Esse olhar mais atento para esse gênero textual despertou meu interesse por pesquisas sobre leitura e produção de textos multimodais; com o foco na seguinte questão: quais e como as representações sociais são apresentadas aos alunos nessas imagens com forte carga semântica e ideológica?

³ Texto multimodal: de acordo com Kress e van Leeuwen (2001, p. 4), textos multimodais são produções de significados usando múltiplas articulações (língua, som, imagem, discurso, interatividade, *design*, produção e até distribuição).

Em alguns LDP e avaliações, as tirinhas são usadas como pretexto para outra atividade e não para a habilidade de leitura de ideologias expressas pelas imagens. Maraun (2006), ao pesquisar como o texto multimodal é explorado no livro didático, concluiu que as imagens começaram a ser consideradas elementos de análise nas interpretações dos textos; mas que a ideologia implícita não é trabalhada. Alguns LDP analisados pela autora

“apresentam os sintagmas visuais tratados como se fossem relativamente ‘legíveis’ sem maiores problemas, o que não se confirma totalmente, pois esses sintagmas trazem consigo carga semântica-ideológica que, na maioria das vezes, não é percebida pelos leitores.” (MAROUN, 2006, p.112)

Sobre essa negligência de imagens nas aulas de leitura, Pimenta (2007) observa que:

“Até recentemente, a pedagogia do letramento era projeto cuidadosamente restrito; restrito a formas de linguagem monolíngues, monoculturais e monomodais orientadas por regras. Vivemos numa era de imagens visuais. Nas sociedades pós-modernas, a maioria das pessoas passa seu tempo vendo telas de TV, telas de computadores gráficos digitais, ilustrações (muito presentes hoje na mídia impressa e nos livros didáticos) e outros tipos de apresentações visuais. Consequentemente, muitos advogam a necessidade de um sistema educacional com mais ênfase na modalidade visual, mais focada no letramento visual, ou seja, na comunicação e na recepção de mensagens visuais.” (PIMENTA, 2007, p. 152)

A importância do letramento visual também está no trabalho de Tavares (2010) que discute a importância das histórias em quadrinho no letramento infantil, por ser um texto que chama a atenção de crianças e adultos; podendo ser muito útil nas aulas de leitura e produção de textos. Algumas tirinhas são voltadas para um público adulto e crianças não as compreendem, por isso o professor deve levar em conta o público e a complexidade desse gênero ao levá-lo para suas aulas de leitura. As tirinhas, muitas vezes, são mais complexas que as histórias em quadrinho e exigem um maior conhecimento de mundo para a compreensão. Esses dois gêneros textuais são parecidos pelos mesmos usos de vários sistemas semióticos, mas possuem algumas diferenças. Nicolau (2010) explica que a tirinha

“... tem como característica básica o fato de ser uma piada curta de um, dois, três ou até quatro quadrinhos, e geralmente envolve personagens fixos: um personagem principal em torno do qual gravitam outros. Mesmo que se trate de personagens de épocas remotas, de países diferentes ou ainda de animais, representam o que há de universal na condição humana. A estereotipia dos personagens facilita sua identificação por parte de leitores das mais diversas culturas.” (NICOLAU, 2010, p.9)

Já as histórias em quadrinho, geralmente são maiores, no mínimo com 10 quadros e mais direcionada ao público infantil, apesar de serem lidas por adultos também. Ao contrário,

a tirinha é, muitas vezes, direcionada ao público adulto, mas eventualmente lida pelos adolescentes do ensino médio. As histórias em quadrinho obedecem a uma sequência maior com começo meio e fim que se desenvolve dentro de um enredo definido, além de haver uma maior relação de sentidos entre imagens e linguagem verbal escrita. Ela pode chegar a ter um número superior a 100 páginas. Já a tirinha tem no máximo até 8 quadrinhos e conta muito com o conhecimento prévio do leitor. Essas são apenas características gerais desses gêneros que, como qualquer outro, são instáveis, podendo mudar dependendo do contexto sócio histórico.

O aspecto da universalidade de temas no gênero tirinhas, apontado por Nicolau (2010) muitas vezes, está mais explícita na imagem que na linguagem verbal. Para a Análise Crítica do Discurso (ACD) o texto é uma ação social, uma prática que se dá através de um objeto concreto, ou seja, um produto/processo a partir do qual os interlocutores agem socialmente.

A partir do exposto, propomos a análise de uma tirinha de Fernando Gonsales, cartunista brasileiro de São Paulo, cujas tirinhas circulam em jornais e também foram publicadas em forma de livros. Suas tirinhas aparecem em livros didáticos como os de Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães, chamado Português: linguagens, voltado para o ensino médio. É neste livro didático que encontramos a tirinha a ser analisada. Para isso, será usada a Gramática do Design Visual de Gunther Kress e van Leeuwen (2006). O principal objetivo é analisar qual ideologia sobre gênero social é representada na tirinha e de que forma essa representação acontece. Lembrando que as categorias de análise da GDV podem ser usadas em aulas de leitura para o ensino médio. A seguir farei uma exposição dos pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a análise.

Análise crítica do discurso

A língua é uma forma de se expressar escolhida pelo falante dentre variadas formas de linguagens e reconhecer que a compreensão do fenômeno da linguagem não deve ser buscada apenas na língua, sistema ideológico neutro, mas nos discursos como ações da vida em sociedade é essencial no arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD).

É no discurso como forma de mediação que acontecem as articulações e rearticulações predominantes na vida social. O discurso, então, é uma prática social, que pode mudar ou

reforçar comportamentos. A Análise Crítica do Discurso possibilita uma análise discursiva da linguagem em uso, ou seja, em um dado contexto social.

Por isso os conflitos sociais são apropriados às categorias de análise proposta por Norman Fairclough, pois, de acordo com Resende e Ramalho (2006), o discurso tem uma relação dialética de articulação e internalização dos elementos sociais, pois influencia e é influenciado por elementos sociais, podendo destruir e construir conflitos. Através da análise de amostras discursivas historicamente situadas (textos), pode-se perceber as ideologias nos discursos. As relações dessas ideologias formam redes sustentadas por relações sociais de poder, conseqüentemente, essas articulações de discursos nas práticas sociais estão ligadas a lutas hegemônicas⁴. As autoras concluem que “toda hegemonia é um equilíbrio instável, e a ACD, no seu papel de teoria crítica, trabalha nas brechas ou aberturas existentes em toda relação de dominação” por defender que a hegemonia não é total e constante, mas possível de ser mudada (RESENDE E RAMALHO, 2006, p.43).

É o caso das relações entre os gêneros sociais homem e mulher. Há uma hegemonia de dominação do masculino sobre o feminino que estabelece entre ambos uma hierarquização. A mulher atualmente ocupa um status de pessoa independente, forte, cidadã⁵, muitas vezes provedora de seus lares e ocupante de cargos importantes, mesmo assim ainda há representações sociais da mulher como um ser muito alienado em relação às questões políticas, econômicas e sociais, frágil, delicado, e fútil. Além disso, muitas vezes submissa ao homem e servindo-o.

Quando a mulher é representada como ela está hoje no Brasil, na maioria das vezes, é posto como uma novidade. Muitas conquistas femininas não são mais novidades, o direito ao voto é de 1932 e de lá até hoje a participação da mulher na vida política está cada vez maior. Representar a mulher cidadã, comprometida, independente como uma novidade é o mesmo que representar a ditadura no Brasil como novidade. Essa representação acontece em alguns textos publicados em livros didáticos como vamos mostrar na análise da tirinha proposta nesse breve trabalho.

Scott (1995), partindo de uma perspectiva histórica, define gênero social como uma categoria analítica que pressupõe o processo de construção social das diferenças sexuais e de percepção do modo como são construídos referenciais do que se concebe como masculino e feminino, contribuindo para desmistificá-los, enquanto categorias naturais e imutáveis. Essa

⁴ Hegemonia é a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade (FAIRCLOUGH, 2001).

⁵ O termo cidadã é uma referência ao direito adquirido de votar. E também de se envolver diretamente como candidata ou não em assuntos políticos. O que era proibido à mulher no passado.

postura, diante do ser homem e ser mulher, contribui para um olhar crítico dos fenômenos sociais que discriminam os gêneros.

Outra teoria apropriada para esta análise de texto multimodal é a Semiótica Social, sobre a qual farei a seguir uma pequena exposição.

Semiótica Social

As categorias de análise da semiótica social podem contribuir para as aulas de leitura de textos multimodais, desenvolvendo uma habilidade de leitura imprescindível atualmente: a leitura de elementos visuais.

A partir das concepções da ACD, Kress e van Leeuwen expandiram a Semiótica Social e criaram a Gramática do Design Visual (GDV). Os autores discutiram no livro *The Grammar of Visual Design* o entrelaçamento entre Semiótica Social e multimodalidade. Em 2001, ampliaram o conceito de multimodalidade, colocando-o como um construto que considera todos os modos semióticos como produtores possíveis de mensagens e de comunicação (PIMENTA, 2007, p. 153). Esta gramática não é normativa como um conjunto de regras a serem seguidas, mas descreve possibilidades de elaboração e leitura de textos multimodais. Assim como as gramáticas de linguagem verbal suas categorias não devem ser tomadas como regras rígidas.

A leitura deve usar as categorias como norteadores da interpretação de textos, sem deixar de observar o contexto, o gênero, o suporte do gênero, o público a que se destina e outros elementos importantes para a construção de sentidos. Para a análise da tirinha proposta usarei as categorias da GDV apropriadas para este gênero e possíveis de serem usadas para uma aula de leitura no Ensino Médio.

Categorias da Gramática do *Design Visual*

A Gramática do *Design Visual* foi elaborada por Kress e van Leeuwen com o objetivo de oferecer uma metodologia à análise de textos multimodais. A ideia de gramática se baseia no estudo, principalmente sintático, das relações de signos visuais que compõem um texto, ou seja, a proposta de uma “sintaxe visual”. Estruturas composicionais imagéticas se

tornaram convencionais ao longo da história e os autores propõem uma análise de como elas são usadas pelos produtores de imagens para produzir significados.

Para isso, esses autores propõem tratar de formas de comunicação usando imagens como se trata as formas linguísticas. Para tanto, baseiam-se em regularidades da comunicação imagética para uma descrição relativamente formal, por isso o nome gramática.

Tanto o visual como outros modos semióticos (linguagem verbal) seguem propósitos comunicacionais, por isso Kress e van Leeuwen defendem que a linguística funcional de Halliday é apropriada pelo potencial e pela compatibilidade para descrever diferentes modos semióticos, não só o linguístico (KRESS e van LEEUWEN, 2001, p.4). Para Halliday os componentes fundamentais do significado são as três metafunções linguísticas: ideacional, interpessoal e textual. Kress e van Leeuwen (2006, p. 42-43) adaptaram e expõem essas três metafunções da seguinte forma:

- ideacional=> função de representação das experiências do mundo exterior e interior, chamada de significado representacional na GDV;
- interpessoal=> função da linguagem capaz de representar as relações sociais entre o produtor, o espectador e o objeto representado, na GDV, significado interativo;
- textual=> expressão da estrutura e formato do texto, na GDV, significado composicional.

Para análise de imagens, os autores introduzem os termos ‘participantes representados’ (PR) e ‘participantes interativos’ (PI). Estes são os produtores do texto e os leitores, aqueles são as pessoas, objetos, lugares e outros retratados no texto.

Os significados Representacionais⁶, Interativos e Composicionais se dividem em outras categorias. Destacaremos aqui somente as categorias usadas na análise proposta.

No significado Representacional há a Estruturas Narrativas. Elas ocorrem quando os participantes representados estão ligados por um Vetor, traço que indica as direções de ações dos PR, a linha do olhar, um braço que aponta ou uma seta. Essa direcionalidade serve para representar o desdobramento de ações e eventos, processos de mudança ou disposições transitórias espaciais. Diferentes tipos de processos narrativos podem ser distinguidos com base nos tipos de vetores, na quantidade e na qualidade dos participantes envolvidos.

⁶ Os nomes das categorias de análise estão grafados com letra inicial maiúscula.

Observando os vetores, o aluno poderá perceber a narração na imagem, pela troca de olhares, acontecimentos e ações dos personagens.

Na Estrutura Narrativa destacamos os Processos de Ação. Quando uma proposição visual tem dois participantes, sendo um o Ator e o outro a Meta ou objetivo da ação, temos uma Ação Transacional, o que corresponde no verbal ao verbo transitivo. Outra é a ação Bidirecional, quando os PRs fazem o papel de Atores e Metas de forma simultânea, nesse caso são chamados de Inter-atores. Há também os Processos Reacionais, quando o Vetor é formado por uma linha estabelecida pelo olhar entre os participantes. Os participantes passam a ser nomeados como reatores e fenômeno. Já a ação Transacional ocorre quando o PR está olhando para algo também representado no texto - o fenômeno. Quando o aluno percebe os processos de ação, ele lê a imagem, conseguindo estabelecer relações de subordinação ou não entre os personagens.

Ainda na Estrutura Narrativa há o processo verbal e mental, quando o PR (humano ou não) é conectado a um balão cujo conteúdo é um Processo Mental ou de Fala, muito comum em quadrinhos, como é o caso de nosso objeto de análise. Nesse caso, o aluno deve relacionar a fala com a imagem, expressão facial que completa a mensagem como um todo.

As categorias do Significado Interacional são analisadas pela interação entre os participantes representados (PR), entre o produtor do texto e o leitor e entre o PR e o observador/leitor. Há, nessas interações, três aspectos a serem analisados: o olhar, a perspectiva e o enquadramento.

O olhar pode ser de Demanda ou de Oferta. O olhar de Demanda estabelece, ou tenta estabelecer, uma relação imaginária do PR com o leitor. Para isso, o vetor é a linha do olhar direcionado para o leitor, exigindo dele um contato, uma relação ou resposta social imaginária. O olhar de Oferta oferece os PR aos leitores como elementos de informação ou objetos de contemplação, como se o texto fosse uma vitrine, o que não exige resposta social imaginária. Recurso muito usado em publicidade, em que o aluno poderá aprimorar a habilidade de leitura de imagens ofertadas ou que exigem uma reação do leitor, pelo aspecto de demanda.

Outra categoria importante é o Enquadramento. Refere-se à distância entre o PR e o leitor que pode sugerir uma relação imaginária de maior ou menor distância social. A análise é feita a partir da posição do leitor em relação ao PR. Para a análise aqui proposta distinguimos os principais:

- i) plano fechado=> mostra, aproximadamente, a cabeça e os ombros do PR, sugere intimidade;
- ii) plano médio=> aparece o PR até o joelho, sugere uma certa distância, mas um envolvimento apenas social;
- iii) plano aberto => representação mais ampla do PR, aparece todo o corpo do participante, inclusive os pés. Sugere distanciamento, é impessoal.

O enquadramento também é uma categoria de fácil percepção para os alunos. Quando um rosto é mostrado na televisão, por exemplo, em que se pode focar o olhar dessa face, é possível sentir a proximidade de forma mais forte. O aluno poderá usar essa categoria em suas produções de textos com fotos ou desenhos, depois de dominá-las.

O valor das informações se dá também de acordo com a composição textual no Significado Composicional. Eles são chamados Dado/Novo e Ideal/Real. É assim porque a orientação de leitura ocidental, da esquerda para a direita, também é usada para a leitura de signos visuais no texto. E, quando imagens ou layouts fazem uso significativo do eixo horizontal, posicionando alguns de seus elementos à esquerda e outros à direita, é atribuído a essas posições um significado. Os elementos colocados à esquerda são apresentados como Dados e os elementos colocados à direita, como Novos. Kress e van Leeuwen (2006, p.185) comentam que em livros didáticos o novo é retomado adiante como dado. Em uma disposição que muda de acordo com o ‘aprendido’ ou conhecido e aceito.

Na leitura verticalizada do texto, o que se encontra na parte superior está representado o que pode ser, o imaginado, o Ideal. Na parte inferior encontra-se o que é Real, certo, mais informativo e prático. Essa indução de leitura constrói significados sociais, pois coloca como dado e real alguns valores, costumes e ideologias para assim serem lidos, o que muitas vezes pode ser questionado. Sabendo disso, os alunos lerão de forma mais crítica o que lhe é exposto como novidade ou ideal.

Por último temos a Saliência; esta categoria de análise nos leva a observar o que é destacado na imagem que compõe o texto, criando uma relação de hierarquia, de importância. Os participantes representados podem estar em primeiro plano, tamanho exagerado, especialmente bem iluminado, representado em detalhes, foco nítido ou cor e tom mais evidentes, o que dará a ele maior grau de saliência de acordo com o objetivo do produtor do texto. Um outro recurso importante para os alunos, pois conduzirá a leitura da mensagem central de cada texto.

Na próxima seção, analisaremos a tirinha aplicando as categorias da GDV.

Análise

A tirinha que analisamos foi publicada no livro *Nem tudo que balança cai* de Fernando Gonsales. No entanto analisaremos a tirinha porque foi publicada no livro didático volume 3 para o ensino médio Português: linguagens de Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães Livro 3, na parte do exercício do capítulo que trata da colocação pronominal (em anexo). Como já fora mencionado, em outras pesquisas sobre a interpretação de elementos visuais em LD, com essa tirinha não é diferente, somente uma atividade do exercício se refere à tirinha e esta trata exclusivamente da estrutura da língua, explorando o pronome “me” do último balão.

A tirinha foi escolhida por ser um gênero multimodal que se faz presente em sala de aula em livros didáticos de português. Essa, em especial, por representar as relações de gênero sociais. Nela há a representação de um casal em que o homem protege a mulher de uma cobra, mas ela não estava precisando da proteção masculina, pois a cobra só estava apertando seu espartilho. O que expõe aos alunos ideologias que permeiam as relações de poder do seu dia-a-dia familiar. Outros temas poderiam ser abordados a partir das representações na tirinha como a violência sugerida pelo revólver, a relação entre as pessoas e os animais, a vaidade feminina e outros possíveis. Porém focaremos a análise nas relações de gênero social para não fugirmos da proposta deste trabalho.

Essa tirinha é composta por três quadros. No primeiro quadrinho, o personagem homem aparece de corpo inteiro caracterizado de *cowboy*, com chapéu cinto com fivela larga, de botas e um revólver na cintura. A mulher aparece de meio corpo enrolada por uma jiboia da cintura até a altura do busto. Ao ver a mulher enrolada pela jiboia, o homem deduz que ela esteja em apuros e grita “Tem uma jiboia enrolada em você!!”. No segundo quadrinho, só aparece as duas mãos do homem que segura o revolver e atira. Acima de suas mãos, há um balão com a onomatopeia “Bang/Bang”. No último quadrinho, o homem aparece de corpo inteiro todo escuro, sugerindo sombra; a mulher aparece com a cobra morta aos seus pés e com a expressão de brava diz “Idiota!! Ela só estava me ajudando a apertar o espartilho.” Depois desse resumo, segue a aplicação das categorias de análise da GDV.

No Significado Representacional temos uma Estrutura Narrativa em um Processo Mental e Verbal, porque temos os balões de fala e onomatopeia. O espaço da narrativa é o

ambiente da natureza com três participantes representados: homem, mulher e jiboia. Há uma interação reacional transacional e verbal entre o PR homem e a PR mulher. O homem é o Ator de onde parte o Vetor - olhar em direção à mulher que é a Meta. Dando início a narrativa com atitude e linguagem. No segundo quadrinho, a mão com o revolver passa a ser o vetor e a meta, a jiboia, dando continuidade a narrativa com o elemento conflito (o tiro). No terceiro quadrinho, a mulher passa a ser o Reator, de onde percebemos o olhar para PR/homem, que é o Fenômeno, e a reação de resposta que conclui a narrativa em um desfecho surpreendente. Não é difícil para os alunos, perceber que a narrativa (fato) acontece no plano visual através de olhares, ações (vetor) e reações dos personagens em determinado espaço e que junto ao que acontece no plano visual há um processo verbal (linguagem verbal) importante para a construção do significado.

A Metafunção Interacional, no que diz respeito ao contato, temos o olhar de Oferta, os PRs não olham para o observador. Portanto não há o objetivo de manter uma relação imaginária com o observador, mas de oferta de informação. Os PRs estão no texto para serem contemplados. O contato é impessoal. O que é percebido também pela distância social, através do enquadramento no plano aberto dos participantes de corpo inteiro nos quadrinhos 1 e 3. No 2º quadrinho, há a saliência da mão com o revolver atirando, em uma relação de metonímia, parte mão com o todo homem, a mão representa o homem que atira. O que sugere representação social de que o homem protege a mulher do perigo, no caso a cobra. O angulo fechado da mão denota proximidade social do homem, representado metonimicamente pela mão que atira para proteger, com o observador adolescente do Ensino Médio. Há uma representação de homem forte que protege a mulher frágil e indefesa. Há implicitamente a representação da arma como poder masculino, ou seja, a sugestão de que a arma dá poder ao homem. Na fase da adolescência jovens em busca de afirmação podem ser influenciados por esta sugestão.

A metafunção composicional Dado/Novo é relevante nesse texto porque observamos o PR homem no lado esquerdo dos quadrinho1 e 3, significando o que é Dado, consolidado como valor social na cultura a que destina o texto: o homem protege a mulher dos perigos. Do lado esquerdo, significando o Novo, temos a mulher enrolada na cobra no quadrinho 1, que ao homem parece perigoso. Porém no quadrinho 3 revela-se o contrário, a jiboia é aliada da mulher, com a força da cobra tem seu espartilho apertado. O Novo é enunciado pela imagem da mulher representada sem a fragilidade de costume. Além de não está com medo da cobra, ela a usa em benefício próprio. O que é marcado na fala do balão 3. Portanto a representação

da mulher como alguém forte e que não precisa da proteção do homem é representada nesse texto como algo novo em nossa sociedade.

Tanto a Metafunção Composicional como a Interacional também são possíveis de trabalhar no ensino médio na leitura e na escrita. Elas não estão distantes da realidade de nossos alunos, pois eles podem percebê-las o tempo todo em programas da TV, em anúncios publicitários, para não ficarmos só com dois exemplos, em muitos ambientes virtuais, que circulam no seu dia a dia. O que falta é a escola sistematizar esses aspectos da comunicação social e inseri-los em momentos de leitura de textos multimodais em sala de aula. Assim como as categorias e ou normas gramaticais da língua devem ser estudadas em um contexto real de uso e não como um estudo com fim em si mesmo; as categorias de análise da GDV devem ser aplicadas em análises de elementos visuais que compõem textos multimodais que circulam em nossa sociedade.

Considerações finais

Tanto para a Semiótica Social quanto para Fairclough o discurso é um evento comunicativo, sendo instrumento de construção social da realidade. Discursos e gêneros discursivos exercem influência nos falantes e por outro lado os falantes também podem influenciar os discursos. Por existir essa dialética discursiva, o letramento considerando elementos visuais deve estar presente nas aulas de leitura, pois a produção e reprodução dos discursos dependem do desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos.

É de responsabilidade do professor promover aos alunos momentos que contemplem questionamentos sobre as identidades e relações de poder expressas nas imagens dos livros, pois elas representam muitas vezes a hegemonia cultural e ideológica da nossa sociedade. Muitas vezes, essa imagem é legitimada pela negligência da imagem nas aulas de leitura. E as categorias de análise da GDV podem nortear essas análises no ensino médio. Não seria difícil para os alunos entenderem a relação de olhar dos participantes representados como Demanda e Oferta; a distância social dada pelos Enquadramentos em close ou de corpo inteiro. A própria narrativa acontecendo na imagem para além da linguagem verbal. Até os atributos simbólicos presentes em muitas imagens podem ser percebidas pelos alunos.

Hoje com a era da internet alunos já elaboram textos multimodais, pensando em layout, ou seja, na organização do texto e seus vários sistemas semióticos como som, imagem,

linguagem verbal e movimento. O que eles precisam é ter o domínio dessas categorias e não produzirem só com a intuição, mas com propriedade de quem conhece esses elementos e que a organização do visual assim como do linguístico podem produzir sentidos diferentes. Como um adjetivo colocado antes ou depois de um substantivo pode mudar totalmente o sentido de uma frase, o elemento visual, o olhar, o enquadramento, a iluminação podem produzir efeitos de sentidos diferentes. Levar os nossos alunos a conhecerem essas possibilidades de comunicação, é dar-lhes a oportunidade de tomar para si os recursos múltiplos e modernos de ler e produzir textos.

Outro aspecto importante desse conhecimento é o entendimento de que as imagens podem produzir sentidos éticos ou não. Há produções de textos motivados que levam a interesses políticos, econômicos e sociais que privilegiam uns em detrimento de outros. Podendo contribuir com a consolidação de ideologias hegemônicas, por exemplo, sexistas. Como percebemos, na tirinha acima, a representação da mulher forte e que usa uma jiboia está posta do lado daquilo que é Novo (à direita), apesar de há muitos anos a mulher mostrar que não é tão frágil como tentam representá-la. Além disso, não é nada novo o atributo de vaidade representado no último quadrinho. Interpretar esses textos multimodais com olhar crítico e posteriormente reproduzir ou negar sua reprodução faz parte de um efetivo ensino para a cidadania.

Referências bibliográficas

CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**. Ensino Médio: volume 3. Ed. 7. São Paulo: Saraiva, 2010, p.392.

KRESS, Gunther and LEEUWEN, Theo van. **Reading images: the grammar of visual design**. 2nd ed. London e New York: Routledge, 2006.

_____. **Multimodal discourse. The modes and media of contemporary communication**. London: Oxford University Press, 2001.

MAROUN, Cristiane Ribeiro Gomes Bou. **A multimodalidade textual no livro didático de português**. (Dissertação de mestrado), Brasília: UNB, 2006.

NICOLAU, Marcos. As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa. **Revista eletrônica temática**, ano VI, n. 02 – fevereiro/2010 em www.insite.pro.br. Acesso em 13 de abril de 2013.

PETERMANN, Juliana. Imagens na publicidade: significações e persuasão. **Unirevista**, V1, nº 3, julho/2006. Disponível em www.iar.unicamp.br. Acesso em 13 de maio de 2013.

PIMENTA, Sônia M. O. e A., Carolina D. A. Santana. Multimodalidade e semiótica social: o estado da arte. In: **Lingua(gem), texto, discurso**, v. 2: entre a reflexão e a prática. Ana Cristina F. Matte. (org.). Rio de Janeiro: Lucena; Belo Horizonte, MG: FALE/UFGM, 2007, p. 152 -174.

RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em http://archive.org/details/scott_gender, acessado em 20 de junho de 2013.

TAVARES, Lúcia Helena Medeiros da Cunha. Gêneros e multimodalidade discursiva nas histórias em quadrinho. **Revista Prólingua** (ISSN1983 – 9979) Volume 5 - Número 2 - jul./dez de 2010, p.69-80; www.revistaprolingua.com.br acesso em 30 de junho de 2013.

Abstract: The presence of many images in textbooks brings to the Portuguese language lessons the challenge of developing in students the ability to read the various signs texts are composed of. However, reading lessons do not always guide the reading of the image. Therefore, pupils are not offered the opportunity to develop critical reading skills of images that are part of the semiotic systems that compose multimodal texts. This paper proposes an analysis of the social gender representation in a cartoon, based on the theory of Critical Discourse Analysis as a proposal of analysis possible in reading class for high school students. For this purpose, we use categories proposed by Kress and van Leeuwen in the grammar of Visual Design.

Keywords: multimodality, reading, teaching.

Anexo:

1. Leia esta tira:



(Fernando Gonzales, *Niquei Mauseo* — *Nem tudo que balança cai*, cit., p. 23.)

Figura 1 - Tirinha analisada no texto (CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. Português: linguagens. Ensino Médio: volume 3. Ed. 7. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 392).

Produção de Sentidos no Texto Policial - Um Olhar Sobre Relatórios de Inquérito que Apuram Violência Contra a Mulher

Production of Meaning in the Civil Police Text: a Look at Police Reports That Investigate Violence Against Women

Márcia Cristiane Nunes-Scardueli¹

Resumo: O presente trabalho situa-se nos condicionantes sociais e históricos contemporâneos relacionados à violência doméstica, em especial aquela praticada contra a mulher, e tem como objeto de estudo a discussão sobre os sentidos que se produzem no discurso empregado para a elaboração do texto policial. À luz dos pressupostos teóricos da análise do discurso de origem francesa, dois relatórios de inquéritos policiais instaurados, em 2010, na Delegacia da mulher de Araranguá/SC, foram analisados em uma perspectiva ideológica, em que as formações sociais e discursivas foram evidenciadas. Aspectos relacionados à linguagem, ao discurso e à violência são abordados neste trabalho, conduzindo a uma reflexão sobre os discursos produzidos nos textos policiais. Os excertos selecionados para análise indicaram a presença de ideologia sobre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres nas relações de gênero que conferem e ratificam ao gênero feminino a posição de inferioridade.

PALAVRAS-CHAVE: relatório de inquérito policial; produção de sentidos; análise do discurso francesa.

¹Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL, em Tubarão/SC. Professora da UNISUL e Policial Civil em Araranguá/SC.

Introdução

Pretendo neste ensaio refletir sobre a produção de sentidos que se estabelecem durante a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, promulgada com o propósito de coibir a violência doméstica contra a mulher, em termos da construção linguística do texto da peça policial denominada Relatório, parte integrante do procedimento maior que apura a infração criminal, a saber, o Inquérito Policial.

Nesse sentido, o presente trabalho situa-se nos condicionantes sociais e históricos contemporâneos, relacionados à violência doméstica, em especial aquela praticada contra a mulher, e tem como objeto de estudo a produção de sentidos estabelecida pelo discurso empregado na elaboração do texto policial. Assim, pode-se tomar como finalidade deste ensaio o propósito de evidenciar o caráter socialmente construído do discurso desse texto, em especial, o relatório de inquérito, a fim de contribuir com a reflexão teórica de como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem das instituições que se dedicam à aplicação da lei.

O cenário discursivo

Cabe ao Estado a missão básica de promover o bem-estar geral, estabelecendo normas que garantam a liberdade individual e que possibilitem o equilíbrio da existência coletiva. Nesta missão, o Estado se impõe, altera a realidade e age segundo a vontade geral expressada através da Lei.

O poder de polícia é um mecanismo inibidor do arbítrio que restabelece a vontade geral da coletividade e é legitimado pelo Estado a determinado órgão, entidade e agente administrativo, que o represente e garanta, assim, a ordem pública. Com o objetivo de proporcionar a segurança pública, a tranquilidade e a ordem social, o Estado forma uma estrutura denominada Polícia, que será responsável pela investigação das infrações penais cometidas e pela política de disciplina e restrição empregada a serviço do povo.

Na Polícia Judiciária catarinense, também chamada de Polícia Civil, encontram-se unidades policiais consideradas pela corporação como ‘especializadas’, em função do atendimento exclusivo que disponibilizam a crianças, adolescentes², idosos³ e mulheres⁴ – as Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI)⁵. Uma vez que a primeira demanda dessas delegacias foi relativa às mulheres e, possivelmente, esse ainda seja o grupo que recebe o maior número de atendimentos, essa unidade policial tem sido chamada apenas de Delegacia da Mulher. A criação dessas delegacias especializadas foi o primeiro passo efetivo do Estado na busca das providências necessárias para o enfrentamento da problemática da violência contra a mulher, cujas estatísticas policiais apontam pessoas do sexo masculino (maridos, companheiros, namorados, pais, irmãos, filhos e todos os tipos de ‘ex’ relacionamentos), como os principais autores desse tipo de violência.

Por violência, entende-se o uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar a outra pessoa a fazer algo contra a sua vontade (TELES; MELO, 2003). A violência também pode ser definida como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja de forma física, psíquica, sexual ou moral (SAFFIOTI, 2004, p. 17). É nesse contexto que se encontra a violência contra a mulher, muito comumente tratada também como violência de gênero e violência doméstica. O termo ‘gênero’ é utilizado para designar as relações efetivadas entre homens e mulheres formados por contextos políticos, culturais, sociais e econômicos e não por uma determinação biológica e natural.

O conceito de violência de gênero, por sua vez, pode ser entendido como a relação de poder e de dominação do homem e de submissão da mulher em que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induz às relações violentas entre os sexos, indicando que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (TELES; MELO, 2003, p. 18).

Na violência doméstica contra a mulher, o abuso pelo parceiro pode tomar várias formas, tais como: agressões físicas, abusos psicológicos como menosprezo, intimidações e hu-

² O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8069/1990, em seu artigo 2º define os termos criança e adolescente. Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

³ O artigo 1º do Estatuto do Idoso, Lei Federal 10741/2003, define como idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

⁴ Tanto do ponto de vista biológico, quanto do social.

⁵ Essa é a nomenclatura utilizada no estado de Santa Catarina, em outras unidades da federação outras nomenclaturas e siglas são atribuídas a essa unidade policial especializada, como DEAM e DMs.

milhações constantes, coerção sexual, comportamentos de controle, como por exemplo, proibição de contato com a família e amigos, usar os filhos para fazer chantagem, vigilância constante e restrição de acesso e recursos variados.

Em razão desse caráter social e cultural, a denúncia desse tipo de violência e a implantação de medidas preventivas para pôr fim a esse tipo de crime tornam-se difíceis. O Estado e a sociedade, de forma geral, estão, constantemente, se mobilizando para coibir esse delito. A criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento à mulher, a implantação de centros de referência psicossocial para atendimento desse tipo de vítimas, a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a criação de portais na internet, dentre outros, são estratégias utilizadas para o enfrentamento dessa questão.

Dentre os mecanismos de enfrentamento da violência contra a mulher, a Lei 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha) tem ocupado lugar de destaque no cenário de discussão da violência contra a mulher. Para Pasinato (2010, p. 218), essa lei promoveu mudanças e avanços significativos em termos de garantias formais de direitos para as mulheres, mas na prática o exercício desses direitos ainda se confronta com obstáculos que impedem maior sucesso em ações que evitem a repetição da violência, entre eles a aplicabilidade da lei e o discurso que circula sobre ela.

Com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, as DPCAMIs tiveram reforçadas as suas atribuições nos atendimentos dos casos de violência doméstica e familiar. Além disso, a promulgação dessa Lei estimulou o debate acerca da violência contra a mulher no Brasil, dando mais visibilidade a essa questão, bem como parece ter estimulado o aumento das denúncias, por parte das mulheres.

A realização da denúncia se dá, geralmente, pela comunicação à Autoridade Policial dos fatos ocorridos que, na Delegacia de Polícia, é transcrita num documento oficial denominado Boletim de Ocorrência. Esse, via de regra, é o início da ação policial no processo de investigação do ocorrido, que vai culminar com a produção do Relatório, peça final do caderno investigativo produzido pela Polícia Civil.

Segundo Avena (2009), o conjunto de diligências realizadas pela autoridade policial visando à obtenção de elementos que apontem a autoria e comprovem a materialidade dos crimes investigados (oitiva das partes envolvidas, realização de exames periciais, etc) é o que constitui o Inquérito Policial, cuja finalidade é, portanto, apurar a autoria e a materialidade de

um delito, reunindo os elementos necessários para a instauração da ação penal, pelo Poder Judiciário, em fase posterior. A fase policial se encerra, portanto, com a elaboração do relatório do que foi apurado na situação investigada e é competência da autoridade policial que não poderá manifestar sua opinião, limitando-se a declinar as providências realizadas e seus resultados, o resumo dos depoimentos prestados, bem como tipificar o delito e esclarecer sua autoria e materialidade (AVENA, 2009).

Segundo Barros (2005), ainda que não caiba à Autoridade Policial emitir qualquer juízo de valor sobre a situação investigada, expressando opiniões ou julgamentos, o/a profissional poderá manifestar as “impressões deixadas pelas pessoas que entrevistaram no inquérito: indiciado, vítima, testemunhas, etc.” (BARROS, 2005, p. 370).

É, então, nesse contexto, que se pretende refletir sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, na fase policial da apuração do ato violento contra a mulher; buscando verificar, na linguagem utilizada pela autoridade policial que elabora o relatório, possíveis indícios de codificações das preocupações e dos valores culturais sexistas transmitidos de geração em geração, conforme citado por Cameron (2002). Para a autora, em geral, as línguas são sexistas por representarem o mundo de um ponto de vista masculino, de acordo com crenças estereotipadas sobre as mulheres, os homens, e a relação entre eles. Assim, considerando que a existência humana é em grande parte conduzida por eventos linguísticos, podemos dizer que é através da linguagem que as representações sobre os gêneros são construídas, difundidas, mantidas ou alteradas dentro dos grupos sociais (CAMERON, 2002, p. 9).

Nesse sentido, Brandão (2004, p. 11) diz que a linguagem “enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural”. Para a autora, a linguagem é, então, elemento de mediação entre o homem ou a mulher e a sua realidade e, por isso, também um lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, pois os processos que a constituem são histórico-sociais.

Para alcançar o propósito de abordar a aplicação da Lei Maria da Penha, na fase policial, em termos da construção linguística, a metodologia utilizada para a reflexão aqui pretendida está fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), que valorizam as condições históricas de produção das formações discursivas, referidas por Orlandi (2010, p. 43), como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e

deve ser dito”. Segundo Pêcheux (2008), as condições de produção são definidas pelos lugares ocupados pelo emissor e receptor na formação social. E, em face disso, o estudo da linguagem não pode estar desvinculado de suas condições de produção, exatamente o enfoque dado pela Análise do Discurso (BRANDÃO, 2004).

As considerações sobre o *corpus*

Uma vez definida a temática e o embasamento teórico da pesquisa, cabe então entrarmos no *corpus*, que vai constituir a materialidade com a qual se conta para entrecruzar a problemática proposta e a fundamentação teórica, tornando-se o ponto específico para a investigação dos efeitos de sentido nele e por ele produzidos.

A constituição do *corpus* não se dá claramente, mas se constitui, ou seja, identifica-se, inicialmente, o objeto que se pretende “olhar” e, a partir dos gestos de leituras empreendidos, o *corpus* vai se constituindo, o que indica que a AD não impõe um modelo específico de análise que conduza os trabalhos analíticos. No presente trabalho, a proposta é refletir sobre a produção de sentidos que se encontram imbricados na produção textual de um documento público, do mundo jurídico, a saber, o relatório policial de uma investigação criminal referente à violência doméstica contra a mulher, em que o referencial legal seja a Lei Maria da Penha. Esse mecanismo jurídico (a Lei Maria da Penha) já foi foco da investigação de Gomes (2011), que buscou averiguar o percurso discurso-legislativo sobre a mulher brasileira no contexto ideológico do surgimento dessa lei, em 2006.

O discurso tem sido alvo de análise de muitos pesquisadores, seja pelo interesse no caráter de interação social existente entre os participantes de um processo de enunciação ou pelas marcas deixadas pelo sujeito na língua, que colocam o falante/escritor em posição privilegiada no contexto social, ressaltando aspectos de poder e de dominação manifestados no discurso.

Em se tratando de “poder”, o discurso jurídico expressa um bom exemplo desse tipo de linguagem. Segundo de Brito (2008), o sujeito do discurso jurídico, ao se manifestar, aciona certas convenções reguladoras das relações entre os vários sujeitos, que produzem mudanças nas atividades da linguagem. Trata-se, pois, da essência do discurso autoritário, conforme

definido por Orlandi (1996, p. 15), que se caracteriza como aquele cujo referente está ausente, oculto, em que não há interlocutores.

É nesse contexto que se encontra o objeto de análise aqui proposto, o relatório de inquérito policial produzido pela figura do/a Delegado/a de Polícia, a Autoridade de Polícia Judiciária, posição que atribui a esse sujeito a condição de apresentar linguisticamente os fatos apurados numa investigação criminal, a fim de que possam ser julgados, numa instância posterior, a judicial.

Assim, o *corpus* selecionado para a presente análise é composto de dois relatórios de inquéritos policiais instaurados na DPCAMI de Araranguá, no ano de 2010. Desse ano, foram selecionados o primeiro e o último procedimento do período que se destinavam a apurar crimes de violência contra a mulher, abrangidos, portanto, pela Lei nº 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha. A decisão pelo ano de 2010 foi aleatória no período compreendido entre 2006-2013, que compõe o recorte temporal da minha pesquisa de Doutorado⁶, em andamento.

As duas peças policiais aqui tomadas para análise foram produzidas por dois Delegados de Polícia do sexo masculino e tinham em média duas páginas cada um. Os relatórios serão nominados de “A” e “B”, bem como os nomes das pessoas envolvidas serão substituídos por nomes fictícios a fim de que as identidades sejam preservadas. O relatório “A” refere-se aos trabalhos policiais que apuraram as circunstâncias dos crimes de ameaça e furto cometidos por João contra Maria, sua ex-namorada, e o relatório “B” apura os crimes de ameaça e lesão corporal, cometidos por Pedro contra Ana, também sua ex-namorada.

O discurso presente nos relatórios

A produção textual do relatório de um inquérito policial se organiza dentro de uma ritualidade habitual do discurso jurídico e, segundo Thomé (1997, p. 123), para uma melhor compreensão, o relatório deve ser dividido em três partes: preâmbulo, histórico da investigação e conclusão. Em ambas as peças analisadas, a menção à Lei Maria da Penha se faz apenas

⁶ Situada na linha de pesquisa Texto e Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, minha pesquisa de Doutorado tem por objeto de pesquisa os efeitos de sentidos que se estabelecem a partir da aplicação da Lei Maria da Penha, tanto na fase policial, quanto na fase judicial, em casos de violência contra a mulher praticada por parceiros íntimos do sexo masculino, apurados na cidade de Araranguá, sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, no período de 2006 a 2013.

na parte inicial (no preâmbulo), em que a Autoridade Policial contextualiza os fatos ocorridos que geraram a instauração daquele procedimento policial.

Apesar do instrumento motivador da ação jurídica de instauração dos procedimentos policiais analisados, denominados Inquéritos Policiais, ser a vigência da Lei 11.340/2006, o texto produzido pela Autoridade Policial dispensa a menção a esse instrumento legal, posto que isso fica implícito, dentro de uma formação discursiva que circunda o contexto da violência contra a mulher. Aqui então, percebe-se a presença de um interdiscurso. Segundo Orlandi (2010), um discurso se faz entre discursos, ou seja, um discurso se produz em uma interdiscursividade. Para a autora, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma do dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (2010, p. 32). Assim, aquilo falado anteriormente, em outro lugar, em outra instância, relaciona um discurso com outros discursos, materializando o interdiscurso.

Por ideologia, entende-se um conjunto de representações de uma determinada classe na sociedade. Considerando-se que as sociedades são formadas por muitas classes, muitas ideologias podem ser encontradas e a linguagem empregada nos textos que circulam socialmente, advém do que Pêcheux (1997) chamou de formação ideológica ou condição de produção do discurso.

Nesse sentido, parece pouco contestável que o relatório policial que encerra a investigação sobre a violência doméstica contra a mulher precise mencionar o seu instrumento motivador, visto que isso se dá, nas entrelinhas do texto. Ou seja, o discurso aqui analisado – discurso jurídico – pertence a uma formação discursiva em que as condições de produção desse discurso já estão estabelecidas, ou seja, ele acontece em um cenário que lhe é próprio e lhe dá especificidade, visto que faz parte de um gênero específico (relatório), que dialoga com alguém (juiz/promotor) sobre algo já estabelecido historicamente (conflito familiar/social), temática também já tratada anteriormente por outros sujeitos (advogados, juízes, promotores), e que já é pré-determinada por uma ordem social.

A presença desse interdiscurso pode explicar, por exemplo, a formatação dos textos produzidos no meio jurídico, que se repetem, seguindo uma modelagem pré-definida. Possivelmente, essa repetição da forma desses textos remete a outros do mesmo gênero que encontram respaldo nos modelos já estabelecidos. Há de se refletir aqui sobre as implicações dessa

“modelagem” empregada nos textos jurídicos, pois isso pode sugerir a generalização dos casos de violência contra a mulher, deixando de se apontarem as particularidades de cada situação e dos sujeitos nela envolvidos.

Segundo Azevedo (2007), as escolhas linguísticas e discursivas que compõem um texto de determinado discurso não são aleatórias, mas marcadas por interlocutores (sujeitos) que enunciam a partir de posições inscritas numa formação social. Por isso, as condições de produção passam a ser compreendidas através da representação do imaginário histórico-social, porque os sujeitos que produzem linguagem o fazem de lugares ideologicamente marcados. No *corpus* aqui selecionado é possível refletir sobre as condições de produção desse discurso e as possibilidades de efeitos de sentido por ele produzidos entre os seus interlocutores que ocupam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares esses que estão representados por uma série de formações imaginárias, conforme o que Pêcheux (1969 *apud* MUSSALIM, 2003, p. 136-137) chamou de o jogo de imagens: a) a imagem que o falante tem de si, do lugar que ocupa e do que é enunciado; b) a imagem que o sujeito, ao enunciar, tem do seu ouvinte, do lugar ocupado por ele, e do discurso que é enunciado.

Dentre as imagens que vão sendo construídas no discurso apresentado nos relatórios A e B, podemos perceber a situação em que esse discurso aparece, o “contexto”, “o referente”, ou seja, um cenário de dominação masculina sobre o indivíduo do sexo feminino.

A Autoridade Policial que produziu o relatório “A” informa que “*devido a agressividade de João [Maria] terminou o relacionamento*”, mas “*João não aceitou*” e “*passou a insistir em reatarem o compromisso*”; “*arrombou a porta [da residência de Maria], forçando a entrada, em momento em que ela “encontrava-se sozinha”, “ameaçou [Maria] de morte*”, além de ter tentado “*empurrá-la da ponte pênsil para dentro do rio*”. João ainda teria passado a “*perturbar ao redor da residência*”, o que necessitou da intervenção da Polícia Militar que foi chamada para “*conter o agressor*”.

No relatório “B”, a Autoridade Policial informa que a vítima fora “*ameaçada e lesionada pelo investigado*”, cujas “*marcas de agressão física sofrida*” foram vistas por uma testemunha que também teria presenciado “*Pedro ameaçar de morte a vítima*”. Quanto às declarações de Ana, o Delegado de Polícia relata que ela “*decidiu terminar a relação, porém, o investigado não aceita o fim*” e a teria obrigado “*a subir na moto*” [de Pedro] e levado para a casa dele, onde ela foi “*trancada no quarto e agredida fisicamente com uma cinta e uma cor-*

rente, além de ser ameaçada de morte”. A Autoridade informa, ainda, que, ao ser ouvido, Pedro “*admitiu ter dados duas cintadas em Ana*”, mas negara os outros fatos, além de informar que em um dos dias em que ela esteve na casa dele, Pedro estivera no quartel da Polícia Militar para “*assinar a condicional*”, momento em que o Delegado dá destaque ao texto, colocando a expressão “*assinar a condicional*” entre aspas. Esse destaque possivelmente se deu a fim de que o interlocutor (nesse caso o/a Juiz de Direito que julgará o caso) tome conhecimento de que Pedro já responde a outro processo, em liberdade condicional, o que pode indicar uma sugestão do enunciador para uma atenção especial a esse agressor, visto que ele já tem outros antecedentes criminais, mas é pertinente observar que o termo “condicional” deixa à sombra a reflexão sobre o fato de que se a pessoa recebeu liberdade condicional, é porque se portou de modo a merecê-la.

Em ambos os relatórios, as Autoridades Policiais que os subscreveram são favoráveis à penalização dos ex-namorados, pela “*prática dos delitos*” previstos no Código Penal Brasileiro e ambos os textos são concluídos com a frase: “*É o relatório que se submete à consideração de Vossa Excelência*” (A) e “*É o relatório que encaminho à apreciação de Vossa Excelência*” (B).

A finalização dos textos analisados deixa clara a ideia de que, segundo Pêcheux e Fuchs (1997), os elementos que designam os papéis desempenhados pelo enunciador (Autoridade Policial) e interlocutor (Juiz de Direito) resultam de lugares determinados na estrutura de uma formação social que lhes é comum. Assim, considerando-se o conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (2008), pode-se dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares construídos no interior de uma formação social, que inserem o juiz de direito em instância diversa da do delegado de polícia e que poderá ou não acatar a sugestão do policial, quanto à penalização do indivíduo investigado. Além disso, também a construção linguística dos textos dos relatórios permite-nos identificar os lugares sociais ocupados por vítima e agressor, na concepção do enunciador, reforçados no texto, pela escolha lexical que atribuem a João e Pedro o papel de dominação e a Ana e Maria, o papel de subordinadas nessa relação de poder que se estabelece entre eles.

A literatura específica sobre a violência contra a mulher aponta que essas vítimas possuem baixa autoestima e sentem-se incapazes de reagir (SAFFIOTI, 1997), porém, nos dois textos analisados percebem-se os seguintes enunciados: “*devido a agressividade de João [Maria] terminou o relacionamento*”(A) e “[Ana]*decidiu terminar a relação*”(B). O emprego dos

verbos “terminar” e “decidir” permite a interpretação de que o enunciador atribui às mulheres que foram vítimas, nessas circunstâncias investigadas pela polícia, o papel ativo frente a essa situação (de terminar o relacionamento) que se contrapõe ao papel passivo vivido na situação de violência (vítimas). Essa reflexão revela a ambiguidade do discurso sobre a violência doméstica, posto que, ao denunciarem a violência sofrida, as mulheres demonstram autonomia, o que contraria o cenário social que as vê como submissas. Ao denunciar, a mulher assume posição-sujeito, cujo papel social é ativo, decidindo terminar a relação violenta. Essa posição se contrapõe à posição-objeto, que é ocupada por ela quando está submetida à ação masculina que a agride.

Quando o enunciador faz uso das expressões: “*a agressividade de João*”, “*João não aceitou*”, “*passou a insistir em reatarm o compromisso*”; “*arrombou a porta*”, “*ameaçou de morte*”, “*tentou empurrá-la da ponte pênsil para dentro do rio*”, “*passou a perturbar ao redor da residência*”, bem como o uso do termo “*agressor*”, para referir-se a João e de: “*ameaçou de morte a vítima*”, “*o investigado não aceita o fim*”, “*obrigou [Ana] subir na moto*”, “*admitiu ter dados duas cintadas em Ana*”, para referir-se a Pedro, pode-se dizer que o enunciador ocupa, na enunciação dos relatórios de inquérito policial, um papel assujeitado ao contexto ideológico da violência contra a mulher, posto que, ao apresentar lexicalmente as ações dos agressores, em relação à vítima, mantendo o cenário de superioridade dele sobre ela, em função da violência manifestada, acaba por reforçar as ações deles como necessárias à manutenção dessa condição de superioridade. Esse assujeitamento não se expressa, porém, quando demonstra acreditar na autonomia dessas mulheres pelo emprego dos verbos “terminar” e “decidir”, conforme observado anteriormente. É possível supor, ainda, que os atos das mulheres são atos de fala, enquanto que os atos dos homens são atos físicos. Nos casos analisados, as mulheres mudaram a situação delas no mundo – deixaram de ser casais –; mas os homens, simplesmente empreenderam mudanças físicas temporárias.

Percebe-se, então, que o sujeito, assim como é afetado pela formação discursiva onde se inscreve, também a afeta e determina em seu dizer, possivelmente em função da sua vinculação à formação ideológica. Quando percebemos no discurso policial a reprodução da submissão feminina ao indivíduo masculino, pelo emprego de expressões como: “*ameaçada e lesionada pelo investigado*” e “*trancada no quarto e agredida fisicamente com uma cinta e uma corrente, além de ser ameaçada de morte*”, por exemplo, observa-se que o sujeito enunciador permanece controlado pela ideologia que circula socialmente a respeito das relações sociais de gênero que, historicamente, posicionaram o sujeito do sexo feminino em uma con-

dição social, inferior ao sujeito do sexo masculino. Nesse sentido, parece impossível que as representações da violência praticada contra a mulher, pudessem se estabelecer de outra forma, visto que, nesse cenário, essa é a ordem do discurso. Como pensar no sujeito-delegado referindo-se às ações violentas dos agressores sem posicionar as mulheres vítimas em condição de inferioridade, se foi exatamente essa desigualdade nas relações entre homens e mulheres, que fez surgir, no contexto da violência doméstica, a Lei Maria da Penha?

Desse modo, o sujeito enunciador (aqui representado pelo sujeito-delegado) é entendido como um ser assujeitado, submetido a regras específicas que delimitam o seu discurso, operando como reprodutor dos discursos que o antecederam e os sentidos que veicula são o resultado dos discursos a que pertenceram. Nos relatórios analisados, essa noção de assujeitamento é pertinente para que enunciador e interlocutor se posicionem num mesmo referente, de forma que o enunciado faça uso de signos compartilhados entre os interlocutores. Porém não se pode deixar de observar que, apesar do caráter social preventivo do trabalho policial, de apurar as denúncias de casos de violência, o discurso utilizado é moldado por relações ideológicas e de poder, que, de certa forma, reproduzem os seus efeitos constitutivos sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença das mulheres vítimas de violência doméstica.

Considerações finais

A expectativa com o presente texto era refletir sobre a produção de sentidos a partir de dois relatórios de inquérito policial instaurados pela Polícia Civil para apuração de situações de violência doméstica contra mulheres.

No material analisado, constata-se a predominância da ideologia, enquanto prática discursiva na relação do sujeito com a língua. Nesse contexto, ainda que o propósito inicial (intenção) não seja reproduzir padrões sociais já estabelecidos quanto às relações de gênero, essa reprodução se efetiva, visto que o texto produzido reforça essa realidade, ou seja, da subordinação feminina, promovendo assim, um discurso ambíguo; a mulher tanto é objeto (vítima de crimes praticados por seus ex-namorados), quanto é sujeito da sua própria história (uma vez que denuncia a agressão sofrida à Autoridade Policial). A mulher é sujeito quando o enuncia-

dor a coloca em posição de destaque, ativa, portanto, a quem cabe o papel de “terminar a relação”, optando pelo fim da violência, “decidindo” que não quer mais se submeter às agressões do parceiro; mas é objeto quando é posicionada como submetida à ação masculina que a perturba, a ameaça e a agride. Estaremos sempre em transição?

Referências

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo Penal para concursos públicos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: METODO, 2009.

AZEVEDO, Adélia Maria Evangelista. O jogo de imagem no discurso das instituições financeiras sobre o enfoque: o idoso. (2007). Disponível em: <http://www.linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/04/Arquivos/01%20Evangelista.pdf>. Acesso em 15 de Nov.2011.

BARROS, Francisco Dirceu. Direito Processual Penal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BRITO, Diná Tereza de Brito. O discurso jurídico: uma análise das vozes num processo-crime. 2008. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos/O%20Discurso%20Jur%C3%ADico-%20uma%20an%C3%A1lise%20das%20vozes%20num%20processo-crime%20-%20DIN%C3%81.pdf

CAMERON, Deborah (Org). The feminist critique of language: a reader. 2nd edition. London: Routledge, 2002.

GOMES, Acir de Matos. Discurso jurídico, mulher e ideologia: uma análise da “Lei Maria da Penha. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Franca, 2011. Disponível em: www.mestradoemlinguistica.uni-fran.br/site/.../arquivo.php?codArq...

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras, v. 2, 3^a Ed., São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2.ed.Campinas: Pontes, 1987.

-----. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

-----. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. 9.ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PASINATO, Wania. Lei Maria da Penha: Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, maio/ago. 2010.

PÊCHEUX, M. O Discurso: estrutura ou acontecimento. 5^a. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

-----. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F; HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Jonas de A. Romualdo. Campinas, editora da UNICAMP, p. 311-318, 1997.

-----. A apresentação da ADD. (1983). In: GADET, F; HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Jonas de A. Romualdo. Campinas, editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, editora da UNICAMP, p. 163-252, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

-----, Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org). Violência em debate. São Paulo: Moderna, 1997.

SALLES, Ana Cleide C. A interdiscursividade no discurso jurídico: petições de dissolução de sociedade de fato. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n.11/2, p. 207-221, dez. 2008.

SANTAELLA, Lucia. O que é Comunicação. São Paulo. Brasiliense, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THOMÉ, Ricardo Lemos. Contribuição à prática de polícia judiciária. Florianópolis: Ed. do autor, 1997.

Abstract: The present text lies in contemporary social and historical conditions related to domestic violence, particularly that one practiced against women, and has as its object of study the discussion about the senses occurring in the discourse employed for the police texts. In light of the theoretical assumptions of French Discourse Analysis, two reports of police investigations initiated in 2010 in the women's police station of Araranguá, were analyzed in an ideological perspective, where social and discursive formations were observed. Aspects relating to language, speech and violence are addressed in this work, leading to a reflection on the discourse produced in police texts selected for analysis. The examples selected indicated the presence of ideology on the social roles assigned to men and women in gender relations conferring and ratify the female position of inferiority.

KEYWORDS: police investigation report; production of meanings; French Discourse Analysis.

Corpo em Trânsito: Problematicando as Questões de Gênero em Narrativas Jornalísticas¹

Body in Transition: Questioning Gender Issues in Journalistic Narratives

Maria Carmen Aires Gomes²

Resumo: Neste artigo, será problematizada a forma como são construídos os modos particulares de identificação de atores sociais representados nos textos, assim como os discursos construídos por eles e pelas mídias de notícias. Para tanto, será realizado um estudo analítico de uma reportagem jornalística que problematiza um tipo de corpo que invoca posições identitárias distintas daquela reproduzida pela matriz hegemônica heterossexista. Tomarei como ponto de partida as reflexões não só de Butler (2010) acerca da “característica descritiva da experiência” como ‘formadoras’ das identidades, mas também o debate faircloughiano de que as identidades e relações sociais são construídas reflexivamente por meio de processos de negociação, por meio do diálogo na esfera pública (FAIRCLOUGH, 2001), além das discussões de Le Breton (2010) sobre a corporeidade como fenômeno social, histórico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. ADC. Mídia.

¹Este trabalho foi apresentado no Congresso da Associação Latino-americana dos Estudos Discursivos, realizado em Puebla, México, em 2013, com o apoio da Fapemig.

²Professora Associada I do Programa de Pós-Graduação em Letras, do Departamento de Letras, da Universidade Federal de Viçosa (MG).

1 Considerações Iniciais

Nas sociedades modernas – pelo menos nas sociedades ocidentais, entre elas a brasileira – a sexualidade parece ter uma evidente centralidade. Ao longo da história, principalmente, a religião, a educação e a Justiça colocaram não só em funcionamento os regimes de verdades que reforçavam o binarismo entre o sexo/corpo, normal e o anormal, mas também as outridades como constituições anormais. É claro que tais construções discursivas foram se modificando ao longo da descontinuidade histórica, mas é importante pensar que muitos deles ainda se mantêm. É isso que faz com que pensemos na sexualidade como um objeto extremamente complexo, como bem pontuava Michel Foucault, em *História da Sexualidade*.

O movimento feminista contribuiu com a consciência política sobre o problema do gênero na vida pública ao lançar um olhar mais crítico, complexo e multifacetado sobre as relações binárias, hierárquicas e atributivas entre o “ser homem e o ser mulher” (HEYWOOD, 2010). Fato é que os movimentos, as pesquisas no âmbito acadêmico, as organizações fizeram ecoar (ou mesmo tornar visíveis) outras vozes, outros corpos, outridades.

No campo das sexualidades, por exemplo, já não se ouve apenas as vozes legitimadoras e hegemônicas da Ciência/Biologia e Religião, ou mesmo dos homens brancos fortes e machos da matriz heteronormativa, dizendo como devemos nos comportar, agir e nos relacionar com o outro e com o mundo. Travestis, transexuais, transgêneros, intersexos são algumas das outridades que fogem à matriz heteronormativa, não apenas por uma questão de designação, mas porque são identidades performadas, isto é, atos políticos que buscam desnaturalizar tal matriz binária, hierárquica e atributiva. Os estudos Queer, supõem a não-acomodação e admitem a ambiguidade, o trânsito, o estar-entre. No entanto, como chama atenção Louro (2009, p.34): “Isso não significa que se transite livremente entre esses territórios. As consequências para quem tem a ousadia de fazer tal atravessamento são, em geral, a punição, o isolamento ou, eventualmente, a reeducação com vistas ao retorno ao “bom caminho”.

Analisarei, portanto, neste trabalho³, a forma como são construídos os modos particulares de identificação de atores sociais representados nos textos, assim como os discursos construídos por eles e pelas mídias de notícias. Para tanto, farei um estudo analítico de uma reportagem jornalística sobre o Crossdresser Laerte. Tomarei como ponto de partida as reflexões não só de Butler (2010, p.38) acerca da “característica descritiva da experiência” como ‘formadoras’ das identidades, mas também o debate faircloughiano de que as identidades e relações sociais são construídas reflexivamente por meio de processos de negociação, por meio do diálogo na esfera pública (FAIRCLOUGH, 2001), mas também as discussões de Le Breton (2010) sobre a corporeidade como fenômeno social, histórico e cultural.

³ Este trabalho se inscreve no projeto **Corpo na mídia impressa e televisiva: representações de vulnerabilidade social e diferença na sociedade contemporânea**, CNPq (PQ2). O objetivo desse projeto é refletir acerca das relações entre corpo, mídia e diferença.

O que proponho aqui é a integração dos estudos sobre sujeito/corpo tal como desenvolvido no âmbito da Sociologia do Corpo e dos estudos Queer com os estudos discursivos críticos. Esta investigação apresenta contribuição da análise discursiva textualmente orientada (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) para compreendermos como a mídia problematiza as questões que envolvem o corpo excluído/marginalizado (aquele que não atende aos padrões hegemônicos heteronormativos). O foco aqui é problematizar os discursos formadores, hegemônicos, que constroem (e docilizam) o sujeito corpóreo (FOUCAULT, 1985; BUTLER, 2010). O texto apresenta um tipo de agenda política, pois torna visível um problema sóciodiscursivo da sociedade contemporânea, e, ao fazer isso, reforça e propõe formas alternativas de se compreender as identidades de gênero, ou seja, nos leva a entender a possibilidade do cruzar fronteiras, do estar na fronteira, do ter identidades ambíguas e outridades. Ajuda-nos, enfim, a denunciar uma menos evidencialidade das construções identitárias de gêneros.

2 Análise textualmente orientada para crítica discursiva

Os estudos discursivos críticos, na vertente britânica, tal como desenvolvida por Norman Fairclough, concebem o discurso como uma forma de prática social, ou seja, as pessoas fazem escolhas “sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p.104). Isto porque “As pessoas não são inteiramente livres quando comunicam, elas são constrangidas pelo conjunto e pela estrutura de seus repertórios, e a distribuição de elementos de repertórios é desigual” (BLOMMAERT, 2005, p.15). O discurso, neste sentido, realiza-se em momentos fluidos, que transitam ou se internalizam em outros momentos de forma contínua, sujeito, portanto, a mudanças (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Enquanto o discurso se apresenta como um elemento da vida social que se interconecta a outros elementos, a linguagem é compreendida como um elemento da vida social que define certas possibilidades e exclui outras (FAIRCLOUGH, 2003, p.24).

A análise de discurso textualmente orientada enfoca a semiose como prática social, ou seja, seu interesse não se volta exclusivamente para ações individuais ou para estrutura social, mas, sim, para o fluxo de práticas sociais, que representam o ponto de conexão entre estrutura e agência, implicando interdependência causal entre as duas entidades. Fairclough (2001, p.34) enfatiza que as nossas práticas sociais são resultados de causas e efeitos que podem não ser tão mecânicos, mas opacos, porque são naturalizados.

O estudo se baseia, portanto, na identificação de um problema social parcialmente discursivo que será analisado por meio da análise de textos situados no campo da mídia porque se entende que textos têm efeitos causais, ou seja, acarretam mudanças em nossos conhecimentos, crenças, atitudes e valores, além de reconstituírem identidades e relações sociais. Alguns aspectos discursivos, em práticas sociais contextualizadas, podem implicar a legitimação de ações particulares e determinar modos de conduta e atitudes. Isso ocorre porque textualmente podemos construir/representar/imaginar o mundo social em perspectivas específicas, particulares

(FAIRCLOUGH, 2003, p.8); trata-se, segundo Fairclough, de um processo de “meaning-making” que interferirá nos efeitos sociais dos textos.

Fairclough (2003) propõe que as redes de práticas sociais, no seu aspecto lingüístico, sejam chamadas de ordens do discurso, que se realizam por meio de *discursos, gêneros e estilos*. São estes elementos que selecionam certas possibilidades linguísticas e excluem outras. Neste sentido, o discurso se figura de três maneiras: como formas de agir, de representar e de ser, ou seja, as pessoas fazem coisas em processos de significação nos eventos sociais. Estes aspetos do significado levam as pessoas a agirem e interagirem com os outros (significado acional), representarem, pessoas, eventos coisas (significado representacional) e identificarem, julgarem, apreciarem (significado identificacional). Os significados acional, representacional e identificacional são assim compreendidos como os principais tipos de sentidos dos textos.

3 Procedimentos analíticos

Em termos metodológicos, seguirei, neste trabalho, a proposta para explanação crítica de problemas sociodiscursivos da forma como propuseram Chouliaraki e Fairclough (1999), baseados na investigação crítico-explanatória, que parte da identificação de um problema social com aspectos semióticos, que será analisado a partir de três momentos: (i) análise da conjuntura, (ii) análise da prática particular e (iii) análise do discurso. O objetivo é, segundo os pesquisadores, “mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p.67). Neste sentido, a análise discursiva é textualmente orientada e se situa na interface entre a ação (gênero), representação (discurso) e a identificação (estilo), de forma que possamos investigar textos tendo em vista seus efeitos sociais (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Para tanto, seleciono certas categorias analíticas que estão associadas a maneiras particulares de representar, agir e de identificar questões de gêneros voltadas para o crossdresser, na reportagem da revista impressa escolhida para a discussão. O foco é o significado representacional e acional: o interesse é explorar os modos como a transgeneridade é representada e identificada no texto selecionado. Entendendo que os textos funcionam, muitas vezes, de forma a atender fins estratégicos, gerando diversos efeitos sociais potenciais, as categorias utilizadas, para a análise linguístico-discursiva, são o *Sistema de Transitividade* (como o ator Laerte é representado por meio de participante, processo e circunstância? Como a crossdresser foi representado e avaliado? Se há uma confusão conceitual entre travestilidade, transexualidade e crossdresser), as relações de *intertextualidade* (Quais vozes e textos são incluídos no material de análise? Quais foram significativamente excluídos? Como são atribuídas as vozes e textos? São relatadas diretamente ou indiretamente?) e *interdiscursividade* (Que discursos são articulados nos textos e como são articulados? Quais recursos linguístico-discursivos caracterizam tais articulações?), e a *modalidade* (como os autores se comprometem nos textos em relação ao tema? Quais os níveis de comprometimento?).

4 Material de Análise: o problema sócio-discursivo

O texto foi publicado em abril de 2013, na revista *A Piauí*, que se trata de uma publicação mensal brasileira, lançada em 2006, idealizada pelo documentarista João Moreira Salles e considerada jornalismo literário, pois os textos nela publicados não seguem as normas de produção de gênero reportagem jornalística, conforme apontam as regras dos manuais de redação, pois, ao contarem histórias, informam, sim, os leitores, “porém com ganho em vocabulário, estrutura narrativa e aprofundamento de conteúdo.”⁴ O Jornalismo literário é uma prática jornalística decorrente de contextos específicos, nos quais são utilizados recursos estilísticos da literatura na escrita dos textos, com o intuito de tornar a leitura mais atraente, sem perder o caráter realista e os padrões jornalísticos de apuração da notícia. Neste sentido, segundo site da Abril, a referida publicação é diferente, porque “Nela você encontra grandes reportagens e pequenos artigos singelos, perfis reveladores e humor inteligente, informações relevantes e histórias nem tanto [...] Optamos por um jornalismo com o privilégio do tempo.”

O texto analisado está na seção intitulada *Questões de gênero*, cujo título é “*Laerte em Trânsito – Como vive, o que pensa e com quem anda o cartunista que decidiu ser mulher em caráter experimental*”, produzido pelo jornalista Fernando de Barros e Silva. O texto tem 10 páginas e traz uma foto do Laerte travestido com a seguinte legenda: “*Desde que assumiu a persona feminina, Laerte só politizou sua atitude: o papel de ‘ursinho carinhoso’ o incomoda, mas ele acredita que pode ajudar a condição de travesti com sua projeção*”.

Em termos multimodais, na capa, a imagem desenhada da mulher se coloca ao centro da revista, mediando os títulos das matérias que compõem a referida publicação. Quanto à modalidade, é um desenho que tenta mostrar apenas o essencial do que seria o corpo de uma mulher, com foco na feminilidade: maquiagem e cabelos bem penteados. Não há um contexto como pano de fundo, apenas o uso saturado da cor rosa.



⁴http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed730_para_compreender_o_jornalismo_literario.

O que chama atenção nesta imagem é o olhar vetorial que sai da PR em direção à chamada principal da revista: “No mundo de Laerte – A militância e a rotina do cartunista que se travestiu”. Além disso, a figura de uma mulher com os seios escondidos por máscaras de palhaço, como parte do mistério, talvez, da construção do corpo travestilizado.

5 O texto: Corpos fronteiriços: cruzar fronteiras ou estar na fronteira?

Nesta seção, iniciarei apresentando breves reflexões sobre a conjuntura em que os gêneros jornalísticos foram produzidos, assim como a prática particular da imprensa neste contexto social.

Na atualidade, um cenário de transformações vai se constituindo e nos apresentando novas configurações nas nossas práticas sociais. Um novo ordenamento sexual vai se formando nas sociedades contemporâneas, com novas vozes, estilizações, resistências e emancipações, por meio das múltiplas e diversas relações entre homens e mulheres, das lutas pelo casamento gay, das diversas identidades de gênero, das intervenções de realinhamento de gênero e dos posicionamentos sobre as masculinidades e feminilidades. Neste cenário, as práticas sociais rapidamente produzem lógicas da diversidade, do reconhecimento do outro. Na argentina e no Brasil, a legalização do casamento gay faz parte da agenda política e tem suscitado diversos debates nos mais variados campos sociais, com posicionamentos ideológicos completamente distintos, e, muitas vezes, precários, desinformados. Assim como a luta pelos direitos humanos de os transexuais, por exemplo, terem uma identidade civil compatível com o gênero, ou seja, o direito de serem reconhecidos legitimamente na sociedade civil pela sua identidade genérica. As dimensões políticas destas lutas incluem não só as organizações militantes, mas também pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico. Embora tenhamos um cenário visível de lutas, resistências, ainda vivemos na pretensa ilusão da ordem sexual binária e heterossexual, que fundamenta tal lógica identitária, que é ainda atributiva/avaliativa, pois atribui determinadas características, valores e atributos e não outras aos sujeitos que formam determinadas identidades, marginalizando outras. Esta lógica é binária, essencialista, atributiva e hierárquica, reforçando assim a diferença, as desigualdades e as relações de dominação (FERNANDEZ, 2013).

A relação entre corpo, sexualidade e poder tem suscitado, ao longo dos séculos, várias discussões. O corpo é compreendido como um construto histórico, social e cultural e é por meio dele que a sociedade se expressa, se constitui no mundo (LE BRETON, 2010); neste sentido o corpo pode (e é) muitas vezes domesticado, controlado, disciplinado pelas estruturas e instituições (BUTLER, 2010; FOUCAULT, 1985).

Michel Foucault (1985) lança a temática do corpo para o centro do debate ao discutir sobre o sujeito produzido historicamente por uma exterioridade social, cultural e política. O filósofo já havia localizado, neste contexto, o momento em que o homem perdia sua subjetividade para se objetivar nas engrenagens da produção, da máquina, nos processos por ele denominados biopoder e biopolítica. Dessa forma, Foucault

vincula o sujeito a uma dimensão política ao pensá-lo (ou problematizá-lo) por meio dos dispositivos de poder que os constrói/constitui.

Para Butler, os conceitos de Foucault são necessários para uma discussão problematizadora entre sexo e gênero. Neste sentido, a filósofa busca compreender tal relação a partir da compreensão da identidade de gênero como performance. Ao significarmos o corpo, o fazemos a partir de uma organização social, um tipo de premissa que nos diz como o corpo é, como deve ser e o que ele pode ser, isto é, agimos por meio de regulações socioculturais que “pré-determinam” a construção do corpo. Ou seja, são por meio das repetições, das práticas discursivas que se repetem que nos construímos e construímos os outros, porém tais iterações podem ser interrompidas, contestadas e então novas e renovadas construções identitárias podem surgir. Ou seja, podemos ser afetados por tais regulações, mas podemos também, por meio de nossa agência, contestar as construções identitárias.

As práticas midiáticas têm desempenhado papel importante nesta discussão, por meio dos gêneros discursivos ali produzidos e circulados, pois fazem não só um trabalho de mediação entre a vida social e as ações dos sujeitos, mas também, de maneira dialética, intermedeia a estrutura social e ações sociais colocando, de maneira atravessada, contestada, ou mesmo cristalizada, muitas vezes, as diversas dimensões da vida social e suas contingentes práticas sociais, em xeque. Fairclough (1995, p.60) discute que os “textos da mídia são barômetros sensíveis da mudança cultural que se manifestam em sua heterogeneidade e contradição da natureza, muitas vezes, hesitante, inacabada de mudança.”

Se pensarmos na estrutura genérica do texto analisado, observaremos que se trata de uma reportagem jornalística, porque, podemos dizer, é um texto predominantemente narrativo e informativo, e com uma média de 10 páginas, além de um aprofundamento temático. No entanto, o texto deveria limitar-se a narrar os acontecimentos, sem juízo de valor, mas não é isso que se verifica. Os texto não só tenta representar as realidades ali construídas, mas também, em certos momentos, observa-se a manifestação do produtor do texto, seja por meio de avaliações, seja no próprio uso do discurso relatado e dos comentários.

Nesta esteira, corroborando com as ideias de Fairclough (2003), podemos dizer que as reportagens jornalísticas impressas são exemplares do que o autor denomina de “gêneros de governança”, porque regulam ou controlam outras práticas sociais, mesmo que estejam vinculados a redes de práticas específicas do jornalismo. As reportagens, de alguma forma, controlam e regulam os eventos noticiados e relatados, quando recontextualizam fatos/acontecimentos aos leitores. A maneira como os fatos são relatados (noticiados) podem afetar a maneira como os sujeitos interpretam/reagem aos eventos sóciomidiáticos. Os eventos instanciados pela mídia fazem parte de uma operação complexa de seleção, orientada por interesses econômicos e sociopolíticos, o que aponta para uma construção social da reportagem. Fairclough sugere ainda que “os efeitos sociais do jornalismo, parte aberta e parte encoberta, são complexos e contraditórios - a produção de descrições pode ser vista como imparcial e objetiva, mas também como entretenimento, controle social, e legitimações.” (FAIRCLOUGH, 1995, p.86)

5.1 Laerte em Trânsito

O texto inicia-se com uma sequência de ações descritas pelo jornalista de forma a tentar representar a experiência vivida por Laerte, em um espaço público, gerando tensões e até mesmo contradições. Ao relatar (contar) a experiência de Laerte, o texto deixa escapar alguns efeitos discursivos de realidade ao reconstruir a cena (o evento/ a trama da estória) para o leitor.

“Laerte se levantou da mesa e atravessou o longo salão do restaurante até o banheiro. Entrou no masculino. No caminho de volta, foi abordado por um grupo de homens e mulheres, reunidos num happy hour animado. Haviam reconhecido o cartunista e queriam tirar fotos com ele. Em meio a abraços, poses e cliques dos celulares, um dos rapazes arriscou o elogio: “Genial isso da sua vestimenta”, “Não é só vestimenta, você sabe disso, né”, respondeu Laerte, provocando sorrisos e deixando no ar uma ponta de interrogação. No percurso, o caixa do estabelecimento também o saudou em voz alta: “Te vi na televisão!”. “Eu me transformei nisso”, disse Laerte, de volta à mesa [...].”
“Fazia calor intenso naquela tarde paulistana de dezembro. Laerte vestia uma minissaia jeans (Não muito curta, tenho 61 anos) e uma blusa branca de botões, estampada com flores miudinhas. Usava maquiagem discreta no rosto, um colar de pedras coloridas e cinco ou seis pulseiras. Tinha as unhas pintadas de vinho e as dos pés, de vermelho cintilante. Calçava sandálias marrons de salto baixo.”

O início deste texto se distancia da configuração tradicional de *lead* da forma como se apresenta geralmente no gênero reportagem jornalística e dá lugar à subjetividade, impressões, julgamentos e apreciações do narrador/jornalista; enfim caracteriza-se como um exemplar do jornalismo literário, por isso a reportagem apresenta uma construção textual narrativa bem interessante, pois tenta reconstruir o fato/a cena/o encontro entre Laerte e o jornalista de maneira bastante “realista”, com profusão de detalhes na descrição das ações (como se observa nos excertos 1 e 2), do comportamento, da roupa, por meio de descrições definidas e qualificações metafóricas:

“Seus sorrisos chegam quase sempre sem avisar, como se fossem descargas elétricas súbitas de uma cabeça de alta voltagem, que produz faíscas de humor mais rápido do que é capaz de controlar. Ri menos dos outros que de si. Mas não prepara as piadas – elas simplesmente pipocam, como tiros vindos do nada.”

De alguma forma, ao usar qualificações e descrições pormenorizadas na reconstrução do fato/acometimento e da figura do próprio Laerte, parece-nos que há uma tentativa de humanizá-lo, de torná-lo mais próximo do cidadão, de forma a atenuar ou minimizar reações estigmatizadas, excludentes e preconceituosas.

Com isso, nota-se no texto uma mistura de gêneros⁵ ou técnicas de captação das informações para a produção da reportagem literária, como se observa abaixo:

a. observação participante, o jornalista age como uma testemunha da história contada: *“Foi apenas no nosso terceiro encontro que Laerte revelou o grande desconforto que sente em relação a sua casa: “Estou morando num*

⁵<http://www.slideshare.net/aulasdejornalismo/tecnicas-jornalismo-literario>. Acesso em: 10 de outubro 2013.

lugar que não é agradável. Não estou satisfeito com isso, não estou me sentindo recompensada de nenhum jeito e nem quero que isso se prolongue.”

b. perfil humanizado, pois busca retratar e compreender o comportamento do personagem: *“Laerte é uma figura muito séria, de fisionomia triste, marcada pelos sulcos na face, olhos negros e miúdos ligeiramente espantados.”*

c. entrevista de compreensão, o jornalista aprofunda o tema em tela: *A certa altura da conversa, Márcia fez questão de esclarecer um ponto de maneira didática: não confunda identidade de gênero (masculino e feminino) com orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, assexuado). “São coisas distintas”, ela explicou, citando-se como exemplo. Não há relação necessária entre o corpo biológico de alguém e seu gênero. Não há relação necessária entre o gênero da pessoa e seu desejo sexual. Falava como se estivesse revelando a mim a Primeira Emenda da Constituição dos transgêneros.*

d. entrevista biográfica, resgata a fala do personagem para realçar alguma singularidade: *“Antes eu era conhecida como autora de quadrinhos”, falou, usando a regência feminina.*

Além da narrativa descritiva e literária, o texto apresenta ainda fragmentos de e-mails trocados entre Laerte e Dudda Nandez, especialista em produzir homens com trajes femininos, de quem Laerte se torna amiga e confidente, assinando, a partir daí os e-mails, com o nome feminino: “Sonia”.

*Não preciso repetir como foi positiva a conversa de ontem.
Gostaria de lembrar a expressão que você usou, pra me dizer: “Para de...?” – não lembro se era “pensar”, “encanar”, era um verbo bom, que eu esqueci.
Você lembra?
Saí dali e comprei uma calcinha muito gostosa.
Quero saber se você se incomoda que eu cite você e o seu estúdio no meu blog.
Beijo!
Sônia*

A resposta de Dudda veio no mesmo dia: Oi, meu amor... Fico feliz que tenha gostado... Quanto ao que eu te disse, é para parar de questionar tanto as coisas ao seu redor e ir para a prática... Vá viver, vá curtir, vá namorar, ser feliz... é isso que vale!!! Que bom que comprou a calcinha... logo logo são roupitchas e vestidos... Beijos, flor, e pode citar sim...

Em função da singularidade da reportagem jornalística literária de pormenorizar as informações e relacioná-las a outros fatos de forma abrangente e pertinente, percebe-se que, no decorrer do texto, houve certa recorrência na forma como o jornalista caracteriza ou contextualiza seus leitores acerca do encontro com o Laerte e principalmente a forma como representa as amigas travestis e transex de Laerte. Há uma insistência em representá-las pelas características físicas (cor de cabelo, corpo) e identificação profissional, quase sempre em posição temática. É possível perceber outras características da prática jornalística literária. A angulação mais aprofundada dada à história de Laerte: quem são os amigos, como vive, quem fez a transformação?

Esta angulação pode ser observada por meio do *Sistema de Transitividade* para tentar perceber como Laerte e as fontes são representados no texto.

Isto é importante porque parte do potencial de significados discursivos está na escolha do elemento que funciona como tema. Observe nos excertos 5 e 6 que o jornalista introduz as fontes, que são as amigas travestis de Laerte, por meio de circunstâncias de papel, pois as identifica, as classifica, principalmente, pelas atividades funcionais que exercem:

“Formada em economia e pós-graduada em administração e psicologia social, Leticia é um travesti de 60 anos.

Formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dona de uma rede de estacionamento e de uma incorporadora imobiliária, Márcia também é travesti.

No excerto 7, ao colocar em posição temática o universo das fundadoras da ABRAT, por meio da generalização da informação, para depois especificá-la, por meio da identificação condicional “Ela é a **única** transexual.”, o texto torna o assunto em tela menos preconceituoso e excludente.

De todas as fundadoras da ABRAT, é a única transexual – construiu uma vagina no lugar do pênis, num processo cheio de lances dramáticos, que levou décadas para ser consumado e até hoje lhe causa transtornos.

Vale ressaltar ainda, neste excerto, a forma sintética e breve como é descrito o processo pelo qual Maitê se tornou “transexual”: “construiu uma vagina no lugar do pênis”. Chama-nos atenção a forma superficial e até irônica usada pelo jornalista para descrever a cirurgia de realinhamento de gênero: *processo cheio de lances dramáticos, causa transtornos.*

Os atributos e características físicas também aparecem com recorrência, em posição temática, como circunstância de modo, destacando a beleza, e as identificando fisicamente:

Olhos azuis, cabelos pretos, pele clara, Maite chama a atenção pela beleza.

De vestido longo com alças azul-marinho (“Minha roupa de ir à tevê”) e o leque preto de sempre nas mãos, ele prosseguiu:

Tal realização linguística valoriza os corpos e os colocam no foco da discussão das experiências transex. Observe que o corpo é (re)contado como espaço de criação e, portanto, de sobrevalorização. O jornalista ressalta a aparência feminina do corpo, qualificando e o apreciando de maneira positiva, destacando-o.

Tais realizações linguísticas reforçam a proposta comunicativa do gênero que é contar como vive, o que pensa e com quem anda o cartunista Laerte. Ou seja, busca identificar quem são estas pessoas que convivem com Laerte seja fisicamente,

profissionalmente ou pessoalmente investindo posicionamentos ideológicos em relação ao tema em destaque.

A questão da feminilização é extremamente importante para a identidade das travestis e transex. Ao retratá-las, por suas características funcionais, o jornalista dá status às personagens de sua estória, pois as distanciam do estigma de travesti e transex-pobreza-pornografia. Beleza e feminilização constroem então travestilidades e transexualidades diferentes. Observamos tal reflexão na forma como o texto descreve as amigas travestis e transexuais de Laerte, por meio das orações relacionais com os processos atributivos e possessivos, com marcas avaliativas positivas:

***Tem os cabelos brancos e cacheados**, meio revoltos, o que faz lembrar uma versão feminina de Erasmo Carlos. Usa um piercing entre o queixo e o lábio inferior e ostenta seios discretos”.*

*Marcia **é uma morena de 1,80 metro** de altura, cabelos negros e lisos e compridos, cuja presença não passa despercebida.*

*Aos 48 anos, **é dona de um corpanzil e tem seios bem evidentes**. Com a fala desimpedida, ela contou que, **apesar de sua transformação – e apesar de ser rica** (“Dinheiro, para mim, não é problema”) -, nunca teve intenção de fazer cirurgia para trocar de sexo.*

No excerto 12, vale ressaltar a forma como o jornalista introduz a informação de que a personagem não fez a cirurgia para realinhamento de gênero, tão comum entre os sujeitos que querem se alinhar: o uso repetido do elemento “apesar de” marca com intensidade e realce que a mudança de sexo não é obrigatória para que ela se tenha uma identidade feminina. O fato é que o uso deste recurso coesivo nos aponta para as relações entre a história da personagem, a questão da transexualidade, identidade e mudança de sexo. Somando-se a isso, o uso do discurso direto entre parênteses para reforçar a tese de que nem todo travesti é pobre e feio.

Outro tipo de realização linguística que chama atenção no texto é a forma como Laerte se autodenomina e se auto-representa - o uso da regência feminina:

*“Antes eu era **conhecida como autora** de quadrinhos”, falou, usando a regência feminina.*

*“Eu já não era **religiosa**.”*

*“**Sou uma** mulher em caráter experimental.”*

Ele se refere a si mesmo no feminino, e, ao fazer isso, se constrói como sujeito da experiência da travestilidade, aquele que, de fato, está vivendo o processo. O uso da regência feminina, além de ser a materialização do discurso no corpo, é também uma forma de se lutar politicamente, uma política afirmativa das identidades de gênero: usar a regência feminina não só para se auto-referir, mas também para ter direito ao nome social feminino e construir-se como corpo/sujeito/identidade feminina.

No excerto 16, na oração relacional, Laerte se assume e se identifica assertivamente como “uma mulher”, circunstancialmente de maneira experimental. Trata-se assim de uma nomeação legítima de existência social, de identificação e classificação afirmativa. Ao se assumir assim, Laerte reforça o que Butler diz sobre

discursos habitarem corpos, acomodarem-se em corpos: “se a única forma de acessar o corpo ou o biológico é através da linguagem, então, esse mesmo corpo já é em si linguagem. [...]”. (BUTLER, 2010[1993]). Isso implica dizer que corpos são fenômenos sociais, culturais, históricos e discursivos.

Assim, ao se autodenominar como Sônia, nomear-se como mulher, de forma assertiva, performativa, Laerte se assume e se reconhece legitimamente como sujeito da travestilidade, como se observa no excerto 17.

“O Laerte chegou ao BBC como chega a maioria. Completamente perdido”, lembrou Letícia. E chegou usando a identidade feminina que adotou para si, conforme exigiam as regras do clube: chamava-se Sônia Cateruni.”

Observemos, nos excertos abaixo, como a travestilidade é representada, e como a cartunista-travesti a representa:

*“Mas o que tem sido fácil para mim é difícil para a imensa maioria das travestis. Isso me deixa **com certo desconforto**, me dá a sensação de que estou anodinizando a atitude travesti,” disse, empregando um de seus inúmeros neologismos.”*

*“Não gostaria de **transformar essa atitude** – que é de desafio à regra, de transgressão – em algo palatável. O papel de ursinho carinhoso me incomoda”.*

É interessante notar o uso recorrente de processos relacionais sejam atributivos ou possessivos com marcas de avaliatividade na fala de Laerte. Há uma preocupação clara na construção da opinião, muitas vezes, modalizada: “com certo desconforto; dá a sensação de que; não gostaria de”. Em 19, Laerte denomina a travestilidade de “atitude”, o que sugere algo dinâmico, ativo, e a caracteriza de maneira bastante atitudinal, de maneira ativista, por meio de orações relacionais atributivas: “que é de desafio à regra, de transgressão.” Finaliza, usando uma metáfora atitudinal bastante irônica de que, ao se travestir, não está apenas “brincando, ou passando tempo”, mas sim levando a sociedade a discutir e a refletir acerca das relações de gênero, preconceito e exclusão.

O fato de Laerte ser uma pessoa notadamente conhecida no meio artístico em função de seu trabalho como cartunista, a tornou obviamente uma celebridade sociocultural, levando a sociedade a representá-la e a denominá-la de diversas formas, como a própria cartunista destaca, por meio das orações relacionais, com tom de deboche:

“Agora virei também uma figura dos faits divers. Ah, é o cara que se veste de mulher! É um cartunista. Mas é gay? Não, não é bem assim. Não é? Não sei”, ele imitava vozes e ria do próprio teatro.

O enunciado “agora virei uma figura dos *faits divers*” deixa pressupor um dos muitos discursos e representações feitos por grande parcela da sociedade sobre os travestis: algo inusitado, grotesco e anormal. Há ainda o discurso que a travestilidade se configura apenas com o uso de roupas femininas, relegando toda a postura afirmativa do

gênero. Laerte chama atenção ainda para a confusão entre ser gay e ser travesti ou um crossdresser porque usa roupas femininas e se comporta de maneira feminina.

O corpo é, nessa experiência, desejo e objeto ao mesmo tempo, no qual a história é contada através de sua experiência corporificada; apresenta-se como um espaço de reterritorialização, transformado em outro tempo e espaço. Neste contexto, o desejo entre as travestis se calca na experiência de tornar-se outro:

Ele não cogita se submeter à cirurgia para mudar de sexo. “Não penso, não. Muita mão de obra, muita mexida, me dá medo. Fora que não estou exatamente em conflito com a minha genitália.” Mas Laerte planeja fazer implante de seios. “Eu vou pôr peito. Quero investigar melhor, saber toda a dimensão do que é fazer isso. É uma intervenção cirúrgica. Na minha idade não dá mais para fazer pela via hormonal. É jogar hormônio fora, não funciona.”

As orações mentais (ele não cogita; não penso; me dá medo; saber toda a dimensão) constroem Laerte como experienciador do fenômeno da transformação corpórea, implicado em um processo de consciência, de reflexão interior. Laerte é o participante dotado de consciência ao assumir assertivamente que “não está em conflito com a genitália”, diferentemente de outras travestis que desejam mudar seus corpos para afirmarem-se sejam como corpos femininos, sejam como corpos masculinos. O que diz o seu corpo, diz quem você é, é a máxima, muitas vezes, aceita e concretizada pelos travestis. Embora não queira fazer a cirurgia de mudança de sexo, Laerte torna-se ator do processo material “pôr” da meta “peito”, do processo experimental “tornar-se mulher”.

A intertextualidade, conforme aponta Fairclough, é um tipo de recontextualização que acarreta transformações potenciais nos significados construídos e diz muito acerca do posicionamento político do evento relatado. Segundo o autor, os “relatos são raramente equilibrados com as diversas vozes representadas.” Algumas vozes são colocadas em destaque, enquanto outras, marginalizadas. Algumas são legitimadas por serem retomadas na voz do repórter (FAIRCLOUGH, 1995, p.81).

O que chama atenção, neste texto, é a forma como o jornalista se insere por meio de comentários avaliativos nas falas do Laerte sobre os assuntos em pauta:

*Eu? Sou fina. Sou educada, não faço barraco na rua!”, disse Laerte, **imitando uma personagem de voz afetadinha.***

*“Não é preciso muito tempo de conversa para ver Laerte desempenhar o papel de ‘advogada da diaba’, **expressão dele.**”*

***Se o episódio teve efeito prático sobre a transformação de Laerte, foi no sentido de adiá-la:** “Eu interrompi por um bom tempo o processo de busca do meu feminino e da transgenereidade.”*

***Ao falar do talento de Laerte, Angeli fez elogios superlativos:** “Ele sempre foi o melhor de todos nós”.*

Vale ressaltar que narrativa da vida de Laerte é recorrentemente legitimada e reforçada pelas falas, representadas por discursos diretos, da família (mãe, filhos),

amigos cartunistas e amigas travestis. O que aponta, segundo Fairclough (2003), para a construção de um discurso mais aberto à diferença, ou seja, deixa explícita a forma como os atores sociais se posicionam, e principalmente como o jornalista se coloca no texto e na construção da reportagem.

Embora o jornalista use o discurso direto para representar as vozes dos amigos e parentes para legitimar o modo de viver de Laerte de forma a tornar mais crível e verossímil a estória contada, ainda assim o jornalista, na maioria das vezes, finaliza com um comentário apreciativo ou opinativo:

*“Antes do BBC, travesti e transexual de classe média era como cabeça de bacalhau: todo mundo sabe que existe, mas ninguém nunca viu”, resumiu Leticia Lanz, uma trans de Curitiba **que conheceu Laerte no clube e se tornou uma de suas grandes amigas.**”*

*Com 33 anos, Rafael é cartunista como o pai. **Usa barba e tem o temperamento expansivo – é frequente vê-lo abrir um sorriso largo no rosto enquanto fala.** “Fico feliz, sou grato, porque isso nos deu espaço de manobra”, disse, referindo-se ao desvelamento gradual de Laerte.*

***Falava devagar, cheia de pausas:** “Ele tem objetivos altos. Pensa que as pessoas devem ter direitos iguais. Equitativos. Que todos têm que ter o direito de ser o que quiser.”*

***Reiterou sua preocupação:** “Eu sempre digo a ele: meu pavor é que um homofóbico te pegue. Um desastre de grandes proporções não paga por essa felicidade de se vestir. E se você ficar muito machucado? E se te quebrarem as pernas, te incapacitarem de andar?”*

***No instante seguinte voltou a se resignar:** “Mas quase todo mundo com quem eu converso aprova. Se ele quer, tem que fazer. A posição dele é essa. Respeite-se.”*

O excerto 27, por meio dos comentários circunstancializadores, em posição temática, do jornalista, principalmente quando diz que a mãe de Laerte se resigna, evidencia o discurso do consenso, da aprovação social, do ser que é julgado e aprovado, para ser aceito. Um consenso pautado na resignação: a mãe não aceita ou aprova a travestilidade de Laerte porque concorda com sua atitude afirmativa e transgressiva, mas porque há um consenso que aprova tal atitude.

Interessante observar que, embora o texto apresente vários tipos de vozes, a princípio, demonstrariam discursos diferentes acerca da vida da cartunista-travesti-crossdresser, uma vez que tais vozes representam desde o movimento cross, o movimento artístico do cartum, até as percepções da família, há uma localização do problema sempre no nível do indivíduo, e não uma problematização acerca da transgeneridade e as dificuldades encontradas tanto por Laerte quanto pelas amigas.

“É claro que no início foi chocante, mas ele preparou a gente aos poucos. Tinha peruca em casa, usava brinco, cabelo comprido – isso tudo antes de ficar toda montada”, disse Laila.

Ao falar do talento de Laerte, Angeli fez elogios superlativos: “Ele sempre foi o melhor de todos nós”, “O Glauco dizia que o Laerte era de outro planeta”, “Naquela época ele já era o ídolo da gente.”

Considerando ainda as relações intertextuais, é relevante mostrar que o jornalista, em único momento, utiliza-se de vozes técnicas e especialistas, por discurso

indireto, para informar o leitor de que tal “atitude”, “projeto experimental”, baseia-se em estudos filosóficos legitimados no universo acadêmico:

*Segundo, em termos conceituais, a ideia de um gênero cristalizado, de uma identidade masculina ou feminina definida e definível de uma vez por todas, não passa, **para ele**, de ilusão, contra a qual tem se insurgido. Nesse ponto, **apesar de repetir que sua vida intelectual se baseia em “chutaço” e “achismo”**, o cartunista se aproximou naturalmente das ideias da teórica feminista Judith Butler, autora de livros que norteiam discussões nessa área, como *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (publicado originalmente em 1990) e *Bodies that Matter* (1993).*

No excerto 30, o jornalista se manifesta por discurso indireto, com algumas inserções do Laerte expressos por meio do sinal gráfico das aspas, indicando a voz do outro – ‘chutaço e achismo’. A informação que refuta o caráter cristalizado do gênero e a caracterização disso como ilusão não fica clara se é uma fala do jornalista ou do Laerte, uma vez que embora haja uma circunstância de ângulo (para ele) indicando a voz de Laerte, isso não fica muito claro. Essa impossibilidade de separação nítida entre a voz do jornalista/narrador e Laerte/personagem revela uma aproximação entre as posturas de ambos acerca do problema em tela: como se o jornalista também julgasse tal atitude como uma postura política bastante afirmativa.

No fragmento “*Nesse ponto, **apesar de repetir que sua vida intelectual se baseia em “chutaço” e “achismo”**, o cartunista se aproximou naturalmente das ideias da teórica feminista Judith Butler*”, o jornalista contra-argumenta a possível informação do Laerte de que tal projeto não se vincula a nenhuma abordagem teórica acadêmica, por meio da noção de concessão do item lexical “apesar de”, embora conclua chamando atenção para o fato de que tal “atitude transgressora” endosse as ideias defendidas por Judith Butler.

No excerto 31, embora mostre concordar com as ideias da filósofa, qualifica de forma irônica e depreciativa os ensaios filosóficos da autora, por meio do epíteto “encrespada”, que nos remete a um potencial de significados bem singulares: crespo, enrolado, semantismo negativo e depreciativo, ressaltando uma construção negativa. Além do comentário depreciativo e irônico: “cultiva mesmo gosto pela obscuridade de certa filosofia...”.

*Butler concebe o gênero como algo em permanente movimento, instável, movediço – e no limite indefinível. **A prosa encrespada da autora**, que cultiva o mesmo gosto pela obscuridade de certa filosofia pós-estruturalista francesa e da versão francesa da psicanálise, **fica mais palatável quando Laerte se põe a traduzi-la em insights para o seu idioma**: sou uma mulher em caráter experimental.*

À medida que relata as experiências sejam materiais, sejam internas (perceptivas, desiderativas ou cognitivas) de Laerte, o jornalista, por meio de um texto repleto de vozes consoantes, afetuosas e afirmativas sobre a questão da travestilidade, constrói uma posição identitária do crossdresser como alguém que se posiciona na comunidade da travestilidade e a avalia desse lugar do qual fala.

6 Algumas considerações...

O jornalista aprecia muito mais do que julga a atitude de Laerte. Aprecia e avalia positivamente por meio de atributos físicos e relacionais tanto as amigas de Laerte quanto os amigos e parentes. Dessa forma, no plano do afeto e da apreciação, constrói discursivamente a inserção de Laerte tanto no movimento crossdresser, quanto na sociedade. Ao fazer isso, também humaniza a atitude do cartunista-travesti no contexto social. A recorrência de processos mentais e relacionais apontam para a construção identitária de um sujeito que está experimentando uma nova construção corpórea, dotada de certos atributos e elementos identificacionais, que indicam novas práticas discursivas. Deixa explícito que tal outridade é levada a cabo por um sujeito voluntarista, em domínio pleno de suas capacidades cognitivas e de suas ações concretas. Laerte é, ao mesmo tempo, fenômeno e agente do projeto que desenvolve/executa e reflete.

No entanto, parece-nos que a revista colocou o assunto em pauta, porque está sendo polemizado em todas as mídias e pela sociedade, e não porque é um assunto que precisa ser problematizado de forma ativista ou inclusiva.

O que o texto pode sugerir ao leitor é que os limites do corpo extrapolam a pele e que a gestualidade e a estética fazem apenas parte das construções corpóreas, o que implica dizer que não são condição *sine qua nom* para a constituição de corpos. Outra questão que pode ser levantada é que muitas das situações de exclusão e marginalização pelas quais os transex e travestis vivem devem-se à negação sistemática do estado em reconhecer tal identidade, negando a eles a identidade social, a cirurgia de realinhamento de gênero e o direito à saúde integral – bem estar físico, psicológico e social em conformidade com a identidade e a expressão de gênero assumida, de acordo com o projeto de vida.

7 Referências

- BAUMAN, Z. *Vida em fragmentos*. Sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BLOMMAERT, J. *Discourse. A critical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. London : Edward Arnold, 1995.
- _____. *Discurso e Mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FERNANDEZ, A.M; PERES, W.S. *La diferencia desquiciada*. 1ed. Buenos Aires: Biblos, 2013.

FOUCAULT, M. (1975) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1985.

HEYWOOD, A. Ideologias políticas 2: do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: Ática, 2010.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, G. P. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: Paraná. Secretaria de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. *Sexualidade*. Curitiba, 2009. p. 29-37.

RAMALHO, V; RESENDE, V, M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2011.

SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Abstract: In this article, be problematized how individuals are constructed ways of identifying social actors represented in the texts, as well as speeches and built for them by the news media. To this end, an analytical study of a newspaper article that discusses a type of body that invokes different identity positions that played by hegemonic heterosexist matrix will be performed. I will take as its starting point the reflections not only of Butler (2010) about the "descriptive feature of experience" as ' forming ' identities, but also the faircloughiano debate that identities and social relations are reflexively constructed through processes of negotiation through dialogue in the public sphere (Fairclough, 2001), besides discussing Le Breton (2010) on the corporeality as a social phenomenon, historical and cultural.

KEYWORDS : Body. ADC. Medi.

Ressonância: Para Além Da Sintaxe Dialógica

Resonance: Beyond Dialogic Syntax

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva¹

Resumo: Este texto retoma o estudo do modelo Sintaxe Dialógica (DU BOIS, 2001), cujo principal objeto de investigação são as ressonâncias, caracterizadas como relações de mapeamento léxico-estrutural que se estabelecem entre os enunciados de interlocutores diferentes na conversação espontânea e, iconicamente, segundo minha perspectiva, revelam os momentos de maior envolvimento entre os participantes. Procura responder à indagação sobre o que os falantes estão fazendo quando criam enunciados ressoantes. Desse modo, num primeiro momento, focaliza a manifestação da subjetividade em tais enunciados do português brasileiro. Em seguida, almejando oferecer uma resposta mais satisfatória à questão posta, analisa os diferentes vetores e entidades que, simultaneamente, integram o ato único de se assumir uma “postura” no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: ressonância; intersubjetividade; postura.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Professora Associada da Faculdade de Letras da UFMG. E-mail: bethsaraiva@uol.com.br.

1. Introdução

O título deste texto nos remete, de início, a um modelo de análise da sintaxe que vem sendo desenvolvido por Du Bois (2001, 2010),² denominado Sintaxe Dialógica. Como o próprio autor esclarece, a Sintaxe Dialógica não se propõe como uma alternativa aos diversos modelos de análise intrassentencial já existentes, por ele referidos como Sintaxe Linear, mas almeja ser compreendida como um ramo dessa última, cujo interesse se volta principalmente para os aspectos estruturais não abordados por ela. De um modo específico, a Sintaxe Dialógica focaliza a noção de **ressonância**, ou seja, as relações de mapeamento transsentencial que se estabelecem entre enunciados proferidos por falantes diferentes, como se retomará mais à frente.

Por outro lado, a denominação escolhida para este trabalho abre a expectativa de que a ressonância possa ser analisada também sob outro viés teórico. Na realidade, há múltiplos olhares possíveis na consideração desse fenômeno como objeto de estudo. Neste texto, orientado por princípios de cunho funcionalista, pretende-se focalizar o estudo da ressonância sob a perspectiva da **postura** assumida pelos interlocutores na interação dialógica, com base nas ideias desenvolvidas principalmente em Englebretson (2007) e Du Bois (2007).

O artigo se estrutura da seguinte maneira: primeiramente, retoma-se o conceito de ressonância tal como entendida por Du Bois (2001). Após isso, apresenta-se a questão não formulada pelo autor: o que motiva os falantes a criarem ressonâncias? Essa questão tem como base a assunção, comungada pelas várias vertentes funcionalistas, de que a forma responde em grande medida a funções quer de natureza comunicativa quer cognitiva. A busca de resposta a essa pergunta conduz, num primeiro momento, ao exame da manifestação da subjetividade em enunciados ressoantes. Em seguida, traz à tona uma noção mais abrangente e articulada da **postura** dos participantes nos momentos em que a ressonância se instaura na conversação espontânea.

² O manuscrito Dialogic Syntax, de 2001, apresenta uma nova versão manuscrita de 2010. Como não houve alterações substanciais, as citações deste artigo serão da versão de 2001.

2. Sintaxe Dialógica e a noção de ressonância revisitadas

Conforme já tive oportunidade de comentar anteriormente, a Sintaxe Dialógica, tal como formulada por Du Bois (2001), é um método formal de análise que tem sido aplicado principalmente à interação conversacional espontânea, face a face, em que os diálogos entre os interactantes (dois ou mais) se caracterizam como “uma troca livre de turnos” (CLARK, 1995, p. 4).³

Tem como objetivo explicitar “o que acontece quando os falantes constroem seus enunciados reproduzindo seletivamente elementos do enunciado de um falante anterior.” (DU BOIS, 2007, p. 140). Em outras palavras, na interação dialogal observam-se momentos em que o envolvimento entre os interlocutores se intensifica, revelando-se, iconicamente, a meu ver, através das formas por eles escolhidas. Um locutor reutiliza em seu enunciado, total ou parcialmente, recursos linguísticos (padrões, estruturas, itens léxicos etc.) que foram anteriormente usados por outro falante, estabelecendo-se, assim, paralelismos em várias dimensões da forma e do significado. É a essa retomada de recursos, como os léxico-estruturais, que Du Bois denomina **ressonância**.

Desse modo, cabe à Sintaxe Dialógica explicitar as **relações diatáticas** que se estabelecem entre as estruturas ou parte das estruturas desses enunciados, ou seja, as **relações de mapeamento** transsentencial que neles se instauram. Conforme assevera Matta (2010, p. 192), **mapear**⁴ “significa aplicar uma configuração em outra, em que é possível estabelecer uma correspondência biunívoca entre os elementos das duas.”

Deve-se ressaltar, ainda, que se trata de relações reais entre *tokens* do uso da língua e não de relações potenciais no sistema linguístico. Os falantes exploram as potencialidades do sistema e localmente criam “afinidades” em diversas dimensões linguísticas, muitas vezes ultrapassando as restrições do sistema.

Examine-se o seguinte exemplo fornecido por Du Bois (2007, p. 160):

(1) JOANNE: He’s still healthy.

LENNORE: He’s still walking around.

³ Todas as traduções de citações são de minha responsabilidade.

⁴ Esse artigo de Beatriz da Matta retoma as conclusões do 4º capítulo de sua dissertação de Mestrado intitulada *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional*, defendida na Faculdade de Letras / UFMG em 2005, sob minha orientação.

Neste evento comunicativo, em que duas mulheres avaliam o estado de saúde de um conhecido de ambas, Joanne produz o enunciado matriz (aquele que é explorado para efeitos de ressonância) “he’s still healthy”, no qual se verifica uma estrutura de predicado nominal (segundo a terminologia tradicional) com o adjetivo “healthy”. A esse se contrapõe o enunciado ressoante proferido por Lennore, no qual se mantém a sequência “he’s still...” mas substitui-se a predicação por “walking around”, que neste contexto entra numa relação paradigmática com “healthy”, caracterizando o estado de saúde do referente do sujeito, segundo a avaliação de Lennore.

Assim, com o emparelhamento de um enunciado matriz e outro (ou outros) ressoante(s), observa-se a focalização, a ativação de alguns traços específicos, enquanto outros (que poderiam emergir dado um emparelhamento diferente) ficam obscurecidos, em *background*. Também do ponto de vista da construção de sentido observa-se a dinâmica da bidirecionalidade, pois estabelece-se um “redimensionamento” do significado da matriz tão logo essa entre na relação de mapeamento com o enunciado ressoante. No exemplo em pauta, Lennore retoma “as palavras” de Joanne para expressar uma certa desconfiança de que a pessoa em questão realmente esteja saudável, o que é reforçado no contexto geral da interação. O interessante, assim, é a retomada do enunciado da interlocutora para manifestar um julgamento que, em certo grau, difere do dela.

Uma ferramenta útil para representar as relações de mapeamento léxico-estrutural proposta por Du Bois é o diágrafo, o qual põe em evidência o paralelismo dos elementos, como se vê na seguinte ilustração fornecida pelo autor (DU BOIS, 2007, n. 48, p. 160):

- (2) 1 - Alice: I do n’t know if she ‘d do it.
 2 - Mary: I do n’t know if she would either.

Conforme comenta o linguista, as duas dimensões mais relevantes deste tipo de representação podem ser colocadas, de modo mais simples, assim: as linhas correspondem aos enunciados, enquanto seus elementos ressoantes são alinhados verticalmente em colunas.

Merecem atenção ainda os nomes diante de cada enunciado, os quais identificam os interlocutores engajados no diálogo em que a ressonância se estabelece. Citando novamente Du Bois (2007, p. 160), “o reconhecimento de um papel central para a identidade do participante nas relações de ressonância é parte do que faz que a sintaxe dialógica seja

dialógica”.⁵ Por fim, convém acrescentar que os diágrafos não capturam todos os aspectos dos enunciados representados, mas são apenas uma ferramenta útil para destacar as ressonâncias.

Como ilustração do fenômeno considerado em português, examine-se o exemplo (3) a seguir.⁶

(3) TA - (151-154)

(Bia e sua sogra, Vera, conversam sobre uma feira de exposição de mobiliário ocorrida em Belo Horizonte).

1 - Bia: e paga para entrar?

2 - Vera: cinco reais...

3 - Bia: ué:: **barato**...

4 - Vera: **é baratinho**...

5 - (...)

6 - se ocê botar no estacionamento... o estacionamento também é cinco reais...

Observa-se que, na linha 3, Bia se manifesta sobre o preço do ingresso para visitar a feira referida com o enunciado “ué:: barato...”, caracterizado pelo marcador discursivo “ué::” (que revela sua surpresa com o preço) acompanhado do adjetivo “barato”, que expressa sua avaliação sobre o preço. Vera, então, retoma o adjetivo usado por Bia na construção do predicado nominal “é baratinho” (cf. linha 4), sinalizando com isso sua concordância com o julgamento da interlocutora. Ao mesmo tempo, intensifica a propriedade expressa pelo adjetivo por meio do sufixo “-inho”. Desse modo, esse exemplo ilustra também que a expressão linguística ressoada não precisa ser exatamente igual, podendo ser parcialmente diferente.

Retomados os aspectos da Sintaxe Dialógica que são relevantes para a análise a ser efetuada, nas próximas seções examino ocorrências de ressonância na conversação espontânea do português brasileiro, procurando responder à questão mencionada anteriormente: o que leva os falantes, em alguns momentos da interação dialogal, a usarem o recurso linguístico das ressonâncias léxico-estruturais? Justifica-se essa indagação, dentre outras razões, pelo fato de que as ressonâncias léxico-estruturais não são o mais geral, a “norma”, na interação dialogal

⁵ Deve-se observar que, por razões de sigilo sobre a real identidade dos participantes, esses nomes são criados em substituição aos verdadeiros. O objetivo é deixar claro que se trata de falantes reais, no uso efetivo da língua, mesmo que sua identidade fora do contexto dialógico seja preservada.

⁶ As considerações sobre a fonte dos dados do português, sua transcrição, segmentação etc. seguem mais à frente.

face a face. Ao contrário, como será observado mais adiante, elas ocorrem em 24,5% dos enunciados investigados. Isso significa, portanto, que os enunciados ressoantes apresentam relevância discursiva, destacando-se como **figura** sobre o pano de **fundo** daqueles enunciados mais frequentes, ou seja, não ressoantes, tomando-se por base as considerações de Givón (1995, p. 64) sobre a relação entre menor frequência de uso e maior saliência pragmático-discursiva.

O *corpus* examinado é constituído de gravações de quatro conversações espontâneas do português brasileiro que integram o acervo do GREF,⁷ aqui identificadas como TA a TD. A duração total é de 1h e 50 min. Os informantes são todos falantes do português, nascidos em Minas Gerais e residentes na Grande Belo Horizonte há, no mínimo, 10 anos. Situa-se na faixa etária de 20 a 55 anos. Todos possuem formação universitária concluída ou em andamento. O grau de intimidade dos interlocutores de 3 dessas interações é alto (parentes e amigos íntimos) e de uma, médio (colegas de trabalho). Os documentadores são estudantes do Curso de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Os temas das conversas são variados, não tendo sido colocada nenhuma restrição quanto a esse aspecto ou à duração da gravação. A transcrição dos dados foi feita seguindo os critérios do projeto NURC / SP (CASTILHO; PRETTI (Org.), 1986).

Posteriormente, os textos foram segmentados em unidades semântico-entoacionais (USEs). A noção de USE procura conjugar os conceitos de unidade entoacional, ou seja, um segmento de fala que se realiza em um único e coerente contorno entoacional, e que pode ser identificado por uma série de pistas prosódicas específicas como, por exemplo, a pausa inicial e o alongamento final, e a noção de unidade informacional, proposta por Chafe (1980). Como se sabe, esse último autor entende por unidades informacionais os jatos de fala que manifestam toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único foco de *consciousness*. Logo a quantidade de informação que a atenção do falante pode focalizar de uma única vez apresenta limitações. As USEs, então, se mostram um critério de segmentação textual adequado para as interações dialogais em que se deseja destacar os segmentos ressoantes. Na exemplificação deste texto, antes de cada dado, é apresentada a numeração das USEs tal como consta do acervo citado.⁸

⁷ Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem (CNPq). Estas gravações foram também utilizadas por Beatriz da Matta em sua dissertação de Mestrado, anteriormente mencionada, e estão arroladas no apêndice dessa dissertação.

⁸ Confira-se o apêndice de MATTA, 2005, já mencionado.

3. Postura dos interlocutores no discurso conversacional

3.1. Ressonância e subjetividade

“A linguagem é usada para fazer coisas” é a frase de abertura de Clark (1996, p. 3) em seu livro *Using Language*. Cabe, então, conforme já mencionado, a pergunta anteriormente apresentada: o que motiva os falantes a construírem seus enunciados ressoando os de seus interlocutores?⁹ Uma resposta possível é desenvolvida em Saraiva (2008) com base na assunção de Thompson e Hopper (2001): os falantes estão se posicionando enquanto “sujeitos”, revelando sentimentos e emoções, avaliando pessoas, comportamentos e situações, checando suas perspectivas com as dos parceiros de diálogo, enfim, tais enunciados refletem, de um modo mais denso, a **subjetividade** no uso da língua (SARAIVA, 2008, p. 160-161).

Como se sabe, nas últimas décadas, significados associados à subjetividade vêm merecendo a atenção de estudiosos de diferentes orientações teóricas (Cf. LANGAKER, 1985; TRAUGOTT; DASH, 2000; THOMPSON; HOPPER, 2001; ENGLEBRETSON, 2007; DU BOIS, 2007, dentre inúmeros outros.). Embora já tenham sido mencionados anteriormente por Bréal e Bühler, por exemplo, conforme nos lembram Traugott e Dash, é Benveniste que motiva o subsequente destaque que tal tópico vem recebendo nas pesquisas linguísticas. Em excerto frequentemente citado nos trabalhos que tratam do tema, o autor fornece uma concepção ampla, que considera a subjetividade como uma qualidade essencial da linguagem, ao levantar a questão: “[a linguagem é] tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 287).

Traugott e Dash (2001), ao defenderem a tese da unidirecionalidade das mudanças semânticas, apontam regularidades nas mudanças de um significado linguisticamente codificado para outro que se caracterizam como tendências prováveis, as quais frequentemente se manifestam e podem ser observadas em línguas diversas, não relacionadas. Argumentam que a recorrência dessas regularidades está “intrinsecamente vinculada aos processos comunicativos e cognitivos pelos quais os significados pragmáticos se tornam

⁹ Parte das ideias desenvolvidas nesta seção 3 foi apresentada, sob a forma de comunicação oral, no “VII GSCP International Conference: Speech and Corpora”, realizado na Faculdade de Letras da UFMG, de 29 de fevereiro a 2 de março de 2012.

convencionalizados e reanalisados como polissemias semânticas” (TRAUGOTT; DASH, 2000, p. 10).

De um modo especial, para os autores, tais regularidades estão ligadas ao mecanismo por eles denominado “inferências convidadas” e, principalmente, à “subjeficação”: os significados “passam a expressar explicitamente ancoramento na perspectiva do falante / escritor” (Id., p. 13).

Também Lyons (1994, p. 13) vê a subjetividade como “a expressão de si mesmo no uso da linguagem”.

Outra referência frequentemente encontrada em textos sobre o tema é o seguinte excerto de Stubbs (1986), que destaca a ubiquidade da subjetividade na linguagem:

sempre que falantes (ou escritores) dizem alguma coisa, eles codificam seu ponto-de-vista sobre ela... A expressão de tais atitudes dos falantes está disseminada em todos os usos da língua. Todas as sentenças codificam tal ponto de vista, ... e a descrição das marcas de tais pontos-de-vista e seus significados deveriam portanto ser um tópico central para a linguística (STUBBS, 1986, p. 1 apud ENGLEBRETSON, 2007, p. 17).

Em sintonia com essa perspectiva, no trabalho de Saraiva (2008), anteriormente citado, procurou-se descrever e elencar as marcas linguísticas das atitudes subjetivas dos falantes numa interação dialogal de 626 USEs, das quais 24,5% (159) apresentavam ressonância léxico-estrutural. O foco da análise foram esses enunciados, nos quais foram detectados os seguintes recursos de expressão da subjetividade: ocorrências da 1ª pessoa (do singular ou plural), expressa quer pela flexão verbal quer pelo uso de pronomes (pessoais e possessivos); casos de adjetivos (predicativos e atributivos) de cunho avaliativo / afetivo; uso de verbos que descrevem situações internas (cognitivas, perceptuais, avaliativas etc.) dos participantes da interação; casos de fragmentos epistêmicos / evidenciais / avaliativos (no sentido de THOMPSON, 2002); advérbios que refletem apreciação subjetiva do falante; modais epistêmicos; uso do imperativo expressando convite / sugestão e vocativo de cunho afetivo.¹⁰

A título de ilustração, considerem-se os exemplos (4) e (5), em que ganham destaque, respectivamente, os adjetivos de cunho avaliativo / afetivo e a expressão epistêmica “eu acho que” (além do adjetivo):¹¹

¹⁰ Aqui são apenas mencionadas (e não exploradas) essas marcas de subjetividade por já terem sido bem examinadas no trabalho referido.

¹¹ Nos exemplos, adota-se a convenção de destacar com **negrito** as ressonâncias relevantes.

(4) TC - (413-415)

(Um casal de noivos (Bia e Pedro) está na casa da mãe de Bia (Dalva) vendo fotos de uma viagem e admirando a paisagem, as flores etc.).

1 - Bia: aqui o copo de leite...

2 - Dalva: **é li::ndo...**

[

3 - Bia: **lindo né?**

(5) TD - (62-64)

(Duas amigas conversam sobre mudas de árvores e uma delas (Vivi) oferece uma muda à outra (Zezé)).

1 - Zezé: ah traz sim Vivi...

2 - **é bonita?**

3 - Vivi: **eu acho que vai ficar bonita...**

Um fato relevante observado no trabalho em foco é que, das 159 USEs ressoantes, apenas 42 (26,4%) não apresentaram alguma marca explícita de subjetividade, descrevendo estado-de-coisas ou situação objetiva, como exemplificado abaixo (SARAIVA, 2008, p. 164):

(6) TB - (609-613)

(Paulo, sua namorada Carla e o amigo de ambos, Fred, descontraidamente conversam sobre temas variados. Neste caso, o assunto em pauta é uma aula de inglês).

1 - Paulo: **que horas é a aula?**

2 - Carla: **nove horas...**

3 - Paulo: **nove a meio dia?**

4 - Fred: **aula de inglês?**

5 - Carla: é...

Nas demais 117 USEs ressoantes (73,5%), conforme comenta a autora, “as crenças, julgamentos, apreciações, atitudes e estados subjetivos do falante se materializaram linguisticamente por meio dos vários recursos detectados.” (SARAIVA, 2008, p. 164)

Apresentada uma primeira tentativa de resposta à questão inicialmente colocada, cabe, na próxima seção, buscar, com apoio em Du Bois (2007), uma visão mais abrangente e articulada do que os falantes estão fazendo quando constroem seus enunciados mapeando formas e significados dos enunciados anteriormente proferidos por seus parceiros de diálogo.

3.2. Ressonância e a concepção de postura como um triângulo de relações simultâneas

A expressão do posicionamento subjetivo abordado na seção precedente não explica de um modo cabal o que acontece quando os falantes criam paralelismos léxico-estruturais. Para isso, é necessário que se adote uma concepção dialógica da **postura** assumida pelos interactantes nesses momentos, a qual focaliza também a intersubjetividade. A esse respeito, não se pode deixar de mencionar novamente a posição de Benveniste, que considerou a díade falante / ouvinte como condição para a comunicação linguística, caracterizando essa relação como “condição de intersubjetividade” (BENVENISTE, 1995, p. 293).

No que tange às ressonâncias, pode-se afirmar que representam a materialização dessa condição, a qual caminha lado a lado com a relação de **alinhamento** entre as posições assumidas pelos locutores.

Examine-se mais um diálogo em que a ressonância se faz presente:

(7) TB - (105-108)

(Carla entrega uma xícara de Toddy a Paulo).

1 - Paulo: **nossa ficou super diferente do que normalmente cê faz...**

2 - (...) ((risos))

3 - Carla: não... **eu faço sempre gostoso...**

4 - **é diferente do // do que as pessoas normalmente fazem...**

Em (7), os interactantes são os mesmos do exemplo (6): Paulo e Carla, dois namorados que receberam um amigo (Fred, não mencionado nesse trecho) na residência de Paulo e estão fazendo um lanche enquanto conversam sobre assuntos variados, de modo descontraído e repleto de humor, conforme se verifica em outros momentos dessa interação.¹²

Inicialmente, Paulo (o primeiro locutor) **avalia** o Toddy que Carla lhe oferece (o objeto de sua apreciação) e emite um julgamento sobre ele: “nossa ficou super diferente do que normalmente cê faz...”. Merece destaque aí, além da interjeição, o predicativo intensificado por “super”, marcando explicitamente o **posicionamento** subjetivo do falante. Por sua vez, Carla infere do comentário de Paulo não só um elogio ao Toddy atual como principalmente uma depreciação “do que” ela “normalmente faz”. Logo, imediatamente contrapõe sua posição (marcada pela partícula negativa e também pela oposição do advérbio **sempre** a **normalmente** e do adjetivo **gostoso** a **diferente**, dentre outros recursos), ressoando o enunciado do interlocutor: “não... eu faço sempre gostoso... é diferente do // do que as pessoas normalmente fazem.”

Em suma, nesse exemplo, a posição de Carla, expressa pela retomada das “palavras” do interlocutor, é uma resposta ao posicionamento anterior de Paulo sobre o Toddy por ela preparado. Carla **alinha** sua posição à de Paulo contrariando-a, manifestando sua discordância dela.

A noção de **alinhamento** entre as perspectivas dos interlocutores, acima referida, é assim um dos ingredientes de uma concepção mais abrangente da **postura** por eles assumida, a qual leva em conta todo o contexto dialógico em que está inserida. Além disso, deve-se observar que a análise dos dados do português revelou que o **alinhamento** é uma noção escalar, que comporta diferentes graus de sintonia ou não entre as perspectivas consideradas. Há alinhamento quer os participantes de uma interação concordem em suas apreciações, julgamentos sobre objetos, pessoas, situações etc., quer discordem, ou estejam mesmo

¹² Veja-se o exemplo (10), mais adiante.

realizando outras ações como responder a uma questão posta, criar uma situação de humor e brincadeira, sinalizar que estão acompanhando o raciocínio do interlocutor (função fática) etc.

É possível afirmar que o vetor do **alinhamento**, na realidade, engloba as várias “funções pragmático-discursivas” anteriormente detectadas por Saraiva (2005) e Matta (2010) para os enunciados ressoantes.

Considerem-se, a esse respeito, os seguintes dados:

(8) TB - (59-62)

(Trata-se do mesmo contexto dos exemplos 5 e 6, em que Carla, seu noivo Paulo, e o amigo Fred estão conversando na casa de Paulo).

((música do vizinho ao fundo))

1 - Fred: ((risos)) tá rolando um karaokê

2 - **cê tá sacando?**

3 - Carla: uhn... uhn...

4 - **tô ouvindo...**

O tipo de ressonância exemplificado em (8) foi incluído dentre aquelas com a função de “responsividade” em Matta (2010). Todavia, podemos acrescentar que há mais que um pedido de informação (através de “pergunta sim / não”) que é atendido pela interlocutora. Quando Fred indaga de Carla se está “sacando” o karaokê do vizinho, ao mesmo tempo demonstra que deseja sua atenção. Carla se envolve com tal interesse, respondendo afirmativamente. Observe-se que os marcadores “uhn... uhn” já cumpririam a função de dar uma resposta positiva, mas Carla prefere reforçá-la com o enunciado ressoante “tô ouvindo”, em que se preserva a estrutura do predicado “tá sacando”, proferido por Fred (auxiliar + verbo de percepção no gerúndio). Com esse recurso, ela se **alinha** interacionalmente com o interesse de seu interlocutor.

Um outro exemplo interessante da “calibragem” entre as posições dos participantes, efetuada por meio da ressonância, é fornecido pelo seguinte diálogo:

(9) TA - (554-557)

(Bia conversa com sua sogra, Vera, sobre um encontro que teve com um casal de conhecidos que está desejando ter filho).

1 - Bia: **é... mas eu não pergunto por isso não...**

2 - Vera: **não... ninguém pergunta né?**

3 - Bia: se tivesse ela falava...

4 - deve tá tentando ainda...

Bia, após relatar o encontro acontecido, se posiciona afirmando que não procura saber a respeito da gravidez da mulher, no enunciado anaforicamente referida pelo demonstrativo “isso”. Merecem destaque aí o pronome de 1ª pessoa do singular, o predicado expresso pelo verbo *dicendi* e a dupla negativa, recursos que, inicialmente, sinalizam o posicionamento subjetivo de Bia. Por sua vez, Vera manifesta sua sintonia com a postura da nora, ressoando aspectos léxico-estruturais de seu enunciado: “não... ninguém pergunta né?”

Com essa ressonância, Vera tanto expressa sua concordância com a atitude discreta da nora como também revela que tal discricção é uma postura socialmente esperada em situações como a discutida no diálogo, que dizem respeito à intimidade das pessoas. A inserção do ato individual num quadro mais amplo de expectativas e valores socioculturais compartilhados se manifesta, principalmente, na substituição do sujeito de 1ª pessoa do singular pelo codificado pela “expressão de caráter generalizante” (SCHEIBMAN, 2007) – ninguém, no enunciado retomado, e no emprego do presente com valor habitual, que enfatiza a generalização feita.

O diálogo (9) ilustra assim que, simultaneamente ao alinhamento estabelecido entre as posições dos interlocutores, uma das faces da relação de intersubjetividade, que diz respeito às atividades locais dos participantes de uma interação, pode emergir um outro aspecto das relações intersubjetivas: o sistema de crenças e valores socioculturais compartilhados (Cf. SCHEIBMAN, 2007).

Atente-se, por fim, para o exemplo (9), no qual a “regulagem” entre as atitudes dos diversos participantes se dá através do clima de humor e brincadeira:

(10) TB - (529-533)

(A situação é a mesma relatada nos exemplos 6 e 7, em que Paulo, Carla e Fred fazem uma pequena refeição e conversam descontraidamente).

1 - Fred: sabe / sabe que que cê não pode fazer numa faca?

2 - (...)

3 - **isso aqui... pra saber se ela tá afiada...**

4 - Paulo: por quê?

5 - (...)

6 - Fred: você é... corta... acaba com o corte da faca...

7 - (...)

8 - Paulo: **essa faca tá bem desafiada né?...**

9 - **quer dizer... tá bem não amolada...**

10 - Fred: **desafiada...** ((rindo))

11 - Paulo: **ué mas afiada / qual que é o contrário de afiada?**

12 - Fred: [

é ué desafiada...

((risos))

13 - Carla: **essa faca é muito boa...**

14 - corta uma manteiga como ninguém... ((risos))

15 - ai ai ai ai...

Neste excerto, destaca-se um recurso de natureza metalinguística para a criação e manutenção do clima de humor. Paulo, em seu enunciado que ressoa o de Fred – 8, utiliza-se do neologismo “desafiada” para caracterizar o alvo das avaliações dos interactantes – a faca, apresentando, em seguida, uma “suposta” paráfrase para ele – “quer dizer... tá bem não amolada”. Com isso instala o clima de brincadeira, que é apreciado pelos demais locutores, os quais procuram prolongá-lo por mais tempo, retomando a caracterização apresentada. Observe-se que, em 10, Fred repete o adjetivo “desafiada”, rindo. Em 11, Paulo reafirma sua posição indagando sobre o antônimo de “afiada”, a que Fred, em 12, confirma em superposição à fala de Paulo: “é ué desafiada”. Carla entra no jogo, ironizando: “essa faca é muito boa...”.

Logo, assim como os demais, este exemplo deixa clara a coexistência de pelo menos três processos envolvidos no ato executado pelos falantes quando, conjuntamente, criam ressonâncias que revelam a **postura** assumida na interação dialógica – os processos de avaliação, posicionamento e alinhamento: um locutor avalia um objeto,¹³ se posiciona sobre ele, alinhando sua posição com a dos demais locutores.

No exemplo em pauta, há uma sequência de ressonâncias, mas, para efeitos de comentário, observem-se as USEs 8, matriz proferida por Paulo, e 13, com a qual Carla entra na brincadeira, representadas pelo diágrafo (11):

(11) Paulo: **essa faca tá bem desafiada né?...**

Carla: **essa faca é muito boa...**

Na matriz, Paulo (aquele que inicialmente toma uma posição) avalia o objeto “essa faca” (alvo de avaliação) e emite um julgamento de caráter subjetivo-avaliativo sobre ela (posicionamento): “tá bem desafiada”. Carla, ao entrar no jogo, tanto ressoa o enunciado de Paulo, conforme se vê em (11), como se alinha com sua posição: mantém o clima de humor com a ironia revelada no julgamento sobre a faca – “é muito boa...”.

Os processos e elementos constitutivos da **postura** dos interactantes no discurso, discutidos nesta parte, são graficamente representados pelo seguinte triângulo, na abordagem de Du Bois (2007):

¹³ Aqui entendido como o referente (objeto, pessoa, situação etc.) discursivamente construído.

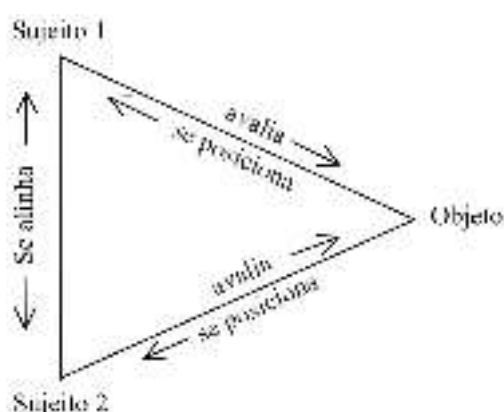


FIGURA 1 – “The stance triangle – postura como um triângulo de relações simultâneas”.¹⁴

Fonte: DU BOIS, 2007, p. 163.

Conforme se vê nessa figura, a **postura** assumida pelos interlocutores de uma interação é considerada como um único ato que engloba conjuntos triplos de elementos e processos. Os ângulos do triângulo representam as três entidades-chave: o sujeito 1, o sujeito 2 e o objeto. Já os três lados representam os três processos de avaliação, posicionamento e alinhamento, ou seja, os três vetores do ato único da manifestação da **postura** (*stance*) na interação dialógica. Observe-se que os três processos não se distribuem uniformemente nos três lados: em dois deles, estão dispostas as avaliações que partem de cada sujeito em direção ao objeto compartilhado delas, segundo as setas indicam. Esses mesmos lados representam também os processos reflexivos de posicionamento de cada um dos locutores, como ainda se vê pela direção das setas. Já o terceiro lado, a linha vertical à esquerda, representa o alinhamento estabelecido entre os sujeitos, o qual pode se originar em qualquer um deles, mais uma vez indicado pelas setas.

Desse modo, deve-se reiterar que tal concepção da **postura** assumida pelos locutores na interação dialógica oferece uma visão abrangente e articulada das entidades e processos que, simultaneamente, integram esse ato. Nisso esse modelo, adotado nesta análise, se mostra superior a outros que procuram apresentar uma lista dos diversos tipos de **postura** detectados na língua em uso. Apenas para citar um caso, Matta (2010) arrola, sob a caracterização de funções pragmático-discursivas encontradas em enunciados ressoantes, **21** diferentes funções distribuídas em **5** macro-funções, como mencionado antes. Todavia, um exame mais

¹⁴ Optei por manter o título em inglês, acrescentando um aposto em português. A tradução dos demais elementos também é de minha responsabilidade.

minucioso revela tanto interseções como sobreposição de muitas dessas “funções” nos dados analisados. A própria autora assume esta situação ao afirmar que, para sua taxonomia, valeu-se da função que parecia sobressair. Esta situação (a proliferação de funções *ad hoc*), longe de ser excepcional, parece ser a mais frequente (Cf. ENGLETON, 2007).

Logo, uma proposta como a apresentada, que assume as várias facetas do ato único da manifestação de uma postura (tomada de posição) no discurso, estabelecendo elos entre elas, dá conta de descrever de maneira mais adequada, articulada e dinâmica o que os falantes estão fazendo na interação dialogal, principalmente nos momentos em que o alto grau de envolvimento intersubjetivo entre eles se materializa iconicamente através do recurso linguístico das ressonâncias léxico-estruturais, conforme demonstrado neste texto.

4. Síntese final

Este texto, assumindo a perspectiva de Clark (1995, p. 3), dentre outros, de que “a linguagem é usada para fazer coisas”, procurou investigar o que motiva os falantes a construírem seus enunciados ressoando os dos interlocutores.

Inicialmente, foi conceituada e exemplificada com dados de conversações orais do português do Brasil a noção de ressonância proposta no modelo *Dialogic Syntax*. Procurou-se destacar que os mapeamentos léxico-estruturais estabelecidos nos enunciados ressoantes revelam, iconicamente, os momentos de maior envolvimento dos participantes do discurso. Em seguida, foi apresentada, como uma primeira tentativa de resposta à questão sobre a motivação para as ressonâncias, a abordagem de Saraiva (2008), que investigou enunciados ressoantes do português brasileiro com foco na manifestação da subjetividade dos falantes, arrolando uma série de marcas explícitas de subjetividade encontradas em tais enunciados.

Por fim, com base no modelo elaborado por Du Bois (2007) – *The Stance Triangle*, foi encontrada uma explicação mais satisfatória à questão posta. De fato, o exame mais acurado das ressonâncias detectadas nos diálogos espontâneos do português brasileiro revelou que, com a utilização desse recurso linguístico, os falantes, ao mesmo tempo que avaliam pessoas, objetos, situações etc., manifestam seu posicionamento subjetivo (quer afetivo quer

epistêmico), alinhando-se com a posição dos demais locutores. Desse modo, estão simultaneamente realizando três atos que integram, de modo estruturado e interrelacionado, o ato global de manifestar sua **postura** na interação face-a-face.

Referências

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Lucia Nere. Campinas: Pontes Editores, 1995.
- CASTILHO, Ataliba T. de; PRETTI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986. v. 1.
- CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, Wallace L. (Ed.). *The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980. p. 9-49.
- CLARK, Herbert H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DU BOIS, John W. Discourse and Grammar. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The New Psychology of Language: Cognitive and Functional Approaches to Language Structure*. Mahwah, New Jersey; London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003. v. 2, p. 47-87.
- _____. The stance triangle. In: ENGLEBRETSON, Robert (Ed.). *Stancetaking in discourse: subjectivity, evaluation, interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.
- _____. *Towards a Dialogic Syntax*. Santa Bárbara, 2001. Manuscrito.
- ENGLEBRETSON, Robert (Ed.). *Stancetaking in discourse: subjectivity, evaluation, interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamin, 1995.
- LANGAKER, Ronald W. Observations and speculations on subjectivity. In: HAIMAN, John (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 109-150.
- LYONS, John. Subjecthood and subjectivity. In: YAGUELLO, Marina (Ed.). *Subjecthood and subjectivity: the status of the subject in linguistic theory*. Paris: Ophrys; London: Institut Français du Royaume-Uni, 1984. p. 9-17.
- MATTA, Beatriz Augusto da. As funções discursivas das ressonâncias. In: SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; MARINHO, Janice Helena C. (Org.). *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 191-230.
- _____. *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional em português*. 2005. 298 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. Estrutura argumental preferida em enunciados ressoantes. In: SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; MARINHO, Janice Helena C. (Org.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: NELU, GREF, FALE/UFGM, 2005. p. 49-70.

_____. Marcas de subjetividade em enunciados ressoantes em português. *Alfa*, v. 52, n. 1, p. 157-166, 2008.

SCHEIBMAN, Joanne. Subjective and intersubjective uses of generalizations in English conversation. In: ENGLEBRETSON, Robert (Ed.). *Stancetaking in discourse: subjectivity, evaluation, interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 111-138.

STUBBS, M. 'A matter of prolonged field work': notes towards a modal grammar of English. *Applied Linguistics*, v. 7, n. 1, p. 1-25, 1986.

THOMPSON, Sandra. 'Object complements' and conversation: towards a realistic account. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 26, n. 1, p. 125-163, 2002.

THOMPSON, Sandra A.; HOPPER, Paul J. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 27-60.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; DASH, Richard B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Abstract: This study addresses questions raised by the model known as Dialogic Syntax (DU BOIS, 2001). In this model, one approaches the study of syntax through the resonant lexical and structural patterns that are created between the utterances of different speakers in ordinary conversation. These resonant patterns, in turn, constitute, in my view, an iconic representation of moments of greater interpersonal involvement between participants. The aim of this study is to answer questions related to what these participants are doing when they create such resonant utterances. In an attempt to answer the question, I first address the marks of subjectivity in the Brazilian Portuguese data examined, and then I analyze the different vectors and participants that simultaneously integrate the act of stancetaking.

KEY-WORDS: ressonance; intersubjectivity; stance.

A Construção da Imagem de Mulher Moderna em Propagandas de Absorventes da Década de 50

The Construction of the Modern Woman Image in Adverrtisements of the Sanitary Napkin From the Fifty Years

Palmira Heine¹

Resumo: O presente artigo visa discutir como ocorre a construção discursiva da imagem da mulher moderna em anúncios publicitários de absorventes femininos da década de 50. Tendo como base teórica a Análise de discurso de Michel Pêcheux, objetiva discutir o modo como as condições de produção e a ideologia constituem inexoravelmente os dois anúncios publicitários selecionados. Como resultado, é possível afirmar que as propagandas funcionam como veículos difusores de ideologias sobre a mulher e que as mesmas contribuem para a normalização de sentidos ideológicos, que colocam sempre os sujeitos em determinados lugares sociais, nesse caso, a mulher é sempre circunscrita à esfera doméstica ou àquelas atividades que sejam consideradas uma extensão do lar. No caso do artigo em questão, é possível observar os sentidos de modernidade, que se ligam ao consumo do absorvente, mas não à inserção da mulher na vida pública de maneira igualitária ao homem.

Palavras-chave: discurso, sentido, mulher moderna, absorvente.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Primeiras palavras

O referido artigo objetiva discutir, com base no aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, mais especificamente, a de vertente pecheutiana, os modos de construção discursiva da ideia de mulher moderna em dois anúncios publicitários de absorventes femininos que circularam na década de 50 em jornais e revistas da época.

A década de 50 do século XX foi um momento em que começaram a se popularizar os absorventes femininos descartáveis que não eram tão utilizados na época, uma vez que se utilizavam paninhos de proteção feminina, os quais eram costurados pelas próprias mulheres e não eram descartáveis. Sem dúvida, a chegada dos absorventes descartáveis representou um maior conforto para as mulheres na época e a novidade foi estampada em várias propagandas que ligavam as mulheres que usavam o absorvente anunciado à ideia de modernidade, construindo determinada imagem feminina.

Apesar da ideia de modernidade estampada nos anúncios, é possível notar nos mesmos a remissão a determinada ideologia que constituía o "ser mulher" na década de 50, sendo a imagem das mulheres relacionada ao ambiente doméstico ou a atividades de trabalho que representavam uma extensão do lar, construindo determinados efeitos de sentido sobre modernidade e feminilidade, que serão analisados neste artigo.

2. Referencial Teórico

Surgida na década de sessenta do século XX, a Análise de Discurso de linha francesa, mais precisamente a vertente pecheutiana, pretendeu colocar para a linguística questões das quais ela tentava se esquivar, dentre elas, a questão do sentido e da historicidade como bases para a compreensão da linguagem, além de trazer à tona noções relativas ao sujeito e à ideologia. Nas palavras de Orlandi (1994), é possível afirmar que a Análise de discurso pecheutiana pretende:

colocar questões para a Lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem, a do sujeito e a do sentido, transparência sobre a qual essas ciências se assentam. (ORLANDI, 1994, p. 54)

Desse modo, é plausível afirmar que para Pêcheux, era necessário construir um dispositivo teórico/analítico que pudesse contribuir para uma "mudança de terreno" que fizesse “intervir conceitos exteriores à região da linguística atual”. (PÊCHEUX, 1997, p. 73). Ao se constituir a partir do final da década de 60, a AD pecheutiana situa-se no pós-estruturalismo, redefinindo noções postuladas por Saussure e pelo materialismo, trazendo à tona a ideia de que o próprio sistema linguístico é constituído pela falha e equívoco, costurando a intrínseca relação entre língua e exterioridade.

A instituição da Análise de Discurso (AD) na França se constitui como um entremeio, envolvendo três diferentes regiões do conhecimento, quais sejam: o materialismo histórico: como a teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a linguística: como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo, e também a teoria do discurso: como teoria da determinação histórica dos processos históricos. Além disso, alia alguns princípios da psicanálise, principalmente a noção de inconsciente, que será uma das bases para a constituição do sujeito.

A noção de entremeio é extremamente importante quando se pensa em Análise de Discurso pecheutian. Longe de ser um acréscimo à teoria linguística como se fosse possível unir língua de um lado e contexto do outro, a AD pecheutiana representa uma mudança de terreno, ou seja, a instauração de um novo espaço teórico que vai fazer convergir língua, história e ideologia. Pêcheux redefine algumas ideias saussurianas, redefine a noção marxista de ideologia e retoma a noção de inconsciente para criar um novo lugar, um lugar de entremeio.

Da linguística, Pecheux (1997) bebe na fonte estruturalista, recortando da mesma a teoria Saussuriana, buscando ampliá-la, a partir do questionamento da ideia de homogeneidade e autonomia completas da língua proposta por Saussure. Pêcheux reconhece que a língua é um sistema, dotado de regras próprias, mas, pautando-se sobretudo na teoria do valor postulada pelo mestre genebriano, afirma que o próprio sistema linguístico não é completamente autônomo, e que a questão do sentido não se resolve levando em conta apenas as regras de combinação e oposição entre os signos

presentes no próprio sistema. Ao contrário: o sistema linguístico é, ele mesmo, sujeito a falhas, uma vez que o sentido das palavras pode sempre ser outro, sempre desliza, sendo sempre marcado pela metáfora. Daí a afirmação pecheutiana de que a língua "constitui o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos" (Pêcheux, Fuchs, 1997, p.172). Os sentidos são gerados a partir do modo como os sujeitos são interpelados pela ideologia, pressupondo, assim, uma relação entre a língua e seu exterior. Assim, a língua é o veículo no qual se materializam os efeitos ideológicos, é a partir dela que os sujeitos se constituem como tais, interpelados pela ideologia.

Da teoria das ideologias, Pêcheux se debruça sobre a obra de Althusser, quando o referido teórico fala dos Aparelhos Ideológicos do Estado, concebendo a ideologia como mola mestra da constituição dos sujeitos e dos sentidos. O autor se debruça sobre o materialismo histórico, retomando a noção de superestrutura ideológica. Ele não concebe a ideologia como simples conjunto de ideias, mas afirma que esta tem uma "materialidade específica". É a ideologia que faz com que o sujeito, sem se dar conta disso, possa ocupar um determinado lugar na esfera dos grupos sociais vigentes.

Da psicanálise, a partir de uma releitura de Lacan, problematiza a noção de sujeito como constituído pelo inconsciente, deslocando a ideia cartesiana que concebia o sujeito como marcado pela consciência total. O inconsciente constitui o sujeito que não pode mais ser visto como sujeito onipotente, do "penso logo existo", mas deve ser visto como marcado por vozes e discursos sociais que estão armazenados no inconsciente. O sujeito não se dá conta de que está sendo marcado pelo inconsciente e acredita que é a origem do dizer. Pêcheux e Fuchs, desse modo, afirmam que:

a interpelação do indivíduo em sujeito se dá de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (PECHEUX e FUCHS, 1997, p. 166).

O funcionamento da ideologia se dá a partir do interpelar do sujeito, ou seja, a partir do assujeitamento desse sujeito a uma determinada ideologia. Não existe discurso sem ideologia, pois não há uma relação direta entre realidade e linguagem, esta última é opaca e marcada por fatores de ordem ideológica. É a ideologia que constitui os elementos do discurso. Não existe sujeito fora da ideologia, pois, para se constituir

como tal, é preciso ser desde sempre interpelado, desde sempre constituído por ela. Segundo Orlandi (1994)

A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. Não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. São ordens diferentes, a do mundo e a da linguagem. Incompatíveis em suas naturezas próprias. A possibilidade mesma dessa relação se faz pela ideologia. (ORLANDI, 1994, p. 56)

Sendo assim, a língua, compreendida à luz da discursividade não é um simples sistema formal, mas é, ao contrário disso, marcada de modo inexorável pela exterioridade que a constitui. Quando o sujeito enuncia, está em jogo uma gama de sentidos que não são originados nele, mas que são construídos historicamente, derivados do já-dito. A atividade discursiva pressupõe uma relação que não tem, de direito, início, uma vez que os enunciados se ligam sempre a enunciados anteriores, eles estão sempre em relação com o "já-la", com o pré-construído.

O discurso sempre se conjuga a partir do já-dito, sendo constituído a partir do interdiscurso, que funciona como a base, o pano de fundo do processo discursivo (intradiscurso): o nível da formulação, o fio do discurso. Por interdiscurso se entende o conjunto do todo complexo com dominante (Pêcheux, 2009) de formações discursivas, ou seja, o conjunto de tudo o que já foi dito e esquecido que constitui a base da atividade discursiva. Assim, é possível afirmar que as formações discursivas derivam do interdiscurso e são dele dependentes, o que permite a compreensão da ideia pechetiana que todo discurso se conjuga a partir de um já-dito.

Nas palavras de Pêcheux:

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as deformações que a situação presente introduz e da qual pode tirar proveito.” (PÊCHEUX, 1997, p.77)

Buscando afirmar o fato de que as estruturas linguísticas não podem ser vistas isoladamente como propunham as teorias formais, Pêcheux mostra a importância de se colocar em relação a língua com o que ele chamou de condições de produção. Assim, o referido autor mostra que um mesmo enunciado, palavra ou frase, pode ter seu sentido

modificado a partir da identificação do sujeito com formações discursivas diferentes, e também a partir de condições de produção diferentes. Ao comentar sobre as condições de produção e o modo como estas interferem na geração de sentidos dos enunciados, Pêcheux, falando sobre o discurso de um deputado, afirma que o mesmo pode ter sentidos diferentes em condições de produção diversas, a depender do lugar que ele ocupa. Para Pêcheux:(...) o que diz, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa. A mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. (PÊCHEUX 1997, p. 78)

Como se pode notar, o sentido não está nas palavras nem nos sujeitos, mas deriva das posições ocupadas por tais sujeitos no discurso. Os sujeitos, apesar de terem ilusão de que são origem do dizer, efetivamente não o são. Ao contrário, os processos discursivos se realizam através sujeitos, mas esses não são responsáveis por criar intencionalmente sentidos, nem têm o poder de controlá-los. Os sentidos se realizam nos sujeitos porque se relacionam com a posição ideológica que os mesmos ocupam. O posicionamento do sujeito remete a uma inscrição ideológica que faz com que se diga de determinada forma ou de outra, que as palavras ditas signifiquem de determinado modo ou de outro. Os sujeitos não são os primeiros a dizerem algo, eles se submetem aos sentidos que já existem, mas também, podem ressignificar esses já-ditos, colocando-se no jogo polissêmico da linguagem.

Partindo-se do princípio de que os sentidos das expressões linguísticas são derivados das formações discursivas nas quais essas expressões se inserem, é possível inferir sobre os deslizamentos de sentidos da ideia de mulher moderna no material analisado, o que revela que o sistema linguístico não é completamente autônomo, e que entender a língua como sistema estritamente formal não é suficiente para explicitar as relações de sentido na língua. Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169) já diziam que "o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe essa sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva". Tal afirmação já revelava ideia pechetiana de que a língua é um sistema que não possui completa autonomia, pois é constitutivamente marcada pela história e pela ideologia. Os sentidos, portanto, não são preexistentes às estruturas linguísticas nem são presos às palavras. Assim, Pêcheux assevera:

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas [...] (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147).

Como já foi dito anteriormente, todo discurso é ideológico, porque não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Então, é possível afirmar que as propagandas, ou melhor, os gêneros publicitários veiculam ideologias diversas, funcionando como grandes instrumentos de difusão ideológica que têm como função "naturalizar" os sentidos e também homogeneizar as diferenças sociais, pretendendo vender, assim, aos seus pretensos consumidores, uma ideia de homogeneidade e associando a identidade do sujeito ao uso do produto vendido, às características e sensações proporcionadas pelo mesmo.

3 O gênero propaganda: difusor de discursos e ideologias

Sabe-se que a propaganda é um dos veículos difusores da ideologia que atuam com grande força na sociedade contemporânea, uma vez que é um instrumento midiático que atinge milhares de consumidores, objetivando a venda e a divulgação de mercadorias diversas. Através das propagandas, se naturalizam comportamentos, tendências de moda, padrões de beleza, e é também através do discurso publicitário que se associam sujeitos ao consumo, identidades a mercadorias, sob o pano de fundo de determinada ideologia ali difundida. Sendo assim, pode-se afirmar que o discurso publicitário que perpassa as propagandas, com o objetivo mercadológico de vender produtos, contribui para a construção dos sujeitos na sociedade da informação, sujeitos estes que passam a ser vistos como consumidores em série, repetidores de padrões estabelecidos nas propagandas etc.

Como membros da sociedade de consumo, os sujeitos estão cada vez mais expostos aos apelos comerciais das mais diferentes formas, e, frequentemente, se identificam com os padrões criados pelo discurso publicitário. Nesse contexto, as propagandas pressupõem uma divinização da mercadoria, de modo que, ao adquiri-la, o sujeito passa a possuir não apenas o produto, mas também as sensações de liberdade, autonomia, aventura, modernidade, bem como os padrões de beleza, dentre outros elementos, trazidos por ela. Dessa forma, o sujeito da sociedade de consumo se

subjetiva e se constitui a partir da apropriação de bens de consumo, o que coaduna com a ideologia capitalista do ter e não do ser.

Em relação ao papel do discurso publicitário na construção das identidades, afirma Rolnik (1997, p. 20): “Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis, que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade.” Dito de outro modo, as propagandas contribuem para a construção de identidades sociais, para a condução dos comportamentos dos sujeitos, os quais terminam aderindo a este ou aquele mundo criado pela propaganda.

Desse modo, apresentando um produto como novidade total ou como a resolução de problemas que incomodam os consumidores, a publicidade constrói argumentos em que o consumo de determinado produto passa, então a ser uma "alternativa" para a resolução de problemas pessoais, uma vez que, ao consumir determinada mercadoria, o sujeito passa a incorporar as características da mesma, a novidade estampada por ela, as tendências de moda e de beleza nela anunciadas.

Segundo Severiano (2007, p. 56):

Aos moldes da ‘magia contagiosa’, empregada no canibalismo na qual se buscava incorporar as qualidades guerreiras possuídas pelo morto, também se buscam atualmente incorporar as qualidades ‘possuídas’ pelo objeto/marca, só que dessa vez em busca de ‘estilo’ ou de ‘personalidade’.

Como se pode ver, as propagandas são veículos em que se reproduz determinada formação ideológica, fazendo o sujeito almejar a incorporação das qualidades ou marcas das mercadorias, sendo o consumo das mesmas, muitas vezes, símbolo de felicidade ou de satisfação pessoal dos consumidores. A ideologia, por sua vez funciona nas propagandas contribuindo para naturalizar sentidos, criando nos sujeitos a necessidade de adquirir o produto apresentado, e assim, fazer parte do mundo vendido no anúncio publicitário.

4. Análise dos dados

As imagens que foram colocadas a seguir, dizem respeito a propagandas de absorventes descartáveis que circularam na década de 50 no Brasil. Nessa época, o surgimento desses absorventes representou uma novidade total para as mulheres que, até

então, utilizavam as famosas toalhinhas de pano para se protegerem do fluxo menstrual. Como as toalhinhas de pano não ofereciam proteção adequada para as mulheres, as mesmas costumavam ficar em casa, sendo privadas de sair no período da menstruação. Sem dúvida, a chegada do absorvente vai, portanto, trazer um maior conforto para o público feminino, mas, apesar de pregarem "liberdade" durante o período menstrual, as propagandas difundem a ideologia de que o lugar legítimo da consumidora do absorvente ainda é a esfera doméstica. É importante ressaltar que as condições de produção do discurso da década de 50, pautavam-se sobre a ideia de mulher como "rainha do lar", sendo inclusive este espaço, o espaço ideal para representar o que se considerava a "mulher moderna".

Naturalizando os sentidos de que a mulher é afeita ao lar, sob o efeito ideológico de que lugar de mulher é na casa, no espaço doméstico, cuidando dos afazeres do lar e dos filhos, as propagandas de absorvente da época apresentam determinadas ideias de liberdade e modernidade que, apesar de se relacionarem com os benefícios trazidos pelos absorventes descartáveis, continuavam a subjugar o papel feminino na sociedade. Vejam-se a seguir as imagens que serão analisadas que circularam em revistas e jornais da época:



FIGURA 01: ABSORVENTE MODESS

Na propaganda da figura 1, há a representação da “mulher moderna” consumidora do absorvente modess. No alto, o enunciado *Ela é moderna. Ela sabe viver*. Há a imagem de uma mulher jovem com avental e mangueira na mão, molhando o jardim de casa, sendo retratada ainda dentro de um ambiente doméstico. Do lado de fora do portão, ou seja, fora do ambiente do lar, está o homem que apenas observa a mulher, mas não a ajuda nos afazeres. Há aí, a partir da análise da materialidade publicitária, o funcionamento da ideologia que normaliza os sentidos: neste caso, o sentido de que a mulher é naturalmente afeita ao lar e aos serviços domésticos, não cabendo ao homem se envolver com eles; o sentido de que o homem está fora de tal ambiente, sendo, portanto uma coisa natural para o sexo masculino apenas ocupar as esferas públicas. É a ideologia, segundo assevera Pêcheux (2009) que apresenta a língua como transparente, dissimulando sua opacidade. Assim, sabe-se, através do efeito ideológico, o que é ser mulher na década de 50, a partir da materialidade ideológica presente na propaganda,

Segundo Pêcheux (2009) a construção do sentido se dá a partir da posição ocupada pelo sujeito que enuncia. O sentido não existe *a priori*, mas se constrói a partir do posicionamento ideológico dos sujeitos. O enunciador produtor do anúncio publicitário se inscreve numa formação ideológica que considera a mulher naturalmente afeita à esfera doméstica. A partir disso, é possível perceber que o sentido de modernidade na propaganda desliza, sendo moderna a mulher que utiliza *modess*, e não aquela que trabalha fora de casa ou que possui uma vida pública à frente de seu tempo.

O deslizamento de sentido da palavra modernidade, ocorrerá a partir do momento em que a propaganda relaciona a modernidade à mulher representada como aquela que usa *modess*. Assim, a ideia de mulher moderna tem seu escopo centrado na aquisição do produto anunciado, fazendo com que, ao adquirir o produto, a mulher também possa adquirir, de quebra, o espírito de modernidade por ele retratado. Comprar o *modess* confere, então às mulheres, segundo a análise da propaganda, um ar de vanguarda que faz com que as mesmas se diferenciam de outras que não consomem tal produto.

Pêcheux (2009) já afirmava que o discurso se constrói a partir do todo complexo com dominante de formações discursivas. Há sempre algo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Os discursos sobre a mulher, os já ditos sobre o papel que desempenhava na sociedade até aquela época vão significar de modo especial para constituir os sentidos de mulher moderna na propaganda da década de 50. Assim, já-ditos são retomado do interdiscurso na constituição discursiva dessa mulher que se circunscreve ainda nas fronteiras das atividades domésticas.

O sujeito discursivo produtor da propaganda se identifica com a formação discursiva de que lugar de mulher é em casa, cuidando dos filhos e marido, organizando as tarefas do lar, cozinhando, costurando, enquanto o homem sai para trabalhar. Assim, o enunciador acaba se inscrevendo numa posição ideológica que concebe a mulher como naturalmente diferente do homem. Tal inscrição ideológica do sujeito produtor da propaganda pautava-se nas condições de produção da época, em que o lugar da mulher na esfera pública ainda era timidamente pleiteado.

A propaganda traz, além das imagens descritas, o seguinte texto que está colocado logo abaixo:

Ela se destaca do comum. É uma líder nas ideias, no vestir, no viver. Em proteção higiênica, por exemplo, ela exige o super absorvente *modess*. Porque ela exige conforto e segurança todos os dias do mês. Sua maciez... Aquela leveza de pluma.. Uma absorvência sem igual. E mais que tudo : a higiene de *modess* (usa-se uma vez e joga-se fora) fazem-no indispensável à mulher moderna. E V. sabia que o suficiente para um mês custa menos que um vidrinho de esmalte?

Assim, mais uma vez, vê-se que a construção da ideia de mulher moderna passa pela aquisição do produto (indispensável à mulher moderna) que, em consequência disso, por desfrutar das sensações de leveza e higiene proporcionadas pelo uso de *modess*. Apesar de no texto haver a afirmação de que uma mulher moderna é aquela que se destaca do comum, que é líder nas ideias, no vestir e no viver, ela ainda continua a ser colocada no ambiente comum a todas as mulheres da época: a esfera doméstica, o lar. Neste caso, a noção de modernidade está essencialmente ligada à aquisição do produto como se vê no seguinte enunciado: *Uma absorvência sem igual, e mais que tudo a higiene de modes fazem-no indispensável à mulher moderna*, mas não se liga à realização de trabalhos femininos fora de casa. Tal sentido de mulher moderna significa

desse modo por fazer parte de uma formação discursiva de que a mulher moderna é aquela que ocupa um passo à frente das outras mulheres de sua época. Tal passo, no entanto, repousa apenas no fato de usar um absorvente descartável, mas não repousa na ideia de fazer a mulher ocupar outros espaços fora do ambiente doméstico.

Os já-ditos sobre a mulher que se manifestam em enunciados já cristalizados socialmente tais como “mulher é rainha do lar”, “lugar de mulher é na cozinha”, ou seja, os gestos do interdiscurso se fazem ecoar na propaganda, construindo dado sentido para a mulher moderna, sentido esse que será bastante diverso do que se concebe como mulher moderna na sociedade atual, por exemplo. Partindo do princípio de que as palavras reclamam sentido por estarem ligadas a formações discursivas dadas e que estas últimas estão ligadas a determinadas formações ideológicas, compreende-se porque a noção de mulher moderna na propaganda difere da noção de mulher moderna dos dias atuais, em que as formações discursivas que concebem a mulher como inserida na esfera pública já são bem mais difundidas.

Os sujeitos que tinham acesso às propagandas da década de 50, frequentemente se identificavam com esse discurso sobre a feminilidade, sendo interpelados pela naturalização de sentidos proposta pela ideologia. Constituíam-se a partir da formação ideológica de que às mulheres cabia a esfera do lar, que para elas seria natural apenas cuidar da casa e dos filhos e não trabalhar fora. Tal discurso não desapareceu nos dias atuais, mas perdeu o status de formação discursiva dominante, sendo questionado por outros discursos provenientes de outras formações ideológicas que inserem a mulher na esfera pública, imputando a elas um lugar de igualdade em relação aos homens.

A seguir, outra propaganda de absorvente, só que dessa vez, a mulher aparece relacionada ao mercado de trabalho.



FIGURA 02: ABSORVENTE MODESS

O cenário mostrado na propaganda da figura anterior, diferentemente daquele exibido na figura 01, é o de um escritório. Numa mesa, aparece a máquina de datilografar, além de canetas e telefone. Secretariado era uma atividade aceitável para uma mulher na década de 50, pois representava uma extensão das atividades domésticas. Então, apesar de colocar a imagem feminina num ambiente de trabalho, instituindo outra formação discursiva em relação ao espaço público e a mulher, há aí a mesma formação ideológica da propaganda anterior: a ideia de que a mulher é naturalmente afeita ao ambiente doméstico, sendo o trabalho, a extensão das atividades do lar, realizando atividades que sejam condizentes com suas propensões. Fala aí também a ideologia de que a mulher não possui as mesmas habilidades do homem, de que homens e mulheres são naturalmente desiguais.

Recuperando-se as condições de produção do discurso, pode-se perceber que a referida propaganda feita na década de 50, representava o discurso de um período em que as mulheres começavam a se inserir muito timidamente no mercado de trabalho, sendo, portanto, esse cenário aí colocado. O fato é que havia determinados trabalhos que eram considerados "adequados" para uma mulher, por não exigirem grandes dificuldades (questionando-se a capacidade intelectual feminina) e por funcionarem

como uma espécie de extensão do trabalho doméstico. Aí, mais uma vez, observa-se o trabalho da ideologia na naturalização dos sentidos sobre a feminilidade: a mulher poderia ocupar a esfera do trabalho, desde que a atividade fosse condizente com sua condição feminina à época. Esse discurso, que visava oferecer atividades de simples realização e adequadas para mulheres, era encontrado, também, em anúncios de empregos da época para o sexo feminino, fazendo com que as mulheres fossem inseridas em atividades que fossem "condizentes com suas habilidades." Assim, em tais anúncios se reforçava a ideia de que as atividades oferecidas ao sexo feminino eram simples e de fácil realização. O jogo discursivo que coloca o dito em relação ao não dito, e que, segundo Pêcheux (1990) residiria na constatação da presença de não ditos no interior do dito, relação esta em que o silêncio significa, deixa clara a noção de que se questionava a capacidade intelectual da mulher, naturalizando os sentidos de que ao sexo feminino só deveriam ser dadas tarefas de pequena complexidade. Assim, as mulheres da época frequentemente realizavam atividades de docência (ensino de crianças, atividade próxima à exercida na maternidade) e secretariado (atividade próxima à exercida na esfera de organização da casa), como uma forma de aumentar suas atividades sociais.

Desse modo, a expressão moderna na figura 2, também continua ligada ao uso de *modess*, mas seu sentido é ampliado por se referir à ocupação de um cargo de trabalho, mas de um trabalho adequado para o sexo feminino, conforme as condições de produção da época. Portanto, há novamente a repetição de sentidos sobre a mulher, mas há também a polissemia, com a criação de sentidos novos que se pautam no fato de que a mulher pode ocupar o mercado de trabalho, mas o trabalho ainda deve ser algo condizente com a natureza feminina.

6. Últimas palavras

Diante dos elementos apontados até aqui, percebe-se que as propagandas são veículos difusores de ideologia. Elas procuram normalizar sentidos, homogeneizar comportamentos, relacionar os sujeitos às mercadorias, de modo tal que ao adquirir os produtos anunciados, os sujeitos adquiram também as sensações despertadas por eles.

Nos exemplos analisados, ficou clara a construção ideológica da noção de modernidade nas propagandas de absorventes, noção que perpassa a ideia do que é ser mulher na década de 50. Tal construção revela que os sentidos não estão no sistema linguístico autônomo, como postulavam as teorias formais, mas são gerados no discurso, no ponto em que a língua, ideologia e história se encontram e que os sentidos e sujeitos se constituem mutuamente. Como afirma Pêcheux, se deve sempre "colocar a frase dentro de um mecanismo discursivo específico que a tornou necessária em um contexto científico dado" (PECHEUX, 1997, p. 73). Assim, dentro do contexto em que a mulher era vista na década de 50, percebe-se como a mesma é retratada nos anúncios publicitários escolhidos.

Retomando o que dizia Pêcheux (2009) sobre a ideologia, e sabendo que a mesma interpela os indivíduos em sujeitos de modo que estes não se dão conta que estão sendo colocados em determinados lugares sociais, é possível notar como as mulheres representadas nas propagandas são subjetivadas, a partir do momento em que são colocadas, mesmo que sem se dar conta disso, em determinado lugar que seria condizente, na época em questão, com suas "habilidades" e com sua feminilidade. Daí a mulher, quando retratada fora do ambiente doméstico (no trabalho), ser colocada num espaço que lhe seja propício, a partir do trabalho da ideologia.

Desse modo, os resultados das análises mostram que uma mesma formação ideológica (mulher é naturalmente afeita ao lar) pode conter formações discursivas diferentes que dialogam entre si, se contradizendo, mas ao mesmo tempo, se complementando, revelando a heterogeneidade do discurso e as paredes porosas que revestem as formações discursivas, que não podem ser consideradas blocos fechados e homogêneos. No caso das propagandas analisadas, a mesma formação ideológica: a mulher é naturalmente afeita à esfera doméstica, se desdobrou em duas formações discursivas diferentes: a primeira coloca a imagem feminina ainda circunscrita exclusivamente ao ambiente do lar, a segunda coloca a mulher circunscrita a uma atividade de trabalho que é a extensão da vida doméstica.

Referências:

GADET, F; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni. *Discurso, imaginário social e conhecimento*. In: Em Aberto, n.61,ano 14. Brasília: INEP, jan./mar. 1994, 53-59.

-----. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas:Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. “*Análise automática do discurso (AAD-69)*”. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 61 - 105.

-----. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

-----. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 1990;

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, C. . “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 163 -252

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. In: LINS, Daniel (org.). *Cultura e subjetividade*: saberes e modos. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. Cap. 2, pp. 19-24.

SEVERIANO, Maria de Fátima. *Narcisismo e publicidade*: uma análise psicossocial das ideias de consumo na contemporaneidade. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.

ABSTRACT:

This paper aims to discuss the discursive construction of the image of the modern woman in advertisements of sanitary napkin from the 50's. Based on the theoretical Pêcheux's discursive analysis, it talks about how the ideology and the conditions of production occurs in the advertisements selected. As a result, we can say that the selected commercials act as ideological diffusers and that they contribute to the normalization of ideological meanings. Furthermore, it can be notice that the notion of modernity is related to the purchase of the product, instead of the inclusion of women in public life.

Key-words: discourse, advertisements, sanitary napkin

Destextualização: Processo de Construção de Aforizações¹

Detextualization: Processes of Aphorisation Construction

Raquel Tiemi Masuda Mareco²
Maria Célia Cortez Passetti³

Resumo: Tendo como ponto de partida os debates políticos do segundo turno das eleições presenciais 2010 e suas respectivas aforizações veiculadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, objetivamos, neste artigo, descrever e ampliar a categorização de processos utilizados na destextualização que resulta em aforizações. Em outros termos, nosso foco não é apenas ressaltar as diferenças e/ou semelhanças entre os enunciados que circularam nos dois jornais, mas demonstrar alguns processos que ocorrem na destextualização. Portanto, este trabalho não traz a análise de um *corpus*, mas uma proposta teórico-metodológica das formas de construção de aforizações que exemplificaremos por meio de recortes do *corpus* mencionado. Entendemos que após a compreensão do funcionamento desses processos, as classificações e categorizações propostas podem auxiliar análises futuras, no que se refere à construção de aforizações, podendo ser utilizadas como ponto de partida para análises discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: aforizações; destextualização; discurso político-midiático.

¹ Este artigo representa um recorte de uma dissertação de mestrado que visou observar como as falas de sujeitos políticos proferidas durante o debate foram veiculadas nas páginas dos jornais impressos.

² Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Letras pela mesma instituição. Integrante do Gepomi – Grupo de Estudos políticos e midiáticos do CNPq.

³ Doutora em Letras, professora associada da Universidade Estadual de Maringá, pesquisadora da Fundação Araucária (PR), líder do Gepomi – Grupo de Estudos políticos e midiáticos do CNPq.

Considerações iniciais

O segundo turno de eleições presidenciais caracteriza uma disputa mais acirrada entre adversários políticos (em comparação ao primeiro turno, no qual há vários candidatos). Em 2010, os candidatos Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) disputaram a presidência num segundo turno marcado por acusações de corrupção, ataques pessoais e rivalidades partidárias. Nesse contexto político-eleitoral, as falas dos os sujeitos em disputa propiciam que diferentes veículos midiáticos façam circular enunciados destacados de diferentes maneiras. A retirada de uma fala de seu contexto de origem e sua circulação em outros lugares enunciativos caracteriza um processo que Maingueneau (2012) denomina *destextualização*; processo esse que resulta em um enunciado que o autor chama de *aforização* (2008; 2010; 2011; 2012).

Tendo as falas de José Serra e Dilma Rousseff proferidas durante os debates televisivos como texto-fonte, observamos como elas foram veiculadas em dois jornais impressos: *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (ESP). A partir dessa observação, propomos, como objetivo desse trabalho, descrever e ampliar⁴ a classificação de processos utilizados na destextualização que resulta em aforizações. Em outros termos, nosso foco não é apenas ressaltar as diferenças e/ou semelhanças entre os enunciados que circularam nos dois jornais, mas demonstrar alguns processos que ocorrem na destextualização. Portanto, este trabalho não traz a análise de um *corpus*, mas uma proposta teórico-metodológica das formas de construção de aforizações que exemplificaremos por meio de recortes do *corpus* mencionado.

Primeiramente, apresentamos um percurso teórico, considerando o contexto político-midiático, que se inicia com o conceito de destacabilidade, perpassando os conceitos de enunciado destacado e destacável e sobreasseveração, até chegar ao processo de destextualização, que mencionamos brevemente. Em seguida, continuamos o percurso teórico detalhando a noção de destextualização caminhando em direção à aforização. Após essas teorizações, apresentamos nossa proposta de ampliação das classificações de processos utilizadas na construção de aforizações, ou seja, os processos que se encontram entre a destextualização e aforização.

⁴ Maingueneau (2010) iniciou um processo de classificação das formas de aforização, que pretendemos ampliar neste trabalho, devido à necessidade de adaptação dessas formas para aplicação em nosso *corpus*. Também há classificações de aforizações propostas pelo mesmo autor em “Texto ou discurso?” (BRAIT; SOUZA-E-SILVA, 2012) e em “Enunciação e discurso” (DI FANTI; BARBISAN, 2012).

1 Da destacabilidade à destextualização

Segundo Rubim (2000, p. 96), durante o período de campanha eleitoral, ocorre um intenso investimento em comunicação com o uso das mídias, já que os sujeitos políticos precisam “comunicar ideias e propostas, convencer, argumentar, emocionar; enfim, mobilizar mentes e corações em uma disputa, normatizada em ambiente público do poder político na sociedade”. Entretanto, Charaudeau (2006, p. 29) adverte que não podemos olhar para a mídia de maneira ingênua, acreditando que haja imparcialidade, pois, “nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade”. Portanto, o simples fato de agendar ou não uma notícia, os recortes, as imagens, a posição na diagramação⁵ do jornal podem, propositalmente ou não, direcionar os sentidos. Como afirma Mariani (1998, p. 60),

a produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política.

Possenti e Baronas (2009) explicam que “o enunciador jornalista ao recortar um fragmento da fala do outro está interpretando a fala desse outro e no mesmo processo direcionando o público a aderir a essa interpretação”. Esses enunciados, conforme afirma Maingueneau (2008), são destacados pelos jornalistas enunciadore, geralmente a pretexto de contextualização, e aparecem, geralmente, nos títulos, nos intertítulos, nos resumos, nas legendas de fotos, olhos ou no final dos textos com a presença de um conector reformulativo (“enfim”, “finalmente”).

Um enunciado circula ou não na mídia segundo critérios como o da destacabilidade, que abarca desde características formais até a própria gênese do discurso que impõe restrições à seleção, de acordo com o posicionamento discursivo desses veículos. Em relação a isso, Maingueneau (2012, p. 13, tradução nossa) afirma que a “destacabilidade, que abre a possibilidade de uma destextualização, uma saída de texto, entra em tensão com textualização dinâmica que cresce, em vez de integrar os componentes do texto em uma unidade orgânica⁶”.

⁵ A diagramação/paginação de um jornal diz respeito à distribuição/organização dos elementos gráficos no espaço delimitado da página.

⁶ Cette détachabilité, qui ouvre la possibilité d’une dé-textualisation, d’une sortie du texte, entre en

Embasada nos estudos de Maingueneau (2008; 2010) sobre destacabilidade, Motta (2011, p. 165) explica que

A destacabilidade é um conceito capaz de abarcar tanto fenômenos típicos da heterogeneidade enunciativa, como a citação, quanto a enunciação proverbial (em sua forma cristalizada ou em suas paródias). E também põe em relevo um funcionamento enunciativo: as diversas formas com que um texto destaca alguns enunciados, o que possibilita uma análise não restrita ao que já é historicamente destacado.

Quanto a esses fenômenos de destaque utilizados pela mídia, Maingueneau (2008) opõe os enunciados destacados aos enunciados destacáveis. Os enunciados destacados são trechos curtos que funcionam de maneira autônoma, veiculando posicionamentos de grupos sociais específicos. Geralmente, são falas de pessoas com certo prestígio na sociedade, que circulam em diversos contextos ou enunciados conhecidos por pequenos grupos e que acabam sendo massificados. Entretanto, segundo Possenti (2011, p. 38), essas formas “não são destacadas por mero gosto, mas por serem destacáveis, isto é, por apresentarem determinadas propriedades, das quais resulta quase uma injunção a ser destacada”.

O fragmento destacável “é o tipo de enunciado que imaginamos poder facilmente ser repetido como manchete ou como intertítulo” (MAINGUENEAU, 2010, p. 11). Nesse ponto, podemos mencionar a sobreasseveração, que Maingueneau (2010, p. 11) define brevemente como “uma modulação da enunciação que formata um fragmento como candidato à destextualização [...]”.

2 Da destextualização à aforização

No contexto midiático, o enunciador jornalista destaca, com ou sem alterações, a fala de outros, buscando veicular um discurso que produza um efeito de legitimidade e imparcialidade. Esse processo que faz com um trecho de uma fala saia de seu contexto original e passe a circular em outros lugares enunciativos caracteriza a “destextualização” (MAINGUENEAU 2012), conceito central que norteou a proposta deste trabalho.

A diferença entre a sobreasseveração e a destextualização é que a sobreasseveração é um fragmento destacável presente em um dado texto. O fato de um fragmento ser destacável, não garante seu destacamento. A destextualização caracteriza o processo de destacamento.

tension avec la dynamique de textualisation, qui pousse au contraire à intégrer les constituants du texte dans une unité organique.

Esse processo pode colocar em destaque enunciados que são ou não destacáveis, fazendo deles aforizações.

Segundo Maingueneau (2010), ao compararmos os enunciados destacados e o texto de que eles são extraídos podemos observar que, na maior parte das vezes, o enunciado sofre uma alteração quando é destacado. Maingueneau (2010, p. 11) destaca, ainda, que

[...] essas alterações nos parecem reveladoras de que a sobreasseveração e os enunciados destacados têm um *status* pragmático distinto. Os enunciados destacados decorrem de um regime de enunciação específico, que propusemos chamar de "enunciação aforizante": entre uma "aforização" e um texto não há uma diferença de dimensão, mas de ordem.

Maingueneau (2008, p. 159) utiliza o termo aforização para designar “o regime enunciativo específico dos ‘enunciados destacados’”, focalizando suas propriedades enunciativas, pragmáticas e antropolinguísticas, que implicam descontextualização. Conforme o autor, existe uma “tensão entre a aforização e o texto que a acolhe”, uma vez que, ao contrário da enunciação textual, que inscreve cada enunciado no horizonte global de um gênero de discurso, a enunciação aforizante não se deixa enquadrar em um gênero. Isso não significa que ela seja proferida fora de qualquer gênero, sendo absoluta em si, mas, simplesmente, que ela tem a pretensão ilocucionária de ser uma palavra absoluta (BENITES, 2009).

Maingueneau (2008) identifica dois tipos de aforização: sentenciosa e pessoal. A primeira diz respeito aos enunciados já destacados, facilmente memorizáveis e sem identificação do texto de origem, o que dificulta uma discussão sobre a destextualização. “Referem-se a provérbios, ditados, adágios e *slogans*, enunciações generalizantes, naturalmente autônomas e basicamente polifônicas, cujo responsável, um ‘hiperenunciador’, encontra-se em uma instância anônima” (BENITES, 2009, p.4).

Já a aforização pessoal evoca um autor particular; não é, portanto, generalizante, e tem um funcionamento semelhante ao da citação de fidelidade. Os recortes que trazemos para a discussão neste trabalho pertencem a esse segundo tipo de aforização (pessoal), que evoca um autor particular, no caso, Dilma Rousseff ou José Serra. Observemos que esse tipo de aforização propicia mais claramente nossa discussão em torno da destextualização.

3 Destextualização: processos de construção de aforizações

Observando como o fragmento citado se insere no fio do texto, Maingueneau (2010) destaca estratégias⁷ de integração⁸, tais como: frases isoladas⁹; frases parcialmente separadas; justaposição de frases e os verbos *dicendi*¹⁰. Com base na caracterização dessas estratégias propostas por Maingueneau (2010) e na observação dos modos de construção das aforizações em nosso *corpus*, propomos uma ampliação da classificação dessas modalidades propostas pelo autor. Essa ampliação se justifica e se faz necessária por nossa decisão em incorporar essas modalidades e tipos a uma detalhada análise do funcionamento das aforizações. Utilizamos exemplos que demonstram o funcionamento das classificações que propomos, extraídos de nosso *corpus* de análise, tendo como critério para seleção desses recortes a presença da modalidade ou tipo e subtipo em questão. A mobilização de exemplos nessa seção se faz necessária por estarmos propondo classificações que ainda não foram observadas em seu funcionamento. Ressaltamos que, neste momento, trata-se apenas de exemplificação e não de análise.

Nossos estudos nos levaram a classificar as aforizações em três modalidades: I) supressões; II) substituições e III) inserções.

3.1 Supressão

Maingueneau (2010) chamou de justaposição a união de aforizações, separadas por ponto, vírgula ou ponto e vírgula, sem a presença de incisas entre elas. Embasadas nessa classificação, propomos a modalidade de supressão na construção das aforizações.

Segundo o dicionário Houaiss (2010), *supressão* significa eliminação, retirada (de uma parte de um todo), corte, ocultamento. Com base nos significados da palavra, elegemo-la

⁷ Para evitar que o leitor associe o termo “estratégia”, conforme proposto por Maingueneau (2010), com cognição, intencionalidade, optamos por utilizar, em nossas classificações, o termo “processo”.

⁸ Apresentaremos mais detalhadamente as frases parcialmente separadas e a justaposição de frases no decorrer desta seção.

⁹ A respeito das frases isoladas, Maingueneau (2010, p. 19) explica que uma aforização é reconhecida facilmente quando uma frase “se encontra entre travessões que isolam o enunciado”, e/ou contem um verbo que signifique ênfase e repetição.

¹⁰ Maingueneau (2010, p. 21) explica que os verbos *dicendi* “favorecem o diagnóstico da aforização”, que para ser identificada como tal esses verbos devem remeter ao significado de ênfase ou repetição, como os próprios verbos enfatizar e repetir ou como outros verbos como martelar, destacar, realçar, etc. O autor afirma, também, que há certos verbos que se opõem à aforização, como os verbos relatar, explicar, descrever, demonstrar, afirmar, que implicam uma série de frases ligadas, com valor factual. (MAINGUENEAU, 2010).

como nome de uma das modalidades que propomos. A supressão se diferencia da justaposição de aforizações por ela pressupor, necessariamente, uma exclusão, enquanto na justaposição não há exclusão de trechos. Em nosso *corpus*, houve maior recorrência de supressões do que de justaposições, o que nos fez propor essa modalidade. Além disso, entendemos que a modalidade proposta nos proporciona um maior detalhamento na descrição dos trechos analisados.

De acordo com essa nossa proposição, ao excluir um trecho da fala do enunciador, o jornalista realiza uma supressão que, segundo nossas observações, pode ser dividida em dois tipos: a) marcada; b) não marcada.

- a) *Supressão marcada* – quando a exclusão de um trecho é sinalizada por reticências ou por outras formas, mostrando que havia um trecho no local e que este foi retirado.

Tabela 1 - Exemplo de supressão marcada¹¹.

Debate televisivo – 29 de outubro de 2010	Folha de S. Paulo 30 de outubro de 2010
Dilma: Foi uma campanha dura. Nessa campanha eu, em alguns momentos, fiquei muito triste devido a um conjunto de calúnias veiculadas contra mim <i>na internet, através de panfletos e mesmo através de telefonemas</i> . Não guardo mágoas, acredito que quem guarda mágoas não tem aquela leveza de alma, que eu quero ter ao longo da minha vida.	Posição de destaque: “Foi uma campanha dura. Em alguns momentos, fiquei muito triste devido a um conjunto de calúnias veiculadas contra mim [...] Mas não guardo mágoas, acredito que quem guarda mágoas não tem aquela leveza de alma”.

Legenda: (//) = supressão; (*italico*) = trechos (do debate – coluna esquerda da tabela) que foram suprimidos no processo de aforização¹².

Os colchetes com reticências [...] sinalizam que houve um recorte, uma exclusão. No caso desse trecho, houve a exclusão de “na internet, através de panfletos e mesmo através de telefonemas”, que marcamos em *italico* na coluna esquerda da tabela. Ao se deparar com o texto, o leitor consegue perceber, por meio da sinalização, que houve um recorte. Portanto, nesse caso, trata-se de uma supressão marcada¹³.

- b) *Supressão não marcada* – quando a exclusão não é sinalizada e pode ser feita no meio, no início ou no final do trecho.

¹¹ Exemplo retirado de nosso *corpus*. Debate veiculado pela Globo em 29 de outubro de 2010.

¹² Mais detalhes no tópico seguinte (2.1.3)

¹³ No trecho utilizado como exemplo houve, também, inserção e supressão não marcada. Mas trataremos de exemplificar cada modalidade e tipo no decorrer deste tópico.

Tabela 2 - Exemplo de supressão não marcada ¹⁴.

Debate televisivo 17 de outubro de 2012	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 18/10/2010
Serra: Dilma Rousseff, eu não vou acabar com o Enem. <i>Que história é essa? Imagina. Vocês que desmoralizaram o Enem.</i> O Enem morreu nas mãos do governo <i>do PT, morreu. Porque teve problemas com as provas, teve problema de vazamento de provas, de atraso [...]</i> Em São Paulo, nós criamos nossos exames, <i>também</i>, para provar a melhora na qualidade.	Posição de destaque: “Eu não vou acabar com o Enem //. O Enem morreu nas mãos no seu governo //. Em São Paulo, nós criamos nossos exames para provar a melhora na qualidade”.

Legenda: (//) = supressão; (*itálico*) = trechos (do debate – coluna esquerda da tabela) que foram suprimidos no processo de aforização.

As duas barras (//) foram inseridas por nós para mostrar onde ocorreram supressões não marcadas e os trechos em *itálico* na fala do debate (coluna esquerda da Tabela) marcam as partes que foram suprimidas pelo jornal. Vale ressaltar que, para o leitor, o trecho funciona de modo a produzir um efeito de completude, pois não há marcas de que houve um recorte.

3.2 Substituição

A substituição implica a troca de uma palavra ou enunciado por outro. Observamos em nosso *corpus* que a troca pode ocorrer de duas formas: a) de palavras e b) por paráfrase.

- a) Substituição de palavras – quando há substituição de uma palavra por outra, alteração de tempos verbais, emprego de sinônimos, dêiticos, entre outros. Geralmente, a substituição ocorre por palavras da mesma classe gramatical, por exemplo, troca-se um adjetivo por outro; um verbo por outro; um substantivo por outro, podendo essa troca produzir ou não diferentes efeitos de sentido.

Tabela 3 - Exemplo de substituição de palavras¹⁵

Debate televisivo 17 de outubro de 2012	<i>O Estado de S. Paulo</i> 18 de outubro de 2010
Serra: A campanha da <u>candidata</u> na televisão mente o tempo <u>inteiro</u> a respeito de minhas posições sobre a Petrobrás.	Corpo do texto: “A campanha da <u>Dilma</u> // mente o tempo <u>todo</u> sobre minha posição em relação à Petrobrás”.
Legenda: (//) = supressão; (____) = substituição; (~~~~~) = inserções; (<i>itálico</i>) = trechos (do debate – coluna esquerda da tabela) que foram suprimidos no processo de aforização.	

Sublinhamos as palavras substituídas. A substituição de “candidata” por “Dilma” torna a acusação de que Dilma é mentirosa mais direta. Além dessa, houve outra substituição de palavras: de “inteiro” por “todo”. Podemos observar como as alterações nas aforizações podem alterar o sentido e o tom do discurso. A supressão de “na televisão” torna o enunciado mais genérico, ou seja, a campanha de Dilma mente o tempo todo em todos os veículos de comunicação.

- b) *Substituição por paráfrase* – quando o enunciador jornalista parafraseia, resume a sua maneira o enunciado dito. Essa paráfrase pode ser construída de duas formas: i) marcada - com verbos *dicendi* introduzindo ou concluindo a paráfrase ou ii) não marcada - sem verbos *dicendi*, mantendo ou não as aspas, mas não mostrando claramente ao leitor que se trata de uma paráfrase.

Em nosso *corpus*, não há paráfrases marcadas, pois consideramos que esse subtipo de aforização ocorre com mais frequência em títulos, olhos, manchetes. Como nosso *corpus* traz trechos entre aspas, acompanhados de fotos dos enunciadores, entendemos que a paráfrase não marcada não pareceria adequada. Entretanto, classificamo-la a fim de diferenciá-la da não marcada. Quanto a essa última, encontramos inúmeros exemplos, dentre os quais destacamos o excerto a seguir:

¹⁵ Exemplo retirado de nosso *corpus*. Debate veiculado pela RedeTV!/Folha em 17 de outubro de 2010.

Tabela 4 - Exemplo de substituição por paráfrase não marcada¹⁶

Debate televisivo 10 de outubro de 2012	<i>O Estado de S. Paulo</i> 11 de outubro de 2010
Serra: Olha, essa questão de privatização, como eu disse, volta sempre na época de eleição. O PT, na prática, faz outra coisa. O presidente Lula, o governo, a Dilma Rousseff, privatizaram dois bancos durante sua gestão: do Ceará e do Maranhão. O PT privatizou saneamento em, pelo menos, duas cidades que eu conheço próximas: Ribeirão Preto e Mauá, sob administrações petistas.	Corpo do texto: Serra acusou o PT de ter prática diferente do discurso em relação à privatização, já que o próprio governo Lula vendeu dois bancos estatais. “É só chegar a campanha que o PT volta com essa estória. O governo (Lula) também aumentou a participação privada no Banco do Brasil”.
Legenda: (//) = supressão; (____) = substituição; (~~~~~) = inserções; (<i>italico</i>) = trechos (do debate – coluna esquerda da tabela) que foram suprimidos no processo de aforização.	

No exemplo apresentado na tabela 7, podemos observar que todo o trecho transcrito do debate foi totalmente reescrito, resumido e parafraseado pelo enunciador jornalista. Mesmo assim, para o leitor/eleitor não há paráfrase, visto que o enunciado aparece entre aspas¹⁷, atribuído a Serra.

3.3 Inserção

Observando o funcionamento das aforizações, Maingueneau (2010) classificou de *frases parcialmente separadas* aquelas em que uma incisa divide uma aforização, criando um intervalo entre partes da citação, conforme o exemplo apresentado pelo autor (2010, p. 20, grifo nosso):

“As pessoas no Brasil sabem que tenho cabeça própria e que não fico na sombra dos outros”, rebateu Serra, procurando se distanciar das supostas opiniões de Zylbersztein. “Não fui pinçado por outros. Minha vida pública sempre foi marcada pela coerência. Em relação à Petrobrás, tenho com ela uma relação especial. Desde que era líder estudantil sempre lutei pelo fortalecimento da Petrobrás.”¹⁸

Em casos como esse, Maingueneau (2010 p. 20) explica que “a incisa tem uma dupla função: por um lado, ela assegura a continuidade do texto, por outro, introduz uma descontinuidade aforizante”. O trecho em destaque no exemplo marca que a incisa foi colocada pelo enunciador jornalista como uma forma de contextualização (em nosso *corpus*, esse tipo de processo apareceu poucas vezes e somente no corpo do texto). A classificação de

¹⁶ Exemplo retirado de nosso *corpus*. Debate veiculado pela Band em 10 de outubro de 2010.

¹⁷ Devido à necessidade de recorte, não abordaremos os efeitos produzidos pelas aspas neste trabalho.

¹⁸ José Serra em debate na Band. Veiculado em: *O Estado de S. Paulo*, 11 de outubro de 2010, Nacional, p. A10.

Maingueneau dessas incisas como frases parcialmente separadas nos serviu de base para propormos outra classificação que se adequasse mais ao nosso *corpus*: a inserção.

A inserção se constitui pela colocação de palavras ou enunciados que não havia no texto de origem, ou seja, são partes acrescentadas e atribuídas ao enunciador-origem. A principal diferença entre as incisas classificadas por Maingueneau (2010) e a inserção que propomos aqui é que as inserções podem ou não ser atribuídas ao sujeito enunciador, enquanto as incisas são sempre marcadas explicitamente pela voz do enunciador jornalista.

Para melhor especificar a inserção, dividimo-la em dois tipos: a) marcada e b) não marcada.

- a) *Inserção marcada* é aquela que aparece entre parênteses ou colchetes, demonstrando o acréscimo de uma informação no interior de uma aforização em discurso direto. Apesar de essa marcação ser claramente inserida pelo jornalista, como na incisa proposta por Maingueneau (2010), a inserção marcada se difere das frases parcialmente separadas por ser uma contextualização inserida pelo enunciador jornalista que produz um efeito de objetividade, sem incluir seus comentários, e sem a presença de verbos *dicendi*.

Tabela 5 - Exemplo de inserção marcada¹⁹

Debate televisivo 25 de outubro de 2012	Folha de S. Paulo 26 de outubro de 2010
Serra: Eu vou fazer um Ministério para combater isso de verdade, não com disco voador, como a Dilma disse <i>num outro momento, que é um aparato</i> , um avião sem piloto, etc., <i>que, como a imprensa mesmo mostrou, tá lá parado, não andou nunca.</i>	Posição de destaque: //“Vou fazer um Ministério para combater isso de verdade [entrada de armas e drogas], não com um disco voador, como a Dilma disse, // que era um avião sem piloto, // que está lá parado”//.

Legenda: (//) = supressão; (~~~~~) = inserções; (*italico*) = trechos (do debate – coluna esquerda da tabela) que foram suprimidos no processo de aforização.

Sublinhamos com traço diferenciado o trecho que foi marcadamente inserido. Podemos observar que “entrada de armas e drogas” é inserido para explicar o pronome “isso” que, por estar fora do contexto (debate), poderia não ser compreendido pelo leitor do jornal sobre que tema Serra falava no momento. Compreendemos que, na escrita, há uma tendência de atenuar os efeitos de sentido, ao suprimir as repetições, as ênfases, etc. Entretanto, no caso

¹⁹ Exemplo retirado de nosso *corpus*. Debate veiculado pela Record em 25 de outubro de 2010.

desse enunciado, mesmo com essas supressões (em itálico na coluna esquerda da tabela), ao observarmos o trecho todo, entendemos que ele funciona discursivamente de maneira a produzir um efeito de verdade mais intenso do que no texto-fonte.

- b) Inserção não marcada ocorre quando o enunciador acrescenta palavras ou enunciados sem nenhum indício de que houve inserção, ou seja, para o leitor, no caso dos jornais, aquela palavra ou enunciado sempre esteve ali.

Tabela 6 - Exemplo de inserção não marcada²⁰

Debate televisivo 25 de outubro de 2012	Folha de S. Paulo 26 de outubro de 2010
Serra: <i>Quanto ao resto dos malfeitos, é importante dizer o seguinte:</i> a Dilma está enrolada nessa história toda, e aí fica procurando pretexto para atacar os outros.	Corpo do texto: “ <u>A verdade</u> // é que a Dilma está enrolada nessa história toda, e aí fica procurando pretexto para atacar os outros”.
Legenda: (//) = supressão; (~~~~~) = inserções; (<i>itálico</i>) = trechos (do debate – coluna esquerda da tabela) que foram suprimidos no processo de aforização.	

Os malfeitos a que Serra se refere são acusações de tráfico de influência e a de nepotismo²¹ que pesavam sobre Erenice Guerra, sucessora e braço-direito de Dilma Rousseff na Casa Civil da Presidência da República.

O trecho “A verdade”, no começo do enunciado veiculado pela *Folha de S. Paulo* (FSP), foi inserido pelo enunciador jornalista. Note-se que a palavra “verdade” não foi dita em nenhum momento por José Serra (JS). Podemos observar que além de inserção não marcada é também uma substituição por paráfrase não marcada: “Quanto ao resto dos malfeitos, é importante dizer o seguinte” foi substituído por “A verdade é que”, expressão que pode produzir um efeito de revelação, de novidade.

Para resumir as classificações que propusemos anteriormente, elaboramos o seguinte gráfico, cujo objetivo é traçar um panorama visual das divisões propostas.

²⁰ Exemplo retirado de nosso *corpus*. Debate veiculado pela Record em 25 de outubro de 2010.

²¹ Mais detalhes sobre essas acusações nas análises.

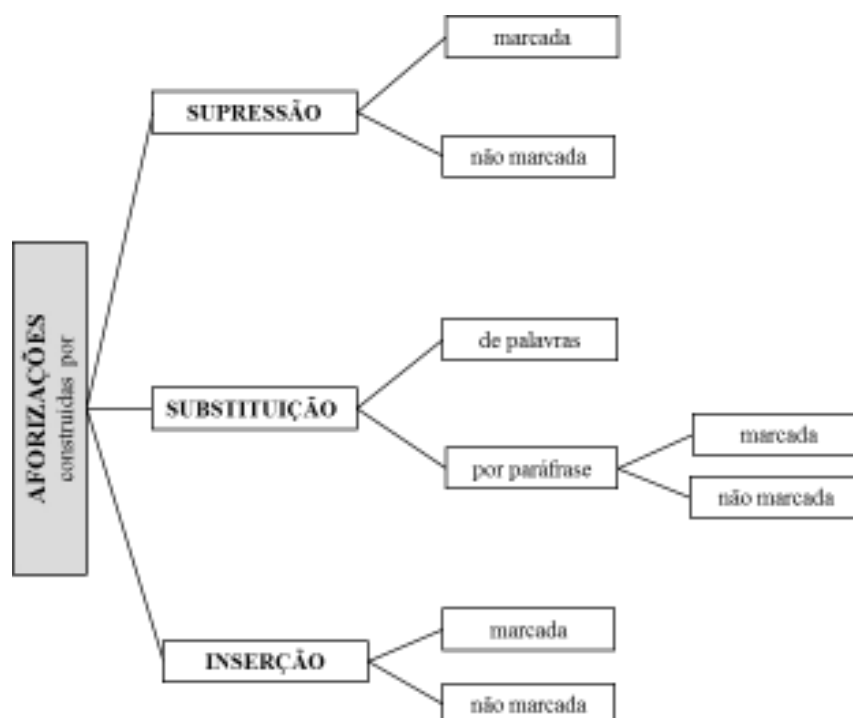


Figura 1 - Modalidades, tipos e subtipos de aforização.

Vale ressaltar que as modalidades, tipos e subtipos que propomos classificar aqui podem aparecer concomitantemente em um mesmo enunciado. Entretanto, nesta seção, optamos por tratar cada tipo e subtipo separadamente, apenas para fins didáticos e não por considerarmos possível que se encontre sempre as modalidades e tipos bem separados e definidos. Além disso, compreendemos que essas modalidades possam produzir efeitos de atenuação ou intensificação no tom do discurso, bem como produzir outros efeitos de sentido.

As classificações que propusemos aqui emergiram da observação e manuseio de nosso *corpus*, visando a dar conta da exploração dele. Portanto, não podemos afirmar ainda se essa classificação é aplicável a análises de quaisquer *corpora*, embora entendamos que haja certa aplicabilidade nas classificações propostas.

Quando tratamos da aforização abordamos, especificamente neste trabalho, o enunciado escrito e impresso nas páginas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Embora constatemus que nem sempre as alterações acima classificadas modifiquem o sentido, observamos que, em vários casos, há uma alteração no tom do discurso nesse processo que passa de uma cena genérica a outra (do debate televisivo ao jornal impresso). Segundo Maingueneau (1997, p. 46), apesar de o discurso estar escrito e não falado, ele é sustentado por uma voz específica a que o autor chama de “tom” e que está “necessariamente

associado a um caráter e a uma corporalidade”. Sobre isso, Maingueneau (1997, p. 46-47) detalha que

o “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor/ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. [...] Bem entendido, não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva²².

Portanto, o tom seria a voz do texto, um resquício da enunciação, enquanto o caráter, possíveis traços do enunciador, atribuídos pelo leitor, e a corporalidade, a presença do enunciador (possíveis imagens) e, correlativamente, do destinatário, no discurso. O tom possibilita ao leitor construir, por meio da leitura de um texto escrito, uma representação subjetiva do enunciador.

Como vemos, não há como abordar conceitos como tom e cenografia sem mencionar também o conceito de *ethos*²³ que, segundo Maingueneau (2008b), é a imagem de si que se constrói dentro da instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra por meio de seu discurso.

4 Considerações finais

Neste trabalho, descrevemos e classificamos processos de destextualização responsáveis pela construção de aforizações. Em nossa proposta, consideramos prioritariamente as aforizações que sofreram alterações no processo de destextualização, o que se justifica pela maior possibilidade de elas produzirem diferentes sentidos aos enunciados e continuarem a ser atribuídos a um enunciador primeiro (Dilma Rousseff ou José Serra).

Com este trabalho, esperamos contribuir para o estudo da circulação dos discursos no Brasil, destacando, principalmente, as diferentes formas de construção de uma aforização. Para possibilitar contribuições para essa área, julgamos relevante a aplicação das modalidades e tipos que propomos neste trabalho em outros *corpora*. Entendemos que após a compreensão do funcionamento desses processos, as classificações e categorizações propostas podem

²² Maingueneau (1997) comenta sobre esses aspectos ao definir o conceito de *ethos*.

²³ Mencionamos a noção de *ethos* devido à necessidade de esclarecimento. Entretanto, não faremos neste trabalho uma análise do *ethos*.

auxiliar análises futuras, no que se refere à construção de aforizações, podendo ser utilizadas como ponto de partida para análises discursivas.

Referências

- BENITES, S. A. L. A face do Brasil mostrada nas citações da revista Veja. **Revista Polifonia**. Cuiabá: EDUFMT, nº 19, 2009, p. 1-28.
- BRAIT, Beth; SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília (orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DI FANTI, M. G.; BARBISAN, L. B. (orgs.) **Enunciação e discurso**: tramas de sentidos. São Paulo: Contexto, 2012.
- HOUAISS. Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010 (CD-ROM)
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MAINGUENEAU, D. Citação e Destacabilidade. In: -----. **Cenas da enunciação**. POSSENTI, S.; SOUZA E SILVA, M. C. P. (orgs.). São Paulo: Parábola, 2008. pp. 75-92.
- . Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008b.
- . Aforização. In: MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. SOUZA E SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (orgs.). São Paulo: Parábola, 2010. pp. 9-24.
- . Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista. **Discurso e linguagens**: objetos de análise e perspectivas teóricas, v. 6, 2011, pp. 15-34 (Coleção Mestrado em Linguística).
- . **Les Phrases sans texte**. Paris: Armand Colin, 2012.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- MOTTA, A. R. Racionais MCs: uma enunciação aforizante. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 163-174.
- POSSANTI, S.; BARONAS, Roberto L. Algumas notas breves sobre citação, destacabilidade e sobreasseveração midiática. In: **Revista Linguagem**, n. 5, 2009. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao05/artigo_ed05.
- POSSANTI, Sírio. Sobreasseveração e interpretação. In: POSSANTI, Sírio; BENITES, Sônia, A. L. (orgs.). **Estudos do texto e do discurso**: materialidades diversas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 37-52.
- RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

Abstract: Starting from the political debates of the second round of the 2010 presidential elections and their respective aphorization in the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, we aim to describe and extend the categorization processes used in detextualization which result in aphorizations. In other words, our focus is not only to highlight the differences and/or similarities between the statements that have appeared in both newspapers, but show some processes occurring in detextualization. Therefore, this study does not provide an analysis of a corpus, but a theoretical-methodological approach of the ways of aphorization construction which we exemplify through excerpts of the mentioned corpus. We understand that after understanding the operation of these processes, the proposed classification and categorization can assist later analysis in relation to aphorization construction and can be used as a starting point for discourse analysis.

KEYWORDS: aphorization; detextualization; political media discourse.

O Discurso Humorístico: Noções Gerais Sobre Um Percurso De Análise Pela Linguagem Do Riso

The Humorous Discourse: General Notions on a Course of Analysis by Language of Laughter

Rony Petterson Gomes do Vale¹

RESUMO: Este trabalho é uma apresentação sucinta das principais ideias desenvolvidas em nossa tese de doutorado. De início, assumimos a relação entre discurso e riso como ponto de partida para a (re)inserção do riso nos Estudos Discursivos. Dividido em duas partes, nosso percurso se debruça, primeiramente, sobre a linguagem que torna possível o engendramento das *formas do riso* e do *discurso humorístico*; para, num segundo momento, se voltar para a estrutura desse discurso. Assim, na primeira parte, procuramos delinear: i) as faces *psicossociofisiológica* e *linguagreira* do riso; ii) as finalidades da *formas do riso* e a visada de *fazer rir*; iii) as causas linguísticas e discursivas dos efeitos risíveis; e iv) os modos de relacionamento interdiscursivo do discurso humorístico. Na segunda parte, apresentamos os *perfis ethóticos* dos sujeitos do riso. Em seguida, procuramos descrever o dispositivo conceptual do DH. Elencamos, ainda, as condições, as coerções e as vantagens da utilização do riso no discurso, tomando como ponto central o conceito de VRBANITAS. Por fim, discutimos a instabilidade do lugar do humorista em relação aos campos discursivos, buscando observar como o humor fez surgir, a partir de certas inovações tecnológicas dos séculos XX e XXI, diferentes “profissionais do riso” e estratégias discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: VRBANITAS; Mutualismo oportunista; Marketing pelo método confuso.

Introdução

¹ Doutor em Linguística do Texto e do Discurso pela UFMG. Professor adjunto I – DLA/UFV.

“... consideraremos como falsa toda a verdade que não venha acompanhada de risos”.
(NIETZCHE, 2007, p. 275)

Numa sociedade na qual o riso é tido como o novo “ópio” do povo, uma panaceia para todos os males, e na qual *rir* se faz quase obrigatório, refletir a respeito de um discurso capaz de engendrar as mais diferentes formas do riso, do risível, do lúdico, do cômico, da sátira, do humor... torna-se, no nosso modo de ver, imprescindível. Do ponto de vista dos *Estudos Discursivos*, podemos dizer que o *riso* e o *humor* apresentam, de um modo geral, problemas de análise similares aos que sobretoam o conceito de *discurso*: dificuldades de definição; contingência de efeitos de sentido; múltiplas áreas de conhecimentos que se debruçam sobre esses objetos, por vezes, isolando-os até mesmo da sociedade, da cultura e da história... Esses problemas são tantos a ponto de alguns acreditarem que o “encanto do humor está na impossibilidade de ser quantificado, previsto ou contido” (GOODBYE, 2003, p. 77). Com efeito, para nós, analisar um discurso que tem o potencial de engendrar o riso e o humor se torna tão escorregadio quanto o próprio conceito de riso ou de humor – parece que toda a argumentação corre, a todo o momento, o risco de desabar como um castelo de cartas. As possíveis imprecisões, ou seja, os argumentos baseados na intuição parecem tomar a forma não de exceção, mas sim de regra.

Desse modo, diferentemente de Charaudeau (2006b) que inicia sua análise se perguntando o que é o *discurso político*, não podemos fazer o mesmo com nosso objeto de estudo, uma vez que não é a sua existência ontológica que está em jogo, mas a sua categorização de acordo com uma teoria do discurso. Para muitos, tal discurso nem é passível de classificação ou de descrição; para outros, é somente uma estratégia dentro de outros discursos. Diante disso, faz-se necessário dar a esse discurso “corpo e alma”, ou seja, perscrutar se é possível aferir-lhe um *status* de tipo de discurso, semelhante ao que gozam, por exemplo, o discurso político ou o discurso literário. Isso feito, acreditamos ser possível desmontá-lo, verificar como suas peças funcionam e se relacionam, e, depois, julgar a pertinência dessas observações, chegando, assim, a algumas conclusões.

Ao nos colocar diante dessas hipóteses, não descartamos que outros, antes de nós, não tenham estudado, de algum modo, tal discurso ou seus efeitos de sentido ou,

mesmo, sua estrutura – a literatura sobre o tema é, por certo, muito extensa. Todavia, procuramos elaborar um estudo que projete o riso, o risível, o humor, o cômico... na esfera de uma Linguística do Discurso. Com efeito, não nos debruçamos sobre a análise, digamos, estritamente linguística de gêneros ou de textos tidos como humorísticos. Isso porque acreditamos que há muitos trabalhos, por vezes, extremamente detalhados, que já se prestaram muito bem a isso, ora buscando depreender a análise do cômico ou do humor a partir dos mecanismos desencadeadores do riso (cf., por exemplo: OLBRECHTS-TYTECA, 1974; PROPP, 1992; POSSENTI, 1998; e VALE, 2009), ora estudando gêneros e textos cômico, humorísticos, satíricos... com um outro ponto de vista, que não exclusivamente linguístico (como, por exemplo, os trabalhos de Freud (1988) e (1996) sobre os chistes e o humor que objetivam, no fundo, a análise dos sonhos e da psiquê humana). É importante ressaltar que muitas dessas análises são meros prolongamentos ou revisões de análise anteriormente realizadas em outra cultura ou em outro momento histórico; outras vezes, tais estudos são aplicação de uma determinada teoria a um determinado *corpus* tido como humorístico. Isso, a nosso ver, não tira, em nada, o valor e o mérito dessas análises; porém, vimos que seria enfadonho e sem propósito reproduzir nossa análise dessa forma. Não dizemos com isso que nosso trabalho não observa a tradição ou que “inventamos a roda”. Longe disso. Nossa preocupação é simplesmente outra: sistematizar uma via reflexiva com a qual pudéssemos alcançar esse discurso voltado para o *fazer rir*: os elementos que compõem sua estrutura tipológica e, ao mesmo tempo, que possibilitam engendrar os gêneros tipicamente humorísticos e seus efeitos de sentido (de comicidade, de humor, de ridículo, de ludicidade etc.). Desse modo, esperamos gerar bases para outras reflexões mais específicas a respeito dos gêneros, dos textos e dos atos de comunicação passíveis de ser reconhecidos e considerados como humorísticos².

Com esse propósito, organizamos nosso percurso de análise em dois movimentos que se complementam. No primeiro, debruçamo-nos sobre a possibilidade de articulação entre o riso e a linguagem, partindo da ideia de que:

² Desse modo, acreditamos nos aproximar menos de uma Linguística dita *hard* do que de uma Linguística do Discurso. Donde, devemos nos preocupar mais com conjuntos abertos de enunciados do que com *corpora* fechados, uma vez que mesmo os linguistas do núcleo *hard* só conseguem registrar “um número irrisório de frases, em comparação com todas as que um linguista poderia teoricamente ter coletado”; o que, ainda assim, lhes permite “elaborar uma gramática da língua” que eles estudam (LEVI-STRAUSS, 2004, p. 26). Nesse sentido, buscamos, nesse trabalho, uma visão macro do discurso humorístico, isto é, a análise de massas de textos e enunciados que vão além das *técnicas do riso* ou dos *atos de comunicação humorísticos*.

A opacidade da linguagem condensa múltiplas possibilidades formais que permitem seu emprego cômico, aproveitando os aspectos rítmicos, as analogias fonéticas, a ambigüidade dos significantes. Quando essas operações (que se assemelham à brincadeira infantil de manejar palavras como parte de um quebra-cabeça, mas sem nenhuma ingenuidade) têm apenas a si próprias como fim, conseguem macular a certeza de que a linguagem seja límpida transmissora de idéias que a razão deseja. (D'ANGELI; PADUANO, 2007, p. 197).

No segundo movimento de nosso percurso, voltamos nossas atenções para o modo como é organizada a estrutura do discurso humorístico, por meio da análise do seu macrodispositivo conceptual. Com efeito, as relações intersubjetivas passam a ser o foco dessa parte, colocando os sujeitos desse discurso em evidência. Assim sendo, no que se seguem, apresentaremos, de modo sucinto, as principais ideias desenvolvidas e as conclusões a que chegamos nesses dois momentos de nosso trabalho³.

1 Linguagem do riso: da intuição à presunção

De início, aventamos havia a necessidade de uma (re)inserção, nos Estudos do Discurso, do *riso* enquanto um conceito de caráter objetual, verbal, historicamente marcado. Com efeito, podemos dizer que o conceito de *linguagem do riso* (LR), cunhado a partir das ideias de Bakhtin (2010a), permite delinear o riso enquanto manifestações *linguageiras* (as *formas* e *formas reduzidas* do riso) e enquanto *atividade responsiva ativa* (a face *psicossociofisiológica* do riso). Posto dessa forma, abre-se a possibilidade (e a necessidade) de revisitar e rediscutir toda uma gama de categorias necessárias ao *sujeito-analista* para descrever e interpretar o riso não somente como efeito de sentido pretendido e possível, mas também como princípio organizador de textos e de discursos. Isso porque, como aprendemos em Bakhtin (2010b, p. 372 – grifos nossos), o “riso *organizou* as mais antigas formas de representação da linguagem, que inicialmente não eram senão qualquer coisa como o *escárnio da linguagem e do discurso*”. Isso, no nosso modo de entender, aproxima o riso de certos procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias da língua⁴ para ordená-las em função das finalidades

³ As ideias apresentadas, sucintamente, nesse artigo, têm seu desenvolvimento pormenorizado em nossa tese de doutoramento. Cf. VALE, R. *O discurso humorístico: um percurso de análise pela linguagem do riso*, 2013.

⁴ Tais categorias, assim organizadas, podemos dizer, fazem da linguagem do riso uma espécie de *código languageiro* (cf. MAINGUENEAU, 2006) com características próprias, intuitivamente reconhecível e, estritamente, ligado ao riso e ao fazer rir. Com efeito, é esse *código*, ou melhor dizendo, essa *linguagem do riso* que propicia, entre outras coisas, melhor evidenciar a presença de uma *visada de fazer-rir* nas materializações linguístico-discursivas presentes em textos portadores de GENERA RIDICVLORVM (lat. “gêneros de ditos ridículos”). No entanto, devido às propriedades estruturais e à possibilidade de utilização desses GENERA como estratégias discursivas (*atos de comunicação*

discursivas de um dado ato de comunicação (no caso, um ACH⁵), ou seja, o riso, em termos teóricos, é muito semelhante àquilo que Charaudeau (2008, p. 74) postula como *modos de organização do discurso*.

Quanto às categorias revistadas, ressaltamos o papel das *visadas discursivas* enquanto parte integrante das finalidades que compõem qualquer contrato de comunicação. Em termos de humor, de cômico, de risível... vimo-nos obrigados a nos aproximar das discussões a respeito da *face psicossociofisiológica* do riso (os tipos de riso: bom, mau, cínico, alegre, ritual, zombeteiro) e do prazer (felicidade, alívio, superioridade, irascibilidade) que o riso pode desencadear nos sujeitos receptores. Com base nesses conhecimentos, pudemos erigir uma visada (de *fazer rir*) que abarcasse o maior número de possibilidades de efeitos de sentido ligados ao fazer rir.

Enquanto “instrumento” de análise, essa visada de *fazer rir*, entre outras coisas, nos permite aliar o *critério do riso* ao *critério da forma* e, desse modo, dizer: i) se determinado texto constituía um exemplo de texto humorístico voltado para o riso em si mesmo; ou ii) se estamos diante de um texto que obedece a outra(s) finalidade(s) (publicitária, midiática, política etc.), mas que, ao mesmo tempo, é atravessado por um ato de comunicação humorístico (ACH); ou mesmo iii) se estamos diante de uma *sequência humorística* ou diante de uma obra cuja *intenção global* é humorística.

Nesse passo, estabelecida uma visada que representasse o riso no discurso, coube a nós precisar os conceitos que compõem a LR: *as formas e formas reduzidas do riso*. Com isso em mente, procuramos então sistematizar conhecimentos que pudessem, ao mesmo tempo, nos mostrar as causas do riso e as técnicas (linguísticas e discursivas) capazes de desencadear os efeitos de sentidos relacionados ao risível (humor, cômico, ridículo, satírico etc.). Atentos à ausência dos postulados de Aristóteles sobre a questão, partimos das postulações dos retores e dos oradores latinos, em especial Cícero e Quintiliano, sobre *o quê*, no discurso, poderia proporcionar o riso. Com esses pensadores, pudemos delinear os GENERA RIDICVLORVM que, por sua vez, se dividem em GENERA FACETIARVM (lat. “gêneros de facécias” como, por exemplo, a *inversão*, a *paronomásia*, os *trocadilhos*, entre outros cuja marca característica é a brevidade) e em GENERA ANECDOTORVM (lat. “gêneros de anedotas” – gêneros que se estendem no discurso,

humorísticos, como propõe Charaudeau) por outros discursos, tal visada pode se apresentar, por vezes, de modo reduzido (as *formas reduzidas do riso*) de acordo com o regime adotado (lúdico, satírico, humorístico etc.) ou por força de fatores ligados à situação e ao contrato de comunicação, em especial, à *finalidade* e aos *sujeitos* do discurso.

⁵ Ato de comunicação humorístico (cf. CHARAUDEAU, 2006a).

podendo assumir a forma de *anedotas* ou de *burlas*). No entanto, a imprecisão da extensão textual dos GENERA ANECDOTORVM nos levou a perscrutar sobre a *transformação cômica* de enunciados. Chegamos, assim, à questão da *paródia*.

Enquanto estratégia discursiva ligada à *imitação*, percebemos que a paródia, assim como o pastiche, se limita à subversão ou à captação de textos e de gêneros do discurso; no entanto, essa definição nos diz muito pouco, quase nada, sobre certos gêneros que se voltam especificamente para o humor ou para o riso, sem com isso subverter outros gêneros ou textos específicos, como, por exemplo, as piadas, os chistes e, em certa medida, o *stand-up*. Diante dessa questão, começamos a cogitar a ideia de que um tipo de discurso deveria dar suporte a esses gêneros. Com esse intuito, procuramos delinear como esse discurso poderia se estruturar.

Primeiramente, verificamos como os tipos de discurso podem desenvolver suas relações no interdiscurso. Assim, percebermos que, entre os tipos de discursos teoricamente (cf. MAINGUENEAU, 2010b) possíveis em nossa sociedade, existem alguns (os *discursos mimotópicos*) especialmente voltados para a absorção ou para a imitação da estrutura de outros discursos; e outros (os *discursos mediadores*) direcionados para a reelaboração de conteúdos pertencentes a certos discursos cuja leitura e interpretação exigem um quadro hermenêutico mais complexo como, o discurso científico, por exemplo (cf. MAINGUENEAU, 1999 e 2004).

Nesse passo, propusemos que o nosso objeto de estudo (isto é, um discurso voltado para o riso e para o risível e cuja estrutura, aparentemente, se baseia na *imitação* de outras estruturas de outros tipos de discurso) deveria manter com os demais discursos certas relações interdiscursivas⁶ específicas baseadas no *mutualismo oportunista* e na *replicação* das *cenas enunciativas* desses mesmos discursos. Daí ser possível ao *discurso humorístico* (DH) absorver tanto a *substância* (ou conteúdo) quanto a *forma* (estrutura) dos outros discursos e engendrar os seus próprios gêneros discursivos e textuais, aproveitando-se, quando for o caso, (i) das oportunidades nas quais o ridículo e os deslizos discursivos surgem na vida social, ou (ii) da necessidade de trazer para uma linguagem mais simples, do cotidiano, as mensagens e as ideias dos discursos ditos mais complexos, como, por exemplo, o político, o filosófico ou o

⁶ Não devemos confundir as relações de *transtextualidade* com as relações interdiscursivas típicas do DH (*mutualismo oportunista* e *replicação*). A reutilização de determinados enunciados e/ou de estilos individuais pelos humoristas, na maior parte das vezes, se configura somente enquanto casos de intertextualidade/hipertextualidade comuns a qualquer tipo de discurso, não atingindo, necessariamente, à estrutura tipológica do discurso, mas tão somente à materialização linguístico-textual dos enunciados.

religioso. Assim delineado, assumimos, para o DH, o estatuto de tipo de discurso, embora *sui generis*, semelhante ao admitido para o discurso literário ou para o discurso político. Diante disso, deveríamos tornar mais precisas as relações intersubjetivas previstas no dispositivo conceptual desse discurso.

2 Discurso humorístico: intersubjetividade e *vrbanitas*

Nesse momento, fez-se necessário traçar os perfis *ethóticos* que os sujeitos do DH poderiam adotar. Assim, remontamos, na História das Ideias, as origens e os perfis dos principais profissionais que, na sociedade ocidental, representaram a arte de fazer rir nas suas mais diversificadas formas (do cômico ao sátiro, do bufão ao humor).

Começamos então pela Antiguidade, com os *cômicos* e seus impropérios durante as festas em adoração a Dionísio. Passamos pelos *bufões* que, na origem, exerciam uma certa função “religiosa”, mas que, com o tempo, se torna problemática na sociedade grega, sendo o bufão expulso da mesa dos banquetes para as barbearias. Em Roma, vimos os sátiros que, saídos das procissões fálicas, se tornam uma espécie de máscara (*ethos*) assumida por certos escritores e poetas romanos que, embora criticassem os desvios de conduta dos cidadãos da *VRBS*, fazendo o povo rir, ainda assim se mantinham a favor da aristocracia. Já na Idade Média, o *bobo* se institui como profissão nas Cortes: ele é o “arauto” que, fazendo rir, diz as “verdades” ao rei e joga com sua liberdade discursiva para tirar vantagens de todos os tipos. Todavia, com o Absolutismo, esse bobo termina, da mesma forma que o bufão, expulso do convívio real e renegado às soleiras da sociedade. Por fim, nos primórdios da Idade Moderna, o *humorista*, no sentido britânico do termo, desponta na Inglaterra, aliando a melancolia, o medo e, até mesmo, um certo desencanto com a humanidade ao riso. É nesse momento que o fazer rir, ainda atrelado à literatura, começa a alçar voos mais altos, chegando ao jornalismo e à publicidade.

Delineadas essas *máscaras cômicas*, passamos, na sequência, a discutir como o macrodispositivo conceptual do DH poderia ser descrito. Partindo das ideias de Olbrechts-Tyteca (1974), conseguimos depreender que os níveis de interpretação do cômico sugerem que, dependendo do nível (primeiro, segundo, terceiro ou quarto) onde se encontram o sujeito falante ou o sujeito receptor, pode se evidenciar um maior

afastamento da percepção do cômico e, por conseguinte, a heterogeneidade dos auditórios aos quais é direcionado o enunciado humorístico.

Com isso em mente, sentimos a necessidade de uma reanálise do microdispositivo enunciativo do DH proposto por Charaudeau (2006a) e (2011) que postula uma relação triádica entre *locutor*, *receptor* e *alvo*, nos ACHs. Isso porque, assim descrita, essa relação triádica, por um lado, não abarca o *afastamento* entre os sujeitos a depender do nível de interpretação do cômico, colocando de fora, por exemplo, a possibilidade da *presença ausente* de um *tiers* que se encontram, de certo modo, em *stand by*, elaborando sua atitude responsiva ativa. Por outro lado, essa relação triádica, ao colocar como instância enunciativa um sujeito sobre a categorização genérica de *alvo*, não prevê a possibilidade de busca por um riso bom ou alegre (no qual o matiz de derrisão e de zombaria estaria ausente ou muito atenuado) e, por conseguinte, não prevê também a possibilidade de haver um *sujeito-interpretante* que não se consubstancia nem em vítima, muito menos, em alvo, mas em *rieur*, isto é, num sujeito que *simplesmente ri* um riso alegre/bom, compartilhando um momento de felicidade ou de alegramento, *de per si*.

Desse modo, redefinimos a relação triádica como uma relação entre instâncias que, além da capacidade de fragmentação dependendo do circuito (interno ou externo) da *mise en scène* do discurso, se configura como *locutor*, *receptor* e *objeto do riso* (OR). Assim sendo, podíamos, agora, complementar nossa análise da estrutura do DH, postulando que, como esse discurso é baseado no *mutualismo oportunista* e na *replicação*, o seu macrodispositivo necessita ser de tal modo *proteiforme*, que possibilite não somente uma maior adequação às mais variadas situações de comunicação, mas também à *replicação* dos dispositivos conceptuais de outros tipos de discurso.

Caracterizando, dessa maneira, o macrodispositivo conceptual do DH, impunha-se prever as condições do uso do riso. Com esse objetivo, novamente remontamos aos pensadores da Antiguidade. Encontramos, em Aristóteles, o conceito de *eutrapelia* que prescreve ao homem *astos* a justa medida no uso do riso. Assim, conforme postula Aristóteles, esse homem livre e urbano deve utilizar o riso com parcimônia, procurando se afastar do exagero, próprio do bufão, e da ausência de graça, própria do rústico. No entanto, esses postulados de Aristóteles se mostravam aplicados ao uso do riso na vida social em geral. Desse modo, procuramos outras fontes que pudessem nos dizer algo a

respeito do uso do riso no discurso. Segue que, encontramos nos latinos, Cícero e Quintiliano, o conceito de *VRBANITAS* que, remontando a Aristóteles, prescreve, entre outras coisas, as vantagens e as desvantagens do uso do riso pelo orador. Entre as vantagens, podemos citar, por exemplo, a amenização das situações de tensão no fórum e na assembleia e a desarticulação das estratégias discursivas do adversário. Já entre as desvantagens, os latinos são categóricos: não se deve utilizar o riso (i) contra aqueles que são amados nem contra aqueles acometidos por doença ou por qualquer outro infortúnio, ou seja, utiliza-se o riso somente contra os vícios, mas não contra as torpezas graves, o que pode levar o auditório à comiseração e não ao riso; não se deve fazer (ii) uso de obscenidades ou de qualquer recurso que aproxime o orador do *MIMVS* ou do bufão; e, por fim, (iii) não se deve utilizar dos *GENERA RIDICVLORVM* quando esses beirarem ao ultraje, pois o riso custa caro e sua cota é a honra.

Com bases nessas ideias, uma aproximação entre o conceito de *VRBANITAS* e a categoria de análise do *ethos* se mostrou mais que oportuna, uma vez que, enquanto categoria descritiva, a *VRBANITAS* tem o potencial de desvelar a adequação tanto do sujeito (representado pelo seu *ethos prévio e discursivo*) quanto do seu discurso às coerções sociais e sociodiscursivas previstas no contrato de comunicação do DH. Isso faz da *VRBANITAS* uma categoria propriamente discursiva, pois, assim definida⁷, “não se deixa reduzir a uma grade estritamente linguística, nem a uma grade de ordem sociológica ou psicossociológica”⁸ (MAINGUENEAU, 1999, p. 47 – tradução nossa). De posse dessa categoria que, de certo modo, regulamenta o uso do riso pelos sujeitos do riso, a nós, faltava analisar o lugar discursivo desses sujeitos em relação a uma dada sociedade.

⁷ Quanto ao caráter anacrônico de postular a *VRBANITAS* enquanto categoria de análise, entendemos que não devemos lidar com o passado “numa perspectiva de um passado absoluto, definitivo, irrevogável, mas um passado profundamente dinâmico e muito fecundo, a nos fazer presentes as mais refinadas indagações, a nos levantar intrincados questionamentos acadêmicos, a nos sugerir, nas reflexões de ontem, reflexões para o hoje” (REZENDE, 2009, p. 36).

⁸ No original: “On peut donc parler ici d’une catégorie proprement discursive, qui ne se laisse réduire ni à une grille strictement linguistique ni à une grille d’ordre sociologique ou psycho-sociologique.”

Partindo do conceito de *campo discursivo*⁹ e da história do humorismo no Brasil, traçamos, em linhas gerais, o caminho do humor (e dos humoristas) das entrelinhas da literatura para a institucionalização enquanto *campo do humor*. Nesse passo, vimos o humor passar de característica estilística de alguns escritores e poetas – que se enveredavam pelo universo do riso e do risível – para uma certa regulamentação da profissão de humorista junto aos campos do jornalismo e da publicidade. Com efeito, verificamos que a VRBANITAS passa a erigir as rugas de posicionamento até mesmo entre os próprios humoristas, que se diferenciam de acordo com a concepção adotada sobre o que é fazer humor. Onde, por um lado, uma primeira diferenciação entre sujeitos voltados para fazer rir a todo custo (os *risistas*) e aqueles que, além de fazer rir, procuram mostrar uma tese sobre o mundo (os *humoristas*). Por outro lado, uma segunda diferenciação relacionada, principalmente, aos avanços tecnológicos dos séculos XX e XXI, os quais fizeram – e ainda fazem – com que os humoristas brasileiros se adaptassem às novas formas de mídias.

Assim sendo, o humorismo brasileiro que, durante muitas décadas, reproduzia as *formas do riso* advindas do circo, do teatro de revista e da caricatura grotesca, com o advento da internet e, concomitantemente, a introdução da cultura *stand-up*, com toda uma liberdade discursiva, vê os novos humoristas criarem outras estratégias discursivas de modo a escapar de um projeto ideológico de tendência internacional: o *politicamente correto*¹⁰. Fazendo com que leis e políticas públicas se voltem para a defesa de grupos

⁹ Um *campo discursivo* estabelece certas regras (coerções) que, por isso mesmo, podem ser consideradas como constitutivas do próprio campo, diferenciando-o de outros dentro de uma dada sociedade. Com efeito, essas regras regulamentam, além da circulação e da edição dos textos, a própria produção discursiva, estabelecendo, por vezes, certos formatos genéricos e textuais. Todavia, ainda que esses procedimentos apontem para uma relativa homogeneidade, os campos discursivos são internamente heterogêneos, ou seja, são lugar de um “jogo” de equilíbrio instável “no interior do qual interagem diferentes ‘posicionamentos’, fontes de enunciados que devem assumir os embates impostos pela natureza do campo, definindo e legitimando seu próprio lugar de enunciação” (MAINGEUNEAU, 2010a, p. 50).

¹⁰ Segundo Pondé (2012, p. 29-31), o movimento *politicamente correto* pode ser definido como “uma mistura de covardia, informação falsa e preocupação com a imagem”. Ainda de acordo com autor, esse movimento tem sua origem num “ramo” do pensamento de esquerda americano que, a partir dos fins dos anos de 1960, assume uma espécie de programa político em defesa das minorias (negros, na década de 1960; gays, a partir da década de 1980), procurando desenvolver um “mal-estar” com relação ao “mau” tratamento dado a esses grupos na vida social comum. Assim, tal programa muda o foco da ação da esquerda da revolução pelo proletariado para uma acomodação do *status quo* desses grupos minoritários, em ascensão econômica e social, ao capitalismo, gerando, para esse fim, leis e políticas públicas que possibilitem a realização do processo. Atualmente, continua Pondé (2012, p. 31), o politicamente correto “se caracteriza por ser um movimento que busca moldar comportamentos, hábitos, gestos e linguagem para gerar a inclusão social desses grupos e, por tabela, combater comportamentos, hábitos, gestos e linguagem que indiquem uma recusa dessa inclusão”. Especificamente em relação ao humor, Aubert (2013, p. 104) adverte que o que está em jogo é o próprio futuro do riso, uma vez que “o problema maior não é a liberdade de reclamar de algo que se considera ofensivo; a coisa complica é quando o politicamente correto vira lei e passa a comprometer a liberdade de expressão. Se esse ímpeto coercitivo não for refreado, ele poderá impedir, no limite, que qualquer cartum seja desenhado, que qualquer livro seja escrito, qualquer filme seja filmado [...]. O politicamente correto, à solta e legalizado, acabará por impedir, no fim das contas, o riso.”

minoritários, esse projeto se caracteriza por uma tentativa de “limpeza” de termos linguísticos marcados pelo preconceito. Nesse cenário, os humoristas são acusados de serem politicamente incorretos, gerando escândalos na mídia aberta, processos judiciais e indenizações milionárias. No entanto, esses mesmos humoristas conseguem fazer a polêmica com *politicamente incorreto* funcionar a seu favor, elaborando estratégias discursivas, como, por exemplo, o *marketing pelo método confuso*¹¹, que, além de permitir o sucesso no campo do humor, atrai a atenção das grandes empresas e marcas para o *fazer humorístico* no espaço cibernético da *web*.

Considerações finais

Tendo em vista o exposto acima, podemos, agora, dizer que nosso percurso é menos uma resposta absoluta e definitiva a uma pergunta do que um caminho, um desenrolar de ideias orientadas a partir das principais tendências em estudos do discurso: um percurso no qual vários questionamentos e soluções vão sendo postos em constante discussão, pois, para “a compreensão de um texto, são importantes, não apenas as indicações que ele traz para o destinatário, *mas também as manobras às quais é submetido, os percursos que é obrigado a seguir*” (DUCROT, 1980 *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 164 – grifos do autor). O que, muitas vezes, nos fez voltar não somente para a análise do DH (discurso e suas manifestações textuais), mas também para os discursos sobre o DH, ou melhor dizendo, sobre o riso, o cômico, o humor... ou seja, sobre aquilo que compõe a LR.

Além disso, concordamos com Possenti (2010) quando ressalta que, sobre o campo do humor, muito há que se estudar – o que dizer das novas formas de humor que escapam à própria lógica do humor, como, por exemplo, o *stand-up gospel*¹². Com

¹¹ Na publicidade, o ataque direto a marcas concorrentes que produzem e/ou comercializam um mesmo produto no mercado é tido, normalmente, como uma prática discursiva falha e, atualmente, também como um ato politicamente incorreto. Isso porque, tal prática pode, entre outras coisas, funcionar de modo contrário, dando maior visibilidade ao produto da marca concorrente. No caso do *marketing pelo método confuso*, o humorista, vendo seu discurso, na maioria das vezes, talhado pelas coerções sociodiscursivas do politicamente correto a favor das minorias, encontra, na “guerra” entre as empresas e suas marcas, espaço para fazer humor e, ao mesmo tempo, para ganhar dinheiro. Em termos de relações interdiscursivas, podemos dizer que, por meio do MMC, não é o humor que funciona em prol da publicidade, mas que é a publicidade que passa a constituir matéria, substância para o humor enquanto discurso.

¹² Podemos citar, aqui, o espetáculo *Stand Up Gospel Comedy*. De acordo com seu criador, Dennys Ricardo, humorista e pastor da Comunidade Apostólica Livre, esse é o “primeiro espetáculo de comédia segmentada no Brasil, levando diversão a todos os cristãos, contando histórias bíblicas e de vida cotidiana pela ótica do humor. É um espetáculo para todo tipo de público, sem restrições de faixa etária, social, política ou religiosa”. Ainda nas palavras do pastor Dennys: “pecado é não achar graça”. Disponível em: <<http://standupgospelcomedy.com.br/index.html>>.

efeito, muitas questões continuam em aberto, o que é típico de um trabalho com tamanha pretensão. Isso porque, tanto o campo do humor quanto o DH se apresentam em constante mutação, adaptando-se muito rapidamente às novas realidades sociais, às rápidas inovações tecnológicas e às coerções sociodiscursivas e, proporcionando, por mais paradoxal que possa parecer, seriedade ao riso, ao risível, ao cômico, ao satírico... em fim, ao humor. Pois, como adverte Zé Bonitinho: “O humor é coisa séria, é liberdade. Basta ver nos países ditatoriais, ali não existe humor” (LOREDO, 2013, p. 95).

Diante disso, diremos, também, que nosso percurso se apresenta mais como uma tentativa de prever os movimentos do DH, não somente olhando para o passado (falamos, aqui, dos textos humorísticos, cômicos, sátiros etc.), mas também apontando para a capacidade sempre mutante desse discurso e sua capacidade extraordinária de ora tornar uma coisa velha em nova, ora de se consubstanciar com o novo, renovando-se *ad infinitum*.

Referências

AUBERT, A. C. Piada de português? *Trip*. São Paulo: Trip Editora e Propaganda, n. 221, maio, 2013, p. 104.

BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

CHARAUDEAU, P. Des catégories pour l'humour. *Questions de Communication: humour et média. Définitions, genres et cultures*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, n. 10, 2006a, p. 27-43.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. *Linguagem e discurso: os modos de organização do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. Des catégories pour l'humour. Précisions, rectifications, compléments. In: GARCÍA, M. D. V. (dir.) *Humour et crises sociales: regards croisés France-Espagne*. Paris: L'Harmattan, 2011, p. 9-43.

D'ANGELI, C; PADUANO, G. *O cômico*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

FREUD, S. O humor. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 2 ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 163-169.

- FREUD, S. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GOODBYE, J. A utilidade do humor na propaganda. In: FEDRIZZI, A. (org.) *O humor abre corações. E bolsos*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 77-78.
- LEVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
- LOREDO, J. Casa nova tupiniquim. *Trip*. São Paulo: Trip Editora e Propaganda, n. 221, maio, 2013, p. 80-95.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- _____. L'analyse des discours constitutants. In: MARI, H. et al. (orgs) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges-NAD/FALE/UFMG, 1999, p. 45-58.
- _____. Diversidade dos gêneros do discurso. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 43-58.
- _____. Código linguageiro. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 97-98.
- _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.
- _____. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.
- NIETZSCHE, F. *Assim falava Zaratrusta: um livro para todos e para ninguém*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLBRECHTS-TYTECA, L. *Le comique du discours*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1974.
- PONDÉ, L. F. *Guia politicamente incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua: análise linguística de piadas*. 5 reimpr. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- _____. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PROPP, V. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.
- REZENDE, A. M. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 280f. Tese (doutorado) – UFMG, FALE, POSLIN, Belo Horizonte.
- VALE, R. P. G. *A mulher nas piadas de almanaques: estratégias discursivas e representações sociais*. 2009. 135f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras, POSLIN, UFMG, Belo Horizonte.
- _____. *O discurso humorístico: um percurso de análise pela linguagem do riso*. 2013. 279f. Tese (doutorado) – Faculdade de Letras, POSLIN, UFMG, Belo Horizonte.

ABSTRACT: This paper is a brief presentation of the main ideas developed in our thesis. Initially, we assume the relationship between discourse and laughter as a starting point for the (re) integration of laughter in Discourse Studies. Divided into two parts, our

course focuses primarily on the language that makes it possible to engender forms of laughter and humorous discourse; for, second, turn to the structure of this discourse. Thus , in the first part , we sought to delineate : i) the “psycho-socio-physiological” and “languageira” faces of the laughter; ii) the purpose of making people laugh; iii) the linguistic and discursive causes of the laughable effects; and iv) the *interdiscursive* relationship modes of the humorous discourse. In the second part, we present the "*ethé* profiles" of the subject of laughter. Then try to describe the conceptual device of DH. Furthermore, we list the conditions, constraints and advantages of the use of laughter in discourse, taking as central point the concept of VRBANITAS. Finally, we discuss the instability of the place of the comedian in relation to discursive fields, seeking to observe how the Humor has raised, from certain technological innovations of the XX and XXI centuries, various “professionals laughter” and discursive strategies.

KEYWORDS: VRBANITAS; Opportunistic Mutualism; marketing by “confusing method”.

Análise Léxico-gramatical de Representações Sociais: o Caso dos Indivíduos com Esquizofrenia

Lexigrammatical Analysis of Social Representation: the Case of Schizophrenics

Thiago Santos da Silva¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a linguagem usada para representar indivíduos com esquizofrenia em textos publicados na revista de popularização científica *Psique Ciência & Vida*. O *corpus* de análise é um dossiê formado por quatro textos que têm como temática o transtorno mental da esquizofrenia. O referencial teórico adotado na análise linguística foi o sistema de transitividade da Gramática Sistêmico-funcional, proposta por Halliday e Matthiessen (2004). Esse sistema se centra na descrição léxico-gramatical da oração, identificando participantes, processos e circunstâncias. Os resultados indicam que, léxico-gramaticalmente, os esquizofrênicos realizam as funções de Experienciador, Portador e Meta. Essas escolhas linguísticas manifestam duas representações distintas para os indivíduos com esquizofrenia, ora como pacientes de um tratamento psiquiátrico, ora como indivíduos que sofrem discriminação por parte da sociedade e, às vezes até, da própria família.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem; representação; esquizofrenia

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos do Programada Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Professor do Curso de Letras – Português e Literaturas a distância da UFSM. Membro do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP/UFSM).

1. Introdução

Na História da humanidade, a loucura geralmente foi tratada sob um prisma da estigmatização. Aos considerados loucos, sempre coube a exclusão do convívio da sociedade dita “normal”, que determinava que “lugar de louco” eram (são) hospícios. Tem-se, então, a figura do louco sendo considerada perigosa, desarrazoada cabendo como única alternativa o afastamento do convívio familiar, a fim de que pudesse passar por um processo de reaprendizagem social, estando em uma instituição manicomial (PINHO; HERNÁNDEZ; KANTORSKI, 2010). Esse método de tratamento da loucura ficou conhecido como *institucionalização*.

Tal modelo surge no início do século XVII com a criação de casas de internamentos para insanos. Tais residências eram chamadas de Hospitais gerais. É nesse período que a Psiquiatria se estabelece como especialidade da medicina responsável por tratar dos distúrbios mentais do ser humano. Com isso, a loucura torna-se objeto da ciência e o louco perde essa denominação e passa a ser chamado de doente mental. Assim, a loucura se transforma em categoria de patologia humana. Com a criação desse novo ramo médico, instaura-se um processo de exclusão da desrazão (SERPA JUNIOR, 2011).

De acordo com Foucault (1972), historicamente o internamento dos indivíduos com transtornos mentais objetivava expulsar, segregar e punir aqueles que não eram bem-vindos no convívio da sociedade. A loucura, no mundo clássico, segundo o autor, era entendida como um lugar de não adesão à ordenação burguesa, pois muitos dos loucos eram internados por apresentarem incapacidade para o trabalho e para o acompanhamento dos padrões da vida social.

No século XIX, com a consolidação da psiquiatria, a concepção de loucura como desordem social, vigente até essa época, começa a ser efetivamente substituída por uma concepção de problema psicológico e, conseqüentemente, a loucura se estabelece como realidade da ordem médica.

O modelo psiquiátrico hospitalocêntrico/manicomial se manteve até meados do século XX, quando do surgimento de um movimento antipsiquiatria, conhecido também como Reforma Psiquiátrica, que visava a uma forma diferenciada de tratamento aos doentes mentais. Esse movimento buscava uma assistência mais humana aos pacientes, em que a principal reivindicação era a inclusão do portador de distúrbios mentais na sociedade. Desse modo, nas palavras de Maciel et al.,

a família e os profissionais de saúde, assim como a sociedade em geral, são conclamados a aceitar uma forma mais humanizada de conceber a loucura, descobrindo modos de conviver com a diferença, de maneira mais satisfatória e adequada, dissipando os estigmas e os preconceitos em relação à figura do louco (MACIEL et al. 2011, p. 194).

Com essa nova visão, o tratamento aos pacientes passa a ser mais complexo, deixando de estar centrado apenas na relação doente-médico e englobando profissionais de outras áreas do conhecimento, como psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, todos considerados especialistas do ramo interdisciplinar da saúde mental.

No Brasil, esses novos direcionamentos em relação à Política de Saúde Mental foram outorgados pela Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe “sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001). Nesse decreto, encontram-se determinados muitos dos princípios que norteiam a reforma psiquiátrica brasileira, que busca o fim dos manicômios, ou seja, o término das internações e, consequentemente, da exclusão do paciente do convívio familiar e social.

No entanto, ainda hoje, algumas psicopatologias ainda carregam o estigma associado à noção de louco, como um ser passível de ser internado (e esquecido) em um hospital psiquiátrico, destituído de qualquer convívio social. Dentre as patologias mais comumente relacionadas ao conceito de loucura está a esquizofrenia. A doença, segundo DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002), é um transtorno caracterizado pela ocorrência de psicose, isto é, estado psíquico com presença de delírios e alucinações associados a discurso e comportamento desorganizados. De acordo com Martins (2008), foi no final do século XIX que surgiram os primeiros conceitos para esquizofrenia, denominada como “demência precoce”. O termo esquizofrenia, por sua vez, foi empregado pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuer, em 1908, para se referir à demência precoce. O médico propôs renomear o distúrbio visando a elucidar a separação que ocorre na mente dos portadores da doença entre o real e o imaginário (esquizofrenia, do grego, *schizo*, separação e *phrenia*, mente).

Por conta de sintomas como alucinações, delírios, alterações na percepção, no juízo, de fala, entre outros, em que o paciente perde o contato com a realidade e não consegue estabelecer diferenciação entre experiências reais e imaginárias, a esquizofrenia, como aponta Garcia (2013), é o transtorno mental que carrega a maior carga de preconceito. A Associação Brasileira de Psiquiatria (2009) ressalta que, em muitos dos casos de diagnóstico da doença, os pacientes não prosseguem com o tratamento por conta do estigma associado ao transtorno.

Com base nesse contexto sócio-histórico, este artigo tem o objetivo de analisar a linguagem usada para manifestar representações sociais sobre indivíduos com esquizofrenia em textos publicados na revista de popularização científica *Psique Ciência & Vida*. Para isso, seguimos uma perspectiva de análise linguística de vertente funcionalista, a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), a qual é baseada principalmente nos trabalhos desenvolvidos por Michael Halliday e seus seguidores. Aliada à visão funcional de linguagem oriunda da LSF, adotamos ainda a noção de representação social proposta pelos estudos em Psicologia Social realizados, principalmente, por Serge Moscovici. De modo a realizar o objetivo proposto, nas seções a seguir apresentamos, inicialmente, o suporte teórico que subsidia o trabalho, em seguida, os procedimentos metodológicos que nortearam as análises e, por fim, a discussão dos dados encontrados.

2. Linguística Sistêmico-Funcional: representação no nível léxico-gramatical

Para a realização deste estudo, partimos do pressuposto teórico da LSF, que propõe que a linguagem é um sistema de significados compartilhados socialmente por seus usuários. Por isso, essa perspectiva compreende a linguagem como um sistema sociossemiótico. De acordo com Barbara e Moyano (2011), para a LSF, a gramática de uma língua não é entendida partindo de um nível formal (sintaxe, morfologia ou fonologia), mas sim do significado. É a partir dele que se chega à forma, ou seja, é do nível contextual para a língua, organizada pela léxico-gramática. Por esse motivo, a LSF defende que toda análise linguística precisa, impreterivelmente, considerar o contexto de funcionamento da língua.

Para Halliday (1989, p. 05), “o contexto serve para fazer a ponte entre o texto e a situação na qual o texto geralmente ocorre”. Com base nessa noção, o autor divide o contexto em dois: contexto de cultura e contexto de situação. O contexto de cultura refere-se espaço social mais amplo, onde se encontram as instituições e convenções sociais, ou seja, apresenta-se como um conjunto de experiências com significados compartilhados. O contexto de situação, por sua vez, caracteriza-se por ser o ambiente no qual um texto está efetivamente realizando uma função.

Por sua relação mais imediata entre texto e a situação de uso da língua, Halliday (1989) atribui ao contexto de situação significativa importância, pois a situação é capaz de dar aos participantes, durante uma interação linguística, uma grande ideia sobre os significados que estão sendo trocados e também aponta os que, provavelmente, serão

ditos. A fim de analisar a situação em que o texto está funcionando, o teórico propõem três variáveis que definem o contexto situacional:

- Campo: dá conta da natureza da prática discursiva;
- Relações: estabelece o vínculo entre os participantes do discurso;
- Modo: corresponde ao papel que a linguagem desempenha na prática social.

As três variáveis, segundo a perspectiva da LSF, seriam responsáveis por antecipar informações sobre o texto.

Essa abordagem linguística configura-se como um aparato teórico-metodológico que tem por objetivo analisar a linguagem em funcionamento, considerando que todo uso linguístico é pautado por escolhas feitas pelo falante dentre uma gama de possibilidades disponíveis no sistema da língua. Por esse aspecto funcional da linguagem, Halliday & Matthiessen (2004) identificam três funções primordiais para a linguagem (denominadas como *metafunções da linguagem*): a ideacional, a interpessoal e a textual. A metafunção ideacional corresponde à capacidade que a linguagem tem de representar as experiências humanas. Essa metafunção se divide, segundo Halliday & Matthiessen (2004), em experiencial e lógica, de modo que a experiencial é a função que constrói um modelo de experiência e a lógica é a função responsável pelos recursos que formam as combinações lógico-semânticas. A metafunção interpessoal considera a propriedade que a linguagem tem de estabelecer relações entre os participantes de uma dada interação em um determinado contexto. A metafunção textual, por sua vez, compreende o potencial que a linguagem tem de organizar a informação trocada pelos participantes.

Cada metafunção possui uma estrutura léxico-gramatical responsável por realizar seu significado. A ideacional é realizada pelo sistema de transitividade; a interpessoal pelo sistema de modo oracional e a textual é realizada pelo sistema de estrutura temática. Todos esses sistemas têm como unidade de análise a oração, pois na visão da LSF a oração é um construto léxico-gramatical multifuncional responsável por representar as experiências, garantir a troca entre interlocutores e organizar a mensagem expressa.

Para atender ao objetivo de analisar a linguagem usada para representar pessoas com esquizofrenia, a análise se baseia na metafunção ideacional experiencial, pois é ela que se refere ao uso linguístico com o intuito de se falar a respeito do mundo, tanto o exterior, como eventos e acontecimentos, quanto o interior, o da nossa consciência. O sistema de transitividade, responsável pela realização da metafunção, constrói essas experiências exteriores e interiores por meio de tipos de processos. Halliday &

Matthiessen apontam que “cada tipo de processo apresenta seu próprio modelo ou esquema para construir um domínio particular da experiência, uma figura de um tipo particular” (2004, p. 170).

A transitividade possibilita a identificação das ações e das atividades humanas expressas no discurso, além da realidade na qual são retratadas. Esse reconhecimento acontece através dos papéis de transitividade, que são:

- os *processos*, realizados por grupos verbais, são responsáveis por expressar as ações, emoções, sentimentos, ou seja, a experiência propriamente dita;
- os *participantes*, expressos geralmente por grupos nominais, estão envolvidos de alguma maneira no processo;
- as *circunstâncias*, realizadas por grupos adverbiais e sintagmas preposicionais, são informações adicionais que contextualizam a experiência expressa pelo processo.

No sistema de transitividade, as orações são classificadas de acordo com os tipos de processos: materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais. As orações materiais são aquelas que expressam o fazer e o acontecer de uma entidade. As orações mentais representam as experiências do mundo interior, tais como o sentir, o perceber, o pensar e o desejar, de um ser dotado de consciência. As orações relacionais estabelecem relação entre duas entidades, caracterizando-as ou as identificando. As verbais representam o dizer e expressam ações de comunicar. As orações comportamentais materializam linguisticamente um comportamento fisiológico ou psicológico, como respirar, tossir, sorrir etc. Por fim, as existenciais representam experiências de algo que existe ou acontece. Cada um dos tipos de orações possui um conjunto de participantes relacionados, que estão apresentados ao longo da sessão de análise.

De acordo com a perspectiva sistêmico-funcional, as escolhas feitas pelo usuário para expressar as experiências refletem o meio social em que a linguagem está funcionando, incluindo as crenças, os valores, os princípios e os julgamentos da sociedade em que a interação acontece. A partir dessa visão, acredita-se que essas escolhas, por estarem inseridas e orientadas pela sociedade da qual pertence, manifestam não só experiências, mas também representações que são sociais, compartilhadas no convívio social. Esse é o outro aporte teórico que embasa a análise realizada neste artigo e está apresentado na seção a seguir.

3. Teoria das Representações Sociais: representação no nível social

Para a perspectiva teórica das representações sociais elaborada por Moscovici (1961), em sociedade, estamos constantemente envolvidos por uma infinidade de pessoas e instituições produtoras de discursos, os quais veiculam valores, crenças e posicionamentos. Esses discursos, na maioria das vezes, sem que nos demos conta disso, interferem em nossa maneira de compreender e analisar o mundo (MOSCOVICI, 2010). Do mesmo modo, nosso discurso interfere na forma como as outras pessoas compreendem a realidade que as cercam.

Essas formas de compreender o mundo de modo compartilhado é o que Moscovici chama de representações sociais. Jodelet (2001), uma das principais seguidoras do autor, caracteriza representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). A perspectiva adotada por Moscovici e seus seguidores compreende as representações também (ou em consequência da noção de conhecimento partilhado) como “sistemas de interpretação” reguladores de nossas relações com a realidade que nos cerca, guiando o modo de agir e as comunicações sociais.

Moscovici (2010), a fim de explicar o porquê da criação de representações sociais, indica que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (p. 54). Isso significa que os conhecimentos partilhados entre as pessoas configuram-se como maneiras específicas de compreender e comunicar ideias que já nos são familiares, atribuindo a novos fenômenos significações já conhecidas.

Para os psicólogos sociais, o processo de familiarização do não familiar ocorre por meio de dois mecanismos cognitivos baseados na memória e em conclusões passadas: a ancoragem e a objetivação.

O mecanismo de ancoragem consiste em colocar ideias e objetos estranhos em um contexto mais familiar, reconhecível. Ao ancorar, comparamos algo estranho, que nos perturba por ser desconhecido, com um modelo de categoria que acreditamos ser o mais apropriado (MOSCOVICI, 2010). Através desse processo, damos nomes e classificamos alguma coisa, escolhendo para ela um dos modelos estocados em nossa memória, atribuindo um caráter positivo ou negativo à relação estabelecida. Nesse caso, conforme Moscovici (2010, p. 62), “a neutralidade é proibida”. Por isso, quando classificamos uma pessoa como louca não estamos simplesmente reportando um fato,

mas sim avaliando-a e rotulando-a, revelando nossa concepção de sociedade. Além disso, enclausuramos essa pessoa em um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais, baseados num protótipo mental sobre o ideal de “loucura”.

O mecanismo de objetivação consiste em transformar algo abstrato em algo concreto (ou quase concreto), transmitindo aquilo que está no âmbito do mental para o mundo físico. Por meio do processo, unimos uma ideia não familiar com a realidade. Um esclarecedor exemplo para a noção de objetivação é dado por Moscovici (2010), quando diz que “temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente, se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal” (p. 72).

A manifestação das representações sociais se dá, conforme Minayo (2008), essencialmente via linguagem, como um modo de conhecimento e de interação social. Confirmando a importância da linguagem na manifestação de representações sociais, Jodelet (2001) declara que “elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (p. 17-18).

Desse modo, ambas as autoras defendem que as representações devem ser estudadas criticamente a partir do entendimento das estruturas e dos comportamentos sociais, uma vez que, com base em Minayo (2008), retomando Bourdieu (1973), é por meio da linguagem que estruturas e comportamentos são manifestados e controlados. Nesse ponto, encontramos o papel decisivo da linguagem na constituição das representações sociais, pois, como destaca Harré (2001), “como as práticas lingüísticas são sociais, no sentido próprio do termo, pode-se restabelecer o equilíbrio [entre linguagem e sociedade], enfatizando o papel das palavras como suporte das representações sociais” (p. 105).

Desse modo, acreditamos que, partindo de uma visão sistêmico-funcional de linguagem aliada à noção de representações sociais, seja possível alcançar propósito deste artigo: analisar como a linguagem é utilizada para representar pessoas com esquizofrenia em textos de popularização da ciência. Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos empregados na realização da análise.

4. Procedimentos metodológicos

Visando a atender o objetivo supracitado, apresentamos, neste trabalho, a análise de um dossiê² sobre esquizofrenia publicado na edição número 41 da revista de popularização da ciência *Psiqué Ciência & Vida* em junho de 2009. O dossiê é formado por quatro textos:

- O texto 1 (T1), *Introdução à Esquizofrenia*, é assinado por Mônica Serrano;
- O texto 2 (T2), *Frente a frente com a informação*, é assinado por Ary Gadelha e Rodrigo Bressan;
- O texto 3 (T3), *Tipos de esquizofrenia*, também é assinado por Ary Gadelha e Rodrigo Bressan;
- O texto 4 (T4), *Acompanhados pelo preconceito*, é assinado por Cecília Villares.

Considerando esse *corpus* e seguindo a premissa sistêmico-funcional de que toda análise linguística de um texto deve considerar o contexto em que ele aparece, a metodologia empregada está organizada em três etapas: análise contextual, análise linguística e interpretação dos dados.

A etapa de análise do contexto consistiu na descrição da Configuração Contextual do dossiê sobre esquizofrenia analisado, identificando as variáveis do contexto de situação: campo, relações e modo. Além disso, foi feito um levantamento a respeito do veículo-fonte do dossiê, a fim de observarmos o ambiente em que circulam os textos analisados.

A análise linguística correspondeu, inicialmente, na seleção das orações em que os portadores de esquizofrenia são referidos por meio de substantivos como “esquizofrênicos”, “pacientes”, expressões “indivíduos com esquizofrenia”, pronomes, elipses etc. Em um segundo momento, analisou-se cada uma das orações selecionadas com base no sistema de transitividade da Gramática Sistêmico-Funcional, identificando processos, participantes e circunstâncias e analisando os significados manifestados pelas escolhas linguísticas.

A terceira etapa, interpretação dos dados, consistiu na triangulação dos dados encontrados. Essa triangulação ocorreu tanto na interpretação dos dados linguísticos em relação aos dados contextuais, quanto no estabelecimento de relações entre as representações no nível léxico-gramatical com representações sociais.

² Disponível em <http://psiquienciaveida.uol.com.br/ESPS/edicoes/41/artigo141991-1.asp?o=r>.

5. Análise e discussão dos dados

Por meio da análise do contexto em que o dossiê analisado está inserido, bem como a análise linguística através do sistema de transitividade, foi possível identificar representações para indivíduos esquizofrênicos. Nas seções a seguir, apresentamos os resultados encontrados na presente pesquisa.

5.1 Análise Contextual

A partir da observação do portal online da revista Psiqué Ciência & Vida, foi possível verificar que se trata de uma publicação da editora Escala, a qual atua, segundo informações disponíveis no portal da editora, na edição, impressão e distribuição de livros didáticos, paradidáticos e revistas, visando à divulgação de informações e conhecimentos, prezando pela responsabilidade social e ambiental. Com esses dados, podemos considerar que a revista Psiqué está inserida em um contexto em que se objetiva a disseminação de conhecimentos e informações para o grande público.

Essas conclusões são confirmadas nas informações a respeito do periódico. Segundo o portal da revista, a Psiqué é uma publicação que tem o intuito de trazer informações sobre as áreas de Psicologia, Psiquiatria e Neurociências, tendo por público-alvo leigos, iniciados, especialistas e interessados nessas áreas de abrangência. Podemos considerar, a partir dessas informações, que a revista caracteriza-se como um periódico voltado para a divulgação de conhecimentos sobre a área da saúde mental.

Com relação à Configuração Contextual do dossiê analisado, considerando as três variáveis do contexto de situação, é possível observar que, quanto ao Campo, que corresponde à natureza da ação social que está acontecendo durante interação, os textos analisados apresentam um histórico sobre a esquizofrenia (T1), os sintomas, tratamentos e tipos da doença (T2 e T3) e algumas possíveis consequências que a doença pode acarretar na vida do indivíduo (T4).

No que diz respeito à variável relações, que se refere a quem está participando da interação, constatou-se que os textos são assinados por diferentes profissionais relacionados à área da saúde mental. T1 é assinado pela jornalista Mônica Serrano, T2 e T3 são assinados pelos médicos psiquiatras Ary Gadelha e Rodrigo A. Bressan e T4 é assinado pela terapeuta ocupacional Cecília Villares.

Quanto à variável modo, que está relacionada à participação da linguagem na interação, foi possível observar que o papel da linguagem verbal é constitutivo e o meio

escrito tem função fundamental na realização do texto. O texto foi escrito para ser lido impresso e online, uma vez que tem seu conteúdo está disponível na página da revista. Por conta dessa característica fundamental da linguagem nos textos analisados, na seção seguinte estão apresentados os resultados obtidos com a análise linguística.

5.2 Análise Linguística

No dossiê analisado, com a separação das orações em que os indivíduos com esquizofrenia são referidos, foi estabelecido um total de 124 orações selecionadas. Nessas orações, com base no sistema de transitividade, da GSF, podemos identificar quais as funções léxico-gramaticais desempenhadas pelos esquizofrênicos, possibilitando a identificação de representações para esse grupo social.

A análise léxico-gramatical do dossiê, por meio da identificação de processos, participantes e circunstâncias, demonstrou que os portadores de esquizofrenia apareceram como participantes em orações materiais (37% de ocorrências), mentais (27% de ocorrências), relacionais (21% de ocorrências), comportamentais (8% de ocorrências) e verbais (7% de ocorrências). Esses dados nos permitem constatar que, nos textos analisados, os portadores estão representados predominantemente em função de suas ações no mundo exterior (orações materiais), das ações de sua consciência (orações mentais) e de sua caracterização enquanto grupo.

Isso fica mais evidente quando são observados os tipos de função léxico-gramatical que eles estão desempenhando. No caso das orações materiais, é recorrente os esquizofrênicos desempenharem a função de Meta, ou seja, são representados como os participantes que sofrem a ação manifestada pelo processo. Essa relação pode ser observada no exemplo 1.

(1) Quando alguém está apresentando sintomas de delírios e alucinações, trata-se de uma urgência médica. ***Esta pessoa deve ser levada para avaliação médica o quanto antes.*** [T2]³

Na oração material em destaque, o indivíduo com esquizofrenia, recuperado por *esta pessoa*, desempenha a função de Meta do processo material *ser levada*. Nesse caso, não está expresso o participante responsável pelo agir, ou seja, aquele que levará o doente para avaliação médica.

³ A fim de melhorar a organização da análise, os fragmentos selecionados estão numerados, as orações analisadas em itálico, os participantes em negrito e os processos sublinhados.

Com relação às orações mentais, os indivíduos com esquizofrenia desempenham recorrentemente a função de Experienciador, isto é, o participante dotado de consciência responsável pelo sentir expresso na oração. Essa relação está presente no exemplo 2.

(2)Os portadores teriam degeneração progressiva de seu quadro até **[os portadores]** *perderem totalmente a sanidade*. [T2]

Na oração mental destacada, o termo *portadores*, recuperado pela elipse, desempenha a função de Experienciador do processo *perder*, que nesse caso funciona como um mental por conta do Fenômeno *sanidade*, isto é, o participante que é sentido pelo Experienciador, nesse caso específico, perdido por ele.

Quando se refere às orações relacionais, os esquizofrênicos desempenham geralmente a função de Portador, que é o participante a quem uma determinada característica (Atributo) é atribuída. Isso ocorre no exemplo 3.

(3)Não é raro que *esse tipo de paciente* *tenha* também delírios de grandeza, idéias além de suas possibilidade: “Eu sou o melhor cantor do mundo. Nada me supera”. [T3]

Na oração relacional em itálico, o termo *esse tipo de paciente*, fazendo referência aos portadores, realiza a função léxico-gramatical de Portador do processo relacional *ter*, o qual atribui ao Portador a característica de apresentar delírios de grandeza.

Com base na identificação dessas funções léxico-gramaticais, foi possível observar que os indivíduos com esquizofrenia são representados em termos de seus aspectos enquanto paciente, caracterizando os sintomas frequentes, os efeitos biológicos da doença e as ações a serem tomadas ao surgimento desses sintomas. Desse modo, é possível constatar que, nos textos analisados, essas pessoas são representadas como pacientes sujeitos a tratamento psiquiátrico.

No entanto, não é apenas essa representação que está presente no dossiê. Há ainda uma que considera os esquizofrênicos como pessoas discriminadas pela sociedade, podendo, inclusive, serem vítimas dentro da própria família. Essa representação pode ser verificada no exemplo 4.

(4)Na população em geral, prevalece o total desconhecimento ou a noção de que *o “esquizofrênico” é violento ou alguém em quem não se pode confiar*. [T4]

Na oração relacional destacada, o termo *esquizofrênico* desempenha a função de Portador do processo relacional *ser*, cujos Atributos relacionados são *violento e alguém*

que não se pode confiar. Nesse caso, os portadores são representados enquanto pessoas que são alvo de preconceito por conta do desconhecimento em relação à doença.

Esse desconhecimento acaba afetando, inclusive, o tratamento do paciente. Um exemplo disso está expresso no fragmento 5.

- (5) Em muitos casos, os clientes levam anos até encontrar um local que ofereça assistência adequada, onde a medicação prescrita seja corretamente orientada, em que ***o cliente e seus familiares*** recebam informações e sejam acolhidos em suas questões e conflitos. [T4]

Nas orações materiais destacadas acima, os portadores, retomados por *cliente*, desempenham respectivamente as funções de Beneficiário, o participante que se beneficia pela performance do processo, e de Meta dos processos *receber* e *ser acolhido*. Nesse caso, a representação de pessoas que sofrem preconceito acaba provocando consequências no tratamento do paciente.

A partir da análise linguística, foi possível identificar duas representações presentes no dossiê analisado: as pessoas com esquizofrenia como pacientes e como sujeitos que sofrem preconceito por possuírem uma doença ainda pouco compreendida. Na seção seguinte, está apresentado o cruzamento dos dados contextuais com os linguísticos.

5.3 Interpretação dos dados

Com bases nos dados encontrados, é possível observar que a representação dos portadores como pacientes de um tratamento médico ocorre, principalmente, em T2 e T3. Essa relação se justifica no cruzamento dos dados contextuais com os linguísticos. Tendo em vista a variável contextual relações, é possível estabelecer um paralelo entre os autores dos textos as representações neles manifestadas. Tanto T2 quanto T3 serem assinados por dois médicos psiquiatras legitimam a manifestação da representação como pacientes, pois nos dois textos, os autores pretendem salientar como os doentes experienciam os sintomas resultantes da doença e quais ações médicos e familiares devem realizar a fim de possibilitar o tratamento psiquiátrico. Esse fato justifica a grande presença das funções léxico-gramaticais de Experienciador e Meta em T2 e T3.

Relação semelhante ocorre com a representação dos indivíduos com esquizofrenia como discriminados socialmente, pois ela aparece predominantemente em T4. Esse texto é assinado por uma terapeuta ocupacional, profissional que tem como uma de suas funções elaborar atividades com o intuito de desenvolver a autonomia de

pessoas com dificuldades de (re)inserção no convívio social (CONFITO, s/a). Novamente, a identificação desse dado justifica a ocorrência dessa representação em T4, pois nesse texto a autora está preocupada em apontar características sobre esses indivíduos e como eles experienciam e sofrem ações realizadas pela sociedade, tais como o preconceito. Esse fator explica a presença predominante das funções de Portador e Experienciador em T4.

Com relação a T1, não é possível identificar uma representação característica, pois ele apresenta um caráter mais introdutório, isto é, apresenta brevemente um histórico sobre a doença, de modo a apresentar um panorama do desenvolvimento da esquizofrenia. Nesse caso, o foco do texto se centra mais na doença do que no doente.

Quanto às representações sociais, podemos observar que cada representação se estabelece a partir de uma concepção distinta de esquizofrenia. A representação dos esquizofrênicos como pacientes está ancorada no conhecimento compartilhado fundado a partir da constituição da Psiquiatria, século XVII, período em que a doença passa a ser tratada como uma patologia. Justamente por essa razão a esquizofrenia passa a ser abordada igualmente a todas as demais doenças do ser humano e se centra em questões como sintomas, diagnósticos, tratamentos, farmacologia. A partir dessa representação social, trata-se o “paciente”, o “doente”.

A representação de esquizofrênicos como pessoas que sofrem preconceito se ancora em um conceito compartilhado mais recente, concebido a partir dos anos 1960, estabelecido a partir dos movimentos de antipsiquiatria, cujo objetivo foi contestar a visão vigente da psiquiatria tradicional. Para essa representação social, a pessoa com esquizofrenia (e qualquer outra doença mental) antes de ser um paciente é um sujeito social. Nesse caso, as questões de tratamento se centram em aspectos mais psicoterápicos, terapêuticos e implicações sociais. Nessa linha, trata o sujeito em relação ao contexto social em que vive (PACHECO, 2001).

6. Considerações Finais

Neste trabalho, evidenciamos, por meio da análise léxico-gramatical da linguagem, representações sobre pessoas com esquizofrenia em um dossiê publicado em uma revista de popularização da ciência. Para a realização desse objetivo, empregamos o aporte teórico da Gramática Sistemico-Funcional, mais especificamente, do sistema de transitividade, responsável por realizar a metafunção ideacional experiencial, a qual dá

conta da capacidade de representar da linguagem. Aliado a esse subsídio teórico, foi empregada a noção de representação social proposto por Moscovici.

A análise dos dados linguísticos demonstrou que as funções léxico-gramaticais predominantes nos textos foram Experienciador, Meta e Portador. A partir desses dados, podemos concluir que nos textos analisados os esquizofrênicos são linguisticamente representados em função das sensações que experienciam na consciência, das ações que recebem no mundo exterior e de sua caracterização enquanto grupo.

A interpretação dos dados nos permitiu concluir que, no dossiê em questão, há a manifestação de duas representações sobre os portadores de esquizofrenia: são representados como pacientes de tratamento médico e como pessoas que sofrem preconceito da sociedade. A essas representações estão relacionadas duas representações sociais distintas: uma que concebe o esquizofrênico como “paciente” e outra que o entende como um “sujeito social”.

Em resumo, o dossiê em estudo reflete linguística e semanticamente uma querela que tem ocorrido frequentemente no ramo da saúde mental: a psiquiatria tradicional de um lado e a abordagem antipsiquiátrica de outro. No entanto, passados aproximadamente treze anos da Lei que outorga a desinstitucionalização no Brasil que e confirma a perspectiva antimanicomial, o caminho que tem sido trilhado entre essas abordagens é mais de ajustes e de complementariedade do que de exclusão.

Referências bibliográficas

ABP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Manual para a imprensa: boas práticas de comunicação e guia com recomendações para um texto claro e esclarecedor sobre doenças mentais e psiquiatria. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.ipqhc.org.br/pdfs/Cartilha_ABP_final_gráfica.pdf. Acesso em: 23 dez. 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: texto revisado (DSM-IV-TR)**. Artmed, 2002.

BARBARA, L.; MOYANO, E. Abordagens Sistêmico-Funcionais a textos acadêmicos. In: _____ (Orgs.). **Textos e linguagem acadêmica: explorações sistêmico-funcionais em espanhol e português**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p.7-20.

BRASIL. Lei n. 10.216, 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10216.htm. Acesso em: 15 out. 2012.

CONFFITO – CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Definição de Terapia Ocupacional. s/a. Disponível em: http://www.coffito.org.br/conteudo/con_view.asp?secao=46. Acesso em: 15 nov. 2013.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GARCIA, C. Entre ciência e representações: a esquizofrenia e seus personagens nas páginas da Folha de S. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Brasil, 6, feb. 2013. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/741/1367>. Acesso em: 15 nov. 2013.

HALLIDAY, M. A. K.. Part I. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University, 1989.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. C. **An introduction to functional grammar**. 3th. ed. London: Arnold, 2004.

HARRÉ, R. Gramática e léxicos, vetores das representações sociais. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

MACIEL, S. C.; BARROS, D. R.; CAMINO, L. F.; MELO, J. R. F. Representações sociais de familiares acerca da loucura e do hospital psiquiátrico. **Temas em Psicologia**, v. 19, nº 01, p. 193-204, 2011. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2/vol19n1/PDF/v19n1a15.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

MARTINS, I. S. **Construção e representação de realidades no discurso de falantes com esquizofrenia: uma abordagem sistêmico-funcional**. 2008. 238f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MINAYO, M. C. S. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 10ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 89-111.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1961.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. 7ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PACHECO, J. G. **Representações sociais da loucura e prática sociais: o desafio cotidiano da desinstitucionalização**. 2011. 393f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

PINHO, L. B.; HERNÁNDEZ, A. M. B.; KANTORSKI, L. P. Reforma psiquiátrica, trabalhadores de saúde mental e a “parceria” da família: o discurso do distanciamento. **Interface: comunicação, saúde e educação**, v. 14, n. 32., p. 103-113, jan./mar., 2010. Acesso: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n32/09.pdf>>. Disponível: 15 ou. 2012.

SERPA JUNIOR, O. D. O papel da psiquiatria na reforma psiquiátrica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, p. 4675-4683, 2011. Acesso <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/16.pdf>>. Disponível em: 17 out. 2012.

Abstract: This paper has the purpose to analyze the language used to represent schizophrenic people on texts published in the science popularization magazine *Psiqué Ciência & Vida*. The *corpus* is a dossier comprises four texts which thematic the mental disorder of schizophrenia. The theoretical framework adopted in linguistic analysis was system of transitivity proposed by Halliday & Matthiessen (2004). This system focus in lexicogrammatical description of clause, identifying participles, process and circumstances. The results reveal that lexicogrammarly the

schizophrenics realized the functions of Senser, Carrier and Goal. These linguistics choices manifest two representations for the schizophrenics, as as patients of a psychiatric treatment and as individuals who are discriminated against by society and sometimes even their own family.

KEY-WORDS: language; representation; schizophrenia

Estratégias Discursivo-Interacionais de Reformulação em Contextos de Trabalho

Discursive-Interactional Strategies of Reformulations in workplace Context

Wania Terezinha Ladeira¹

Resumo: Baseando-nos em perspectivas teóricas de Fala-em-Interação Institucional e em metodologias da Análise da Conversa, estamos analisando a atividade discursiva e interacional de reformular em dois ambientes de trabalho: a sala de aula e o juizado especial de relações de consumo. Reformulações são entendidas como definição, explicação, resumo, sumário que um dos participantes da interação provê a partir da própria fala ou da fala do outro. Observamos em duas audiências e em duas aulas gravadas em áudio que o uso linguístico-discursivo de reformular está relacionado com a execução de mandatos intitucionais conectados a tarefas desses dois ambientes de trabalho: “fazer acordos” em audiências de conciliação e “fazer aprender” em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Interação, Contexto de trabalho, Reformulação.

¹ Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa nos cursos de graduação e mestrado. Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Introdução

Não há consenso entre os analistas da conversa quanto à validade da distinção entre formas de conversa institucional, isto é, em local de trabalho, e cotidiana. A partir dos estudos de Drew & Heritage (1992), muitas pesquisas têm defendido a relevância dessa distinção. Embora utilize as mesmas técnicas da Análise da Conversa cotidiana, a pesquisa de fala em contexto institucional prioriza o que os participantes estão fazendo em um determinado encontro de trabalho ou prestação de serviços. A fala-em-interação é central na busca de objetivos pragmáticos em situações diárias de trabalho, constituindo diferentes tipos de contextos institucionais de acordo com a tarefa a ser executada. Assim, pesquisar interação social e uso da linguagem em contexto institucional seria estudar “interações baseadas ou relacionadas com a execução de determinadas tarefas que envolvem pelos menos um participante representante de uma organização formal e pessoas leigas” (Drew & Heritage, 1992, p. 4). Nessas situações, os atores sociais moldam as suas condutas de acordo com a instituição que representam ou são clientes, pois é a natureza da situação social imediata que dá relevância aos atributos sociais dos participantes da interação em curso.

A partir da pressuposição de que existe uma estruturação própria da fala que ocorre em locais de trabalho, estamos analisando a atividade interacional de prover reformulações em contextos de duas audiências de conciliação de um juizado especial de relações de consumo e em duas salas de aula. Usando gravações em áudio, observamos as funções discursivo-interacionais de reformular o discurso anterior, relacionadas a mandatos institucionais e tarefas próprias de mediadores em audiências de conciliação e de professores em sala de aula.

1. A Fala-em-Interação em Contexto de Trabalho

O que define um encontro como contexto de trabalho, estabelecendo condutas e contribuições de fala como relevantes no encontro e orienta os participantes a respeito do que está acontecendo e quais os papéis sociais que devem adotar é o *enquadre* da situação (Tannen e Wallat, 1998). Os falantes identificam e se posicionam em um determinado enquadre por meio de *pistas de contextualização*

(Gumperz, 1998), que lhes são sugeridas pelo cenário da ação e pelos outros participantes. Esses conceitos relacionam opções linguísticas específicas com uma atividade social na qual a linguagem faz parte, tornando mais dinâmico o complexo entendimento de contexto. Tannen e Wallat (1998), por exemplo, mostraram como simples mudanças de registro de fala correspondem a mudanças de enquadre. Elas demonstram como detalhes de uso linguístico estão relacionados a certas atividades dentro de uma situação institucional. Em uma consulta pediátrica analisada por elas, a médica, ao examinar uma criança, ao dar explicações à mãe e ao dar indicações aos residentes, usa registros de fala distintos, mudando alinhamentos e enquadres.

As atividades executadas em uma interação institucional restringem as possibilidades de escolhas discursivas dos seus interlocutores, revelando diferenças significativas em relação à estruturação da conversa cotidiana. Maynard (1984), analisando contexto jurídico, mostra que nestas situações específicas os participantes são orientados para identidades e papéis relevantes para a situação em questão. Sendo assim, a análise empírica da fala-em-interação em contextos institucionais deve realizar a mesma tarefa da análise da conversa: analisar a conduta dos participantes de acordo com identidades locais específicas e a organização subjacente às atividades dos atores sociais em interação. Entretanto, deve-se dar atenção ao fato da conduta ou orientação dos participantes ser circunscrita pelo caráter institucional do contexto.

Baseando-se na orientação dos participantes para o contexto institucional, Drew & Heritage (1992, p.22) propõem três características para esse tipo de encontro:

- (i). a orientação de pelo menos um dos participantes para determinado objetivo, tarefa ou identidade central, convencionalmente associados à instituição em questão;
- (ii). a presença de restrições específicas que direcionam o que é uma contribuição relevante para a interação em andamento;
- (iii). a associação a um enquadre inferencial e a procedimentos que são específicos a determinados contextos institucionais.

Enfim, conforme Maynard (1984), contextos institucionais de fala-em-interação são regulados por *mandatos institucionais*. Mandato institucional é um tipo específico de enquadre que guia as ações dos participantes de uma interação em determinado

contexto institucional. O mandato institucional define, pelo menos para um dos participantes, uma meta-fim a ser alcançada no encontro ao atribuir a este participante o poder de regular os fluxos de conversa e definir falas e tópicos discursivos dos participantes como relevantes ou irrelevantes para o objetivo do encontro. O trabalho de Maynard (1984) é uma importante contribuição para a compreensão de padrões de fala em ambiente institucional, onde os seus membros devem atender a uma agenda de tarefas instrumentais através de suas falas e ações. O autor analisa o funcionamento interno do sistema de barganha judicial como atividade derivada do próprio conhecimento cultural e da prática dos atores sociais no microcosmo de uma situação institucional.

Silverman (1998), citando estudos de fala-em-interação em cenários de trabalho, destaca a concepção de contexto para o entendimento de características institucionais na fala-em-interação. Primeiramente, deve-se entender como contexto é entendido na Análise da Conversa de modo geral. Desde os primeiros estudos de Análise da Conversa é observado que a conversa é sempre situada, isto é, tem origem e é parte de circunstâncias locais e de seus participantes. Assim, lugar, tempo e identidades são importantes para os participantes de uma interação, embora nem todas as características do contexto pareçam salientes para a análise. Analistas da Conversa examinam a orientação dos participantes para o contexto e o definem como interação institucional se a identidade profissional ou institucional dos participantes é feita relevante para as atividades de trabalho nas quais os atores sociais estão engajados. Não se faz menção apriorística sobre o contexto, mas examina-se diretamente o que os membros invocam de um contexto para a fala deles.

Na análise da fala-em-interação em contexto institucional, o desafio do pesquisador é mostrar como estruturas sociais estão sendo produzidas através de detalhes da fala e da conduta, ou como papéis sociais dos participantes podem ser relevantes para a produção e interpretação da conduta em interação. A caracterização dos participantes na fala-em-interação é também importante para a formulação do contexto no qual os atores falam e interagem, já que atributos dos participantes estão inseridos dentro desse contexto, que, por sua vez, seria parte do que tradicionalmente tem sido chamado de estrutura social (Schegloff, 1992).

1.1. A Relação entre Fala e Estrutura Social

O estudo da organização da conversa cotidiana, segundo Zimmerman e Boden (1991), é central para entender a relação entre interação social e estrutura social como uma realização prática e cotidiana. Os elementos constituintes da conversa ajudam a conceber a estrutura social como algo que o ser humano faz no seu dia a dia. A estrutura social vista de modo convencional é tomada como algo que condiciona ou causa a conduta social e a interação social é tratada como uma conexão entre atores localmente estruturados e eventos. Os campos de estudo da Análise da Conversa e da Etnometodologia desafiam essa forma determinística de entender estrutura social, pois se fundamentam na ideia de que a ordem social é encontrada no uso metódico dos membros de uma sociedade e de suas práticas para produzir sentido e explicar as características e circunstâncias locais através das quais eles produzem um mundo social de ações práticas. A ordem social seria encontrada no nível da vida social, expressa e distribuída em atividades sociais. Segundo Zimmerman e Boden (1991, p. 07):

O foco em atividades situadas transforma o que é tomado como dado pelos membros de uma sociedade e por cientistas sociais como problemático para a Etnometodologia. Assim, o modo metódico através dos quais os membros produzem, reconhecem e explicam as suas ações em um contexto se torna o foco dos estudos empíricos.

Ao fazer de suas atividades algo explicável, os membros sociais produzem e reproduzem as características da estrutura social. Assim, a agência humana surge como característica essencial da organização interacional através da realização de atividades explicáveis. A organização da fala provê os recursos formais para realizar tarefas interacionais e aplica esses recursos de modo sensível às circunstâncias nas quais os participantes se encontram. Desse modo, a forma da fala encontrada em lugar de trabalho, por exemplo, reflete essa sensibilidade ao contexto, mas de modo mais geral, é livre de contexto, no que diz respeito aos mecanismos interacionais da conversa. A conversa tratada como virtualmente autônoma é uma estratégia metodológica que direciona os dados de fala-em-interação no qual estruturas conversacionais são mostras de interação social concreta, cujo objetivo de investigação é elucidar a organização da fala-em-interação. A partir desse exame, é possível considerar como os mecanismos conversacionais agem para possibilitar a realização local e reprodução de padrões institucionais e organizacionais na sociedade.

Segundo Zimmerman e Boden (1991), analistas da conversa focalizam a organização interacional e sequencial da conversa, enfatizando as suas características,

tais como: geração de oportunidade e restrições que aparecem de turno para turno, a variedade de organização sequencial, o sistema de tomada de turnos para gerenciar a construção e alocação de turnos de fala, sequências de entrada e saída de conversa, o reparo de problemas ou a execução de atividades de convidar, pedir, avaliar, entre outras, para descrever a estrutura de encontros sociais e a fala-em-interação de modo mais genérico. Para esses autores, bem como para outros etnometodólogos, é esse ambiente sequencial de fala que provê o contexto primário para os participantes entenderem, apreciarem e usarem o que foi dito, significado e mais importante, o que foi feito através da fala. A organização sequencial provê o que se chama de arquitetura da intersubjetividade.

Entretanto, conforme pondera Zimmerman e Boden (1991), a organização sequencial da fala-em-interação não determina a conduta dos membros sociais. Eles não são programados para agir conforme a estrutura sequencial. Uma pergunta, por exemplo, projeta uma resposta, mas ela pode ser também ignorada, desafiada, ter uma resposta evasiva ou transformada pelo receptor. Enfim, o ouvinte pode violar as restrições estabelecidas pelo ambiente sequencial da fala, mas essas violações geram inferências ou pedem explicações e são constitutivas de contexto sequencial para as próximas ações. O que um participante faz na sua fala ou em resposta à fala de outro é usado como informação para inferir as suas intenções, motivos, caráter e etc. O que se tem descrito é a agência humana, entendida como intrínseca ao maquinário que organiza a interação social, já que não há interação social sem participantes agindo de modo autônomo e moralmente responsáveis pelas suas ações.

Wilson (1991) também faz considerações relevantes a respeito da conexão entre (i) organização sequencial da interação social e (ii) orientação dos participantes para o contexto social e estrutural da interação, partindo da organização sequencial da conversa cotidiana como mecanismo fundamental da fala-em-interação. O autor argumenta que a orientação para a estrutura social está entrelaçada com a organização sequencial da interação de modo fundamental, constituindo objetos particulares que o sistema de troca de turnos aplica à conversa cotidiana ou em alguma variante. Objetos, tais como, turnos, perguntas, respostas, necessidade de reparos ou qualquer outro mecanismo da organização sequencial que os participantes de uma interação usam é constitutivo da orientação desses participantes para o contexto social e estrutural da interação. Tratando estrutura social como um objeto que impõe aos membros condições e recursos para

organizar várias ocasiões de interação, Wilson (1991) provê um modo alternativo para conceber a relação entre fala e estrutura social. Para esse analista da conversa, estruturas sociais, instituições, organizações e formações sociais seriam convencionais, culturalmente variáveis e historicamente contingentes. Entretanto, mecanismos da conversa cotidiana que organizam as formas básicas de ação social e de interação não seriam contingentes. As categorias de identidade institucional, as atividades associadas a essas categorias, dados biográficos são culturalmente variáveis, historicamente contingentes e negociáveis. Em contraste, mecanismos fundamentais de interação são instrumentos que os membros de qualquer sociedade usam para construir interação. Esses mecanismos, como são livres de contexto e sensíveis a ele, não são construídos no mesmo sentido. Eles são universalmente disponíveis e empregados pelos membros que constroem a interação. Portanto, os mecanismos fundamentais da interação não são convencionais, mas estão subjacentes a convenções sociais de todo o tipo.

Através da análise de interações em locais de trabalho, tais como cortes judiciais e serviço telefônico de emergência, Wilson (1991) mostra como a estrutura social é constituída na organização sequencial desses encontros. Na corte judicial, ele mostra como os tipos de turnos são restritos a perguntas do juiz e resposta do advogado de defesa e do promotor, com sequências inseridas. Em uma análise da Sociologia tradicional, o controle da interação pelo juiz seria atribuído à sua autoridade e *status* institucional na corte, mas, para Wilson (1991), essa explicação seria inadequada, pois a conexão seria indireta e não explica em detalhes o que é observado no curso das ações na corte judicial. A estrutura do par adjacente restringe a distribuição dos tipos de turnos dentro das sequências inseridas, de modo que a pessoa que inicia a primeira parte é direcionada a introduzir a próxima primeira parte e projeta a segunda parte para a ação limitadora de fornecer respostas. A restrição dos tipos de turnos dentro de sequências inseridas leva a alocação de turnos, sendo controlada pela parte que projeta para a segunda parte a ação de fornecer respostas. O resultado é uma série de interrogações. Consequentemente, não há necessidade de invocar o *status* especial e papel do juiz para explicar essas características da troca de turnos, pois isso se reflete na organização sequencial de uma sequência inserida em uma estrutura de par adjacente. O fenômeno da restrição de turnos e o controle sobre a alocação de turnos ocorre na estrutura dos pares adjacentes em diferentes contextos de trabalho.

Mehan (1991), examinando o trabalho de educadores engajados em classificar

estudantes para classes regulares ou educação especial, demonstra que estruturas sociais são relevantes para as atividades práticas das pessoas em interação social. O autor argumenta que considerações políticas, econômicas e legais restringem a interação social e conseqüentemente os mecanismos interacionais gerados na estrutura social. Características da organização social da escola estão conectadas com interações que acontecem em vários níveis da organização da escola, influenciadas pela organização burocrática e pela sociedade da qual a escola é parte. A política administrativa que diz respeito à classificação de estudantes, bem como o currículo, as escolhas de livros didáticos, os métodos de ensino e as práticas de avaliação são influenciados por secretarias de educação e conselhos de educação estaduais e federais em unidades organizacionais que não podem ser removidos da escola. Decisões burocráticas tomadas longe da escola colidem com a prática educacional nas escolas e nas salas de aula. O autor argumenta, desse modo, que a integração entre os níveis da macroestrutura e das micro interações é uma prática na rotina burocrática das instituições, tais como: escolas, hospitais e cortes.

Feitas a exposição a respeito das características da fala em interação em contexto de trabalho e as considerações sobre a relação entre estrutura social e estrutura da organização interacional dentro da perspectiva da Análise da Conversa, passamos a seguir à definição de reformulações, tendo em vista que é essa a atividade que vamos analisar nos nossos dados.

1.2. Definição de Reformulação

Estamos tratando o termo formulação ou reformulação como uma estratégia linguístico-discursiva de construção de significado em interação, cuja função principal pode ser o exercício de controle interacional por parte do mediador em audiências de conciliação e do professor em sala de aula. A formulação é definida de modo geral como a descrição, definição ou resumo que um dos participantes fornece explicitamente sobre o que está acontecendo na conversa. Nas palavras de Garfinkel e Sacks (1970, p. 350): “Um membro pode tratar uma parte da conversa como uma ocasião para descrever aquela conversa, para explicá-la, para caracterizá-la, para esclarecer, traduzir, resumir, fornecer o seu sentido”. Para Schegloff (1972, p.80), a formulação seria o local na conversa em que um objeto, pessoas e atividades seriam identificadas de modo seletivo, ou seja, haveria um conjunto de formulações alternativas para objeto ou atividade.

Um participante pode usar parte da conversa como ocasião para uma reformulação, que, segundo Deppermann (2011), seria o termo variante para formulação nos estudos germânicos de discurso e de Análise da Conversa. A formulação seria, então, uma representação do discurso, segundo Fairclough (2001). Frequentemente, (re)formular equivale a uma forma de policiar, seria um modo eficaz de forçar o interlocutor a sair da ambivalência, oferecendo uma formulação do que ele está dizendo, tornando a sua fala mais clara e explícita. Segundo Fairclough (2001), mesmo que o ato de formular não esteja conectado à ação de policiar, ele ainda tem uma função de controle interacional importante.

A formulação significaria o esclarecimento sobre “o que estamos fazendo”, ou seja, um modo de enquadrar a situação de interação (GOFFMAN, 1974), realizado por meio da produção de paráfrase de um enunciado anterior, preservando características da sequência discursiva anterior, mas também modificando os seus sentidos por meio de reformulações. Segundo Heritage e Watson (1979), as formulações manifestam três propriedades centrais: preservação, apagamento e transformação. Tipicamente, a formulação é feita pelo receptor de um enunciado, mostrando o seu entendimento da informação transmitida, de modo que ele pode preservar certos itens lexicais do enunciado anterior, apagar outros e transformar o que foi dito de acordo com propósitos comunicativos.

Heritage e Watson (1979) distinguem dois tipos de formulação: *gist* (significado central) e *upshots* (conclusão). *Gists* constituem esclarecimentos ou demonstração de compreensão da fala anterior. *Upshots* pressupõem uma versão não explicada da ideia central (*gist*). A formulação e a decisão constituem um par adjacente, isto é, confirmação ou negação seguem uma formulação. Esses autores observaram que confirmações são respostas preferidas. O assalto direto a uma formulação pode implicar em desafio à competência e capacidade do formulador em monitorar o resumo da fala. A formulação pode ser considerada como meio de conservar o que deve ser o tópico de determinada conversa.

Hak e Boer (1996) observam a função do par adjacente formulação-decisão em dados coletados de três tipos de entrevistas: (1) investigatória, que ocorre em consultas médicas e se caracterizam pela escassez de formulações; (2) exploratória, que ocorre em entrevistas psiquiátricas, nas quais o entrevistador usa o par formulação-decisão para

explorar as experiências do paciente; (3) colaborativa, que é encontrada em terapia psicológica, na qual o par formulação-decisão forma o principal dispositivo interacional usado pelo entrevistador para traduzir o problema do paciente em definição profissional do problema. Os autores concluem que o processo de formulação é composto de dois estágios: i) A formulação da ideia central da fala do paciente, tipicamente seguida por uma confirmação qualificadora, particulariza as condições sob as quais é possível justificar essa formulação. Quando a formulação é confirmada pelo paciente, ela funciona como evidência para o segundo tipo de formulação: ii) A formulação que constitui a avaliação profissional é, tipicamente, confirmada pelo paciente de modo mínimo, sugerindo a atitude de evitar a negação do julgamento profissional. Ao invés de uma confirmação verdadeira, os pacientes confirmam minimamente, assim os terapeutas definem o problema do paciente em termos profissionais. O uso reiterado de formulações pelo terapeuta teria como efeito a utilização de termos profissionais pelo paciente.

Walker (1995) estuda formulações como atividade central de fazer concessões para se chegar a um acordo em negociações. O grupo de formulações, composto de descrição, definição ou resumo do que o outro está dizendo ou o que todos estão dizendo na fala anterior, é apresentado como demonstração de entendimento, cuja resposta apropriada é a confirmação ou negação pelo interlocutor. O que Walker (1995) observa é que as formulações ocorrem em uma fase inicial de concessão e coincide com a atividade de ceder em negociação. Quando o falante formula um resumo da fala anterior, o que está fazendo é oferecer uma versão explicitando o sentido da fala anterior e tratando esse sentido como evidente. O processo de formulação implica fazer uma interpretação da fala anterior, porque não houve ainda uma versão definitiva do sentido “do que estão dizendo” em determinado encontro. Qualquer descrição é, então, necessariamente seletiva e direcionada pela tarefa que se tem a cumprir. Conforme defende Walker (1995), quando o falante formula o sentido da fala anterior, possivelmente, ela será ouvida como mais que simples demonstração do seu entendimento. Entretanto, na fala institucional, as formulações constituem-se como dispositivos importantes na realização do trabalho interacional, caracterizando estruturas de participação específicas de determinados contextos institucionais. Assim, o emprego de formulações, juntamente com a função interacional por elas realizada, pode estar associado a um tipo particular de papel social, como é o caso do mediador em

audiências de conciliação e do professor em sala de aula.

2. Metodologia

A perspectiva metodológica do presente artigo é oriunda da Análise da Conversa, cujo principal objetivo é descrever e analisar ações sociais e compreender as características da organização social por meio da qual as pessoas interagem e se comunicam, isto é, entender a ordem social a qual qualquer criança é capaz de perceber e segundo a qual é capaz de agir. Segundo Silverman (1998), para realizar esse objetivo é necessário examinar como as pessoas realizam as suas práticas mundanas, procedendo de forma indutiva. A principal forma de fazer isso em Análise da conversa é por meio de transcrição de gravações de fala ocorridas naturalmente, a fim de identificar como as interações são socialmente organizadas. Para compreender a ordem social das atividades mundanas é necessário descrever uma certa maquinaria das interações sociais através da qual as pessoas agem no mundo.

Silverman (1998), ao estudar os trabalhos de Sacks, cita sete regras metodológicas que guiam as pesquisas em Análise da Conversa. Seriam elas:

- (i) Usar dados conversacionais de ocorrências naturais: consiste na prioridade de uso de interações gravadas para teorizar sobre o funcionamento da maquinaria da conversa. O uso de hipóteses, de entrevistas para gerar dados e de categorias *a priori* é rejeitado. Deseja-se descobrir as categorias que os membros aplicam ao realizar suas ações cotidianas.
- (ii) Usar gravações: elas possibilitam a análise de detalhes de um aspecto da vida social, a conversa, bem como fica disponível para a comunidade científica verificar, aumentando, assim, o rigor da pesquisa científica.
- (iii) Ser behaviorista: consiste na observação do comportamento e conduta das pessoas, priorizando a descrição das atividades observáveis das pessoas e não os seus motivos ou o que estão pensando.
- (iv) Descrever os métodos dos membros: consiste na preocupação em descrever como os membros sociais, incluindo o pesquisador, veem atividades particulares, isto é, examinar os métodos que os membros usam para produzir atividades como observáveis e reportáveis.

- (v) Rejeitar constructos hipotéticos: prioriza-se as categorias e mecanismos da conversa que os membros usam como uma pequena representação do mundo real em detrimento da valorização das Ciências Sociais de construtos hipotéticos oriundos de conceitos e de teorias. Assim, a Análise da Conversa não tenta explicar fenômenos baseados em abordagens teóricas e explanatórias.
- (vi) Localizar a maquinaria da conversa: a partir da análise de transcrições de fala, tenta-se descrever a maquinaria que produz eventos ordenadamente, desvendando os métodos dos membros sociais, isto é, as suas regras e procedimentos na construção da vida social.
- (vii) Construir dados de análise: fenômenos aparentemente simples podem gerar explicações complexas através da investigação de recortes de dados que levam a um empreendimento cumulativo no qual um achado leva a outro.

Psathas (1995) relembra que as descobertas são resultados do processo de ouvir e ver repetidas vezes as gravações e transcrições de fenômenos interacionais que incluem sentenças, atividades, ações, movimentos e fala. O que deve ser selecionado para estudo é aquilo para o qual as pessoas orientam as suas ações em certo ambiente e demonstram estar conscientes das ações em curso. O exame de certo fenômeno interacional da fala e da ação social situada se refere à investigação de como tal fenômeno é padronizado, arranjado, organizado espacialmente e temporalmente, quais são os seus elementos constituintes, as suas propriedades sequenciais e por fim, os modos pelos quais as outras partes estão relacionadas com a produção do fenômeno interacional em curso. Descrições e análises tentam verificar em detalhes como o fenômeno aparece no curso de sua produção. O significado de ações pode ser descoberto pelo exame do que aconteceu antes, o que segue e ao levar em conta o modo pelo qual os participantes dão sentido ao que está ocorrendo.

3. Reformulações em Ambiente Jurídico

Em ambiente institucional, fazer reformulações, ou seja, explicar, caracterizar e esclarecer o que está sendo dito em uma conversa, determina um sentido construído pelo reformulador do discurso e enquadra determinada situação de acordo com fins

pragmáticos relacionados com tarefas de trabalho.

Em audiências de conciliação de um juizado especial de relações de consumo, cujo encontro se constitui de no mínimo três partes, reclamado, consumidor e mediador, esse último, através de pedidos de confirmação e formulação do problema em discussão, executa a tarefa de tirar a reclamação da voz das partes em atrito, que são alvos de hostilidade, e colocá-la em seus próprios termos. O mediador, como elemento “neutro” na disputa, poderia re-elaborar a reclamação e torná-la legítima. No exemplo a seguir ele consegue mitigar o conflito sobre uma negociação de tratamento odontológico:

Excerto 1:

- 0 Rui /tá certo/ (1.5) a senhora, nunca fez tratamento
1 odontológico, segundo, o seu processo, né?
2
3
0 Mariana Arrã
3
0 Rui tendo pago nove parcelas de sessenta e dois reais e
4 cinquenta centavos... sendo as três primeiras,
5 diretamente em sua conta e as demais com desconto em
6 folha de pagamento... só que a senhora, já está cinco
7 meses sem atendimento.. devido à substituição de
8 dentista, não é?...O primeiro dentista colocou o
9 aparelho ortodôntico em 19 de julho do ano passa:do..
0 e daí em diante, foi negada a >continuidade do
1 tratamento, sob alegação< de que o primeiro dentista,
2 havia agido, de forma errada... assim a senhora está
3 requerendo a devolução da quantia /paga/?
4
5
6
7
8
9
0
1
2
3
4
5 Mariana Na verdade eu pago sessenta e dois e cinquenta
6 enquanto outras pessoas pagam quarenta e cinco..não
7 sei porque isso...pra mim é sessenta e dois

Essa audiência acontece em um clima tenso e conflituoso. Em contraponto ao nervosismo e hostilidade entre consumidor e empresa, o mediador fala vagarosamente e com muitas pausas. Primeiramente, ele faz uma formulação destacando uma informação que não fora exposta pela consumidora, mas que pode reforçar o seu relato da história do conflito e, conseqüentemente, convencer o reclamado a ressarcir-la. Nota-se a ênfase

e a escolha lexical por datas e números nas formulações do mediador, isto é, informações objetivas e de difícil contestação.

O mediador, que demonstra por meio das suas reformulações o *status* de orquestrador dos turnos de fala, pede para a consumidora confirmações sobre a versão que ele está construindo para a história (linhas 04-14, exemplo acima). A Consumidora confirma a primeira informação (linha 03) e no segundo pedido de confirmação (linhas 13-14), ela faz outra reclamação (linhas 15-17). Pode-se inferir que a versão do mediador não necessita de confirmação, pois tem legitimidade e estatuto de verdade. Essa formulação fortalece a posição do reclamado e o encoraja a fazer mais uma reclamação.

Durante o desenvolvimento da conversa em ambiente jurídico, Ladeira e Silva (2014) observaram outro tipo particular de reformulação. Trata-se da reformulação de termos técnicos jurídicos em termos cotidianos², da linguagem corrente, que tem por objetivo principal propiciar o entendimento adequado do que está acontecendo na interação por todas as partes nela envolvidas. Como a maioria dos envolvidos na conciliação tende a ser pessoas não ligadas diretamente à área do Direito, notamos que o mediador precisa recorrer constantemente a reformulações deste tipo para que a conversa e, portanto, a resolução do conflito não fiquem ameaçadas.

Notamos, assim, que a utilização de termos, expressões e até da sintaxe próprios da linguagem jurídica serve tanto para a intercompreensão mais eficaz entre os profissionais do Direito como para a tentativa de fazer com que os demais públicos não compreendam perfeitamente todas as nuances daquele texto, o que nos revela uma explícita relação de poder entre os profissionais jurídicos e o público que os procura, conforme esclarece Van Dijk (2008). Com a finalidade de transformar a linguagem hermética do Direito em algo mais acessível aos participantes leigos das audiências de conciliação, o mediador age como um “tradutor” dos termos jurídicos para os participantes das audiências e não como um conservador do poder jurídico advindo da linguagem, conforme pode ser observado no exemplo a seguir:

Excerto 02:

² Por *termo jurídico* estamos compreendendo os lexemas e expressões próprios do âmbito judicial. É o chamado “juridiquês”. Por *termo cotidiano* se compreende, aqui, a linguagem corrente. O adjetivo “cotidiano” nos pareceu mais apropriado para explicitar a noção de ordinário, comum, do que o adjetivo “leigo”, que se opõe a “técnico”, visto que a linguagem cotidiana não pode ser tida como “leiga”, na medida em que é o registro mais usual e comum.

01 Mediador: aí eu vou abrir um prazo de quinze dias
 02 (0.2) pro senhor abrir a contestação e
 03 depois dez dias pra senhora impugnar
 04 (.)
 05 no juizado especial não é necessário impug-
 06 nação específica
 07 (1.0)
 → 08 que seria rebater ponto a ponto
 09 (.)
 10 a senhora pode fazer isso ou a senhora pode
 11 somente reiterar o pedido inicial.

De acordo com o Glossário Jurídico do Supremo Tribunal Federal³, o termo *impugnar* designa o ato de contestar. O uso dos termos *impugnar* (na linha 3) e *impugnação específica* (na linha 06) é marcado por pausas em lugares relevantes de transição. Como o interlocutor não toma a palavra nessas pausas, o mediador julga necessário reformular esses termos para melhorar a compreensão. Ele reformula o termo *impugnar* na expressão *rebatêr ponto a ponto*, ou seja, contestar cada uma das acusações feitas pela outra parte.

3.1. Reformulações em Sala de Aula

As reformulações usadas pelo professor em sala de aula parecem estar relacionadas à busca da intercompreensão, seja ela compreensão do tópico da aula, o qual o professor quer compartilhar, seja para esclarecer alguma pergunta feita pelo aluno ao professor ou do professor para o aluno. A função principal das reformulações feitas pelo professor parece ser melhorar a comunicação em sala de aula e diminuir mal-entendimentos principalmente em relação ao tópico tratado. Assim, encontramos casos nos quais o professor reformula o texto didático, reformula a própria fala ou reformula a fala do aluno. Vejamos um exemplo no qual o professor reformula o texto didático:

Excerto 3:

40 Ângela ela é <dependente> tá? (1,5)
 41 pode continua:r
 42 Sâmila "no processo de subordinaçã:o vimos as orações

³ Conferir: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso em 18. Jul. 2013.

43 que exercem funções sintáticas próprias do
44 subs- substantivo su:jeito,objeto direto,
45 objeto indireto, complemento nomina:l,
46 predicativo do sujeito e apo:sto.
((36 linhas de leitura da aluna))
26 Ângela aí, só um minuti:nho sânila
27 então olha só
28 da mesma forma que vocês viram as orações
29 subordina:das substanti:vas, subjeti:vas,
30 objeti:va,
31 a: oração que você classifica em objeti:va,
32 em completiva é sempre a segunda oração.
33 a oração principa:l ela é ú:nica,
34 ela não tem classificaçã:o.

Em uma aula observada, a professora usa como estratégia didática de exposição do tópico discursivo da aula de Língua Portuguesa a leitura do livro didático por uma aluna e a reformulação do texto sobre sintaxe das orações subordinadas pela professora de modo a explicar, esclarecer e resumir o conteúdo a ser transmitido para os alunos. À medida que a aluna Sâmila lê o texto, a professora interrompe a leitura e faz reformulações do texto didático quando acha necessário.

Em outro caso, em uma aula de Geografia, o aluno reformula a fala do professor:

Excerto 4:

01 Rafael [Ô Pedro, >igual] no caso ai (.) pensando na-na
02 diversidade igual você falou, por que você, no caso,
03 tá preservando só que você não vai poder continuar
04 suas outras atividades, vai ter que controlar, tem
05 gente monitorando, se essa questão [()]<
06 Pedro [Não tem mais] autonomia=
07 Rafael =>Igual a gente falou (diversidade total)<
08 (.) acaba [com isso]

Em uma aula cujo tópico é “Desenvolvimento Sustentável, o aluno Rafael reformula a fala do professor Pedro, utilizando marcadores discursivos próprios de reformulação: “igual você falou” e “ igual a gente falou” (linhas 02, 07). Esse exemplo é particularmente interessante para se observar a evidência de que está acontecendo aprendizagem, tendo em vista que a fala do aluno demonstra o entendimento compartilhado com o professor. Através da verbalização do que o aluno está pensando, é possível ao professor checar o entendimento do aluno e negociar mal-entendidos. Assim, a reformulação em sala de aula tem a função de intercompreensão e alcance de entendimentos comuns entre professor e alunos.

3.2. Reformulações, Estrutura Social e Mandatos institucionais em Contextos de Trabalho

Conforme observamos na análise de dados de interação, um contexto envolve aspectos particulares de um cenário (*setting*) e, simultaneamente, ‘coloca entre parênteses’ outros aspectos, de acordo com condutas e tópicos discursivos que se fazem relevantes em audiências de conciliação e em sala de aula. Segundo Schegloff (1992), um contexto delimita procedimentos consequentes para a fala. O enquadre de um cenário (*setting*), captura características do sistema de troca de turnos de uma interação, define o contexto, conectando-o à noção de estrutura social. Essa interligação entre contexto de fala e estrutura social se concretizaria, então, por meio do estudo da organização da fala dos participantes de um encontro. Assim, um cenário (*setting*) deve trazer consigo um conjunto de identificações relevantes para os participantes, como é o caso da corte judicial e da escola, onde os participantes se conduzem de acordo com identidades particulares que são definidas pelos sistemas legal e educacional e indicam a orientação dos participantes para cada contexto. Algumas das identidades dos participantes de um encontro serão relevantes, e surgirão em procedimentos institucionais consequentes para a fala e para a conduta, enquanto outros serão irrelevantes (Schegloff, 1992).

Clark (2000), ao definir o uso da linguagem como uma ação conjunta, formula o conceito de *cenários de uso da linguagem*. Cenário seria a junção do meio de utilização da linguagem, isto é, escrito, falado, gestual, etc, e a cena onde acontece o uso de linguagem. Cena, por sua vez, seria a definição cultural de uma ocasião. Entre os cenários de linguagem falada estariam os institucionais, que seriam cenários relativamente impessoais, regulamentados por normas institucionais específicas. Os turnos de fala de encontros institucionais podem ser alocados por um líder institucional, comprometido com determinada tarefa, ou sofrer outros tipos de restrições. Desse modo, a fala que acontece nesses cenários não é totalmente espontânea e livre como a conversa cotidiana.

Restrições convencionais de tomada de turnos transformam o sistema de troca de fala de conversa ordinária para prover uma organização de atividade requisitada para o tipo de tarefa a ser executada e para o reconhecimento dessa atividade como forma institucional de interação. O sistema de troca de turnos da conversa cotidiana é a base da qual se parte para outros padrões de fala em contextos particulares. Enfim, a estrutura é

realizada momento a momento através dos procedimentos de tomada de turnos da fala cotidiana. Estrutura em ação é proposto como um modo relativamente novo de articular agência humana e estrutura através da organização local e sequencial das interações sociais.

Estender esse estudo da fala-em-interação para ocasiões de fala demonstradamente orientadas para aspectos institucionais e organizacionais de certo contexto (*setting*) seria o primeiro passo para entender como formas de fala-em-interação são selecionadas, adaptadas e combinadas ou configuradas para produzir e reproduzir estrutura social, segundo Zimmerman e Boden (1991). Não se trata do contexto institucional causar ou criar formato verbal distinto, formas mundanas de interação podem ser selecionadas em qualquer tipo de interação. A estrutura social observada é uma realização interacional, refletindo como participantes agem e reagem em certa situação. Não se trata de mera adequação a um *script* institucional. Fala institucional parece envolver um conjunto de identidades situadas e especializadas, bem como a modificação do maquinário particular de fala a fim de cumprir determinadas tarefas de trabalho. A estrutura da fala institucional consiste em um padrão recorrente de orientação para determinada meta, de identidades situadas e de maquinário conversacional através do qual o trabalho interacional é executado. Estrutura social não está lá fora, independente das atividades dos membros, nem são estruturas da ação social não observáveis localizadas em nível de coletividade. Elas são realizações práticas dos membros da sociedade. Os membros sociais podem e praticam ações acessíveis ao outro e, assim, fazem a organização da vida cotidiana.

Pode-se observar através dos exemplos e em diferentes interações que as características institucionais da interação social estão relacionadas com o fenômeno da distribuição de reformulações, quem reformula, quando e porquê, fazendo variar o sistema de troca de turnos de diferentes contextos de trabalho, como na escola e no juizado especial cível de relações de consumo. Assim, a estrutura social está envolvida diretamente na construção do turno a turno da interação social como um recurso essencial para o uso competente dos mecanismos de organização sequencial da interação, através dos quais pessoas leigas e profissionais cumprem mandatos institucionais em locais de trabalho.

Considerações Finais

A performance dos encontros cotidianos é ordenada e governada por convenções culturais e institucionais compartilhadas, mas essa ordem emerge à medida que as ações são praticadas. Há uma linha geral que coordena a lógica sequencial de uma conversa em ambiente institucional, definindo a sua forma e direção, por meio de conhecimentos e compreensões comuns. Entretanto, dentro da sintaxe, ou da combinação de sequências de um encontro, pode ocorrer a improvisação. Algumas restrições, como as institucionais, tornam um encontro relativamente estável, mas variações imprevistas são possíveis. O resultado é a organização coerente de uma conversa executada através de decisões sociais cooperativas e de ações conjuntas praticadas em locais de trabalho para cumprir tarefas institucionais. Os comportamentos são específicos em termos de circunstâncias de produção local, por isso situações inesperadas sempre podem acontecer. Enfim, normas culturais e institucionais fornecem uma linha de ação geral e recorrente em todos os encontros, entretanto, a improvisação para cumprir a tarefa de conciliar partes em disputa no juizado especial de relações de consumo e para executar aulas sempre pode acontecer. Profissionais em locais de trabalho direcionam as suas ações para tarefas próprias do contexto no qual estão inseridos, no entanto, a performance desses atores sociais não é estritamente definida. Ao observarmos a atividade de reformular em audiências de conciliação e em sala de aula, notamos que as similaridades desse uso linguístico estão relacionadas aos mandatos institucionais de cada um desses locais de trabalho. Assim, o mediador utiliza reformulações para negociar significados, encontrar entendimentos mútuos entre partes em conflito a fim de conseguir conciliá-las. No ambiente de sala de aula, professor e alunos utilizam reformulações para compartilhar conhecimentos e chegar à compreensão aproximada dos tópicos discutidos. Enfim, o uso de reformulações nesses dois ambientes de trabalho serve para cumprir os mandatos institucionais relacionados às tarefas de “fazer acordos” em audiências de conciliação e “fazer aprender” em sala de aula.

Referências Bibliográficas:

CLARK, H.H. O uso da linguagem. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-72, jan./mar. 2000.

DEPPERMAN, A. The Study of Formulations as a Key to an Interactional Semantics. **Human Studies**, n. 34, p. 115-128, 2011.

DREW, P.; HERITAGE, J. Analyzing talk at work: an introduction. In: -----, **Talk at work: interaction in institutional settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 3-65.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Unb, 2001.

GARFINKEL, H.; SACKS, H. On Formal Structures of Practical Actions. In: McKINNEY, J. C. e TIRYAKIAN, E. (eds). **Theoretical Sociology**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1970. p. 337-366.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. New York: Harper & Row, 1974.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: Ribeiro, B.T. & Garcez, P.M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 98-119.

HAK, T.; BOER, F. Formulations in First Encounters. **Journal of Pragmatics**, no. 25, 1996, p. 83-99.

HERITAGE, J. e WATSON, R. Formulations as Conversational Objects. In: PSATHAS, G. (ed). **Everyday Language: Studies in Ethnomethodology**. New York: Irvington, 1979. p. 123-162.

LADEIRA, W.T.; SILVA, W.P. O Trabalho do Mediador em Audiências de Conciliação: a reformulação de termos técnicos em termos cotidianos. 2014. Texto Inédito.

MAYNARD, D.W. **Inside plea bargaining: the language of negotiation**. New York: Plenum, 1984.

MEHAN, Hugh. The School's work of Sorting Students. **Talk and Social Structure**. Berkeley: University of California Press, 1991. p. 71-90.

PSATHAS, George. **Conversation Analysis: The Study of Talk-in-Interaction**. London: Sage Publications, v. 35, 1995. (Qualitative Research Methods).

SCHEGLOFF, E. On talk and its institutional occasions. In: DREW, P.; HERITAGE, J. (Eds.). **Talk at work: interaction in institutional settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 101-136.

SCHEGLOFF, E. A. Notes on Conversational Practice: Formulating Place. In: SUDNOW, D. (Ed.). **Studies in Social Interaction**. New York: Free Press, 1972. p. 75-119.

TANNEN, D. ;WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimentos em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P.M. (orgs.). **Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise de discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. pp.120-141.

SILVERMAN, D. Using Conversation Analysis. In:-----, **Harvey Sacks: Social Science and Conversation Analysis**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 151-179.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WALKER, E. Making a Bid for Change: Formulations in Union/Management Negotiations. In: FIRTH, A. **The Discourse of Negotiation: Studies of Language in the Workplace**. New York: Pergamum, 1995. p. 101-140.

WILSON, Thomas P. Social Structure and the Sequential Organization of Interaction. **Talk and Social Structure**. Berkeley: University of California Press, 1991. p. 22-43.

ZIMMERMAN, Don H.; BODEN, Deirdre. Structure-in-Action: an introduction. **Talk and Social Structure**. Berkeley: University of California Press, 1991. p. 3-21.

Abstract: Based on theoretical perspectives of Talk-in-Interaction in institutional contexts and on methods of Conversation Analysis, we are analyzing the discursive and interactional activity of reformulating in two workplaces: the classroom and the special court for consumer's matters. Reformulations are understood as definition, explanation, summary or abstract that one of the participants of an interaction provides from their own speech or from the other's speech. We observed two hearings and two classroom interaction taped in audio that the performance of the linguistic-discursive use of reformulations is related to the implementation of institutional mandates connected to these workplace's tasks: "doing agreement" in conciliation hearings and "doing learning" in the classroom.

KEYWORDS: Interaction, workplace Context, Reformulation.